



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG
MESTRADO**

Mariana Borba de Oliveira

**CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA E AGROECOLOGIA:
PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA CAMPONESA
NA MATA PARAIBANA**

João Pessoa, 2012.

Mariana Borba de Oliveira

**Certificação Participativa e Agroecologia: Processos de
Organização e Resistência Camponesa na Mata Paraibana**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia na Universidade Federal da Paraíba para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração Território, Trabalho e Ambiente.

Orientadora: Maria de Fátima Ferreira Rodrigues

João Pessoa, 2012.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues (PPGG/UFPB)
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Valéria de Marcos (FFLCH/USP)
Examinadora Externa

Prof^o Dr^o Fillipe Silveira Marini (CCHSA/UFPB)
Examinador Interno

Prof^o Dr^o Marco Antônio Mitidiero Júnior (PPGG/UFPB)
Examinador Interno

Com a utopia vislumbramos um novo horizonte para a História. O sonho utópico jamais desaparece para sempre. Ele é parte intrínseca da natureza humana. Todos sonham com uma sociedade perfeita ou, pelo menos, diferente e muito melhor.

Eric Hobsbawm em entrevista ao Jornal do Brasil, 1995.

AGRADECIMENTOS

Faço agora aquilo que poderia ter feito antes, por mera formalidade, mas o peso sentimental dos *Agradecimentos* não me deixou enquadrá-lo no pragmatismo e na obrigatoriedade.

Assim, como alguns momentos dessa pesquisa, precisei de inspiração e de sentimento para escrever o que minha essência transborda nesse instante, gratidão!

Agradeço em primeiro lugar ao Amor Universal, que atualmente entendo como uma divindade energética, sem rigidez de forma e de conteúdo, por me lançar enigmas e desafios necessários ao meu amadurecimento humano, assim como força, fé e perseverança.

Agradeço a minha família, Mãe, Pai e Irmãos, pois mesmo com nossas diferenças, incentivamos e torcemos uns pelos outros. A minha Mãe um agradecimento especial, já que ela não é só mãe, existe um adicional de secretária, amiga e psicóloga. Mãe obrigada por tudo, sem você não conseguiria!

Agradeço a banca examinadora a disponibilidade de tempo e as valiosas contribuições. Segue os votos de admiração que tenho pelo compromisso de cada um de vocês com a Academia e causas sociais. Fátima, Valéria, Fillipe e Marco obrigada!

Agradeço a dedicação da professora Fátima e os momentos vividos em sua companhia, seja na extensão ou na dimensão pessoal. Esses foram os momentos de maior orientação.

Aos professores do PPGG pela valiosa contribuição no decorrer desses dois anos, seja em sala de aula, nos corredores, nos cafés ou nos trabalhos de campo. Um agradecimento especial a Dora, Barroso e Carlos Augusto.

Um agradecimento saudoso a turma de mestrado 2010 do PPGG. Nossa vivência em sala de aula, mesmo com nossas diferenças e aí não tenho como não lembrar as aulas fervorosas de Epistemologia, contribuiu muito para minha formação. Obrigada!

A Sônia, secretária do PPGG, que com sua calma e energia boa, resolve nossos problemas e encaminha com dedicação nossas demandas. Obrigada Soninha!

A Miriam Barreto, amigona de todas as horas obrigada pelo apoio e incentivo não só no Mestrado, mas na minha vida pessoal, e de toda a minha família. Obrigada Miroca!

Agradeço a Xavier do Seampo pelo incentivo e em especial pelo e-mail lindo me enviado nas vésperas da defesa.

Um forte abraço para agradecer aos meus amigos de cafés e cervejas, que espero manter contato sempre, e que a paixão pela Geografia conserve a nossa ligação. Em especial aos que participaram das aventuras diárias, que ficarão na memória de todos nós como momentos inesquecíveis (Nirvana, Yure, Victor, Rafa, Lairton, Jorginho, Mara, Everton, Helen, Marcos Aurélio, Shauane, Áurea, Luana, Thiago Santos, Raquel, Jorge, Saló, Manoel, Diego).

Ao GESTAR, amigos queridos demais. Como aprendemos juntos nesses últimos anos! Vou sentir falta do nosso convívio, mas me sinto nesse momento somando com vocês para o fortalecimento de nossas pesquisas e do grupo. Vocês sabem, arrasamos sempre! Obrigada Saló, Manoel, Diego, Joni, Camila, Sandra, Chico, Aline, Amanda, Wellington, Jussara, Ivanalda, Iranice e Fátima.

Ao GEA pela minha inserção no mundo da Agroecologia, e pela oportunidade de participação nos Projetos de Extensão realizados, sempre concebidos e desempenhados com uma vontade transcendental que desse certo! Infelizmente nenhum companheiro aqui hoje, mas não tenho dúvida estão na torcida. Obrigada a Paulo, Maria, André, Thiago, Adriana.

A Galera do GEURB, em especial a Léo, Sonale e Rebeca. Obrigada pelo companheirismo no diário!

Um agradecimento especial a Paulo Adissi, incentivador maior da pesquisa da temática da certificação. Incentivador da vida, da Feira e da Agroecologia. Companheiro de aventuras, quem fez campo com Paulo sabe. Valeu moço!

Aos amigos Luana Resende, Rose Viard, Gitana Ribeiro, Aurélio Coutinho, Thainá Ismael, Fabíola Gabínio, Luciana Queiroz, Uiara Maria, Valeska Borges, Carla Lucena, Maria Maia, Marinho, Pedro pelos momentos de descontração e pela torcida organizada para a realização desse desafio. Vocês são importantíssimos na minha vida!

Agradecimentos especiais a Marcos Aurélio Fernandes. Meu bem esse lance de Geografia Cultural, tem futuro! Obrigada pelo ombro amigo nos momentos de crise!

Agradeço a Flávio Luna, amigo no qual me inspiro pelo seu compromisso e seriedade na extensão rural. Devo muito a você meu querido!

Aos amigos da extensão rural Rogério e Suely, espero em breve encontrar com vocês e quem sabe formamos uma equipe que pode fazer a diferença!

A Luiz Pereira Sena, figura ilustre na minha vida, que bom que estreitamos nossos vínculos nesses últimos anos. Meu querido, os momentos de destaque do seu trabalho na minha pesquisa foram muito poucos. Você precisaria ter uma biografia inteira para tratar da sua dedicação junto a Feira da UFPB. Eu topo, vamos planejar... Assim como eu, a Feira lhe deve muitos agradecimentos...

Agradecimentos especiais aos camponeses que fazem parte da Feira Agroecológica do Campus I da UFPB, que sempre me receberam muito bem em suas casas e em suas vidas. A utopia que nos movem é a mesma, mesmo que nas mãos tenhamos ferramentas diferentes. Um muito obrigada a Luizinho, Tina, Alecssandra, Alane, Geraldo, Geusa, Assis, Ariandes, Seu Zé, Seu Fernandes, Marcos, Barriga, Cida, Daniel, Seu Zizo, Seu Nequinho, que mais que um bom trabalho foi estabelecido uma relação de amizade entre nós.

Tenho consciência que apesar do esforço não consegui agradecer a todos, mas o reconhecimento existirá acima de tudo.

RESUMO

Certificação Participativa e Agroecologia: Processos de Organização e Resistência Camponesa na Mata Paraibana

A temática abordada na presente pesquisa trata de modo geral da resistência do campesinato à agricultura moderna, sendo esta, uma resistência a um modo de produção e consumo puramente capitalista que, considera o alimento como mercadoria, e assim dissemina o caos social e ambiental. Nesta perspectiva, interpretamos uma organização camponesa cuja produção é de base agroecológica e a comercialização dos produtos realizada diretamente com o consumidor através de uma feira, como uma forte estratégia de resistência que permite a (re) construção das bases da reprodução camponesa, e a construção de paradigmas que geram um desenvolvimento local. Investigamos a hipótese dessa experiência ser fortalecida por um mecanismo de certificação desenvolvido pelos movimentos sociais ligados à Agroecologia que é a certificação participativa para produtos agroecológicos. A experiência estudada é a Feira Agroecológica que acontece em João Pessoa - PB, no campus I da UFPB, e que comercializa produtos hortifrúti granjeiros provenientes de 4 (quatro) assentamentos rurais localizados na Várzea do Rio Paraíba (nos municípios de Cruz do Espírito Santo, Sapé e Sobrado), e um assentamento rural localizado no Litoral Sul da Paraíba (município do Conde). Constatamos que o fortalecimento da referida experiência se dá no momento em que é inserido um processo de certificação para produtos agroecológicos através de um processo participativo de controle da produção que envolve produtores, consumidores, técnicos, poder público e sociedade civil.

Palavras Chave: Campesinato - Agroecologia – Certificação Participativa

ABSTRACT

TITLE: Participative Certification and Agroecology: Process of Organization and Peasant Resistance in “Mata Paraibana”

The topic approached by this research deals in a general way with the rural resistance against the modern agriculture being this a resistance to a form of production and consumption purely capitalist that considers food as merchandise and thus spreads the social and environment chaos. Under this perspective, we interpret a peasant organization whose production is in a agroecologic basis and the commercialization of the products is done straight to the consumers in a public fair as a strong strategy of resistance that allows the (re)construction of the basis of the rural reproduction and the construction of paradigms that generate a local development. We have investigated the hypothesis of this experience to be fortified by a mechanism of certification developed by the social movement linked to Agroecology what means a participative certification for agroecologic products. The experience studied is the Agroecologic Fair that take place in João Pessoa-PB, in the campus I of the UFPB, that commercialize horti/fruit/farm products coming from 4(four) rural settlements located in Várzea do Rio Paraiba (alongside Paraiba River) – in the district of Cruz do Espírito Santo, Sapé and Sobrado – and a rural settlement located in the South Coast of Paraiba – district of Conde. We evidenced that the strength of the related experience is achieved at the moment that a process of certification is granted to the agroecologic products through a common effort of production control that involves producers, consumers, technicians, government and civil society.

Key Words: Peasant - Agroecology – Participative Certification

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| RESUMO | 5 |
| ABSTRACT | 6 |
| APRESENTAÇÃO | 7 |
| INTRODUÇÃO | 15 |
| | |
| CAPITULO I – Enfoques de resistências e reprodução camponesa no Espaço Agrário da Mata paraibana. | 27 |
| 1.1 – A dominação... | 28 |
| 1.2 – A resistência ... | 48 |
| 1.2.1 – As Ligas Camponesas | 49 |
| 1.2.2 – Assentamentos Rurais: a territorialidade da resistência | 53 |
| 1.2.3 – Soberania Alimentar e Agroecologia: a resistência ao moderno padrão da produção agrícola | 61 |
| 1.2.4 – O caso da Rede de Feiras Agroecológicas da Paraíba: Desafios ou Utopia? | 75 |
| | |
| CAPITULO II – A Feira Agroecológica da UFPB e os Precedentes da Certificação Participativa/Social de Produtos Agroecológicos | 86 |
| 2.1 – A Organização Interna da Feira Agroecológica da UFPB | 96 |
| 2.2 – O Campesinato | 102 |
| 2.2.1 – Trabalho, Liberdade e Agroecologia | 109 |
| 2.2.2 – Campesinato, Sustentabilidade Ambiental e Compromisso Social | 117 |
| 2.2.3 – Campesinato e Engajamento Político | 122 |
| 2.3 – Os Parceiros | 126 |
| 2.3.1 – Comissão Pastoral da Terra – CPT e Cáritas Arquidiocesana | 126 |
| 2.3.2 – Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Campus I | 128 |
| 2.3.2.1 – A atuação do GESTAR – Território, Trabalho e Cidadania | 128 |
| 2.3.2.2 – O Grupo de Ergonomia Agrícola e Gestão | 133 |

| | |
|---|-----|
| Ambiental – GEA | |
| 2.3.2.3 – Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares - SEAMPO | 138 |
| 2.3.3 – Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA | 139 |
| 2.4 – Os Consumidores | 140 |
| CAPITULO III – A certificação participativa/ social da Ecovárzea: uma estratégia de resistência camponesa | 144 |
| 3.1 – A Dominação: O Mercado dos Orgânicos e o Processo de Certificação Orgânica Convencional | 144 |
| 3.2 – A Resistência: o Modelo de Certificação da Rede Ecovida | 150 |
| 3.3 – A Certificação Participativa/Social da Ecovárzea | 154 |
| 3.4 – A inserção da Ecovárzea no Processo de Certificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA | 161 |
| 3.4.1 – Oficina de Formação de multiplicadores sobre Regularização de Grupos de Agricultores via Sistemas Participativos de Garantia e Organizações de Controle Social frente à Legislação Orgânica | 172 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 177 |
| BIBLIOGRAFIA | 179 |
| APÊNDICES | |
| ANEXOS | |

Apresentação

Apresento esse trabalho como fruto de minha atuação assídua junto a Feira Agroecológica que acontece no Campus I UFPB. Essa vivência vem sendo construída por diversas motivações, ora de pesquisa, investigando as estratégias de reprodução de um grupo de camponeses que almeja autonomia e sustentabilidade; ora de extensão, ao colaborar na implementação de tecnologias sociais e manejos que contribuem para a consolidação das práticas agroecológicas e preservação dos recursos naturais dos lugares envolvidos; ora de militância, auxiliando em problemas técnicos e políticos enfrentados rotineiramente pelo grupo (prestação de contas; preparação de material para exposição; elaboração de ofícios às autoridades municipais e estaduais, organização de festividades, etc); e ora por amizade, dos trabalhos de campo realizados, fica uma saudade enorme dos “causos” e da espontaneidade dos amigos que encontro por lá, entre feirantes e consumidores¹. Defino-os como um verdadeiro grupo de agentes motivados pela utopia da sustentabilidade, da liberdade, da alimentação saudável, e de uma sociedade mais igualitária.

Contudo, vivemos alicerçados num mundo, cujo modo de produção edifica justamente uma lógica contrária a tudo isso! Eu sei, lembro disso, inclusive, nas propagandas dos produtos orgânicos como fetiche de uma classe social com poder aquisitivo elevado! Por isso, interpreto a Feira da UFPB como sendo uma estratégia de resistência ao modo de vida puramente capitalista! Se formos Natureza assim como entendia Nietzsche², podemos tentar resistir e “dançar” na rígida estrutura capitalista (assim como a natureza), negando o engessamento que nos é “sugerido”. Desta forma, a Reforma Agrária, a Agroecologia, o Consumo Responsável, a Economia Solidária, a Certificação Participativa de produtos agroecológicos, a luta pela Soberania Alimentar, são construções pautadas em utopias que nos levam a contestar o universo desigual e dicotômico em que nos encontramos...

¹ Destaco que via de regra os consumidores da Feira da UFPB, assim como de outros empreendimentos solidários, são também parceiros e apoiadores, a relação estabelecida não é apenas de compra e venda, é adicionado o compromisso com a iniciativa, o respeito mútuo e a amizade.

² Referência ao texto de Ricardo Espinoza Lolas. Cf: LOLAS, Ricardo Espinoza. **Nietzsche e a Natureza que dança**. In: GAZOLLA, Rachel (org.). *Cosmologia: cinco ensaios sobre filosofia da natureza*. São Paulo: Paulus, 2008.

Foi através da participação no projeto: Feira Agroecológica do Campus I da UFPB: certificação social e revitalização, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq/Edital MDA/MCT/CT-AGRO/CNPq 22/2004, realizado pelo Grupo de Ergonomia Agrícola e Gestão Ambiental- GEA - CT/UFPB em parceria com o curso de Geografia CCEN/UFPB, que tive a oportunidade de participar como bolsista de Iniciação Científica, sendo este, meu primeiro contato com o grupo de camponeses que comercializam seus produtos na UFPB. Na atuação no referido projeto, levantei questões que motivaram a escolha da Feira e de um dos assentamentos que a compõem, como objeto de estudo para a monografia do final do Curso de Geografia. O trabalho de monografia teve como investigação, a participação de alguns camponeses do Assentamento Padre Gino – Sapé/PB na Feira Agroecológica da UFPB, e a viabilidade econômica e social da mesma. Constatamos a partir dos resultados obtidos, que a Feira Agroecológica, se constituía como uma alternativa viável de sustentabilidade, geradora de um desenvolvimento local, sendo responsável pela melhoria na qualidade de vida de aproximadamente 30 famílias assentadas.

A afinidade com a dinâmica e os integrantes da Feira foi imediata, contudo, a princípio não consegui incorporar a grandeza de tal estratégia de resistência e, o mérito destes sujeitos em resistir e criar de forma autônoma e pioneira uma alternativa de sustentabilidade e fornecimento de alimentos saudáveis, multiplicada em todo território do Estado da Paraíba.

O amadurecimento do tema veio em decorrência de quatro momentos vivenciados após a primeira experiência de pesquisa em 2006, que me serviram para engrandecer a percepção do significado e da representatividade do projeto das Feiras Agroecológicas, e assim ter a segurança em continuar a trabalhar e contribuir com a temática. Esses momentos foram:

1. O contato com a realidade dos espaços rurais e do campesinato em outros países, especificamente Portugal e Espanha, sua relação com a agricultura, com a conservação da paisagem rural e as estratégias de desenvolvimento implantadas.

O contato com uma realidade distinta a vivenciada pelo Brasil, proporcionada por uma especialização em Planejamento Regional e Urbano concluída na Universidade de Aveiro – UA/Portugal, na qual me propus a pesquisar as estratégias de desenvolvimento num território que havia sofrido um forte êxodo rural, se encontrava pouco habitado e estava a passar por um processo de reterritorialização através de incentivos ao Turismo Rural. Foi necessário, portanto, ir ao campo, além de investigar as Políticas e Planos de Desenvolvimento Rural tanto da União Europeia, como de Portugal³ para constatar dinâmicas rurais diferentes da nossa e atestar a importância da nossa agricultura de base familiar para nossa alimentação diária.

As pessoas que moram nos espaços rurais portugueses se mantêm em função de programas da União Europeia ligados à preservação da paisagem e do patrimônio natural e cultural, exercendo pouca ou nenhuma atividade agropecuária. A pouca produção se restringe ao cultivo da batata, azeite, e alguns outros tubérculos, para consumo restrito da família, sem nenhuma representatividade na dinâmica local ou nacional, tendo algumas regiões de cultivo de frutas uma representatividade um pouco maior⁴. Assim, apenas ao vivenciar um espaço rural praticamente sem agricultura, foi percebido toda a grandeza que há por detrás das Feiras da Agricultura Familiar. Constatei que são alternativas de resistência como essa que fazem com que o nosso rural, mesmo com todas as disparidades sociais, tenha vida e que este mesmo rural (dinâmico) alimente o urbano, diferente de outros países, nos quais encontramos pouca dinâmica econômica com características rurais, e onde os alimentos básicos à subsistência, são importados de outras regiões e países. Incorporei a partir do empírico, a grandeza do conceito de Soberania Alimentar e o papel estratégico da agricultura familiar em abastecer o nosso país de dimensão continental.

³ Política Agrícola Comum – PAC; PEN – Plano Estratégico de Desenvolvimento Rural (2006); PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural (2007 – 2013); Ligação entre Acções de Desenvolvimento e Economia Rural – LEADER.

⁴ Os estudiosos justificam que o país é pouco dinâmico no setor agrícola pelo argumento da fraca industrialização da produção, portanto, na maioria das vezes, para a promoção de desenvolvimento em espaços rurais, são introduzidas ações que potencializam a reconversão de áreas marginalizadas em espaços de proteção e conservação ambiental e cultural.

2. A participação e a contribuição com a extensão rural.

Os projetos de extensão que participei junto ao Grupo de Ergonomia Agrícola e Gestão Ambiental – GEA vinculado ao Centro de Tecnologia da UFPB; junto ao Grupo de pesquisa e extensão GESTAR: Território Trabalho e Cidadania, vinculado ao Centro de Ciências Exatas e da Natureza também da UFPB, ambos cadastrados como grupo de pesquisa no CNPq; e junto a Cooperativa Vínculus foram de extrema importância para minha formação ao possibilitar a prática do conhecimento aprendido nos livros, ao mesmo tempo em que aprendia com os sujeitos envolvidos. A troca de saberes é notória e gratificante na extensão rural. A vivência dos percalços diários da extensão rural trabalhou minha humildade e meu distanciamento daquele sentimento de superioridade acadêmica que ronda a práxis das instituições de pesquisa e ensino superior.

Foi a partir da participação no segundo projeto de extensão realizado pelo Grupo de Ergonomia Agrícola e Gestão Ambiental- GEA/CT/UFPB e financiado pelo CNPq/Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/MDS/SESAN - Nº 36/2007, intitulado: Feira Agroecológica do Campus I da UFPB, que se deu mais fortemente a minha participação no universo da temática da certificação, pois, o objetivo da minha participação no referido projeto era o de auxiliar o operacional do processo de certificação participativa de produtos agroecológicos da Feira, iniciada em 2005. A partir de então, tive a oportunidade de auxiliar e acompanhar a implementação dos critérios de certificação instituídos pelos consumidores da Feira, e também auxiliar no cadastro da Ecovárzea junto ao Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, que institucionalizou o Sistema Participativo de Garantia – SPG e o Controle Social para a venda direta ao consumidor.

Foi proporcionado também por esse projeto, e de suma importância para minha formação, o acompanhamento das discussões políticas acerca da produção orgânica no Estado da Paraíba, através da participação na Comissão da Produção Orgânica - Cporg/PB, coordenada pelo MAPA e que conta com a participação de diversas entidades governamentais e não governamentais que se inserem na temática dos alimentos orgânicos.

A partir dessa vivência, pude levantar questões que me motivaram a investigar a certificação social e a resistência por parte do campesinato relacionada aos selos de produção orgânica (IBD/IMO/etc). Assim, no Projeto de Mestrado vinculado ao Programa de Pós Graduação em Geografia - PPGG, me propus analisar o processo de certificação participativa/social da Feira Agroecológica do Campus I da UFPB como estratégia de resistência camponesa, investigando a metodologia empregue e comparando -a com a proposta do MAPA; objetivamos também traçar os obstáculos enfrentados pelo grupo da Ecovárzea para a continuidade do processo de certificação já em curso.

A experiência na extensão rural externa à Universidade se deu a partir da minha atuação como técnica de comercialização vinculada a Cooperativa Vínculus, prestando serviços ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Assim, ainda no primeiro ano do mestrado, vivenciei por 6 meses a experiência como técnica de comercialização da Agricultura Familiar do Território da Zona da Mata Norte – que compreende 19 municípios, entre eles aqueles que abrigam os sujeitos envolvidos com a Feira da UFPB. A função que exerci tinha o objetivo de organizar a produção da agricultura familiar para auxiliar a escoá-la nos diversos canais de comercialização, principalmente nas Feiras e nos mercados institucionais: Programa de Aquisição de Alimentos - PAA⁵ e no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE⁶. A partir desta experiência, pude vivenciar a dinâmica econômica da agricultura familiar (políticas públicas/preço comercializado/ crédito e assistência técnica /enfrentamento do poder público local/etc).

Em trabalhos de campo me deparei tanto com aspectos positivos como um bom nível de organização dos camponeses, como também com sérias dificuldades enfrentadas por estes grupos como: a assistência técnica insuficiente, principalmente aquela especializada na produção agroecológica; a burocracia para retirada da Declaração de

⁵ O PAA é executado pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB com o objetivo de garantir a segurança alimentar das populações através dos produtos da Agricultura familiar. Os recursos para a operacionalização do Programa são provenientes do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (BRASIL, 2009). O ponto forte desse Programa é o incentivo à produção agropecuária da agricultura familiar enquadradas nos grupos A ao E do PRONAF. O ponto fraco desse Programa é o baixo preço pago pela CONAB para alguns produtos.

⁶ De acordo com o artigo 14 da Lei nº11.947/2009 do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE do Ministério da Educação é obrigatório que 30% da alimentação escolar sejam provenientes da agricultura familiar, priorizando áreas de assentamentos rurais e a produção orgânica.

Aptidão Agrícola de Agricultor Familiar - DAP para que possam se beneficiar de políticas públicas; a burocratização para o acesso aos créditos bancários; baixos preços pagos aos produtos quando vendidos à atravessadores, etc;

A partir da vivência junto às dificuldades inerentes ao campesinato na Mata paraibana, pude perceber mais uma vez que a Rede de Feiras Agroecológicas, se constitui numa possibilidade de (re) existência dos sujeitos envolvidos, se apresenta enquanto espaço de emancipação, onde os camponeses garantem a reprodução da família, a sociabilidade com outros grupos (ONG's, estudantes, professores, gestores), e exercitam a cidadania. Na extensão, pude conhecer também outros agentes de mudança⁷ e redefinições territoriais, diversas entidades e sujeitos englobando poder público e organizações não governamentais, são responsáveis pela continuidade dessa e de outras estratégias de sustentabilidade. Também foram percebidas em campo, outras dinâmicas do campesinato paraibano como: a mobilização em todo o Estado para as prefeituras adquirirem alimentos da Agricultura Familiar pela Política Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; e o fortalecimento da estrutura de comercialização tanto das Feiras da Agricultura Familiar quanto nas Agroecológicas; e inúmeros eventos de cunho político.

Assim, pude conhecer a dinâmica da organização camponesa não só nas assembleias da entidade que representa a Feira, como também através da participação em reuniões dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS de alguns municípios, e das plenárias da Política Territorial do Governo Federal. A partir dessa experiência posso afirmar com propriedade que o favorecimento dos incentivos estatais ao agronegócio em detrimento dos interesses do campesinato acarreta inúmeros desafios à produção e à comercialização camponesa, e dizem respeito, sobretudo ao crédito produtivo, à assistência técnica e à logística da comercialização, ou seja, dificuldades existentes entre a produção e a comercialização, que no momento em que estamos de expectadores nem sabemos que existem, como o transporte para tirar a mercadoria da área de produção e levá-la ao consumidor; a relação com pouco diálogo com o poder público; etc.

⁷ Destacamos o papel da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – ASPTA; da comissão Pastoral da Terra – CPT; da ONG Arribaça e da Ecoborborema.

3. A interlocução com o GESTAR, a partir do contato com pesquisadores e trabalhos desenvolvidos;

A minha interlocução com o GESTAR, se deu a partir do meu ingresso como aluna do PPGG, e foi neste grupo de pesquisa que pude fortalecer a ideia de uma Universidade comprometida com as causas sociais que busca a construção de novas verdades, talvez menos absolutas, mas com certeza mais humanas. O GESTAR: Território, Trabalho e Cidadania foi criado como grupo de estudo em 2002 e como grupo de pesquisa vinculado ao CNPq em 2006, é coordenado pela professora Maria de Fátima Rodrigues e objetiva a formação de pesquisadores comprometidos com a pesquisa e extensão em quatro linhas de atuação: Geografia Agrária e Desenvolvimento Local Sustentável; Movimentos Sociais no Campo; Relações de Gênero e Território; Geografia Cultural: territorialidades e representações. A partir do contato com os pesquisadores e trabalhos desenvolvidos pelo grupo, percebi que a mudança para um mundo melhor, não só é possível, como está em andamento, estando presente sempre onde há luta de resistência à ideias de tendências homogenizadoras e controladoras, que por sua vez, se manifestam não só na ordem econômica, como também nas dimensões sociológicas e psicológicas.

Nesta perspectiva, para a Ecovárzea, “o mundo melhor” já existe, e é fruto de valores pautados na valorização do ser humano no decorrer de uma mudança paradigmática de produção convencional para agroecológica.

Assim, destaco a contribuição das extensões que participei (GEA/GESTAR/Cooperativa Vínculus) na aproximação com os sujeitos envolvidos na pesquisa, firmando o laço de confiança construído durante todos estes anos, sendo para mim, de extrema importância para a concretização dessa pesquisa. Não posso deixar de mencionar que a extensão me fortaleceu o entendimento acerca da contribuição do Geógrafo para o planejamento territorial, sendo a percepção e o seu olhar completo acerca do território, e das dinâmicas territoriais que abarca desde políticas públicas, a ação climática, a reserva de recursos naturais, a economia e a cultura, e toda a interlocução existente entre esses agentes, a sua maior contribuição na formulação e execução de estratégias de desenvolvimento. Foi quando trabalhei com profissionais de distintas áreas do conhecimento que me senti mais geógrafa.

Desta forma, uma vez que meu interesse em pesquisar a dinâmica e as estratégias de (re) existência do campesinato é anterior ao meu ingresso no Programa de Mestrado, contei com bases sólidas para minha pesquisa acerca da certificação participativa da Feira da UFPB, e com um acervo de informações que me deram segurança em começá-la. Contudo, ressalto a importância das disciplinas cursadas e dos trabalhos de campo proporcionados pelo Programa, e a contribuição dos eventos científicos dos quais participei, para o amadurecimento do tema através dos debates realizados.

Nesta perspectiva terminamos Entendemos que o aprendizado nunca está finalizado e que uma verdade nunca é absoluta, assim, concordamos com Milton Santos (1988: 59) quando o autor nos diz que, “há necessidade por parte do intelectual de ler não apenas uma, mas as várias versões sobre um fato, para que possa ter uma outra visão do mundo, uma visão real dos fatos concretos, já que o mundo pode ser visto com muitas lentes distintas”. Almejo ter conseguido transparecer sob a lente da Geografia, a realidade acerca da temática que me propus a estudar, e desta forma estar contribuindo para o fortalecimento desta estratégia de reprodução camponesa e de resistência ao modo de produção e de vida que foi tão cruel com esses sujeitos.

Introdução

A temática enfatizada na nossa pesquisa trata da resistência do campesinato ao modelo de produção e consumo imposto tanto para o campo, quanto para a cidade, pela agricultura capitalista, alicerces do chamado agronegócio, sendo esta, uma resistência a um modo de vida puramente capitalista - que pela nossa interpretação desconsidera a vida, pois ao considerar a terra e o alimento como mercadorias, dissemina o caos social e ambiental.

Nesta perspectiva, nossa pesquisa interpreta uma organização camponesa, cujos sujeitos envolvidos são assentados da Reforma Agrária, produzem tendo como base a Agroecologia e comercializam seus produtos diretamente com o consumidor através de uma Feira Agroecológica, como sendo uma estratégia de reprodução e resistência camponesa. A utopia da liberdade vinculada à territorialidade camponesa é o que move essa experiência inserida num contexto espacial e histórico de domínio do agronegócio canavieiro, a Zona da Mata paraibana⁶.

O surgimento das Feiras Agroecológicas paraibanas como espaços de comercialização remete justamente a um projeto maior do campesinato e dos movimentos sociais, que é fazer com que a Reforma Agrária se efetive com mais qualidade, tendo em vista que a comercialização inerente ao universo dos assentamentos é a comercialização por meio de atravessador, fato que, dificulta e impede que os assentamentos prosperem e se emancipem.

As discussões acerca da necessidade de se criar estratégias para que os camponeses desfizessem os laços de dependência com os atravessadores na comercialização de seus produtos, e também à necessidade de se assegurar a reprodução do núcleo familiar teve a Mata paraibana como palco das primeiras ações ainda na década de 1990. De forma autônoma e pioneira o Projeto que se iniciou no Litoral e na Várzea foi multiplicado por todo território do estado da Paraíba, com organizações não governamentais - ONG's e

⁶ Zona da Mata Paraibana refere-se a regionalização das mesorregiões da Paraíba realizada pelo IBGE. Nos referiremos ora à Zona da Mata para tratar dos limites dos territórios municipais, e mapear os dados, ora à Mata paraibana para tratar das discussões acerca das várias territorialidades, processos e conflitos encontrados.

poder público a apoiar estes empreendimentos, que atualmente perfazem 22 experiências⁷ numa escala geográfica que se estende da Mesorregião da Zona da Mata Paraibana até o Sertão⁸.

A experiência investigada na nossa pesquisa é a Feira Agroecológica do Campus I da UFPB, realizada pela Associação dos Agricultores (as) Agroecológicos da Várzea Paraibana – Ecovárzea, que representa a dez anos o propósito da sustentabilidade e resistência camponesa, e desempenha um papel fundamental na melhoria da qualidade de vida de aproximadamente 30 famílias assentadas.

Nesta perspectiva, as atividades da Ecovárzea envolvem diretamente aspectos de grande importância quando se trata de alternativas de sustentabilidade no campo, com destaque para a produção agrícola originada de assentamentos rurais, viabilizando o processo da Reforma Agrária; a venda direta da produção ao consumidor, caracterizando-se como um empreendimento pautado nos fundamentos da Economia Solidária; e a produção Agroecológica que respeita tanto o meio ambiente e os camponeses, quanto os consumidores.

Abordar a história da criação das Feiras nos remete a relacioná-la a própria história de luta e resistência dos sujeitos envolvidos nesse Projeto, que se iniciou na luta pela terra através da organização das estratégias de pressão para a desapropriação das terras improdutivas, na reflexão política da função social da terra e no resgate da história social dos assentamentos⁹. Assim, o processo de formação desta Feira nasce depois dos camponeses conseguirem a terra para trabalhar e viver e remete às discussões acerca da necessidade dos camponeses recém assentados romperem os laços de dependência em relação aos atravessadores para a comercialização de seus produtos, pois, até então este era o meio mais utilizado para o escoamento da produção dos assentamentos que hoje fazem parte da Feira: o assentamento Dona Antônia localizado no município do Conde, o assentamento Dona Helena localizado no município de Cruz do Espírito Santo, os

⁷ Existem no estado da Paraíba mais de 40 Feiras da Agricultura Familiar, contudo algumas ainda encontram-se em transição para a produção agroecológica.

⁸ Cf: Mapa 5, página 71.

⁹ Como veremos no decorrer dessa pesquisa a Comissão Pastoral da Terra - CPT desempenha um papel fundamental na organização social e política e no empoderamento desses sujeitos.

assentamentos Padre Gino, Rainha dos Anjos, e Boa Vista localizados no município de Sapé, e Assentamento 21 de Abril localizado no município de Mari¹⁰.

Ao conhecer a dinâmica da Feira Agroecológica da UFPB levantamos a hipótese de que a *certificação participativa* dos produtos comercializados poderia atuar no fortalecimento dessa estratégia de resistência e reprodução camponesa. O diferencial dessa certificação advém da organização social – da produção à comercialização –, necessária para a concretização do processo, pautado na confiança e no controle social da qualidade orgânica, garantindo ao consumidor muito além da certeza de estar adquirindo um produto isento de contaminação química. Garante também, que o produto comercializado seja resultado de uma agricultura que se preocupa com a preservação do meio ambiente, com a qualidade nutricional dos alimentos, e com o retorno econômico para o homem do campo, sendo essencial, portanto, a qualidade de vida para quem vive no campo e nas cidades.

Objetivamos nesse trabalho, além de realizar uma narrativa acadêmica que busca descrever e interpretar o movimento de setores do campesinato da Várzea Paraibana na direção da sustentabilidade através da resistência ao capitalismo agrário, aprofundar a análise sobre os fundamentos da Agroecologia, que por sua vez, envolve a proposta pautada pelo paradigma da sustentabilidade. Sendo essa, a abordagem que assumimos na perspectiva de contemplarmos as dimensões ambientais, as relações sociais, além das especificidades econômicas que alimentam as identidades camponesas. Esta escolha dá conta também, de diferenciar o desenvolvimento rural alicerçado na sustentabilidade, do desenvolvimento agrícola capitalista puramente econômico, reforçando o papel da Agroecologia como alternativa de reprodução camponesa e prosperidade dos assentamentos rurais.

Objetivo Geral:

- Analisar o processo de certificação participativa/social da Feira Agroecológica do Campus I da UFPB, como estratégia de resistência camponesa;

¹⁰ Cf: Mapa 6, página 82.

Objetivos Específicos:

- Interpretar de que modo os fundamentos da Agroecologia estão correlacionados com o Projeto da Ecovárzea;
- Analisar a importância estratégica da política da Certificação Participativa institucionalizada pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, para a realidade camponesa, considerando o papel do Estado na formulação de políticas públicas;
- Analisar a viabilidade e o interesse dos camponeses da Ecovárzea em obter a certificação participativa nos moldes estabelecidos pelo Ministério de Agricultura e Pecuária e Abastecimento – MAPA, partindo de uma análise comparativa dos dois processos;

Metodologia

Para a construção do presente trabalho buscou-se a contribuição de diferentes áreas do conhecimento, que aprimoraram o conhecimento promovido pela Ciência Geográfica. A interdisciplinaridade está presente no próprio saber geográfico, que ao se propor estudar os fenômenos que unem sociedade e natureza se apropria do conhecimento tanto das ciências naturais como das sociais e humanas, trabalhando com fenômenos naturais e sociais concomitantemente (SANTOS, 2006).

Entendemos que a escolha do método guia o proceder da pesquisa científica, contudo acreditamos também, que um único método científico não seja capaz de dar conta da realidade estudada, principalmente se a mesma é investigada no âmbito das ciências humanas e sociais, cuja complexidade e a influência das dimensões imateriais têm que ser consideradas, mesmo que não sejam objetivo da pesquisa, como no nosso caso. Assim como Bachelard (1996:17-19), consideramos que a compreensão de uma dada realidade é permeada por desafios e incertezas, pois “o conhecimento do real é luz que sempre projeta algumas sombras. Nunca é imediato e pleno (...)”. A possibilidades de superação destes desafios e incertezas pode ser guiada pelo olhar (e método) do

pesquisador, mas Bachelard adverte que, “(...) chega o momento em que o espírito prefere o que confirma seu saber àquilo que o contradiz, em que gosta mais de respostas do que perguntas. O instinto conservativo passa então a dominar (...)”. Portanto, foi nesta reflexão, que nos detivemos em toda a investigação empírica a fim de diminuir a tendência de escutarmos apenas aquilo que soava bem aos nossos ouvidos, e tendo a certeza que um mesmo problema, poderá ter diferentes interpretações.

Tendo em vista essas importâncias, buscamos investigar nosso objeto sob a ótica do método dialético marxista, nos baseando principalmente em Lowy (1989; 1994), que afirma nas duas bibliografias estudadas a existência do direcionamento político de qualquer método e a não neutralidade da ciência, principalmente nas ciências humanas e sociais. Entendemos como método dialético aquele cuja explicação da realidade ultrapassa os limites da descrição, interpretando o objeto a partir da sua interação com o meio, e dos processos históricos condicionantes do mesmo.

Lowy (1989) defende categoricamente que as pesquisas das ciências sociais devem necessariamente conter um posicionamento político, diferentemente da neutralidade que o positivismo referendou como uma das leis que rege a ciência moderna. Assim, consideramos como sendo a mais substancial crítica de Lowy (1989:15) ao método de pesquisa positivista, justamente o argumento que o autor levanta em relação a incompreensão das especificidades metodológicas das ciências sociais em relação às ciências naturais, que são: 1) O caráter histórico dos fenômenos sociais, transitórios, perecíveis, susceptíveis de transformação pela ação dos homens; 2) A identidade parcial entre sujeito e objeto do conhecimento; 3) O fato de que os problemas sociais suscitam a entrada em jogo de concepções antagônicas das diferentes classes sociais; 4) As implicações político-ideológicas da teoria social: o conhecimento da verdade pode ter consequências diretas sobre a luta de classes.

Nesta perspectiva o nosso objeto de investigação por si só é dialético, consiste em uma alternativa de sustentabilidade inserida no modo de produção capitalista. Se entendermos a Feira Agroecológica da UFPB como uma experiência de resistência e recriação do campesinato¹¹, veremos que ela resiste ao mesmo tempo em que está

¹¹ Cf: MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a Política no Brasil**. 4ed. Petrópolis: Vozes, 1981; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 3.ed. São Paulo-SP:

subordinada à lógica do desenvolvimento capitalista o qual, ao mesmo tempo em que se apropria da produção camponesa, permite a sua reprodução. A dialética marxista responde aos anseios teóricos da pesquisa, o que não condiciona uma análise apenas dos processos econômicos contraditórios que ali estão inseridos. Contemplamos outras dimensões para além da econômica sempre condicionando a pesquisa de campo e a análise do discurso à perspectiva de uma teoria política comprometida com a classe social em questão, a classe camponesa.

Para o desenvolvimento desta investigação adotamos a metodologia qualitativa, dividida em levantamento bibliográfico e documental e pesquisa empírica de campo.

Levantamento Bibliográfico e Documental

O levantamento bibliográfico foi dirigido a partir da temática proposta no projeto de pesquisa que diz respeito à discussão do campesinato no Brasil, às especificidades da territorialidade camponesa, à Agroecologia, à soberania alimentar, à certificação de produtos agroecológicos, entre outros. O levantamento da bibliografia foi realizado a partir de sugestões da orientadora da pesquisa, das sugestões feitas pela banca no Seminário de Dissertação e no Exame de Qualificação da pesquisa, e no diálogo com outros professores no decorrer do mestrado. Foi realizado junto às bibliotecas dos grupos de pesquisa Gestar e GEA, na biblioteca Central e Setorial da UFPB, nas bibliotecas digitais de diversas instituições de ensino superior Nacional e Internacional que disponibilizam livros, revistas e teses, como também em Revistas Científicas do Portal da Capes, e do Scielo. Acessamos também artigos publicados em Anais de Congresso. Algumas bibliografias me foram enviadas por e-mail, sobretudo algumas que tratam de trabalhos já orientados na referida temática, por professores que contribuíram diretamente na construção deste trabalho.

Destacamos a pesquisa bibliográfica feita pela internet como ferramenta indispensável a nossa investigação, principalmente pela quantidade de material de Agroecologia e

certificação de produtos Agroecológicos, temáticas relativamente recentes no cenário da pesquisa no Brasil. Elencamos os principais sites consultados:

1. <http://www.biblioteca.ufpb.br>;
2. <http://www.teses.usp.br>
3. <http://www.periodicos.capes.gov.br/>;
4. <http://www.dominiopublico.gov.br/>;
5. <http://www.scielo.br>;
6. <http://biblioteca.ibge.gov.br/>
7. www.agroecologia.org.br/
8. <http://www.prefiraorganicos.com.br/>
9. <http://www.emater.tche.br/hotsite/revista/>
10. <http://www.anc.org.br>
11. <http://www.ecovida.org.br/>
12. <http://portal.mte.gov.br/rais/>
13. <http://www.prac.ufpb.br/feira/>

O levantamento e a análise documental desta pesquisa diz respeito, sobretudo às legislações que regulamentam a produção orgânica no Brasil; às atas da Comissão da Produção Orgânica da Paraíba – Cporg PB coordenada pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA que conta com participação do poder público e da sociedade civil organizada; aos dados acerca da situação dos assentamentos rurais e das usinas de cana de açúcar na Zona da Mata paraibana, conseguidas junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e no site do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, especificamente no setor RAIS/MTE que disponibiliza informações on-line acerca da situação de emprego, renda e relações de trabalho no Brasil; e aos Relatórios Finais dos Projetos que iniciaram e acompanharam o processo de certificação participativa da Feira Agroecológica do campus I da UFPB.

O levantamento documental da legislação dos alimentos orgânicos foi feito integralmente pela internet na página do Ministério da Agricultura, e em portais de ONG`s que divulgam a temática da Agroecologia como a Rede Ecovida. As atas da Comissão dos Orgânicos da Paraíba – Cporg PB foram conseguidas junto ao Ministério

da Agricultura que prontamente as disponibilizou em meio impresso. As informações acerca da situação dos assentamentos rurais, como a área ocupada e número de famílias assentadas, foram conseguidas no INCRA após solicitação formal junto à Superintendência, visto que os dados não estavam disponibilizados no site, e foram prontamente disponibilizados também em meio impresso. As informações acerca da mão de obra utilizada no corte da cana de açúcar das usinas foram extraídas da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, disponibilizada no site do MTE. Os Relatórios Finais dos Projetos citados anteriormente foram construídos em conjunto com todos os participantes dos mesmos.

Trabalho de campo

Destacamos algumas leituras realizadas que tratam da importância do trabalho de campo para a ciência geográfica, entre eles estão Lacoste (2006), Kayser (2006), Marcos (2006), e que contribuíram diretamente para a nossa percepção e o nosso olhar em campo. O trabalho de campo ou a investigação empírica é tratado pelos respectivos autores como instrumento indispensável para comprovação das idéias pré estabelecidas pelo pesquisador, e alertam para o compromisso e retorno da pesquisa para com o objeto e os sujeitos envolvidos. O geógrafo Yves Lacoste (2006, 91) destaca importância de se estabelecer uma harmonia entre teoria e prática e também de contextualizar o problema investigado, e nos diz que: “O trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas”.

Podemos dividir nossa pesquisa de campo em três momentos:

1) O primeiro corresponde as visitas de observação simples junto a Feira Agroecológica e aos ambientes individuais e coletivos dos camponeses, (como na moradia e\ou área produtiva; presença esporádica nas reuniões da Ecovárzea¹² – Associação responsável

¹² Associação de Agricultores (as) Agroecológicos da Várzea Paraibana fundada em 2005.

pela organização e funcionamento da feira; e presença em festividades da comunidade); e que foram iniciados antes do ingresso no Mestrado na turma de 2010. Esses momentos foram registrados em caderneta de campo, durante e após as ações realizadas. Foram anotadas e em outros casos desenhada, informações relevantes em relação à família, à produção, à dinâmica, e à organização do grupo, assim como a logística dos espaços de comercialização (que vão além da Feira).

Os locais mais visitados foram: a Feira Agroecológica da UFPB; a parcela do camponês Marcos Antônio Trajano no Assentamento Dona Helena, localizado em Cruz do Espírito Santo-PB; a parcela do camponês Luiz Damásio de Lima no Assentamento Padre Gino, localizado em Sapé-PB; a parcela do camponês Daniel Lopes Rodrigues no Assentamento Dona Antônia, localizado no Conde-PB; a parcela de Assis Barbosa de Melo no Assentamento Rainha dos Anjos, localizado em Sapé-PB; o Centro de Apoio a Produção Agroecológica (CEPA) localizado no Assentamento Padre Gino- Sapé-PB; o Centro Rural de Formação – CRF e a sede da Associação dos Moradores do Assentamento Padre Gino em reuniões e datas comemorativas.

Os registros fotográficos e o croqui que constam no nosso trabalho foram decorrentes dessas visitas e tiveram o propósito de fortalecer as informações trazidas e as discussões levantadas.

2) O segundo momento corresponde as entrevistas semi estruturadas (QUIVY 1998), realizadas com os sujeitos e entidades responsáveis diretos e indiretos para a realização do Projeto da Feira da UFPB, entre camponeses, parceiros e consumidores, a fim de obter informações que respondam a nossa hipótese. Algumas entrevistas foram realizadas presencialmente com o entrevistado e registradas em gravador, e outras foram encaminhadas por correio eletrônico para o entrevistado, que nos retornou com as respostas. Também consideramos como entrevistas as anotações das conversas realizadas com alguns desses sujeitos, mesmo que não seguissem um roteiro determinado.

Selecionamos os parceiros de acordo com a importância e reconhecimento atribuídos aos mesmos pelos camponeses, percebidos de forma indireta em conversas e momentos durante a pesquisa, e por representarem também uma resistência no âmbito em que se

inserem, ao se disporem em ser parceiros no Projeto das Feiras, pelo acesso de recursos que conseguem com o produto do seu trabalho e por sua representatividade política. Nesta perspectiva, as entidades e parceiros selecionados foram: a Comissão Pastoral da Terra – **CPT**; o Grupo de pesquisa: Território Trabalho e Cidadania – **GESTAR\UFPB**; o Grupo de Ergonomia Agrícola e Gestão Ambiental – **GEA\UFPB**; Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares – **SEAMPO**; a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário – **SDT\MDA**; o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – **Setor de Orgânicos\ MAPA**; a Associação de Agricultores (as) Agroecológicos da Várzea Paraibana - **Ecovárzea** representada por alguns **camponeses**, e um grupo de **consumidores** da Feira Agroecológica da UFPB.

Foram elaborados um número de quatro roteiros de entrevistas semi estruturadas, que nos deram a possibilidade de contemplar os objetivos específicos do nosso projeto de pesquisa.

Os consumidores foram escolhidos de acordo com o tempo de frequência na Feira e foram no número de seis, alguns indicados pelos próprios camponeses e outros por nós escolhidos, contudo nem todas foram utilizadas diretamente no nosso texto. Segue quadro de entrevistas:

Quadro 1: Entrevistas realizadas em função da pesquisa

| Entidade/Categoria | Nome do entrevistado | Tipologia/Duração das entrevistas |
|---|--|--|
| Comissão Pastoral da Terra - CPT | Tânia Maria de Souza | Presencial - 1h 02 minutos |
| Grupo de Pesquisa e Extensão GESTAR: território, trabalho e cidadania | Maria de Fátima Ferreira Rodrigues | Presencial - 18 minutos |
| Grupo de Ergonomia Agrícola e Gestão Ambiental - GEA | Paulo José Adissi | Respondida via e-mail |
| Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares - SEAMPO | Francisco Xavier Pereira da Costa | Respondida via e-mail |
| Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA (Setor dos Orgânicos) | Virgínio Carneiro da Silva | Respondida via e-mail |
| Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA/Cooperativa Vínculus | Flávio Mello de Luna | Presencial - 27 minutos |
| Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos – NCDH/UFPB – Assessoria Jurídica | Iranice Gonçalves Muniz | Respondida via e-mail |
| Assessoria Técnica | Luiz Pereira Sena | Anotações em caderneta de campo |
| Ecovárzea | Daniel Lopes Rodrigues | Presencial – 17 minutos |
| Ecovárzea | Luiz Damásio de Lima | Anotações em caderneta de campo |
| Ecovárzea | Marcos Trajano | Anotações em caderneta de campo |
| Consumidor | Consumidor 1 (Mário Bezerra da Silva) | Presencial – 19 minutos |
| Consumidor | Consumidor 2 (Noemi Paes Freire) | Presencial – 8 minutos |
| Consumidor | Consumidor 3 (Lívia Helena Borba) | Presencial – 7 minutos |
| Consumidor | Consumidor 4 (Walquíria Alice Batista) | Presencial – 13 minutos |
| Consumidor | Consumidor 5 (Súria Arenovith Pombo de Barros) | Presencial – 23 minutos |
| Consumidor | Consumidor 6 (Maria Brasil) | Respondida via e-mail |

3) A presença nas reuniões da Comissão da Produção Orgânica da Paraíba - CPORG\PB cujas discussões pautavam entre outras temáticas a Certificação de produtos orgânicos. Teve o objetivo de acompanhar as discussões acerca do Organismo da Conformidade Orgânica – OCS e do Sistema Participativo de Garantia – SPG, e a implantação dos mesmos na Paraíba. A participação nas reuniões da CPORG\PB se deu também com o objetivo de auxiliar a minha assessoria voluntária para o Cadastro da Ecovárzea como OCS.

O nosso trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos.

No Capítulo 1, contextualizamos a disputa territorial na Zona da Mata paraibana a partir da demonstração de dois modelos de desenvolvimento antagônicos. Aquele pautado pelo capitalismo agrário e materializado pelas Usinas de cana de açúcar e aquele pautado pela resistência camponesa e materializado pelos assentamentos rurais e pelas experiências da Agroecologia.

No Capítulo 2, tratamos de uma experiência pioneira na construção de um modelo de desenvolvimento local auto sustentável pautado na agroecologia, na comercialização direta dos seus produtos e na resistência ao modelo de certificação imposta pelo mercado dos produtos orgânicos. Nesta perspectiva analisamos os principais pilares de sustentação da Feira Agroecológica da UFPB organizada pela Ecovárzea, que se tornam também a matriz que certifica a procedência da produção agroecológica.

No Capítulo 3, descrevemos o processo de certificação participativa/social da Feira Agroecológica da UFPB, destacando a resistência e os entraves desse modelo de certificação, que depende de uma organização social fortalecida e que envolve diretamente camponeses, técnicos, consumidores e parceiros. Fizemos também uma análise comparativa entre o processo de certificação da Ecovárzea e o processo de certificação participativa institucionalizado pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Nas Considerações Finais expomos nosso entendimento acerca da interlocução entre a territorialidade camponesa, a Agroecologia e a estratégia de resistência camponesa que representa a certificação da Feira da UFPB promovida pela Ecovárzea.

Capítulo I – Enfoques de resistências e reprodução camponesa no Espaço Agrário da Mata paraibana

Caracterizar as contradições territoriais da Mata paraibana se torna imprescindível para adentrar ao tema que almejamos abordar no Capítulo I, que trata das redefinições territoriais nesse espaço agrário a partir do processo de resistência camponesa à opressão do capital agrícola. Esta resistência foi e é determinante para que exista a reprodução camponesa geradora de uma outra lógica de produção e consumo, baseada na Agroecologia e no ideal da Soberania Alimentar. Desta forma, nosso texto dialoga com a percepção encontrada em autores que fundamentam seus argumentos na tradição marxista a exemplo de Martins (1981, 2010), Oliveira (1990, 1997, 2007), e Fernandes (1996), e que defendem a necessidade de um novo arranjo territorial para o espaço agrário brasileiro. A Reforma Agrária e a valorização da territorialidade camponesa, conseguidas, sobretudo a partir da luta e da organização dos movimentos sociais se torna a ferramenta de resistência e mudança social. Fernandes (1996) nos diz que, as relações sociais que acontecem no campo, são movidas pelo processo desigual e contraditório do desenvolvimento do capitalismo na produção do espaço, sendo portanto, relações de dominação, expropriação e exploração por parte dos capitalistas e do latifúndio, e de subordinação, resistência e libertação por parte dos trabalhadores, sendo no controle do tempo\espaço que acontece tanto o domínio quanto a resistência.

O processo de territorialização da Mata paraibana não difere substancialmente de todo contexto da formação do espaço agrário do Nordeste brasileiro, sendo marcada pela força do poder econômico do capital canavieiro que de maneira geral, devasta o Bioma da Mata Atlântica, e subordina a população do campo, índios e camponeses, expropriando-os da terra de trabalho, sujeitando-os ao assalariamento no corte da cana e a migração para os centros urbanos. Portanto, o processo de colonização, a política de concentração de terras, os incentivos estatais à expansão do capitalismo no campo, e as lutas de resistência camponesa são os temas que abordamos nesse primeiro capítulo.

1.1 A dominação...

Entendemos que o atual quadro de problemas sociais e a crise ambiental no Brasil, - destacando o inchaço das cidades através do aumento de aglomerados subnormais, o aumento de atividades econômicas informais, e a violência; os avanços do agronegócio a destruir os Biomas, e as tentativas de reformulação de instrumentos legais de proteção ambiental, possuem ligação direta com a dinâmica do modo de produção capitalista nos espaços rurais, sendo esta realidade, a continuidade de um processo histórico que vem se agravando desde a nossa colonização. É no diálogo com teóricos que tratam da formação do território latino americano e brasileiro, e da questão agrária do Brasil e da Paraíba que fundamentamos o problema das desigualdades territoriais no campo brasileiro de modo geral, e na Paraíba em particular. Sempre que necessário, utilizaremos dados empíricos relacionados à nossa investigação e ao nosso objeto de pesquisa para melhor elucidar a discussão.

O processo de colonização do Brasil obedeceu à lógica de exploração territorial desencadeada pelo capitalismo comercial, que movia os interesses de acumulação da classe dominante europeia, que se apropriou das riquezas naturais das Américas, e subordinou os povos nativos a escravização física e psicológica, pois além do trabalho forçado foram submetidos aos costumes e a religião europeia (cristianismo). Os povos nativos das Américas e os negros trazidos da África constituíram durante séculos a força de trabalho dos grandes ciclos de exportação das Colônias para a Metrópole (madeira, minérios, borracha, açúcar, café, etc.), sendo deles, o suor e o sangue que possibilitou a acumulação primitiva do capital, que enriqueceu a Europa, a ponto de com esses recursos se industrializarem, sendo a história do subdesenvolvimento da América Latina determinante para o desenvolvimento do capitalismo. Conforme destacam autores como Dean (2002), Bosi (1992), Ribeiro (2006) e Galeano (1988).

Ao tratar da história da América Latina, Galeano (1988) praticamente constrói um inventário dos 500 anos de exploração desse continente, e nos diz que, a resistência dos povos oprimidos sempre esteve presente no contexto da exploração, seja através de rebeliões e guerras, ou de estratégias de reprodução alheias ao que estava a ser imposto pelos colonizadores. Como exemplo o autor cita o Quilombo de Palmares, chamado

pelo mesmo de “reino negro” formado no Nordeste do Brasil e que resistiu durante todo o século XVII às expedições militares para extinguí-lo. Outros exemplos de lutas sociais e estratégias de resistência são citados, é o caso da a Revolução Mexicana liderada por Emiliano Zapata que teve início em 1910 e representava a revolta dos camponeses contra o latifúndio; a luta de classes na Colômbia que dura de 1948 a 1957, conhecida como “guerra camponesa”; a Revolução Cubana iniciada em 1959 e liderada por Fidel Castro, que se constituiu como a maior mudança político - econômica no cenário Latino Americano, entre outros.

No caso do Brasil, Ribeiro (2006) nos traz uma valiosa reflexão acerca da formação do território e do povo brasileiro, e diz que essa formação foi marcada pela subordinação dos povos nativos, não só na dimensão material/econômica, incluindo assim, as imbricações étnicos – culturais nas relações de poder, e os processos imateriais na formação das classes sociais. A respeito dessa subordinação, destacamos a percepção de Ribeiro (2006:27) que levanta os principais fatores que contribuíram para essa relação desigual:

Esse conflito se dá em todos os níveis, predominantemente no biótico, como uma guerra bacteriológica travada pelas pestes que o branco trazia no corpo e eram mortais para as populações indenes. No ecológico, pela disputa de território, de suas matas e riquezas para outros usos. No econômico e social, pela escravização do índio, pela mercantilização das relações de produção, que articulou os novos mundos ao velho mundo europeu como provedores de gêneros exóticos, cativos e ouros. No plano étnico cultural, essa transfiguração se dá pela gestação de uma etnia nova, que foi unificando, na língua e nos costumes, os índios desengajados de seu viver gentílico, os negros trazidos de África, e os europeus aqui querenciados.

Warren Dean (2002) levanta mudanças que ocorreram no território brasileiro após a chegada dos colonizadores, destaca sobretudo, aquelas relacionadas ao uso dos recursos naturais, e se refere criticamente a esses exploradores como *invasores*. Relata que o uso dos recursos da Mata Atlântica se constituía enquanto fonte de lucro fácil, sendo explorada de forma criminosa e devastadora: “a Mata Atlântica propiciou lucros fáceis: papagaios, corantes, escravos, ouro, ipecacuanha, orquídea e madeira para proveito de seus senhores coloniais, e queimada e devastada, uma camada imensamente fértil de cinzas que possibilitou uma agricultura passiva, imprudente e insustentável” (DEAN, 2002:380). Especificamente em relação à Mata do Brasil Dean nos diz que: “Até 1700 — cerca de 150 anos após a exportação do açúcar alcançar escala comercial — os

campos de cana-de-açúcar teriam eliminado uns mil quilômetros quadrados de Mata Atlântica” (DEAN, 2002: 96).

Historicamente a territorialização do espaço agrário brasileiro acontece fundamentada na exploração da força de trabalho dos pobres, principalmente índios e negros, e da natureza. As desigualdades se intensificam com o início do processo de concentração de terras, que fez surgir uma elite agrária brasileira disposta a preservar seus benefícios políticos e econômicos a qualquer custo. Teve na doação das grandes porções de terras feita pela Coroa portuguesa – as Sesmarias e posteriormente na Lei de Terras (Lei n° 601 de 1850), os seus pilares de sustentação (MARTINS, 2010; MOREIRA, 1990).

A Lei das Sesmarias foi responsável por regular juridicamente a repartição da propriedade fundiária brasileira no período colonial (1500-1822), sendo segundo a Lei, o acesso a terra proporcional ao número de escravos que tinham cada senhor, ou seja, proporcional a capacidade de se cultivar a terra. “Somente doze *capitães* receberam, por carta de doação, todo o imenso território colonial virgem, para explorá-lo a serviço do monarca” (GALEANO, 1988:73). Por sua vez, a Lei de Terras de 1850 foi um marco histórico da chegada do capitalismo na organização espacial do Brasil. Pensada com a intenção de substituir o modo pelo qual os senhores de escravos exerciam seu poder, visto que o regime escravista tinha sido abolido recentemente, esta Lei conduz a valorização da terra, por estabelecer o acesso à mesma exclusivamente pela compra e venda, desloca-se assim o controle de escravos para o controle de terras (MOREIRA, 1990; MARTINS, 2010).

Assim, de acordo com Martins (2010: 10) “o Brasil inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje”. Esse marco legal afastou cada vez mais o camponês livre (recém liberto) da propriedade da terra.

A partir de então, o acesso à terra para o trabalho por parte das populações pobres, é realizado por meio de concessões feitas pelo senhor proprietário, dando início à renda da terra no Brasil, pois, a terra como mercadoria, “propicia um lucro extraordinário,

suplementar, permanente, produto do trabalho excedente do camponês, sendo a renda da terra considerada fração da mais valia” (OLIVEIRA, 1990: 73).

A sede de propriedade da terra na contemporaneidade se justifica pela possibilidade do capitalista lucrar apenas pelo fato de ser proprietário da terra, ou seja, por simples especulação. “Assim, a concentração da terra aumenta o poder de extração da fração da mais-valia social sem participar do processo produtivo, apenas por haver proprietários privados da terra”. Atualmente, a crueldade da concentração de terras se dá por meio de grilagem de terras, de manobras políticas, massacres de índios e populações tradicionais e de crimes contra o meio ambiente em prol do enriquecimento de uma elite latifundiária (OLIVEIRA, 2007: 66).

A elevada importância dada à função agrícola, sobretudo após a Revolução Verde¹³, aprimora o esquema de enriquecimento da elite agrária brasileira que se beneficia tanto da renda do latifúndio improdutivo quanto da produtividade das monoculturas para exportação. Portanto o poder daqueles que detêm a propriedade da terra e os meios de produção territorializa o espaço agrário a partir da dominação do meio natural e da subordinação da força de trabalho, existindo nestes espaços, uma relação desigual entre capital e trabalho. Relação esta que, valoriza a acumulação capitalista e despreza a dimensão humana e ambiental, pois considera o *desenvolvimento rural* como sinônimo do *desenvolvimento agrícola*, favorecendo o processo de dominação do território por parte de uma agricultura puramente capitalista produtora de *commodities* para o mercado externo. Assim, a história da agricultura brasileira é marcada desde o início por uma opção pela agricultura comercial em detrimento da agricultura camponesa (MARTINS, 1981; OLIVEIRA, 2003, 2005; MENDONÇA e THOMÁS JÚNIOR, 2002).

Os monocultivos de exportação (soja, açúcar, etc) que até a implantação das políticas neoliberais que marcaram a década de 90, eram chamados de *agribusiness*, ganharam na

¹³ Consistiu em mudanças nas práticas produtivas com o intuito de aumentar a produtividade através da implantação de máquinas, defensivos e fertilizantes químicos e sementes preparadas à produção. Cf: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura e Indústria no Brasil. Boletim Paulista de Geografia. Revista AGB. n° 58, 1981. _____. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandir L. Sanches (org). Geografia do Brasil. 5ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

língua portuguesa a expressão: *agronegócio*. A ideologia do agronegócio consiste em demonstrar que a aplicabilidade da ciência na agricultura, por meio de tecnologias cada vez mais sofisticadas por grandes empresas nacionais e internacionais, é o modelo de agricultura necessário ao progresso e ao desenvolvimento econômico do Brasil (SILVA, 2007).

Definia-se assim, na prática da produção econômica, uma distinção importante entre a agricultura tipicamente capitalista e a agricultura camponesa, e assim, no contexto do neoliberalismo, é forjada a distinção a fim de separar a agricultura de pequeno porte - a *agricultura familiar* da agricultura comercial, aquela que traz equilíbrio a balança comercial, ainda que seja às custas da destruição da natureza e da precarização do trabalho.

Contraditoriamente o conceito de agricultura familiar inclui num mesmo arranjo teórico, o camponês produtor de alimentos para subsistência e reprodução da família, e o pequeno produtor capitalista cuja produção está voltada, totalmente, para os mercados mundiais e/ou nacional. Sepulta-se assim a concepção da agricultura camponesa (OLIVEIRA, 2007:147). Cabe ressaltar que a substituição do termo camponês por agricultor familiar integra uma intenção estratégica por parte do Estado, que tende a restringir o campesinato à mera escala econômica, criando programas específicos para este setor da economia com o intuito de contemplar precariamente esses sujeitos e assim consolidar o seu papel de mediador de crise social. Nesta perspectiva, Martins (1981:17) nos diz que,

(...) é preciso não esquecer que a racionalidade econômica e política dominantes correspondem, no Brasil, a um verdadeiro pacto de classes que excluiu da cena política os trabalhadores rurais, como meio de protelar uma transformação do direito à propriedade, que alteraria na raiz as bases de sustentação dos grandes latifúndios, das classes dominantes e da forma brutal que a exploração do trabalho e a acumulação do capital assumem em nosso país”.

Sendo assim, a idéia de que a produção agropecuária tem que servir ao mercado é difundida pelo Estado e pelas transnacionais agro-químico-alimentares, exatamente para se manterem no controle direto e decisório da política e economia do país (THOMÁS JÚNIOR, 2006).

É importante destacar que o Estado brasileiro se constitui em força motriz para a disseminação e consolidação do modelo da agricultura nos moldes das monoculturas do agronegócio no Brasil, e atua apenas como coadjuvante na reprodução do campesinato através da Reforma Agrária e de políticas públicas incipientes.

Sobre esse tema Londres (2011) destaca alguns incentivos que foram determinantes para a modernização da agricultura, são eles: a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural em 1965, que vincula a obtenção de crédito agrícola à obrigatoriedade da compra de insumos químicos (agrotóxicos) pelos agricultores; a criação do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) em 1975 que proporcionou recursos financeiros para a criação de empresas nacionais e a instalação no país de subsidiárias de empresas transnacionais de insumos agrícolas; o marco regulatório defasado e pouco rigoroso que vigorou até 1989 e que facilitou o registro de centenas de substâncias tóxicas, muitas já proibidas em países desenvolvidos; incentivos e isenções fiscais como por exemplo o convênio ICMS 100/97 que chega a amortecer em 60% o imposto, isenção do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), a isenção da cobrança do PIS (Programa de Integração Social) e PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor) e da CONFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

Por outro lado, os incentivos disponibilizados pelo Estado aos sujeitos que promovem uma agricultura camponesa - produtores dos alimentos básicos à nossa sobrevivência - são considerados incipientes e muitas vezes inacessíveis. Sabemos que a conquista da terra por meio da Reforma Agrária só se dá pela organização dos movimentos sociais e pela luta política e física contra o latifúndio e as amarras estatais, sendo essa, a primeira etapa a ser vencida pelos camponeses, dentre as inúmeras que passam a existir após o parcelamento da terra. Dentre as maiores dificuldades encontradas pelos assentados da Reforma Agrária no Brasil, estão o acesso aos créditos rurais, a assistência técnica à produção e a comercialização.

Como exemplo do que expomos vamos enfatizar brevemente a incipiência do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, a partir de sua atuação nas unidades produtivas dos sujeitos da nossa pesquisa, os quais o Programa classifica

como agricultores familiares, identificados através de uma Declaração de Aptidão Agrícola – DAP.

O referido Programa se constitui como uma política pública específica e diferenciada para a agricultura familiar, e nasceu com a finalidade de facilitar o crédito agrícola e o apoio institucional aos pequenos produtores rurais que até então, não estavam assistidos e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo. Foi formulado como resposta do Estado às pressões do movimento sindical rural, realizadas desde o final da década de 1980. Criado no ano de 1994 no Governo Itamar Franco, com o nome de Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – PROVAP, foi institucionalizado como PRONAF em 1996 através do Decreto Presidencial nº 1.946, datado de 28/07/1996 (BRASIL, 2012).

O PRONAF estabelece a seguinte classificação para os beneficiários: **Grupo A:** agricultores assentados da Reforma Agrária; **Grupo B:** agricultores familiares e remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas com renda bruta anual atual de até R\$ 2.000,00; **Grupo C:** agricultores familiares com renda bruta anual atual entre R\$ 2.000,00 a R\$14.000,00, que apresentem explorações intermediárias com bom potencial de resposta produtiva; **Grupo A/C:** agricultores oriundos do processo de reforma agrária e que passam a receber o primeiro crédito de custeio após terem obtido o crédito de investimento inicial que substituiu o antigo programa de apoio aos assentados; **Grupo D:** agricultores estabilizados economicamente com renda bruta anual entre R\$14.000,00 e R\$40.000,00; **Grupo E (Proger Familiar Rural):** agricultores com renda bruta anual entre R\$ 40.000,00 a R\$ 60.000,00 (SCHNEIDER et all, 2004).

Os sujeitos da nossa pesquisa - os camponeses da Ecovárzea que são provenientes de assentamentos rurais estão enquadrados o Grupo A. Numa pesquisa realizada em 2006¹⁴ constatamos que a deficiência de assistência técnica para orientação de acesso ao crédito e para o acompanhamento dos projetos foi elencada pelos camponeses como responsável pelo endividamento e o insucesso desse Programa no PA de Padre Gino -

¹⁴Cf: OLIVEIRA, Mariana Borba de. O Assentamento Padre Gino e a Feira Agroecológica do Campus I da UFPB. Monografia defendida junto ao Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.

Sapé. Na referida pesquisa, constatamos através da aplicação dos questionários que 58% dos assentados quando indagados sobre a participação de Programas do Governo Federal de acesso ao crédito responderam que já participaram desse tipo de incentivo à produção familiar, e 42% responderam que nunca participaram. Dos que tiraram o crédito, 77% afirmam que adquiriram dívidas e não conseguiram pagar até o momento da pesquisa e 23% declararam ter melhorado determinada produção ou aumentado o criatório de animais (OLIVEIRA, 2006).

Mais recentemente o trabalho de Rodrigues (2011), que pesquisou especificamente a atuação do Programa em municípios da Paraíba, nos traz outros elementos responsáveis pelas dificuldades de acesso ao PRONAF que são: o medo de se endividar; a ausência do crédito no momento certo do plantio; a insuficiência na quantidade de técnicos em relação à demanda de camponeses existentes; e a presença de um sistema muito burocrático para se acessar o crédito.

Nesse contexto de desigual apoio estatal, se fortalece a dominação territorial na Mata paraibana, realizada a quatro séculos pelo Capital materializado principalmente no cultivo da cana-de-açúcar. Os lucros proporcionados pelas usinas permitem que outras frações do território sejam dominadas a partir de investimentos em outras atividades, - que também possuem caráter devastador, como no caso da Mata paraibana, dos tanques de criação de camarão para fins comerciais – a carcinicultura, que são dos mesmos proprietários de uma das usinas – a Jacuípe, desativada por decisão judicial em 2006, justamente pelos danos ambientais causados à Área de Proteção Ambiental – APA da Barra do Rio Mamanguape¹⁵.

Para exercer sua função de acumulação, os capitalistas desterritorializaram milhares de camponeses e índios de seu lugar de trabalho e vida, forçando-os a migrar para os centros urbanos; submete-os à proletarização do corte da cana de açúcar e demais atividades sob seu controle; destroem o que resta do Bioma da Mata Atlântica, seja pela poluição dos mananciais de água através do uso de agrotóxicos, que também

¹⁵ Para maiores informações a respeito dos conflitos e os danos ao meio ambiente gerados pela criação de camarão, Cf: MOREIRA, Juliana F. **Legislação Ambiental e Conflitos Sócio Ambientais: o caso da atividade de carcinicultura na APA do Rio Mamanguape – PB**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA. João Pessoa, 2008.

envenenam a população, seja pelo desmatamento e queimadas para o aumento das áreas de plantio destruindo flora e fauna.

Galeano (1988: 74- 75) nos lembra das práticas e manejos predatórios instalados na Mata paraibana, e afirma:

O açúcar arrasou o Nordeste. A faixa úmida do Litoral, bem regada por chuvas, tinha um solo de grande fertilidade, muito rico em húmus e sais minerais, coberto por matas tropicais, da Bahia até o Ceará. Esta região de matas tropicais converteu-se, como diz Josué de Castro¹⁶, em regiões de savanas. Naturalmente nascida para produzir alimentos, passou a ser uma região de fome. Onde tudo germinava com exuberante vigor, o latifúndio açucareiro, destrutivo e avassalador, deixou rochas estéreis, solos lavados, terras erodidas (...) A abundância e prosperidade eram, como de costume, simétricas à miséria da maioria da população, que viviam em estado crônico de desnutrição.

Essa realidade se agrava com o surgimento das primeiras usinas de açúcar no Nordeste cujo ápice se deu entre as décadas de 1910 e 1950 através dos investimentos para a industrialização brasileira. As primeiras usinas do Nordeste datam de 1885 em Pernambuco (ANDRADE, 1988) e 1910 na Paraíba (MOREIRA e TARGINO, 1997) e aparecem no contexto da substituição dos antigos engenhos. As usinas intensificam o avanço do capital em direção ao território camponês, ocupando os sítios dos moradores, - áreas até então destinadas ao plantio da roça para auto - consumo. A cultura na cana-de-açúcar, que antes se encontrava restrita aos solos férteis do litoral, passou a ocupar o tabuleiro do Nordeste. As medidas protecionistas do governo em favor dos usineiros nordestinos após a queda do valor do açúcar, ocasionada pela forte industrialização do centro sul que passou a plantar a cana e concorrer com o Nordeste, levou ao agravamento deste quadro de injustiça (ANDRADE, 1988).

Podemos destacar como principais incentivos às usinas de cana-de-açúcar: a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933 que estabeleceu quotas de produção para diferentes estados da Federação brasileira, na tentativa de igualar a produção do Nordeste ao Centro Sul do país; a criação da SUDENE em 1959, na tentativa de reverter o quadro de desigualdades regionais, promovendo a industrialização do Nordeste e o

¹⁶ O autor se refere à obra: Geografia da Fome de Josué de Castro, de 1963.

combate a seca; e os incentivos do PROÁLCOOL, na década de 1970, política desenvolvida pelo Governo Federal visando substituir o petróleo pelo álcool, que concede empréstimos de alto valor a prazos extensos para os empresários que se dispusessem a investir em destilarias (OLIVEIRA, 2006). Ao se referir as contradições do PROÁLCOOL na Paraíba, Moreira e Targino (1997: 113) afirmam que:

[...] a riqueza produzida pela expansão da cana e pelo apogeu do PROÁLCOOL, infelizmente não chegou a mesa da classe trabalhadora (...). A expulsão – expropriação dos pequenos trabalhadores de subsistência (moradores, parceiros, foreiros) foi constatada tanto nas áreas tradicionais produtoras de cana, como naquelas que foram por ela incorporadas mais recentemente. O resultado foi, de um lado, o esvaziamento demográfico da zona rural e, de outro, o aumento das tensões sociais no campo, nas áreas onde a resistência camponesa sobrepujou a força do capital.

A Zona da Mata por suas condições naturais se apresenta como maior área de produção de cana de açúcar do estado da Paraíba, possui 13 empreendimentos entre usinas e destilarias, dentre os 15 encontrados no Estado. Segue o quadro com os municípios, as unidades de produção, e a tipologia dos empreendimentos encontrados na Mata paraibana:

Quadro 2: Empreendimentos canavieiros da Mata paraibana

| Município | Unidade de Produção | Tipologia |
|-----------------------|----------------------------|-------------------------|
| Santa Rita | Miriri | Mista (Álcool e Açúcar) |
| | São João | Mista (Álcool e Açúcar) |
| | Japungú | Destilaria (Álcool) |
| | Agroval | Usina (Açúcar) |
| | Santa Rita | Usina (Açúcar) |
| | Jacuípe | Desativada |
| Sapé | Santa Helena | Desativada |
| | Una | Destilaria (Álcool) |
| Mamanguape | Monte Alegre | Mista (Álcool e Açúcar) |
| | Xuá | Desativada |
| Mataraca | Pemel | Destilaria (Álcool) |
| Pedras de Fogo | Giasa | Destilaria (Álcool) |
| Caaporã | Tabu | Destilaria (Álcool) |

FONTE: ASPLAN - Associação dos plantadores de cana de açúcar da Paraíba. Endereço eletrônico: www.asplanpb.com.br

O quadro a seguir faz referência aos dados da área ocupada pelo plantio da cana de açúcar em hectares por município, e a mão de obra empregada no corte da cana também por município. A princípio pretendíamos levantar o dado da área plantada por usina, contudo, pela falta de acesso aos dados das usinas utilizamos o banco de dados do IBGE referente ao plantio de culturas temporárias por cidade, sendo importante lembrar que foi considerada toda a área plantada de cana, entre usinas e assentamentos¹⁷. Em relação ao dado dos trabalhadores no corte da cana também tentamos conseguí-lo por usina, mas novamente pela falta de acesso aos dados das usinas, coletamo-los no site do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Deduzimos que o número de trabalhadores apresentado é por safra, visto que, esse é o contrato padrão para cultura da cana de açúcar, que dura em média de 6 a 9 meses.

Segue o Quadro e com a área plantada em hectares e a força de trabalho empregada no corte da cana seguido pelo Mapa que espacializa as informações por município da Mata paraibana:

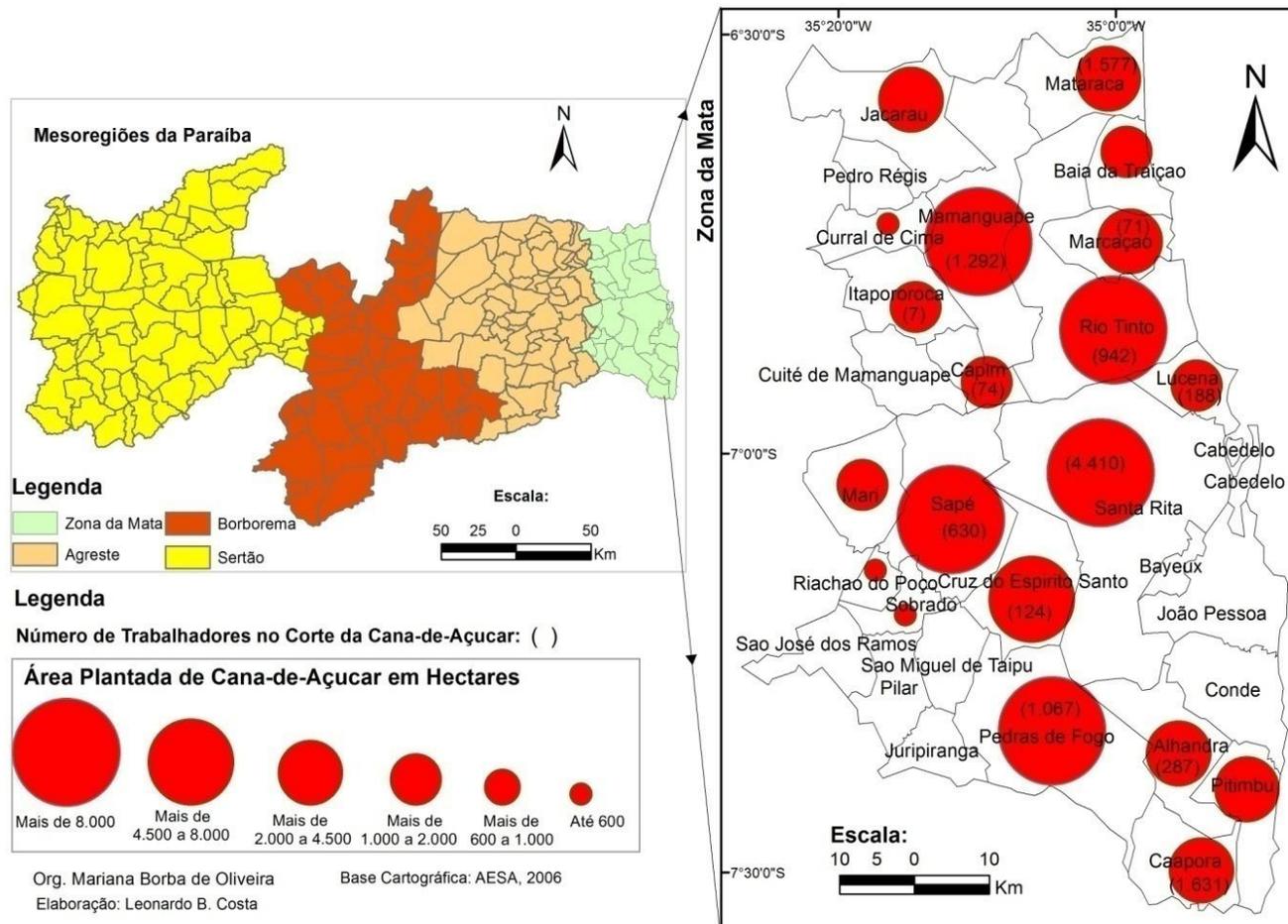
¹⁷ Para maiores informações acerca da contradição do arrendamento das terras dos assentamentos rurais para as Usinas de cana de açúcar Cf: MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. A produção de cana-de-açúcar em áreas de Reforma Agrária na Paraíba. *Anais do IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária*. Niterói, Moreira e Targino (2009).

Quadro 3: Área plantada e a força de trabalho empregada no corte da cana por município da Zona da Mata/PB

| Estado/Municípios da ZM | Área Plantada/ha | Força de trabalho empregada no corte da cana |
|--------------------------------|-------------------------|---|
| Paraíba | 123.691 | |
| Alhandra | 3.300 | 287 |
| Baía da Traição | 1.200 | - |
| Caaporã | 4.400 | 1.631 |
| Capim | 1.600 | 74 |
| Cruz do Espírito Santo | 6.500 | 124 |
| Curral de Cima | 350 | - |
| Itapororoca | 2.000 | 7 |
| Jacaraú | 2.200 | - |
| Lucena | 1.800 | 188 |
| Mamanguape | 9.000 | 1.292 |
| Marcação | 3.000 | 71 |
| Mari | 2.000 | - |
| Mataraca | 3.000 | 1.577 |
| Pedras de Fogo | 30.000 | 1.067 |
| Pitimbu | 2.300 | - |
| Riachão do Poço | 40 | - |
| Rio Tinto | 12.000 | 942 |
| Santa Rita | 13.875 | 4.410 |
| Sapé | 10.000 | 630 |
| Sobrado | 600 | - |

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2010. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Mapa 1: Área plantada e mão de obra empregada no corte da cana de açúcar



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2010. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

O dado referente à área (em hectares) ocupada pelo plantio de cana não está em proporcionalidade com a área do território municipal, todas as áreas ocupadas pela cana estão proporcionais entre si. Ao observar o mapa 1, constatamos que existe plantação de cana de açúcar em quase todos os municípios paraibanos, sendo tal atividade geradora de emprego e renda. Ao fazermos a divisão entre a área total ocupada (109.165 ha) e o número total de trabalhadores empregados (12.300) temos uma média de 8,87 ha por pessoa empregada no corte da cana.

Julgamos necessário esclarecer e demonstrar em que modelo de desenvolvimento a produção das Usinas de cana de açúcar está pautada, e depois comparar com as relações de trabalho estabelecidas nos assentamentos rurais, com a finalidade de demonstrar qualitativamente a inviabilidade do modelo produtivista para a sustentabilidade territorial.

Veremos que a condição de trabalho empregue no corte da cana de açúcar representa uma das maiores contradições desse modelo de produção agrícola. Abordaremos sucintamente as relações de trabalho empregues na monocultura da cana sob a ótica do capital e do campesinato.

As informações que dizem respeito à visão dos capitalistas foram coletadas na ocasião da visita à Usina Japungú, localizada no município de Santa Rita¹⁸, e em subsídios bibliográficos. As informações acerca da vivência dos trabalhadores no corte da cana foram coletadas em entrevistas junto a ex trabalhadores do corte da cana que hoje libertos das amarras estabelecidas pelas relações de trabalho do modelo agrícola capitalista, asseguram com dignidade o sustento das suas famílias em assentamentos rurais e a partir da produção de base agroecológica.

A visita à Japungú foi realizada com o objetivo de conhecer um pouco mais sobre as relações de trabalho num empreendimento canavieiro. Óbvio que a realidade das relações de trabalho foi camuflada pelo representante da Usina, o engenheiro agrônomo designado para nos acompanhar, contudo a essência destas relações não pôde ser escondida. Em sua palestra o engenheiro relatou sobre a legalidade trabalhista dos cortadores, sobre a realização de confraternizações para os funcionários e a preocupação com a segurança do trabalho, o

¹⁸A visita fez parte do trabalho de campo da disciplina Geografia do Trabalho vinculada ao PPGG no período 2011.1.

mesmo também relatou que a empresa prefere empregar a mão de obra masculina por possuir maior força física, sendo capaz de produzir maior quantidade no corte da cana.

O engenheiro destacou o alto índice de consumo de álcool e drogas por parte dos trabalhadores rurais e apontou a baixa escolaridade e a “falta de determinação dos trabalhadores para crescer na vida” como responsável por esta realidade, fato duvidoso, quando sabemos que o uso dessas substâncias entorpecentes auxilia para que esses homens suportem a alta carga de trabalho. Por fim, escutamos casualmente o Srº Engenheiro nos relatar que reconhece ser muito pesado esse tipo de trabalho e o classificou como “não humano”. Segue foto da palestra:



Foto 1: Palestra na Usina Japungú. Maio de 2011

O diálogo com trabalho de Silva (2007) contribuiu para reforçar a nossa opinião acerca da sujeição do trabalhador rural ao agronegócio da cana-de-açúcar em quase todo território brasileiro. A autora trata com ênfase da realidade paulista, mas deixa claro com alguns exemplos do Norte e Nordeste, que as condições de sujeição encontradas fazem parte desse modelo de agricultura, e mais do que isso, é condição necessária para a reprodução ampliada

do capital agrícola¹⁹. Desta forma, são evidenciados no referido texto: a divisão étnico/racial dos trabalhadores; os elementos por trás das migrações para trabalhar no corte da cana (o afastamento dos laços familiares e da cultura local) que abalam psicologicamente e deprimem os trabalhadores; e a responsabilidade moral daquele que deixa seu lar com a esperança de retornar para viver dias melhores. Estas subordinações são chamadas pela autora de *correntes invisíveis*, por atar esses trabalhadores às condições de trabalho tão injustas, que corrompem física e moralmente o ser humano, inclusive ao ponto de os subordinar à condição análoga a de escravo²⁰.

Veremos a seguir a opinião de camponeses cuja produção se encontra em transição para a Agroecologia, e que em outros momentos foram submetidos ao trabalho no corte da cana. Em entrevistas recentes²¹ realizadas com os camponeses da Ecovárzea que são assentados da Reforma Agrária e optaram pela produção agroecológica, indagamos sobre as mudanças ocorridas na vida dos entrevistados, passados 15 anos de seu ingresso na condição de assentados e 10 anos de comercialização na Feira que acontece no Campus I da UFPB²². Podemos perceber nas duas citações que se seguem, a angústia em ter vivenciado condições de trabalho sub - humanas, as estratégias utilizadas para garantir a submissão desse trabalhador, como também a satisfação do camponês com a melhoria na qualidade de vida, avaliada a partir de elementos como relações de trabalho, autonomia e liberdade.

Antes de me assentar vivia doente, com tosse e cansaço, não sei, mas acho que só podia ser do veneno e da canseira também né? (Entrevista com o camponês Geraldo do Nascimento, do assentamento Padre Gino, Março de 2011).

Agente vivia na agricultura patronal, a agricultura canavial, a gente trabalhava na indústria da cana de açúcar o aprendizado era assim... muito pouco, porque aquilo que agente tinha praticado naquele momento era agente ter a experiência deles no

¹⁹ O processo de reprodução ampliada do capital na agricultura supõe a produção capitalista de relações não-capitalistas de produção, que podem explicitadas se observarmos atentamente a dinâmica que tem envolvido a força de trabalho na agricultura, com a participação de trabalho infantil e de carga de trabalho exaustiva, como também através da sujeição da renda da terra ao capital (OLIVEIRA, 2007).

²⁰ Uma publicação recente traz o panorama do trabalho escravo no Brasil e afirma que a atividade canieira é um dos fatores econômicos impulsionador às condições de trabalho análoga a de escravo. Cf: THERY, Hervé eT all. Atlas do Trabalho Escravo no Brasil. São Paulo: Amigos da Terra – Amazônia brasileira, 2012. Disponível em: <http://migre.me/9bewu>.

²¹ Entrevistas realizadas no âmbito de dois projetos conduzidos pelo Gestar, um de pesquisa intitulado “Territórios Municipais e Territorialidades Camponesas: panorama ambiental e construções sociais”; e um de extensão intitulado: “Juventude Rural e empoderamento: formação de jovens agentes ambientais no campo da agroecologia”.

²² Feira pioneira da Rede de Feiras Agroecológicas do Estado da Paraíba.

cultivo da cana... Meu pai não tinha muito que falar, porque o que ele aprendia era aquela repressão de usina e agente não tinha aquela experiência muito com a agricultura familiar, por que a agricultura familiar pra mim ela veio pra mim de 12 anos pra cá (entrevista com camponês Assis Barbosa de Melo do assentamento Rainha dos Anjos, Junho de 2011).

Eu era bóia fria, trabalhava alugado pra dar a escola das crianças que eu já tinha quatro filhos (...). O que eu produzia era pra família, pro consumo e o que sobrava agente vendia aos atravessadores pelo preço que eles queriam, e, às vezes, não recebia. Era uma humilhação. Hoje eu tenho a minha terra, tenho o meu gado, eu tenho os meus carneiros, tenho minhas galinhas, eu tenho a minha vida, lá quem manda sou eu (entrevista com Luiz Damásio de Lima do assentamento Padre Gino, Junho de 2011).

Ao fabricar uma nova lógica de eficiência agrícola, sustentada dentre outros pilares, pelo incentivo ao uso dos agrotóxicos, a Revolução Verde fez chegar à agricultura, uma lógica produtivista que desrespeita a natureza e segue incapaz de se preocupar com as necessidades humanas. A contradição desse modelo de produção agrícola se torna mais evidente quando falamos especificamente dos malefícios causados pela inserção dos agrotóxicos na produção em todas as suas escalas, uma lógica produtivista, preocupada em movimentar não só o mercado dos alimentos, como também o dos insumos envolvidos no processo de produção.

A necessidade de uso de agrotóxico de forma criminosa destinado a estabelecer os lucros previstos no cultivo da cana de açúcar, assim como as graves consequências a saúde humana e ao meio ambiente é evidenciado por Adissi (2006). Fundamentado em trabalhos de campo realizados ao longo de sua vivência como pesquisador, muitos deles realizados na Zona da Mata paraibana, o autor afirma que “(...) é impossível se falar em trabalho seguro com agrotóxico, pela sua própria natureza e finalidade. O agrotóxico destina-se a contaminar o ambiente para combater a pragas e doenças, a contaminação é sua função e não sua disfunção a ser evitada” (ADISSI, 2006:185).

No Brasil, o consumo de agrotóxicos alcançou em 2009 o primeiro lugar no ranking mundial, sendo o responsável pelo uso de 84% dos agrotóxicos vendidos à América Latina (BOMBARDI, 2012). E a dinâmica nacional dos agrotóxicos, se caracteriza além da impressionante estimativa de consumo, pela completa falência do sistema público de controle, posto em execução pioneiramente na década de 1980 (ALVES FILHO, 2002).

Bombardi (2012) levanta duas discussões que envolvem a utilização de agrotóxicos. A primeira diz respeito justamente à lógica econômica que envolve a fabricação dos

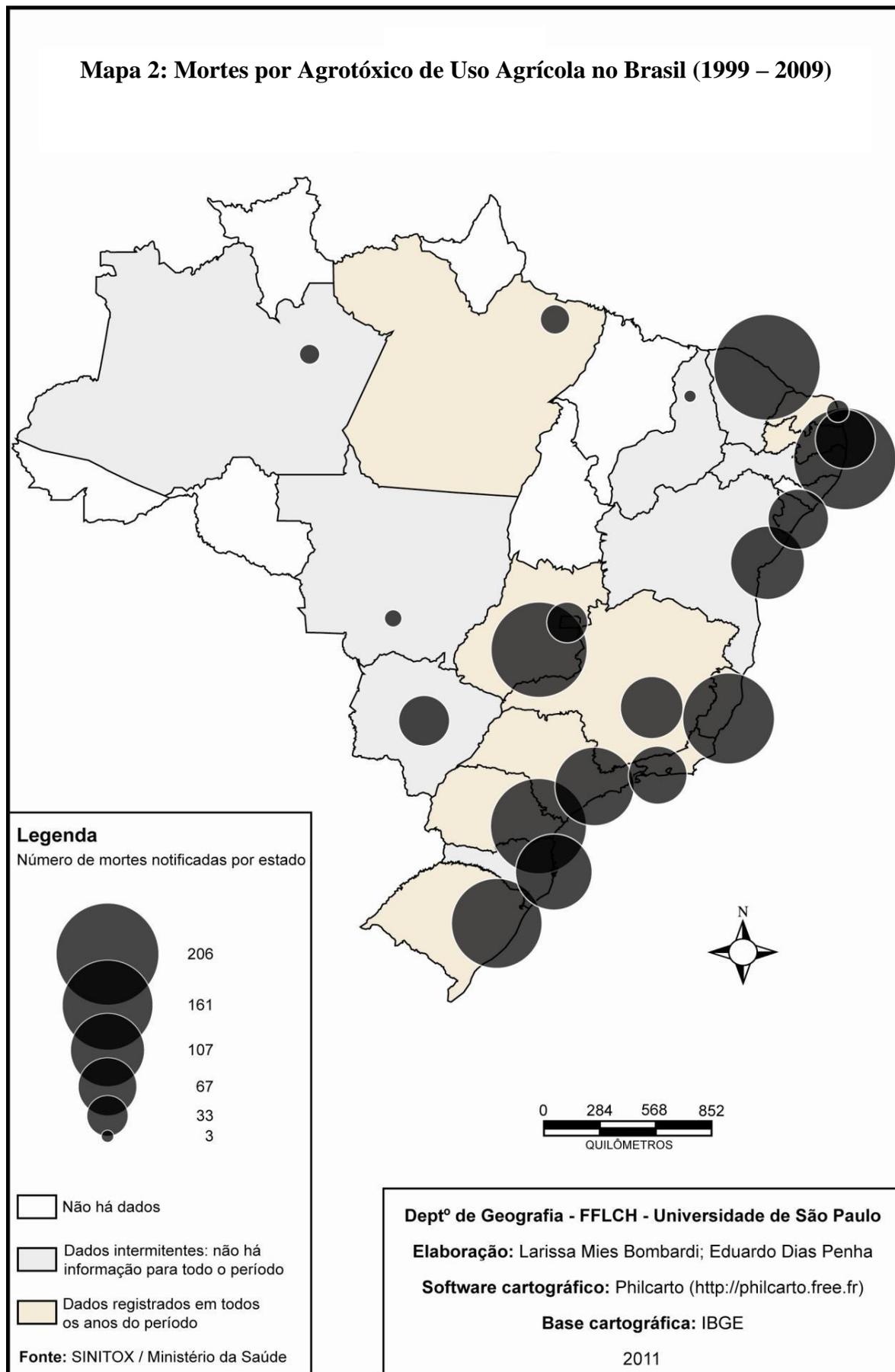
agrotóxicos, que é determinada pela atuação das empresas transnacionais, as quais a autora caracteriza como oligopólios. A segunda discussão diz respeito a uma forma silenciosa de violência no campo, que é resultado das intoxicações causadas pelo uso de tais substâncias.

O mercado brasileiro, no período de 2000 a 2009, teve um crescimento de cerca de 140%. O valor das vendas no Brasil em 2000 foram de aproximadamente 2,5 bilhões de dólares e em 2008 em torno de 6 bilhões de dólares. No Brasil de acordo com o Anuário do Agronegócio 2010 as indústrias produtoras dos agrotóxicos tiveram uma receita líquida de cerca de 15 bilhões de reais. As empresas que controlam o mercado brasileiro são: Monsanto (EUA); Syngenta (Suíça); Novartis (Suíça); Bayer (Alemanha); Dupont (EUA), Dow Chemical (EUA) e Basf (Alemanha) (BOMBARDI, 2012).

Dados recentes mostram que ocorreram no Brasil cerca de 62 mil intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola, média de 5.600 intoxicações por ano no país, o que equivale a uma média de 15,5 intoxicações diárias, ou uma a cada 90 minutos. Contudo, esses números estão longe de representar o número real das intoxicações por agrotóxico de uso agrícola, pois os trabalhadores rurais, moradores de áreas próximas aos cultivos contaminados estão sendo intoxicados cotidianamente de forma direta, realidade difícil de mapear. De 1999 a 2009 ocorreram 1876 casos de morte por intoxicação com agrotóxicos registrados pelo SINITOX²³. Isto significa que foram cerca de 170 mortes por ano. Estudos sobre a exposição a agrotóxicos entre camponeses de Nova Friburgo – RJ, identificaram uma relação direta entre este uso e os distúrbios psiquiátricos e suicídios. Deste modo, “os sintomas agudos de tais intoxicações são apenas a ponta do *Iceberg* de um problema muito mais amplo que fica escondido por trás da sub notificação destes casos e da quase ausência de informação sobre as doenças crônicas causadas por tais exposições” (BOMBARDI, 2012: 20). Segue o Mapa 2 com os dados oficiais que espacializa as mortes ocorridas pelo uso de agrotóxicos por estado brasileiro:

²³ Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas vinculado ao Ministério da Saúde e Fundação FIOCRUZ.

Mapa 2: Mortes por Agrotóxico de Uso Agrícola no Brasil (1999 – 2009)



FONTE: Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas – SINITOX apud Bombardi (2012).

A necessidade do controle na utilização de agrotóxicos na agricultura é percebida desde a década de 1970, quando começa a surgir denúncias e ser alarmado em todo o mundo, os graves problemas causados pelo uso dessas substâncias,

os casos de intoxicação de trabalhadores rurais, as constatações de resíduos em alimentos, as contaminações do solo e de coleções de água, além dos novos conhecimentos sobre a toxicologia das substâncias químicas utilizadas, constituem fatores que contribuem de forma significativa para a construção de um novo entendimento a respeito das implicações do uso de agrotóxicos (ALVES FILHO, 2002:57).

Tivemos no Brasil alguns instrumentos jurídicos e técnicos importantes, mas que trouxeram pouca expressividade no cumprimento dos seus objetivos, pois a política empregue no setor agrícola, rege o fortalecimento da indústria de agrotóxico nacional, e a larga difusão dos créditos agrícolas direcionados à aquisição dos chamados *insumos modernos* (ALVES FILHO, 2002).

É o caso do *receituário agrônomo*, surgido a partir de discussões na comunidade técnica do meio agrônomo²⁴, sobretudo no estado do Rio Grande do Sul, e com o propósito de controlar o uso indiscriminado desses insumos. Essa prescrição técnica atua como instrumento legal obrigatório para a compra de agrotóxico, intermediando o acesso dos agricultores aos pontos de vendas desses produtos, sendo emitido pelo engenheiro agrônomo. Em 1978 o serviço de extensão rural do Rio Grande do Sul implantou pioneiramente o *receituário agrônomo* na sua dinâmica de trabalho, que contou com o apoio do Banco do Brasil, que a partir de então, começou a exigir o documento para conceder os créditos agrícolas. Após a iniciativa do Banco do Brasil e de pressões vindas dos movimentos de combate ao uso de agrotóxico, o Ministério da Agricultura através da portaria nº 347 de 1 de novembro de 1980 instituiu oficialmente a normativa em todo Brasil (ALVES FILHO, 2002).

Contudo, o processo de regulamentação só foi melhor elaborado e concentrado a partir da *Lei dos Agrotóxicos*, a lei federal nº 7.802 de 11 de julho de 1989, pois a grande maioria das normas anteriores eram constituídas por um conjunto complexo de portarias e regulamentos ministeriais espalhados pelas pastas da Agricultura, Saúde e Meio Ambiente.

²⁴ Um dos profissionais com grande participação nessas discussões, sempre levantando a discussão sobre a perversidade e os problemas causados pelo uso de agrotóxicos foi Sebastião Pinheiro (ALVES FILHO, 2002: 81).

A aprovação da chamada Lei dos Agrotóxicos e de seu respectivo decreto de regulamentação trouxe grande alento para os grupos de ambientalistas e profissionais envolvidos na luta contra o uso indiscriminado de agrotóxicos. As campanhas iniciadas no Rio Grande do Sul e levadas adiante por mais de uma década, em todo o território nacional, haviam surtido efeito esperado, ao menos no aspecto legal da questão (...) (ALVES FILHO, 2002: 139).

Mesmo com o avanço dos aspectos legais que regulam o consumo de agrotóxico, na prática a realidade como vimos é bem diferente. Alves Filho (2002) utiliza-se justamente dos dados de consumo dos agrotóxicos no Brasil para comprovar a ineficácia dos métodos de controle e seu distanciamento da idéia inicial, ocorrendo nas palavras do autor, uma *banalização* no uso do receituário agrônomo. “O caráter burocrático das discussões supera completamente as questões técnicas básicas em torno da prática do receituário” (ALVES FILHO, 2002: 141).

Alves Filho (2002) nos diz que cresce o consumo de agrotóxicos no Brasil em média 6,7% anuais, sendo os herbicidas os mais consumidos, esse grupo teve um crescimento de 9,8% no período de 1987 a 1997. O autor finaliza sua análise, ao dizer que: “os índices de consumo de agrotóxico, muitas vezes apresentando comportamento desproporcional em relação aos demais índices de produção, sugerem a ineficácia dos atuais sistemas de controle dos agrotóxicos (...)” (ALVES FILHO, 2002: 155), e que, “nos atuais moldes que vem sendo praticado (**sem ética profissional**), o receituário agrônomo somente pode interessar aos setores de produção e comercialização dos agrotóxicos, tendo em vista que sua manutenção representa na prática a abolição dos sistemas de controle” (ALVES FILHO, 2002: 177, **grifo nosso**).

Constatamos mais uma vez, a ineficiência do Estado brasileiro na regulamentação e controle da força do Capital que subordina a população e os ecossistemas ao constante contato com substâncias tóxicas e mortais. O aperfeiçoamento dos sistemas de controle do uso de agrotóxicos não se traduz numa segurança para os envolvidos direta e indiretamente nos caminhos da produção ao consumo, o que remete uma discussão acerca da segurança e da Soberania Alimentar.

1.2 A resistência ...

A resistência dos oprimidos é contra a exploração secular. Iniciada pelos povos indígenas resistentes à exploração e ao trabalho escravo, as lutas contra a opressão e concentração de

terras evoluíram, chegando a sua organização política através dos movimentos sociais do campo. Ao analisar a realidade agrária brasileira do final do século XX, Oliveira (2007: 141) nos diz que, “se por um lado a modernização conservadora ampliou suas áreas de ação, igual e contraditoriamente, os movimentos sociais aumentaram a pressão social sobre o Estado na luta de terra” (OLIVEIRA, 2007:141).

Dentre os principais movimentos de resistência à subordinação imposta pelo Modo de Produção Capitalista, destacamos: Canudos, Contestado, Trombas, Formoso, as Ligas Camponesas do Nordeste, e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST. (FERNANDES, 1996; OLIVEIRA, 2007). Oliveira (2007:135) nos diz que esses movimentos demonstram a “capacidade de resistência e de construção social desses expropriados na busca por uma parcela do território e memórias da capacidade destruidora do capital, dos capitalistas e de seus governos repressores”.

Nesta perspectiva, na medida em que o capital avança nos espaços rurais, trazendo todas as desigualdades já levantadas, ele preceitua uma organização social dos oprimidos. Esta organização é perceptível principalmente pelo surgimento de movimentos e organizações sociais que lutam em prol da Reforma Agrária, da função social da terra, da Soberania Alimentar, da produção agroecológica e da comercialização alternativa.

Assim, como resistência à expansão da cana de açúcar em direção ao território camponês, à subordinação social e da natureza, e às relações puramente capitalistas, abordaremos aspectos teóricos e empíricos que demonstram a resistência e reprodução camponesa na Zona da Mata paraibana, a fim de evidenciar o caminho percorrido até a consolidação do Projeto da Rede de Feiras Agroecológicas da Paraíba.

1.2.1 As Ligas Camponesas

As Ligas Camponesas do Nordeste tiveram importante participação na organização dos movimentos sociais do campo do Brasil, pois foi a primeira organização de camponeses em prol da luta pela Reforma Agrária.

As Ligas nasceram em 1955 no Engenho Galiléia, localizado no município de Vitória de Santo Antão em Pernambuco, a partir da organização de camponeses em associações, e logo

se disseminou pelo Nordeste, principalmente nos estados do Piauí, Ceará, Bahia e Paraíba (ANDRADE, 1986, p. 254). Dentre esses estados se destaca a Paraíba, sobretudo o município de Sapé, onde foi fundada, em 1958, a Associação dos Lavradores Agrícolas de Sapé, conhecida como Liga Camponesa de Sapé, que a princípio contava com 227 camponeses, mas que nos anos de 1960 chegou a ter perto de 10.000 associados.

A Liga Camponesa de Sapé nasce com o agravamento das condições de vida do camponês a partir das mudanças ocorridas com a chegada do modo capitalista de produção no campo, que como vimos se intensifica a partir dos incentivos para a modernização dos Engenhos e para expansão da cana de açúcar. Segundo Benevides (1984: 64) dentro

da lógica do capitalismo, a violência do processo de expulsão do morador e do foreiro, com a conivência do aparelho repressivo do Estado, é explicada e justificada pela resistência dos camponeses. Entre 1960 e 1961 as Ligas Camponesas da Paraíba ganharam impulso político quando os líderes camponeses decidiram lançar um manifesto em que anunciavam a 1ª Conferência Estadual dos Camponeses do Estado.

Ainda segundo Benevides (1984: 31), nesse período, o país encontrava-se no auge do populismo, que se estendeu entre a queda do Estado Novo e o golpe militar de 1964, e que tinha como maior objetivo o programa de industrialização nacional, utilizando-se da chamada “conciliação conservadora” para equilibrar os interesses da classe dominante e as reivindicações sociais. Decorrente desta conjuntura política, o Grupo da Várzea²⁵ aumenta as pressões para o enfraquecimento do Movimento na Paraíba, e no dia 2 de abril de 1962, comete o assassinato do então presidente da Liga Camponesa de Sapé e um dos responsáveis pela dimensão que o movimento tomou na Paraíba, o camponês João Pedro Teixeira.

As tensões sociais no campo paraibano, que a essa altura já se refletiam também na área urbana, só aumentaram até seu ápice através do golpe militar de 1º de abril de 1964. Tal fato concretizou os interesses das oligarquias rurais de todo o Nordeste, inclusive da Paraíba, e abafou a ação do movimento camponês considerando-o ilegal. Paralelamente, inúmeros assassinatos, desaparecimentos e perseguições a líderes das Ligas Camponesas e suas famílias continuaram acontecendo (BENEVIDES, 1985).

²⁵ O grupo da Várzea era em sua maioria pertencentes a uma só família os Ribeiro Coutinho, e foi constituído a partir de uma aliança entre a oligarquia rural da Paraíba e a oligarquia rural nacional com o intuito de manter os interesses políticos e agroindustriais, pautados em “dois pilares: no autoritarismo do Estado, que lhe garantiu a dominação, e na exclusão política e social do campesinato” (BENEVIDES 1985: 27).

Contudo, o espírito de luta permaneceu entre os camponeses da região, que voltam a se organizar com apoio de algumas instituições na década de 1980, principalmente da Comissão Pastoral da Terra – CPT, e novamente em prol da diminuição da concentrada estrutura fundiária da região, através de ocupações de terra e posteriormente através da formalização das organizações de trabalhadores rurais, faz se concretizar o acesso à terra pelos assentamentos rurais a partir da década de 1990.

Destacamos ainda que o espírito de luta deixado pelas Ligas Camponesas, se fortalece atualmente através da atuação do *Memorial das Ligas Camponesas*.

O Memorial das Ligas Camponesas tem suas ações voltadas para a manutenção do patrimônio cultural das Ligas. Está localizado na comunidade de Barra de Antas no município de Sapé – PB, e viabiliza mesmo com todas as dificuldades estruturais, o resgate e divulgação da história das Ligas Camponesas no Estado da Paraíba. Uma história de resistência camponesa à expropriação das terras de trabalho e de vida que se travou no campo paraibano e pernambucano na década de 1960 em plena Ditadura Militar, e teve à frente na Paraíba o líder camponês João Pedro Teixeira. O memorial é coordenado por uma ONG que agrupa professores universitários, representantes da Comissão Pastoral da Terra - CPT, e militantes assentados e acampados. A ONG – Memorial das ligas camponesas tem a finalidade de levar às novas gerações uma oportunidade de se apropriar de um cenário antes escondido, pois “os fatos que estão ocultos na história, ainda estão presentes na memória dos que viveram aqueles dias e sofreram na pele a repressão de uma luta desigual, mas que foi fundamental para a construção de nossa democracia” (Informativo Memorial Ligas Camponesas, 2010).

O Memorial teve como principal conquista o decreto nº 32257 de 14 de Julho de 2011 do Governo do Estado da Paraíba desapropriando uma área de 7ha e a casa onde morou João Pedro Teixeira, para fins de criação de um museu e uma escola agrícola de base agroecológica, cujo projeto está em andamento.

O local será um ambiente de pesquisa, visitação e conservação da história do município, onde o próprio imóvel conta parte de uma das histórias mais importantes de nosso país: a história das Ligas Camponesas. Todo o acervo de fotos, documentos e objetos será disposto no futuro museu das Ligas (GARIBALDI, apud Informativo Memorial Ligas Camponesas, 2010).

Segue as fotos da inauguração do memorial das Ligas Camponesas que funcionava provisoriamente numa das casas da comunidade de Antas – Sapé – Paraíba, e que a partir do dia 2 de Abril de 2012 passou a funcionar na casa onde morou João Pedro Teixeira e Elisabete Teixeira com vossa família. A solenidade também celebrou a memória dos cinquenta anos do assassinato de João Pedro Teixeira, morto pelo Grupo da Várzea por lutar contra o latifúndio e a opressão camponesa, celebrando assim, a memória de todos os camponeses que morreram na luta por Reforma Agrária, através do movimento das Ligas Camponesas na Paraíba.



Foto 2: Elisabete Teixeira, e a irmã de “Negro Fuba” também assassinado na luta pela Reforma Agrária, acompanhadas por professores e representantes de Movimentos Sociais. Autoria: Mariana Borba de Oliveira. Abril de 2012 – Sapé/PB



Foto 3: Fachada do Memorial das Ligas Camponesas. Autoria: Mariana Borba de Oliveira. Abril de 2012 – Sapé/PB

1.2.2 Assentamentos Rurais: a territorialidade da resistência

É importante destacar que, em função da concentração fundiária da Zona da Mata paraibana e do domínio territorial pelas oligarquias rurais, muitas vezes confundidos com a classe política local, o acesso à terra por parte dos camponeses só se dá por meio da Reforma Agrária, sendo essa, a oportunidade desses sujeitos vivenciarem uma vida mais digna. Contudo, sabemos que essas redefinições territoriais, decorrentes do surgimento dos assentamentos rurais - que constituem a efetivação do processo de Reforma Agrária, só acontece por meio da luta contínua do camponês expropriado da terra organizado em movimentos sociais. A luta pela terra se torna “antes de mais nada, uma luta contra a essência do capital: a expropriação e a exploração”, e mais, “não passa apenas pela distribuição de terras, vai além...vai em direção da construção de novas formas de organização social que possibilitem a (re) conquista da terra de trabalho – a propriedade familiar” (FERNANDES, 1996).

De acordo com Oliveira (2007) os acampamentos e assentamentos rurais são as novas formas de luta pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. “A terra que vai permitir aos trabalhadores - donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão - reporem-

se/reproduzirem-se, no seio do território da reprodução geral capitalista” (OLIVEIRA, 2007: 137).

De acordo com Moreira e Targino (1997) e Mariano Neto (2006) os primeiros assentamentos rurais surgidos na Paraíba datam 1960, ainda no regime militar, mas não representaram nenhuma mudança na estrutura fundiária do estado. Nas décadas de 1980 e 1990 surgem os primeiros acampamentos rurais na Paraíba, especificamente na Zona da Mata, como forma de pressão para acontecer a Reforma Agrária, travando uma disputa territorial com o Capital, já iniciada pelas Ligas Camponesas que lutavam contra a expropriação e por condições de trabalho dignas. A organização camponesa em prol do acesso à terra na Paraíba era apoiada principalmente pela Igreja Católica através da Comissão Pastoral da Terra - CPT, tendo a atuação da CPT, um papel de destaque na luta contra o latifúndio e contra à opressão canavieira no respectivo espaço agrário. Moreira e Targino (1997:306) afirmam que:

A postura da CPT na Paraíba tem-se pautado na defesa intransigente dos pobres da terra. Seu trabalho não se resume ao simples “apoio a luta”. Ele é bem mais amplo e embute: a prestação de serviço de assessoria jurídica; a denúncia de violência; o acompanhamento quase diário dos trabalhadores em conflito; a divulgação dos fatos em nível local, nacional e internacional; a organização das romarias da terra; o trabalho de formação da consciência política dos trabalhadores e uma assistência infra estrutural (alimentação, transporte, colchões, lona) por ocasião dos acampamentos, além de assistência médica e cobertura financeira quando necessário.

Mitidiero Júnior (2008: 398) chama de *ação territorial da Igreja* o envolvimento “*de corpo e alma*” da CPT na Paraíba com as causas sociais, e diz que, essas ações são mediadas pela práxis decorrente de motivações religiosas, mais especificamente derivadas das teses da Teologia da Libertação. O autor nos diz que:

A ação territorial engendrada pela Pastoral da Terra na Paraíba, a proximidade com os grupos de trabalhadores rurais e camponeses oprimidos produziu contradições²⁶ que tendem a identificá-la ora como apoio/assessoria aos lavradores em luta, ora como movimento social organizado para a luta pela reforma agrária. De uma forma ou de outra, dentro das contradições que caracterizam sua atuação, e como herança de uma Igreja que fez a opção preferencial pelos pobres desde 1960, a CPT nesse estado transforma-se no principal protagonista das lutas do campo, a tal ponto que o maior movimento social do Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

²⁶ As contradições levantadas pelo autor dizem respeito principalmente no fato ao CPT ser instituição eclesial e atuar como movimento social. Essa análise pode ser encontrada detalhadamente em Mitidiero Júnior (2008).

(MST), teve sua atuação secundarizada em terras paraibanas em decorrência da efetividade das lutas produzidas pela CPT.

A conquista da terra na Paraíba materializada pelos assentamentos rurais se deve também, principalmente na Zona da Mata e no Brejo, a falência e diminuição da atividade canavieira, sendo a venda das propriedades ao Governo Federal e Estadual para fins de Reforma Agrária, uma oportunidade de levantar recursos financeiros por parte dos usineiros. Até 1997, o INCRA e o Instituto de Terras da Paraíba – INTERPA haviam criado 67 projetos de assentamentos na Paraíba, tendo sido desapropriadas propriedades inteiras nos municípios de Pitimbú, Caaporã, Cruz do Espírito Santo e Sapé localizados na Zona da Mata; e em Alagoa Nova, Pilões, Alagoa Grande e Areia localizados no Brejo paraibano (MOREIRA e TARGINO, 1997) e (MARIANO NETO, 2006). Segue o quadro com dados dos assentamentos rurais localizados na Zona da Mata, sua área ocupada em hectares e o número de famílias assentadas, e o Mapa 3 que espacializa os respectivos dados. Estes dados foram comparados com os dados de área e pessoal ocupado no corte da cana-de-açúcar.

Quadro 4: Assentamentos rurais da Zona da Mata paraibana

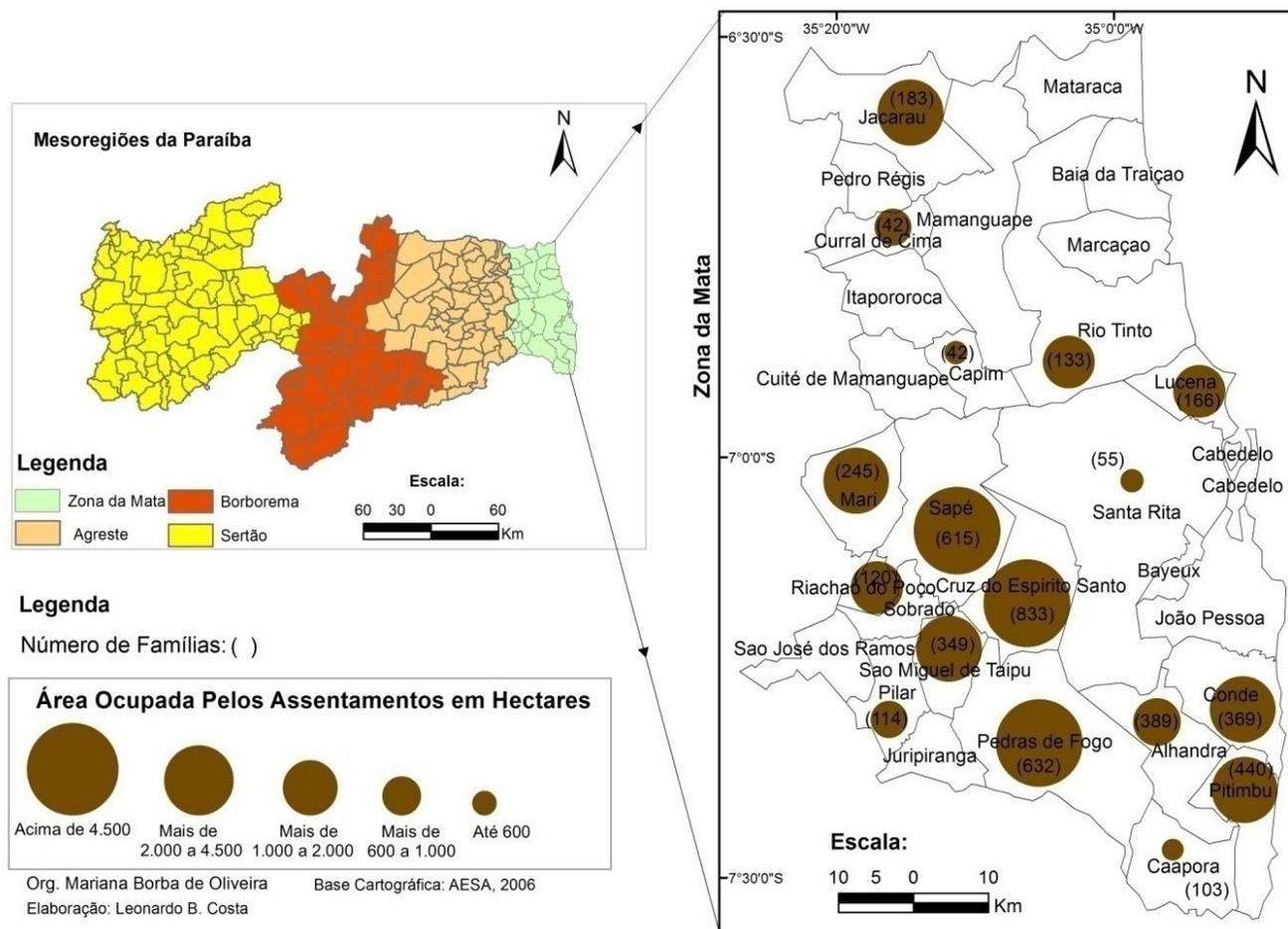
| Município | Assentamentos | Nº de Famílias assentadas | Área ocupada (ha) |
|-------------------------------|----------------------------|----------------------------------|--------------------------|
| Alhandra | Subaúma | 99 | 528,7040 |
| | Árvore Alta | 272 | 1.320,0000 |
| | Litoral Sul | 18 | 95,6553 |
| | Salgadinho | - | - |
| Caaporã | Capim de Cheiro | 103 | 507,6585 |
| | Muitos Rios | - | - |
| Capim | Manoel Bento | 21 | 193,0000 |
| | Paulo Gomes do Nascimento | 21 | 120,0000 |
| Conde | Gurugi II | 86 | 592,9865 |
| | Barra de Gramame | 78 | 772,1722 |
| | Paripe III | 26 | 137,2762 |
| | Dona Antônia | 110 | 1.122,0000 |
| | Rick Charles | 51 | 338,0000 |
| | Frei Anastácio | 18 | 170,0000 |
| | Tambaba | - | - |
| | Capim Assu | - | - |
| Cruz do Espírito Santo | Engenho Santana | 55 | 370,6040 |
| | Campos de Sementes e Mudas | 45 | 207,0000 |
| | Massangana I | 131 | 938,7328 |
| | Massangana II | 158 | 1.325,6833 |
| | Massangana III | 131 | 796,1227 |
| | Dona Helena | 105 | 762,2700 |
| | Santana II | 55 | 370,0000 |
| | Corvoada I | 40 | 152,6100 |
| | Canudos | 113 | 1.179,0000 |
| Curral de | Jardim | 42 | 994,0428 |

Capítulo I – Enfoques de resistências e reprodução camponesa no Espaço Agrário da Mata paraibana

| | | | |
|----------------------------|----------------------|----------|------------|
| Cima | | | |
| Jacaraú | Jaracatéa | 15 | 124,3193 |
| | Novo Salvador | 9 | 968,0000 |
| | Boa Esperança | 42 | 622,0000 |
| | Antônio Chaves | 28 | 420,0000 |
| Lucena | Estiva de Geraldo | 84 | 468,1250 |
| | Oiteiro de Miranda | 82 | 668,0000 |
| Pedras de Fogo | Engenho Fazendinha | 84 | 598,6136 |
| | Corvoadas | 31 | 153,5609 |
| | Corvoadas I | 40 | 152,610 |
| | Engenho Novo II | 58 | 348,0000 |
| | Nova Tatiane | 27 | 155,2404 |
| | Itabatinga | 107 | 660,1366 |
| | Nova Aurora | 98 | 407,5217 |
| | Santa Terezinha | 62 | 440,4500 |
| | Campo Verde | 142 | 1.091,0000 |
| Canaa | 23 | 199,5030 | |
| Pilar | Barra de São José | - | - |
| | Nova Conquista | - | - |
| Pitimbu | Camucim | 41 | 277,0000 |
| | Sede Velha do Abiaí | 49 | 325,0000 |
| | 1 de Março | 34 | 275,0000 |
| | Teixeirinha | 32 | 248,6948 |
| | Apasa | 150 | 1.130,8084 |
| | Nova Vida | 134 | 906,1446 |
| Riachão do Poço | Chico Mendes | 120 | 1.770,6000 |
| Rio Tinto | Campart II | 136 | 1.883,9499 |
| Santa Rita | Águas Turvas | 32 | 376,3460 |
| | Dom José Maria Pires | 23 | 139,1436 |
| São Miguel de Taipú | Amarela I | 54 | 523,2500 |
| | Amarela II | 42 | 523,4500 |
| | Novo Taipu | 60 | 800,0000 |
| | Antônio Conselheiro | 120 | 930,1400 |
| | Água Branca | 73 | 523,4500 |
| | Maravalha | - | - |
| Sapé | 21 de Abril | 60 | 362,0000 |
| | Padre Gino | 62 | 466,3000 |
| | Boa Vista | 122 | 1.165,0000 |
| | Vida Nova | 68 | 505,0000 |
| | Santa Helena | 206 | 3.251,9000 |
| | Nova Vivência | 48 | 600,0000 |
| | Rainha dos Anjos | 49 | 577,0000 |

FONTE: INCRA – Dados Cadastrais dos assentamentos rurais

Mapa 3: Área ocupada por assentamentos rurais em hectares e famílias assentadas por município da Zona da Mata/PB



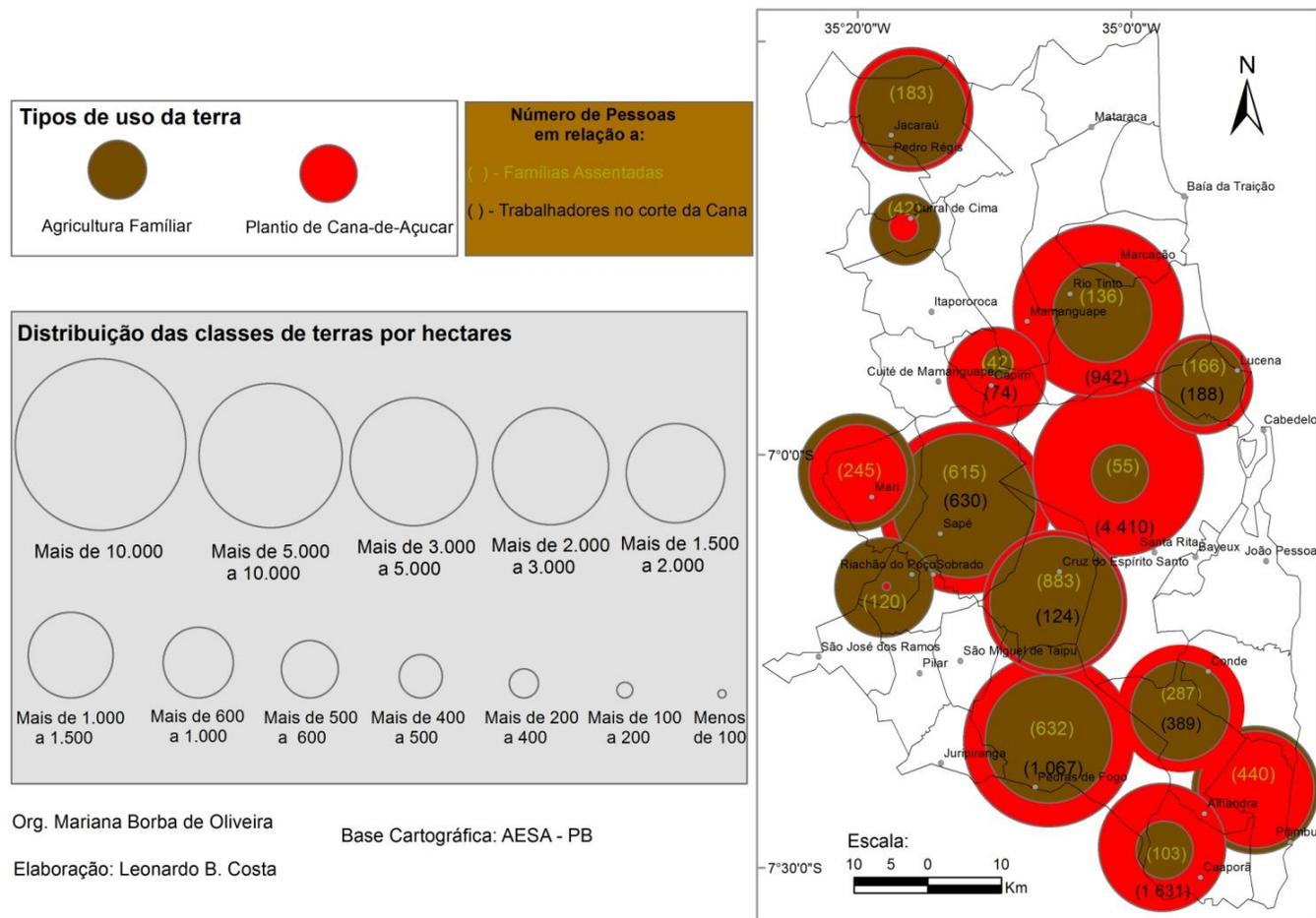
FONTE: INCRA – Dados Cadastrais dos assentamentos rurais

Na representação do mapa 3, o círculo que diz respeito ao dado da área (em hectares) ocupada pelos assentamentos rurais não está em proporcionalidade com a área do território municipal, e todas as representações das áreas ocupadas pelos assentamentos estão proporcionais entre si. Ao observar o mapa 3, constatamos que os assentamentos rurais estão presentes em quase todos os municípios da Zona da Mata paraibana, distribuídos principalmente na porção Sul. Ao fazermos a divisão entre a área total ocupada pelos assentamentos (37.964 ha) e o número total de famílias assentadas (4.425 unid) temos uma média de 8,57 ha por família abrigada¹⁵, média quase igual à encontrada no mesmo cálculo da realidade da cana. Contudo, após a análise qualitativa das duas realidades, veremos que eles retratam modelos antagônicos de desenvolvimento e territorialização.

A seguir evidenciaremos essa disputa territorial, com o objetivo de espacializar os dois elementos centrais: o Capital (as usinas) e a resistência (os assentamentos rurais). Segue o mapa 4 que espacializa a territorialização desses dois modelos de desenvolvimento:

¹⁵ Essa média engloba a área de reserva e as áreas comuns como açudes e produção comunitária.

Mapa 4: Disputa Territorial na Zona da Mata paraibana



FONTE: INCRA – Dados Cadastrais dos assentamentos rurais, IBGE - Censo Agropecuário, 2010, MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Tendo em vista a reprodução dos sujeitos envolvidos nos dois processos de territorialização do espaço, consideramos as relações de trabalho e os alicerces que movem os dois processos para fundamentar a nossa crítica ao modelo do agronegócio canavieiro que domina e sujeita à séculos a Mata paraibana. A partir de dados empíricos e bibliográficos, constatamos que, os assentamentos ocupam uma área total menor, capaz de viabilizar a reprodução de todo um núcleo familiar por não obedecer à lógica da economia capitalista²⁸. Já a cana de açúcar ocupa uma área três vezes maior e disponibiliza o trabalhador assalariado individual com remuneração em torno de R\$ 720,00²⁹, sendo geralmente empregada a força de trabalho masculina, e por período totalmente instável (obedecendo aos períodos de safra), sendo o trabalhador a partir desse salário incapaz de assegurar a reprodução da família, justamente pela lógica de desenvolvimento das usinas primarem pela acumulação capitalista.

Outro fator de diferenciação, diz respeito às condições de trabalho nas duas realidades, que são mais uma vez antagônicas. A satisfação com a condição de trabalho nas unidades de produção familiar do assentamento possibilita, uma realidade que é oposta ao retrato da sujeição do trabalhador rural ao agronegócio da cana, sendo a primeira que liberta e a segunda que aprisiona.

Por sua vez, os assentamentos rurais mesmo com as dificuldades e desafios inerentes ao processo de reprodução camponesa, possibilitam assegurar dignamente a permanência do homem no campo. Após a conquista dos meios de produção, a organização dessa classe, tem buscado alternativas ao modelo de produção e comercialização capitalista. É nesse sentido, que a produção agroecológica tem se configurado como uma alternativa para a produção, e as Feiras Agroecológicas como alternativa à comercialização para as áreas de assentamentos rurais.

Nesta perspectiva o assentamento rural quando produtor de uma agricultura camponesa possibilita a recriação e o fortalecimento do campesinato, capaz de gerar um desenvolvimento senão sustentável, mais endógeno, equitativo e principalmente humano. O camponês assentado é portador do orgulho de trabalhar a terra para o sustento da família, com

²⁸ Nos baseamos em dados de pesquisa que tem como objeto as Feiras Agroecológicas da Paraíba desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Território Trabalho e Cidadania – GESTAR; e em pesquisa qualitativa desenvolvida para essa pesquisa detalhada no Capítulo II.

²⁹ Média dos salários dos municípios da Zona da Mata paraibana. Fonte: RAIS/TEM

autonomia e condições dignas de vida e trabalho, se libertando das amarras que prendiam a maioria deles ao modelo agrícola capitalista e à sua lógica perversa.

1.2.3. Soberania Alimentar e Agroecologia: a resistência ao moderno padrão da produção agrícola

Não é nova a percepção do paradoxo existente nos “tempos modernos” promovido pela força do capital. Se por um lado o desenvolvimento econômico fomentado pelo progresso científico e tecnológico é evidente e crescente, o abismo social, ambiental e cultural provocado por ele também o é. Alardeada e divulgada na década de 70 do século XX, essa contradição já podia ser sentida na Europa em meados do século XIX, quando Karl Marx tece críticas ao Modo de Produção desigual e dicotômico, que já regia a modernidade:

De um lado, tiveram acesso à vida forças industriais e científicas de que nenhuma época anterior, na história da humanidade, chegara a suspeitar. De outro lado, estamos diante de sintomas de decadência que ultrapassam em muito os horrores dos últimos tempos do Império Romano. Em nossos dias tudo parece estar impregnado do seu contrário [...] Na mesma instância em que a humanidade domina a natureza, o homem parece escravizar-se a outros homens ou à sua própria infâmia. Até a pura luz da ciência parece incapaz de brilhar senão no escuro pano de fundo da ignorância. Todas as nossas invenções e progressos parecem dotar de vida intelectual às forças materiais, estupidificando a vida humana ao nível da força material (MARX, apud BERMAN, 1995: 19).

Ao contrário de alguns de seus contemporâneos como Weber³⁰ e Marcuse³¹ que compreendiam “a sociedade moderna como um cárcere”, Karl Marx mesmo sentindo todo o abismo que estava a se formar, acreditava na força da mudança promovida pelo homem moderno, principalmente pela classe operária (mais atingida pelas contradições), pois acreditava que a partir da compreensão desse destino, poderiam combatê-lo (BERMAN, 1995). E é nesta perspectiva de mudanças e resistência a uma sociedade totalmente moldada pelo capital que o nosso trabalho se insere.

Segundo Santos (1994) o projeto da Modernidade começa a ser construído entre o séc. XVI e finais do séc. XVIII e esteve atrelado à propagação do modo de produção capitalista, atingindo suas promessas (enriquecimento dos países centrais, ciência positiva baseada na razão) a partir do século XIX. Contudo, o autor ressalta o não cumprimento de outras tantas

³⁰ WEBER, Max. The protestant ethic and spirit of capitalism. Scribner: 1930.

³¹ MARCUSE, Hebert. One – dimensional man: studies in the ideology of advanced industrial society. Beacon Press:1964

promessas da modernidade (liberdade, igualdade, paz, extinção da fome, etc), fato que provocou as grandes contradições contemporâneas: pobreza x riqueza; analfabetismo x sociedade do conhecimento; atraso x tecnologia de ponta; e coloca em discussão o modelo de desenvolvimento em vigor e o paradigma científico que sustentou todas as transformações do mundo moderno.

Assim, a crise no modelo de desenvolvimento sustentado pelo projeto da Modernidade, está mais latente a cada dia, e tem nas desigualdades sociais e na crise ecológica seus maiores desafios,

(...) a hegemonia desta racionalidade irracional significa simultaneamente o seu esgotamento na medida em que, combinada com as receitas neoliberais, se transforma numa lógica de dominação e regulação a nível mundial. [...] a modernização científica- tecnológica e neoliberal se alastra hoje, paradoxalmente, na mesma medida em que alastra sua crise, certificada por aquilo que parecem ser as suas conseqüências inevitáveis: o agravamento da injustiça social através do crescimento imparável e recíproco da concentração da riqueza e da exclusão social, tanto a nível nacional quanto a nível mundial; e a devastação ecológica e com ela a destruição da qualidade e mesmo da sustentabilidade da vida no planeta (SANTOS, 1994: 81-82).

Santos (2004) indica a necessidade urgente de superação da lógica da ciência moderna que o autor chama de *paradigma dominante*, responsável pelo pensamento racionalista e desenvolvimentista característico da modernidade, gerador das crises contemporâneas: epistemológica, social e ambiental. O autor argumenta que essa superação proporcionará que a ciência execute sua função social, e denomina essa ciência de *pós - moderna*, ou de *paradigma emergente*, e que, na concepção do autor que dialogamos na perspectiva de fundamentar e justificar nosso entendimento acerca da Agroecologia “não despreza o conhecimento que produz a tecnologia, mas entende que, tal como o conhecimento deve-se traduzir-se em autoconhecimento, o desenvolvimento tecnológico deve-se traduzir-se em sabedoria de vida”.

Diante do conteúdo exposto, indagamos: Será possível superar a lógica produtivista sustentada pela ciência moderna no campo? Podemos dizer que as resistências encontradas estão inseridas numa mudança paradigmática de produção e consumo? Tentaremos responder a essas questões a partir da discussão que tenta articular a Soberania Alimentar, a Agroecologia e o Desenvolvimento Local.

Como resistências ao paradigma dominante que move a lógica produtivista agrícola, estão o conceito de Soberania Alimentar, de forte conteúdo político, necessário para o debate teórico que defende a necessidade de uma produção agrícola comprometida com o bem estar da população mundial (a que produz e a que consome); e o ideal da Agroecologia, que une filosofia e prática, em prol de uma agricultura capaz de diminuir as contradições provocadas pela modernidade tanto no campo quanto na cidade.

O conceito de Soberania Alimentar coloca em evidência tanto a necessidade de se garantir o alimento que nos dá energia para viver, pensar e agir como sua qualidade, além de destacar os sujeitos capazes de viabilizar tal ideal: os camponeses - que geralmente são excluídos pela política agrícola hegemônica das discussões acerca do “desenvolvimento” dos espaços rurais.

O referido conceito surge da necessidade de se rever e aprimorar o que se entende por segurança alimentar da população mundial, e os meios para consegui-la, definidos na Conferência Mundial de Alimentação, ocorrida em Roma, em 1974. Podemos afirmar que a força da política neoliberal que sempre esteve a favor da acumulação capitalista das grandes potências mundiais, se apropriou do discurso da segurança alimentar para viabilizar o objetivo da Revolução Verde. Assim, a causa nobre da segurança alimentar que era extinguir a fome mundial, respaldou a expansão capitalista no campo, fez crescer a mecanização da agricultura, o uso indiscriminado de agrotóxico, a evolução científica e tecnológica fez surgir os Organismos Geneticamente Modificados – OGM's; ocorreram irreversíveis danos ao meio natural, e a expropriação do camponês da sua terra de trabalho. Tudo isso para teoricamente otimizar a produção de “alimentos” e minimizar a fome mundial... Contudo, ao falarmos de Revolução Verde infelizmente nos reportamos à insegurança alimentar, pois sabemos que em todo o mundo persiste a problemática da fome.

Sobre esse tema, Lima (2011) baseada nos dados da Organização das Nações Unidas - ONU, através da *Food Agriculture Organization* - FAO de 2006, nos diz que o número de pessoas subnutridas continua a crescer. Entre os anos de 2001 a 2003, cerca de 854 milhões de pessoas estavam subnutridas, sendo que desse total, 820 milhões em países considerados em desenvolvimento, como o Brasil.

Portanto, entendemos assim como Caporal (2011:109) que,

(...) não resolvemos o problema da fome, nem o problema da qualidade dos alimentos e estamos destruindo os recursos naturais necessários para a produção e a nossa saúde. Este panorama e não precisa mais que isso, nos leva a defender que é urgente e necessário que se adotem todas as medidas para reverter este processo, estimulando a transição para agriculturas mais sustentáveis, capazes de produzir alimentos saudáveis para toda a população e com menores níveis de impacto ambiental.

A partir das leituras de Campo e Campos (2007); Lima (2011); Thomáz Júnior (2006) e Rosset (2006) e da vivência nos espaços de discussões³² que defendem a produção camponesa na Paraíba, entendemos que politicamente o ideal da Soberania Alimentar se coloca para os movimentos sociais como estratégia de resistência ao Agronegócio. Esta afirmação fica clara no seguinte trecho do documento da Via Campesina, que define a Soberania Alimentar como:

(...) o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito a alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...] A soberania alimentar dos povos reconhece uma agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território; prioritariamente orientada a satisfação das necessidades dos mercados locais, e nacionais; uma agricultura que tenha como preocupação central o ser humano [...] (Declaração final do Fórum Mundial de Soberania Alimentar, assinada pela Via Campesina, Havana, Cuba/2001).

Dessa forma, a luta camponesa pela Soberania Alimentar se expressa também como a luta pela distribuição dos poderes, através da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais. Esses camponeses constituem-se enquanto sujeitos sociais que reivindicam a participação nas tomadas de decisão que lhes dizem respeito, com objetivo de não serem apenas passivos recebedores de políticas prontas decididas em esferas superiores (RODRIGUES, 2003).

³² Como exemplos desses espaços estão: a participação na sessão especial da Assembleia Legislativa da Paraíba proposta pelo Deputado Frei Anastácio atendendo a solicitação do Fórum das Organizações da Sociedade Civil em Defesa da Agricultura Familiar que aconteceu dia 07/11/2011 e discutiu o uso indiscriminado de agrotóxico na agricultura do Estado; a participação nas reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS de Sapé – PB e Cruz do Espírito Santo; e a participação nas reuniões da Política Territorial – MDA\SDT pelo colegiado territorial da Zona da Mata Norte durante o ano de 2011.

A relação entre a Soberania Alimentar e a Reforma Agrária no Brasil é tratada por Thomáz Jr (2006) quando o autor traz um argumento novo ao debate acerca da Reforma Agrária. O autor afirma que a bandeira da Reforma Agrária deve ser levantada tanto pelo campo quanto pela cidade, visto que a necessidade de alimentação é de todos, e remete a pensarmos na produção em suas várias faces, inclusive no que estamos financiando ao nos alimentarmos. Identificamo-nos com Thomáz Jr (2006:121) quando o autor afirma que:

(...) a Reforma Agrária e a Soberania Alimentar podem sim catalisar as ações dos movimentos sociais e demais setores organizados em direção à construção de novos referenciais de sociedade, produto de embate de classes, das disputas ideológicas, partidárias e acadêmicas em torno de um modelo de sociedade que se quer construir (...) Não acreditamos que as soluções vindas do Estado ou somente ações dirigidas pelas políticas públicas serão capazes de cumprir com esses papéis

A partir da formulação do conceito de Soberania Alimentar o campesinato de todo o mundo questiona a transformação de alimentos em *commodities* reguladas pelas regras de mercado, por colocar em risco o abastecimento alimentar das populações, a qualidade e diversidade alimentar dos povos e a preservação da biodiversidade.

Assim nos apoiamos na construção do ideal da Soberania Alimentar, para acreditar numa possibilidade de mudança, pois como afirma Lima (2011:1) “o debate a respeito da Soberania Alimentar ganha destaque, como possibilidade de reconstrução do campesinato a partir de uma agricultura que preza práticas mais sustentáveis e permite formas diferenciadas de consumo”.

Então, para se buscar o ideal da Soberania Alimentar, não seria necessário uma nova ciência, comprometida com um novo modelo de desenvolvimento? Ou será que o atual modelo de desenvolvimento econômico é capaz de garantir uma produção sustentável, uma organização social em prol de uma autonomia camponesa e a conservação dos recursos naturais do local?

Nesta perspectiva, entendemos que a Agroecologia pode apontar para um novo paradigma científico, não só pelo fato de se constituir como alternativa à produção agrícola convencional, como também por considerar as contribuições de diversas áreas da ciência (exatas, naturais e humanas), e principalmente pelo seu compromisso social. Concordamos

com Caporal (2011: 50), quando o autor nos diz que a “Agroecologia é uma ciência para o futuro sustentável”.

Deste modo,

a Agroecologia como matriz disciplinar vem aportando as bases para um novo paradigma científico, que, ao contrário do paradigma convencional da ciência, procura ser integrador, rompendo com o isolacionismo das ciências e das disciplinas gerado pelo paradigma cartesiano. Na realidade, a partir do início da construção do enfoque agroecológico, nos últimos anos, vem ocorrendo uma “revolução paradigmática” que, associada a outros movimentos de mudança deste início de século, começa a modificar os núcleos organizadores da sociedade, da civilização, da cultura (...) (CAPORAL, COSTABEBER e PAULUS, 2011: 53).

Existem várias abordagens de agriculturas alternativas, surgidas após a constatação dos efeitos negativos do modelo da agricultura moderna, que de certa maneira formam uma unidade que inclui uma dimensão ecológica relacionada ao manejo dos recursos naturais, contrária à agricultura convencional (moldada pela Revolução Verde), mas que são divergentes entre si, e compreendem uma ampla variedade de expressões (CANUTO, 1998).

Caporal (1998) nos traz um quadro que apresenta os protagonistas e os princípios norteadores das várias formas de produção englobadas na denominação de agriculturas alternativas:

Quadro 5 - Principais formas de agricultura alternativa: protagonistas e princípios básicos:

| | Principais protagonistas e seguidores | Princípios básicos e alcance |
|--------------------------------|---|--|
| Agricultura Orgânica | Albert Howard: desenvolve pesquisas na Índia (anos 1920); publica <i>AnAgriculturaltestament</i> na Inglaterra (1940). Técnicas aprimoradas por L. E. Balfour (Método Howard-Balfour). Introduzida nos EUA por J. I. Rodale (anos 1930). Outros: N. Lampkin (1990). | Princípios: Uso de composto, plantas de raízes profundas, atuação de micorrizas na saúde dos cultivos. Difundida em vários continentes. O IFOAM – FederationofOrganicAgricultureMovements – atua na harmonização de normas técnicas, certificação de produtos e intercâmbio de informações e experiências. |
| Agricultura Biodinâmica | Rudolf Stainer desenvolve uma série de conferências para agricultores na Alemanha (anos 1920) e estabelece os fundamentos básicos da biodinâmica. Pesquisas práticas realizadas nos EUA, Alemanha e Suíça (p.e. PFEIFFER, 1938; KOEPF, SHAUMANN; PETERSON, 1974). | Princípios: Antroposofia (ciência espiritual), preparados biodinâmicos, calendário astrológico; possui marcas registradas (Demeter y Biodyn). Muito difundida na Europa. Presente no Brasil: Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural, Estância Demétria e Instituto Verde Vida. |
| Agricultura Natural | MokitiOkada: Funda a Igreja Messiânica e estabelece as bases da agricultura natural; M. Fukuoka: Método semelhante, porém afastado do caráter religioso (Japão, anos 1930). As idéias de Fukuoda se difundiram | Princípios: Composto com vegetais (inoculados com “microorganismos eficientes”), valores religiosos e filosófico-éticos. Movimento organizado pela MOA-international e WSAA (EUA). ShiroMiyasaka |

| | | |
|------------------------------|--|---|
| | na Austrália como Permacultura, através de B. Mollison (178). | dirige a atuação da MOA no Brasil. |
| Agricultura Biológica | Inicia-se com o método de Lemaire-Boucher (França, anos 1960). Grupo dissidente funda a “NatureetProgrès”. Grande influência do investigador francês Claude Aubert, que critica o modelo convencional e apresenta os fundamentos básicos de L’agriculturebiologique (1974). | Princípios: A saúde dos cultivos e alimentos depende da saúde dos solos; ênfase no manejo de solos e na rotação de cultivos. Influenciada pelas idéias de A. Voisin e pela Teoria da Trofobiose (Chaboussou, 1980). Difundida na França, Suíça, Bélgica e Itália. |
| Agricultura Ecológica | Surge nos EUA (anos 1970), estimulada pelo movimento ecológico e influenciada por trabalhos de Rachel Carson, W. A. Albrecht, S. B. Hill, E. F. Schumacher. Na Alemanha recebeu importante contribuição teórico-filosófica e prática do professor H. Vogtmann (Universidade de Kassel): ÖkologischeLandbau (1992). | Princípios: Conceito de agroecossistema, métodos ecológicos de análise de sistemas; tecnologias suaves, fontes alternativas de energia. Está difundida em vários países. Sua introdução no Brasil está ligada a J. A. Lutzenberger, L. C. Pinheiro Machado, A. M. Primavesi, A. D. Paschoal e S. Pinheiro, dentre outros. |

Fonte: Elaborado por CAPORAL, (1998: 47).

Contudo, apesar da Agroecologia conter práticas comuns com as demais formas de produção citadas acima, que por sua vez, se baseiam num modelo ecológico de produção, não pode se confundir com nenhuma delas, pois as mesmas não expressam um novo modelo ou uma filosofia de agricultura. Assim, embora a Agroecologia enfoque a agricultura numa perspectiva ecológica, ela não se limita,

a abordar os aspectos meramente ecológicos ou agronômicos da produção, uma vez que sua preocupação fundamental está orientada a compreender os processos produtivos de uma maneira mais ampla. Isto é, encara os agroecossistemas como unidade fundamental de estudo, onde os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são investigadas e analisadas em seu conjunto. Dito de outro modo, a pesquisa agroecológica preocupa-se não com a maximização da produção de uma atividade em particular, mas sim com a otimização do agroecossistema como um todo (...) (CAPORAL e COSTABEBER 2001: 20).

Canuto (1998:36) divide as teorias e práticas da agricultura alternativa em duas abordagens: clássicas e emergentes, para ele a abordagem clássica é aquela caracterizada dentro de uma perspectiva técnica e de mercado, comportando-se de forma a deixar em segundo plano o compromisso social, já as abordagens emergentes, assumem a perspectiva do ecologismo popular, “em que as metas de combate à pobreza tem uma grande convergência com a construção de uma sociedade sustentável”. Entendemos a Agroecologia como pertencente a esta segunda abordagem.

Assim uma produção realmente sustentável somente pode acontecer no contexto de uma organização espacial que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação

harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente. A agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força que impulsiona os objetivos e as atividades do projeto de desenvolvimento. Assim, o objetivo é que os camponeses se tornem os atores do seu próprio desenvolvimento (CHAMBERS apud ALTIERI, 2004). A resposta para os nossos questionamentos no início dessa seção, pode ser encontrada na seguinte colocação de Altieri (2004: 17):

Só uma compreensão mais profunda da ecologia humana dos sistemas agrícolas pode levar a medidas coerentes como uma agricultura realmente sustentável. Assim, a emergência da agroecologia como uma nova e dinâmica ciência representa um enorme salto na direção certa. A agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis.

A Agroecologia é um sistema de produção que respeita a natureza, sua biodiversidade e o seu tempo, utilizando-a como parte integrante da sua tecnologia de manejo sustentável. Atribui ao equilíbrio ecológico do agroecossistema a resposta para a minimização dos problemas relacionados à produção, pois quanto mais seus componentes naturais (solo, água, plantas e animais) estiverem em harmonia e equilibrados, maior será a capacidade dos mesmos suportarem perturbações e mais produtivos se tornarão (ALTIERI, 2004). Em paralelo com a questão ambiental, a filosofia da agroecologia se preocupa com a qualidade de vida e com a sustentabilidade daqueles que trabalham no campo. “O objetivo maior da agricultura sustentável – que sustenta o enfoque agroecológico – é a manutenção da produtividade agrícola com o mínimo possível de impactos ambientais e com retornos financeiros econômicos adequados” (TEMAS, 2004:9).

Torna-se importante enfatizar as diferenças entre o manejo da agricultura convencional e o da agricultura agroecológica, para por meio desta comparação perceber os grandes benefícios da segunda. Com base neste entendimento organizamos o seguinte quadro demonstrativo:

Quadro 6 - Comparação entre o manejo da agricultura moderna e o manejo da agricultura agroecológica

| Características | Formas de Produção | |
|---------------------------------------|--|---|
| | Agricultura Moderna | Agricultura Agroecológica |
| Características Técnicas | | |
| Cultivos afetados | Trigo, milho, soja, arroz, cana de açúcar etc. | Todos os cultivos |
| Áreas afetadas | Na sua maioria, áreas planas e irrigáveis. | Todas as áreas, especialmente as marginais (dependentes da chuva, encostas declivosas). |
| Sistema de cultivo dominante | Monocultivos geneticamente Uniformes. | Policultivos geneticamente heterogêneos. |
| Insumos predominantes | Agroquímicos, maquinário; alta dependência de insumos externos e combustível fóssil | Fixação de nitrogênio, controle biológico de pragas, corretivos orgânicos, grande dependência nos recursos locais renováveis |
| Características Ambientais | | |
| Impactos ambientais e riscos à saúde | Médio e alto impacto (poluição química, erosão, salinização, resistência a agrotóxicos, etc.) Riscos à saúde na aplicação dos agrotóxicos e nos seus resíduos no alimento. | Baixo impacto ambiental e nenhum risco à saúde |
| Cultivos deslocados | Na maioria, variedades tradicionais e raças locais. | Nenhum. |
| Características Econômicas | | |
| Custos das pesquisas | Relativamente altos. | Relativamente baixos. |
| Necessidades financeiras do produtor. | Altas. Todos os insumos devem ser adquiridos no mercado. | Baixas. A maioria dos insumos está disponível no local. |
| Retorno financeiro | Alto. Resultados rápidos. Alta produtividade da mão-de-obra. | Médio. Precisa de um determinado período para obter resultados mais significativos. Baixa a média produtividade da mão-de-obra. |
| Características Institucionais | | |
| Desenvolvimento tecnológico | Setor semipúblico, empresas privadas. | Na maioria vindas do setor público; grande envolvimento de ONGs. |
| Características Socioculturais | | |
| Capacitações necessárias à pesquisa | Cultivo convencional e outras disciplinas de ciências agrícolas. | Ecologia e especializações multidisciplinares. |
| Participação da comunidade | Baixa (na maioria, métodos de cima para baixo). Utilizados para determinar os obstáculos à adoção das tecnologias. | Alta. Socialmente ativadora, induz ao envolvimento da comunidade. |
| Integração cultural | Muito baixa. | Alta. Uso extensivo de conhecimento tradicional e formas locais de organização. |

Fonte: ALTIERI (2004). Organizado: Mariana Borba de Oliveira.

A filosofia da agroecologia tem como base a negação do agrotóxico, ou seja, a produção agrícola limpa, mas não só, se preocupa também com o retorno financeiro adequado ao agricultor, com a inserção dos produtos no mercado consumidor pelo viés do alimento saudável, e do comércio justo, e com a preservação dos recursos naturais, necessário para própria otimização e perpetuação do sistema produtivo. É uma filosofia de desenvolvimento que não anula os benefícios dos ganhos financeiros, mas é atribuído a ele a mesma importância de outras dimensões da vida. Primavesi (2002:7) difere com ênfase a agricultura agroecológica de uma agricultura apenas orgânica e nos informa:

(...) na orgânica você trabalha pelas normas, e as normas não fazem nada mais que trocar um agente químico por um orgânico (...). O grande erro da agricultura orgânica é que, primeiro, continua com toda a visão factorial, fator por fator, continua combatendo no lugar de evitar. No final a melhora que se consegue é muito pouca.

Portanto, a agroecologia está liberta assim como seus sujeitos não só dos insumos químicos como também das amarras do agronegócio. O desafio está posto, sabemos que o poder do capital prevalece nas relações com o território, mesmo que outras realidades estejam em construção. Tal afirmação se torna verdade principalmente quando falamos de territórios rurais, onde as políticas de desenvolvimento e a sociedade em geral especulam apenas a sua função produtiva. Porém, julgamos a partir dos subsídios bibliográficos e da pesquisa de campo, que o camponês é portador do orgulho de trabalhar a terra para o sustento da família, com autonomia e condições dignas de vida e trabalho, se libertando das amarras que prendiam a maioria deles ao modelo agrícola capitalista, sendo a experiência da agroecologia fomentadora do valor de uso que caracteriza a terra camponesa.

Por sua vez a Agroecologia necessita de um olhar diferenciado para o território ou seja, de um modelo de desenvolvimento que seja compatível com seus pressupostos. Portanto, o território não pode ser visto apenas como um cenário de extração de recursos naturais para saciar as “necessidades” humanas. Esta noção está vinculada ao modelo de desenvolvimento dominante pautado apenas da acumulação capitalista (SCHNEIDER, 2009), que de acordo com Magnaghi (2006: 25) foi “responsável pela crise do desenvolvimento ocidental”. Na mesma linha de pensamento Brose (2001), afirma que foi a visão agrônômica capitalista (que dominou a forma como os investimentos e a sociedade percebem o meio rural), foi que restringiu o campo ao produtivismo agrícola.

As concepções de desenvolvimento que surgem a partir de 1960-70 e que se consolidam na década de 1980 se pautam num discurso acerca da preocupação com os bens naturais finitos. Se apoiam na noção de sustentabilidade para criar uma nova filosofia, teoricamente mais equitativa e sustentável, contrária ao paradigma do crescimento econômico como única dimensão do desenvolvimento. O repensar sobre os danos ambientais e sociais, faz surgir novas concepções que modificam a teoria do desenvolvimento (envolvendo aspectos da qualidades de vida e o respeito à cultura local), sendo a mais difundida delas o *desenvolvimento sustentável* (BELLEN, 2005; SANTOS, 2004; SACHS,1986; 2004). As discussões alargam-se para uma preocupação com a qualidade de vida das gerações futuras e com a busca de condições mais igualitárias entre os países ricos e pobres. Até então não se mensurava os impactos causados ao meio ambiente e a sociedade, e a maximização dos lucros “era” o que trilhava o caminho que a sociedade e o meio ambiente deveriam percorrer.

Contudo sabemos que, no processo de reconstruções teóricas, os mesmos sujeitos e a mesma ideologia que prega o *desenvolvimento sustentável*, enaltecem a globalização, o moderno, o urbano, a produção e o consumo meramente capitalista, e está apenas mascarado pelo discurso ambientalista. Assim, como indaga Porto Gonçalves (2005) “se todos falam em defesa do meio ambiente por que as práticas vigentes são tão contraditórias, senão devastadoras?”.

Na mesma perspectiva crítica em relação aos pressupostos do Desenvolvimento Sustentável Leff (2001), diz que tanto a formulação quanto as práticas baseadas nessa proposta de desenvolvimento obedece as manobras políticas voltadas para a permanência do sistema econômico, sem proporcionar mudanças concretas. O autor diz que:

O discurso da “sustentabilidade” leva, portanto, a lutar por um crescimento sustentável, sem uma justificação rigorosa da capacidade do sistema econômico de internalizar as condições ecológicas e sociais (de sustentabilidade, equidade, justiça e democracia) deste processo [...]. Todavia o discurso da sustentabilidade chegou a afirmar o propósito e a possibilidade de conseguir um crescimento econômico sustentável através dos mecanismos do mercado, sem justificar sua capacidade de internalizar as condições de sustentabilidade ecológica, nem de resolver a tradução dos diversos processos que constituem o ambiente (tempos ecológicos de produtividade e regeneração da natureza, valores culturais humanos, critérios qualitativos que definem a qualidade de vida) em valores e medições do mercado (LEFF, 2001: 20-21).

E reforça seu posicionamento ao dizer que,

a racionalidade econômica desconhece toda lei de conservação e reprodução social para dar curso a uma degradação do sistema que transcende toda norma, referência e sentido para controlá-lo. Se as ecosofias, ecologia social e o eco desenvolvimento tentarem dar novas bases morais e produtivas a um desenvolvimento alternativo, o discurso do neoliberalismo ambiental opera como uma estratégia fatal que gera uma inércia cega, uma precipitação para a catástrofe (LEFF, 2001: 23).

Ao relacionar a noção de desenvolvimento com o que se entende por território nos identificamos com Souza (1995:99), quando o autor resume a proximidade entre as duas noções da seguinte forma: “da mesma maneira que o território pode permanecer no discurso político como “estadocentrismo”, a idéia de desenvolvimento pode se restringir a endossar o modelo civilizatório ocidental, capitalístico, enquanto paradigma universal”. Assim, o autor entende que existem noções contrárias de desenvolvimento e do uso do território, que podem contribuir tanto para a perpetuação das desigualdades territoriais quanto para uma mudança no sentido da equidade.

Ao pensar numa perspectiva de desenvolvimento que concilie a produção de mercadorias com a recuperação e conservação do ambiente, Saquet e Sposito (2008:15) nos dizem que é necessário,

a organização política e o envolvimento dos sujeitos, a formação \educação, o planejamento e gestão, as redes de cooperação, a valorização das identidades, entre outros processos fundamentais na redefinição da produção e de outros aspectos da vida cotidiana, numa concepção de desenvolvimento que envolve, necessariamente o rearranjo das relações de poder.

Para a discussão acerca do importante papel da Agroecologia na promoção de um desenvolvimento local, nos baseamos em uma concepção de territorialidade que,

reconhece as contradições sociais, o movimento, a dialética socioespacial, a processualidade histórica, a importância dos lugares e dos sujeitos locais, da natureza exterior ao homem, e a necessidade de organização e atuação política, numa espécie de práxis revista e renovada a partir de experiências efetivadas, sobretudo durante o século XX (SAQUET e SPOSITO, 2008:15)

Assim, assimilamos à concepção de território empregada no nosso trabalho, a contribuição de Raffestin (1993), que em diálogo com a categoria de “poder” desenvolvida nas obras de Foucault, alargou o entendimento das relações de poder estabelecidas no território. Ao contrário de Ratzel, que considerava o poder estatal como único elemento capaz de

territorializar o espaço através das fronteiras e limites territoriais, Raffestin (1993:143) diz que “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço” e complementa seu pensamento quando trata da noção de limite, ampliando novamente a noção de Ratzel: “(...) falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite, que mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação de um grupo ou indivíduo com uma porção do espaço” (RAFFESTIN, 1993: 153).

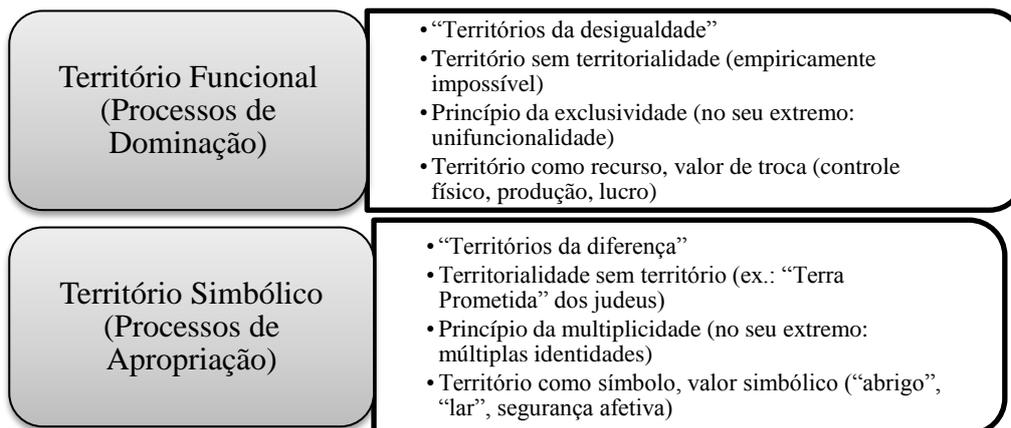
Saquet e Sposito (2008:19) nos dizem que, “a concepção de Raffestin sobre território e territorialidade é processual, relacional e múltipla, subsidiando a elaboração de idéias em favor da organização política e do desenvolvimento local”.

Ainda com o propósito de complementar os contributos dados por Raffestin (1993), Haesbaert (2005:6775), nos diz que:

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre³³ distingue apropriação de dominação, [...] o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca.

Segue esquema comparativo que caracteriza esses dois fatores:

Esquema 1: Comparação entre as concepções de Território



Fonte: Haesbaert (2005:6777). Elaboração: Mariana Borba de Oliveira.

³³ Cf: Lefebvre, H. *La Production de l’Espace*. Paris: Anthropos. 1986.

Após concordar com a discussão teórica, procuramos inseri-lá no contexto estudado, ou seja, analisar os territórios em estudo sob a luz dos teóricos citados. Interpretamos que as relações estabelecidas no Espaço tende à auto sustentabilidade, fomentadas justamente pelos sujeitos que vivem nesses territórios, que estão envolvidos no processo da produção agroecológica, que por sua vez está fortemente relacionado à resistência à monocultura da cana de açúcar (dentro e fora dos assentamentos)³⁴, ao resgate dos costumes em comum e a tradição de lidar com a terra; a organização social que determina de forma transparente as decisões de interesse comum. É um desenvolvimento construído por eles e para eles, uma territorialidade camponesa de resistência ao modelo do agronegócio. A relação de poder levantada por Raffestin (1993) está nesse caso, por trás da territorialidade camponesa vivenciada por esses sujeitos, que se sentem realmente donos e responsáveis pelo seu *espaço habitado*³⁵. Nesta perspectiva, ao percorrer áreas produtivas e de vida dos camponeses da Ecovárzea, concordamos com Saquet e Sposito (2008) e Haesbaert (2005), quando relacionam o desenvolvimento local com as relações ocorridas no território, havendo nos territórios da Ecovárzea exatamente um processo de apropriação e não de domínio, e a valorização do valor simbólico do território, no sentido da representação do território como espaços de vida.

Como veremos a seguir as Feiras Agroecológicas se constituem também como territórios que congregam aspectos do desenvolvimento local baseado em relações de poder vivenciadas pela territorialidade camponesa e pela Agroecologia, baseadas numa outra lógica de produção e consumo, antagônica aquela posta pelo Modo de Produção capitalista na agricultura.

Concordamos com Buarque (2002: 25) quando o autor conceitua o desenvolvimento local como:

um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais, e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo deve assegurar à conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local.

³⁴ Dentre os assentamentos que possuem camponeses que comercializam na Feira da UFPB, o assentamento Dona Helena localizado em Cruz do Espírito Santo é o que apresenta maior índice de arrendamento de terras para as Usinas de cana de açúcar, estando sujeito a perder a assistência técnica fornecida pelo INCRA.

³⁵ Fazemos alusão a Milton Santos que define por território justamente o *espaço habitado*. Cf: SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

Assim, para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento rural se pressupõe uma agricultura agroecológica, e a valorização do território de determinada comunidade, assegurando a autonomia nas tomadas de decisões e na construção de projetos pilotos de desenvolvimento local. Segundo Marcos (2006: 15), para alcançar o *Desenvolvimento Local Auto-Sustentável* deve-se: **1.** levar em consideração as necessidades da comunidade (**basic needs**); **2.** ser ao mesmo tempo endógeno, isto é, deve ser promovido e gerido pela comunidade local (**self-reliance**); **3.** ser capaz de dialogar com o ambiente externo e, assim, ser capaz de avaliar o seu impacto sobre o ambiente e de pensar em novas estratégias de ações, sempre que estas se fizerem necessárias (**ecodesenvolvimento**); **4.** respeitar os saberes locais para sua realização.

Enfatizamos a partir destas colocações, que o conceito de Soberania Alimentar e o ideal da Agroecologia se configuram como reforço à possibilidade de valorização do território camponês, e trás a possibilidade de construção de um novo paradigma de desenvolvimento.

Concluimos dizendo que a Agroecologia representa uma alternativa de redução das contradições provocadas pela modernidade e seus tentáculos, nos espaços rurais e urbanos. Por considerar todas as dimensões do território estabelece relações de trabalho e de vida dignas no campo, e reorganizam algumas relações com os espaços urbanos, que geram externalidades positivas mais globais, como o Comércio Justo. É sabido que essas forças têm um ritmo bem menos acelerado que as que movem o paradigma do crescimento econômico, assim, como viabilizá-las num modo de produção que é impregnado de seu contrário?³⁶ Experiências exitosas como o caso das Feiras Agroecológicas nos mostram que um novo modelo de desenvolvimento é possível, desde que esteja pautado num projeto coletivo.

1.2.4 O caso da Rede de Feiras Agroecológicas da Paraíba: Desafio ou Utopia?

O projeto que apresentaremos a seguir merece destaque como caso concreto da resistência e recriação camponesa na Paraíba gerador de um desenvolvimento local, que representa a luta e a ousadia camponesa num espaço marcado pela subordinação e violência. Estamos a tratar do

³⁶ Cf. MARTINS, José de Souza. Sobre o modo capitalista de pensar. 3 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

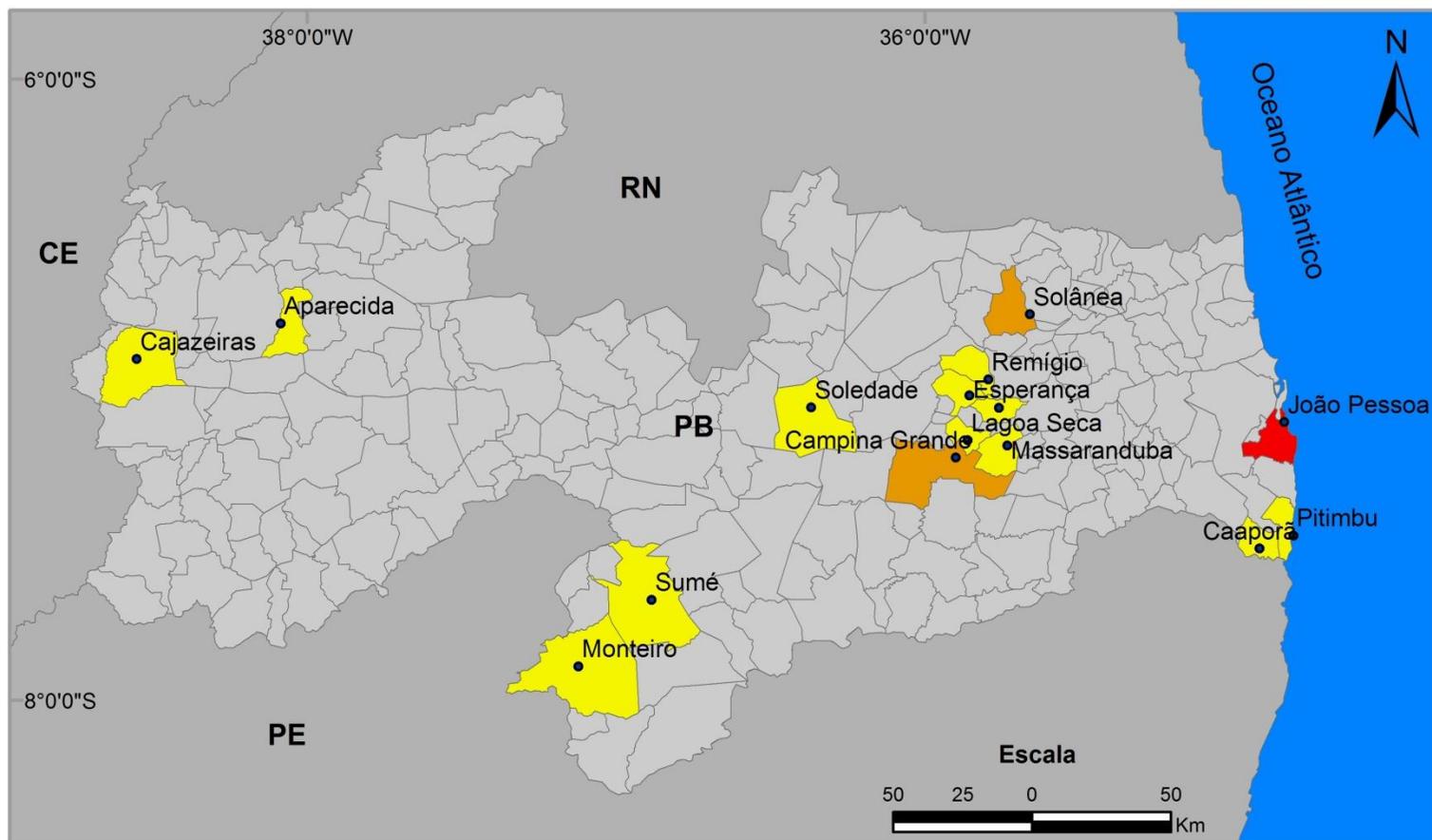
projeto das Feiras Agroecológicas³⁷ que viabiliza a reprodução camponesa a partir da produção agroecológica e de sua comercialização direta com o consumidor à mais de 10 anos.

As Feiras Agroecológicas são espaços de comercialização de produtos hortifrutigranjeiros produzidos por camponeses (as) em sua maioria proveniente de áreas da Reforma Agrária do estado, e seu surgimento remete às discussões acerca de necessidade dos camponeses desfazerem os laços de dependência com os atravessadores para a comercialização de seus produtos, e também à necessidade de se assegurar a reprodução digna do núcleo familiar. Teve a Zona da Mata como palco das primeiras discussões, e de forma autônoma e pioneira o Projeto que se iniciou no Litoral e na Várzea foi multiplicado por todo território do estado da Paraíba, com ONG's e poder público a apoiar estes empreendimentos, que atualmente perfazem 22 experiências³⁸ numa escala geográfica que se estende da Mesorregião da Zona da Mata Paraibana até o Sertão. Espacializamos as Feiras Agroecológicas da Paraíba no mapa a seguir:

³⁷ Para maiores informações sobre a Rede de Feiras Agroecológicas da Paraíba Cf: SANTOS, Thiago Araújo. Agroecologia como prática social: Feiras Agroecológicas e insubordinação camponesa na Paraíba. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em Geografia da USP. São Paulo, 2010.

³⁸ Existem no estado da Paraíba mais de 40 Feiras da Agricultura Familiar, contudo algumas ainda encontram-se em transição para a produção agroecológica. As Feiras cartografadas são aquelas cuja assistência técnica e camponeses estabeleceram critérios de garantia da procedência orgânica dos produtos comercializados.

Mapa 5: Feiras Agroecológicas da Paraíba



Legenda

| Nº de Feiras Agroecológicas por Município | |
|---|--------------------------------------|
| Com uma feira | Municípios com feiras agroecológicas |
| Com duas feiras | Outros Municípios |
| Com cinco feiras | Divisão dos Estados |

Org. Mariana Borba de Oliveira
Elaboração: Leonardo B. Costa
Base Cartográfica: AESA, 2006

FONTE:

Diante dos inúmeros olhares que acompanham o surgimento e o desenvolvimento desse Projeto, nos utilizamos do nosso acervo de entrevistas³⁹ para fazer o resgate histórico dessa estratégia de reprodução camponesa, contudo, destacamos a contribuição da entrevista realizada com a Comissão Pastoral da Terra – CPT como importante reforço para que tratássemos da temática. Pela vivência e compromisso ético de auxiliar a classe camponesa em todas as suas dimensões, sejam materiais ou imateriais, essa instituição ao descrever seu trabalho de assessoria nos trouxe contribuições que nortearam todo o trabalho posterior. Assim, a contribuição direta na nossa pesquisa da Comissão Pastoral da Terra – CPT, determinou muitas de nossas considerações a respeito do Projeto das Feiras Agroecológicas.

Realizamos a entrevista⁴⁰ com a agente pastoral da CPT⁴¹, Tânia Maria de Souza, pessoa cuja história de vida está pautada no compromisso e envolvimento com as causas camponesas, sendo respeitada e admirada pelos camponeses que conhecem o seu trabalho de militância. A partir do seu depoimento pudemos subsidiar não só o resgate histórico da atuação dessa instituição, como registrar um verdadeiro inventário da vida e da unidade de produção de muitos dos camponeses participantes do Projeto. A partir dessa opção metodológica, descobrimos que tanto o espírito que move a iniciativa das feiras é derivado da influência política dessa instituição, como a superação de desafios que se configurava como utópica, alimenta o espírito da instituição, que continua a apoiar não só esse grupo, como tantos outros.⁴² A proximidade entre os ideais desses dois segmentos nos faz acreditar que os problemas enfrentados atualmente pelo Projeto das Feiras se constituem enquanto desafio também para a CPT⁴³. Como veremos mais a frente, os problemas são de maneira geral

³⁹ Entrevistas realizadas com Luiz Damásio de Lima camponês assentado do assentamento Padre Gino e participante da Feira da UFPB, e com Luiz Pereira Sena, que prestou serviço de articulador e técnico agrícola durante 10 anos financiado pela CPT, e atualmente continua a apoiar a Feira da UFPB, numa carga horária reduzida, sendo remunerado pela Cooperativa GETEC. Essas entrevistas subsidiaram parte da nossa pesquisa de conclusão de curso. Cf: Oliveira (2006).

⁴⁰ Essa entrevista foi de fundamental importância para que fizéssemos o resgate histórico das Feiras, e subsidiou também informações acerca da participação dos demais parceiros no decorrer dos 10 anos do Projeto. Concedida a autora no dia 09/03/2012.

⁴¹ Tânia se descreve como agente pastoral, militante e estudante de Licenciatura em Ciências Agrárias da UFPB.

⁴² A CPT realiza mensalmente reunião no Mosteiro São Bento com o objetivo de assessorar os trabalhadores e camponeses da região da Mata paraibana.

⁴³ Tal afirmação é derivada tanto de entrevistas colocadas no decorrer desse trabalho, quanto da nossa participação em reuniões de avaliação e planejamento da Feira da UFPB que contaram com a participação da CPT.

relacionados à estagnação dos avanços, principalmente econômicos, sobretudo daqueles grupos que se encontram a mais tempo no processo.

Abordar a história da criação das Feiras nos remete a relacioná-la a própria história de apoio da CPT aos sujeitos envolvidos no processo, que se iniciou na luta pela terra através da organização das estratégias de pressão para a desapropriação das terras improdutivas, e na reflexão política da função social da terra e na história social dos assentamentos. No início, esse apoio acontecia junto aos camponeses do Litoral, e logo depois se expandiu às comunidades da Várzea, próximas a região de Sapé⁴⁴. A respeito do apoio da Igreja Católica ao projeto das Feiras, Mitidiero (2008: 469) afirma que, “as feiras são resultado de todo o processo de formação fundamentando na pedagogia de educação popular que a Pastoral da Terra vem utilizando, desde o processo de luta até os desafios de organização dos assentados”.

Após a conquista da terra, que como vimos se deu principalmente na década de 90, o foco das discussões que eram o conflito e o acesso a terra, se direcionou para o problema encontrado na comercialização da produção dos assentamentos, pois o mesmo era feito basicamente por meio de atravessadores, e se tornava muitas vezes inviável a venda pelos baixos preços oferecidos. Sobre essa problemática, Tânia afirma:

tínhamos muito produto, o preço caía para os atravessadores, uma arroba de Inhame do bom chegou a custar apenas R\$3,00, e esses elementos foram nos provocando a aprofundar uma discussão pra se conseguir uma alternativa de produção (...) Houveram muitos desabafos do povo a respeito do preço no mercado. Gurugi veio com uma caminhonete de melancia que de tão barato derrubaram no Rio Gramame. Outra vez vieram de outra comunidade com um caminhão cheio de produção, não teve preço também e doaram na favela em Costa e Silva, eram informes que doíam o coração, fomos empurrados pra ajudar a eles em mais essa necessidade...

Conforme Marcos et al (2005), foram levantadas várias possíveis soluções para o problema: a venda de alimentos para escolas, creches e hospitais públicos; a aquisição de um espaço público da feira de Sapé; a venda em caminhões itinerantes; a criação de uma mini Ceasa as margens da BR 101 que liga João Pessoa à Recife, que pudesse concentrar a produção dos

⁴⁴ Através de reuniões da CPT com os camponeses é que eram identificados os problemas e propostas as soluções. As reuniões se iniciaram no início da década de 1990, e aconteciam mensalmente no salão paroquial do município de Alhandra. Tratavam de todos os problemas inerentes a vida no campo, entre eles a luta terra. Nesse local é que organizavam as ações e articulavam os apoios. Informações concedidas em entrevista por Tânia Maria de Souza.

assentamentos e das pequenas propriedades da Microrregião de Sapé, e que pudesse futuramente até comercializar a produção para os municípios de Bayeux, Santa Rita e João Pessoa. Todas estas propostas foram descartadas, principalmente pela baixa aceitação entre os camponeses, e pela falta de incentivos por parte dos órgãos públicos. Enquanto isso, os camponeses continuavam vendendo a produção aos atravessadores e a situação parecia não ter solução. O tempo passava e as dificuldades encontradas desestimulavam a organização do grupo, fazendo com que a participação nas reuniões fosse diminuindo cada vez mais (OLIVEIRA, 2006).

Contudo, mesmo com o grupo reduzido a discussão amadurecia, e foram realizadas as primeiras articulações⁴⁵ pela CPT, Cáritas Arquidiocesana e pelo gabinete do deputado Frei Anastácio afim de viabilizar a realização de uma feira livre pelo grupo⁴⁶ como alternativa de comercialização. A primeira Feira aconteceu em 18 de novembro de 2001 na praça Cristo Rei no Bairro de Mangabeira em João Pessoa - PB. Segue convite da primeira Feira Agroecológica do grupo:

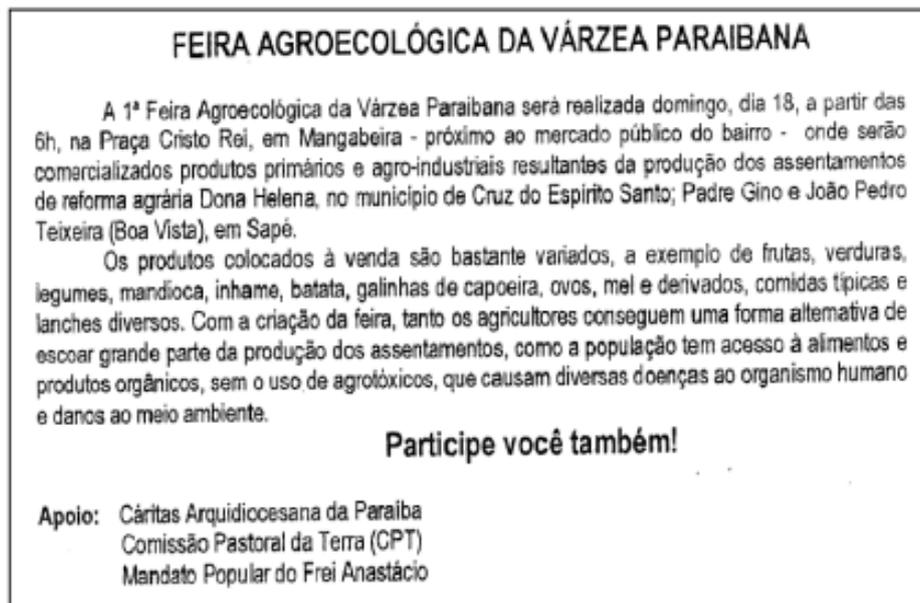


Figura 1: Convite da primeira Feira Agroecológica do grupo. Acervo da CPT, 2001.

⁴⁵ Nesse momento as reuniões aconteciam também no Assentamento Boa Vista e na comunidade nova Brasília, ambas localizados no município de Sapé.

⁴⁶ A CPT e o Gabinete de Frei Anastácio foram os primeiros apoios às Feiras Agroecológicas. Logo depois veio a adesão da Cáritas Arquidiocesana e da UFPB.

No que diz respeito ao funcionamento da Feira, o apoio da Cáritas Arquidiocesana⁴⁷ foi de suma importância. Através da parceria com os camponeses, a Cáritas viabilizou todo o equipamento a ser utilizado, das barracas às balanças e um fundo inicial de crédito, cujo investimento total foi em torno de R\$ 6.000,00. “Quando começou a execução do projeto, da economia da feira, a Cáritas se apoderou do processo e deu uma contribuição até maior que nós (CPT) na parte operacional, e nós (CPT) entramos com o técnico agrícola que era Luiz Sena⁴⁸” (grifo nosso)⁴⁹.

Tânia relata que, após acontecidas 4 feiras o grupo constatou que a produção não era suficiente para atender a demanda encontrada no bairro, o problema passou a ser a produção e não a comercialização. Essa realidade se justifica pelo fato da maioria dos sujeitos do grupo ser antigos trabalhadores da monocultura da cana, e em função da prática e experiência acumulada ao longo da vida, desconhecem a dinâmica do cultivo diversificado e contínuo. Na referida realidade, o plantio era de poucas culturas (geralmente feijão, fava e milho) e realizado apenas na entressafra da cana (3 meses), porque era o período permitido pelo proprietário da terra, depois tinham que desocupar a terra pra plantar a cana de açúcar. Assim, logicamente ao receberem a terra, continuaram com a mesma prática. Tal fato é detalhado no relato de Luizinho, camponês morador do Assentamento Padre Gino – Sapé – PB.

(...) a gente vem de uma cultura da cana-de-açúcar, não tem aquela ideologia de planejamento de produção, né?!, de administração, ou seja, a gente vivia trabalhando lá como diário, e aí chegava de manhã, e o patrão dizia, você vai fazer aquilo, aquilo e aquilo, final de semana e toma seu dinheiro, então o que tinha por trás daquilo a gente não sabia né? Então ninguém foi formado nesse meio. E o processo era agrotóxico, era desmatamento, era queimada, tudo isso era o que a gente fazia. Plantar monocultura, ou seja, uma coisa só. Quando a gente por perder esse serviço e por ter necessidade de realmente

⁴⁷ Romildo e Rosa eram as pessoas que representavam a Cáritas em João Pessoa, e a partir do trabalho pautado na confiança em relação aos camponeses, desenvolveram um trabalho determinante para a criação da primeira Feira Agroecológica do estado. Informação retirada da entrevista realizada com Tânia Maria de Souza, concedida em 09/03/2012.

⁴⁸ O funcionamento da Feira até hoje deve muito ao trabalho desempenhado pelo técnico agrícola Luiz Pereira de Sena, que atua não só na dimensão técnica nas áreas de produção, mas também como articulador de projetos de extensão principalmente os executados pela UFPB, e como incentivador do grupo. Assim com a figura de Tânia, o técnico é muito respeitado e querido pelos camponeses que fazem parte do Projeto das Feiras Agroecológicas de João Pessoa.

⁴⁹ Entrevista realizada com Tânia Maria de Souza, concedida em 09/03/2012

lutar pela terra, ao conseguir a terra, a gente não tinha outra coisa na cabeça... Plantar uma coisa só (...)⁵⁰

A representante da CPT também responsabiliza o desconhecimento do próprio grupo em relação ao manejo da terra para o insucesso das primeiras feiras, pois grande parte dos assentados não tinha nenhum contato anterior com o universo da produção agrícola familiar, e diz que foi preciso,

(...) trabalhar a mudança da metodologia de produção, pois (*os camponeses*) estavam acostumados a vender pro atravessador, tudo de uma vez, pegava o dinheiro de uma vez, o produtor não tinha o costume nem preocupação com a diversificação, não se preocupavam nem com a subsistência, pensavam só no resultado final. Daí suspendemos a comercialização e começamos a trabalhar nessa reflexão... (**Grifo nosso**)

As discussões evoluíram ainda mais, e dessa vez pautavam a diversificação da produção e a transição agroecológica, e foi através da metodologia de visitas de intercâmbio que se capacitaram e viabilizaram as próximas feiras. Ao refletir sobre essa fase, Santos (2010: 83) nos diz que,

(...) após visitas de intercâmbio nos Sítios Utopia e Oiti, realizadas no primeiro semestre de 2002, os camponeses assentados da Várzea Paraibana adquiriram outras referências para reestruturar o processo produtivo e investir em novas técnicas, objetivando diversificar a produção e aumentar a oferta dos alimentos a serem vendidos na feira agroecológica. Além das visitas de intercâmbio para esses Sítios, aqueles camponeses puderam conhecer uma feira agroecológica realizada em Recife-PE, onde tiveram a oportunidade de ter contato com outros produtores que comercializavam diretamente aos consumidores os alimentos agroecológicos por eles cultivados.

O grupo que nesse momento já havia se dividido em dois, realizou a primeira Feira Agroecológica da UFPB no dia 10 de maio de 2002 e a primeira feira agroecológica do Bessa no dia 07 de dezembro de 2002.

⁵⁰ Entrevista realizada em dezembro de 2005, no âmbito do projeto de extensão financiado pelo CNPq e realizado pelo Grupo de Ergonomia Agrícola e Festão Ambiental – GEA, intitulado “*Feira Agroecológica do Campus I da UFPB: Certificação Social e Revitalização*”.

A seguir segue fotos das duas Feiras Agrocológicas citadas:



Foto 4: Feira Agrocológica da UFPB. Autoria: Mariana Borba de Oliveira, 2010.



Foto 5: Feira Agrocológica do Bessa. Autoria: Mariana Borba de Oliveira, 2011.

A organização política das referidas feiras é composta por uma coordenação, conselho fiscal e pelo conselho de ética, cujos documentos receberam contribuições em sua formulação da CPT e da UFPB, e nos quais constam todas as decisões que dizem respeito à Feira Agrocológica,

prezando pela tomada de decisões em conjunto, realizadas em assembléias que acontecem regularmente.

A partir do sucesso dessas primeiras experiências o número de feiras cresceu, assim como as entidades parceiras que contribuem para a realização das mesmas, sendo entidades do poder público e da sociedade civil.

A seguir seguem fotos de outras experiências de Feiras Agroecológicas da Paraíba:



Foto 6: Feira Agroecológica Regional de Campina Grande na Estação Velha. Autoria: Aline Barbosa de Lima, 2011



Foto 7: Feira Agroecológica de Solânea. Autoria: Andréia Santos, 2011.

A partir desses referenciais, entendemos que a Rede de Feiras Agroecológicas, se caracteriza como uma estratégia viável de resistência e reprodução camponesa alicerçada pelo paradigma da sustentabilidade, num contexto brasileiro em que o desenvolvimento da agricultura é baseado no Agronegócio. Constatamos também que, só através de organização social voltada à realização desse Projeto, os camponeses que até então estavam esquecidos pela política estatal puderam se fazer vistos e caminhar em direção à auto sustentabilidade, pautada pela Agroecologia.

Experiências, como a Rede de Feiras Agroecológicas da Paraíba demonstram conquistas, e resultados concretos de viabilidade da proposta de sustentabilidade, oferecida pela Agroecologia, mas também apresenta entraves e limitações inerentes a relação do campesinato com o modo de produção capitalista. Assim, como afirma o camponês Luiz Damásio de Lima, “é um processo lento”, porém como afirma outro camponês, o Marcos Trajano é “libertador”: “hoje me sinto liberto, sinto uma liberdade porque tudo o que eu produzo é nesse pedaço de chão pra eu e minha família comer e vender. Amanhece estou no roçado, anoitece estou no roçado. Então pra mim é uma nova vida”, nos relata Marcos Trajano.

Capítulo II – A Feira Agroecológica da UFPB e os Precedentes da Certificação Participativa/Social de Produtos Agroecológicos

Diante do exposto no Capítulo anterior, interpretamos a Feira Agroecológica da UFPB como um dos símbolos contemporâneos do enfrentamento ao capitalismo agrícola da Mata paraibana, por congregar num mesmo Projeto, a partir da sua força política e organizativa, diversos elementos de resistência e reprodução camponesa capazes de difundir experiências inovadoras como a certificação social participativa.

Nesta perspectiva, as atividades da Ecovárzea envolvem diretamente alguns aspectos de grande importância para se viabilizar o desenvolvimento local auto sustentável em territorialidades camponesas, que são: a viabilização da Reforma Agrária; a produção agroecológica que respeita tanto o meio ambiente e os camponeses, quanto os beneficiários do processo de comercialização; a comercialização direta da produção ao consumidor; e a auto gestão dos projetos desenvolvidos.

Contudo, para enfrentar os problemas existentes, que são inerentes ao universo da agricultura camponesa no Brasil, necessitam do apoio de uma rede de colaboradores, o que nos faz afirmar que, o Grupo ainda esteja num caminho para sua autonomia, um caminho seguro que após 10 anos de existência do Projeto, se evidencia como possível. O fortalecimento dessa experiência acontece no momento em que são adicionadas novas parcerias, e implementados novos mecanismos de resistência, capaz de gerar externalidades positivas nas diversas dimensões da sustentabilidade.

Nesta perspectiva, o presente capítulo pretende evidenciar os protagonistas envolvidos no Projeto da Feira Agroecológica da UFPB, um verdadeiro laboratório de práticas sociais e ecológicas emancipadoras, voltadas para a construção do ideal da sustentabilidade. Após uma caracterização geral da Feira, iremos demonstrar sua estrutura a partir de três elementos: os apoios/parcerias; o campesinato; e os consumidores⁵⁰. O objetivo que buscamos concretizar foi o de mapear os apoios

⁵⁰ Destacamos mais uma vez, que os consumidores da Feira Agroecológica possuem um perfil diferenciado daquele dos consumidores do mercado capitalista, pois, devido aos laços de proximidade e amizade com o camponês e com o ideal da Agroecologia os mesmos se tornam parceiros e incentivadores do Projeto.

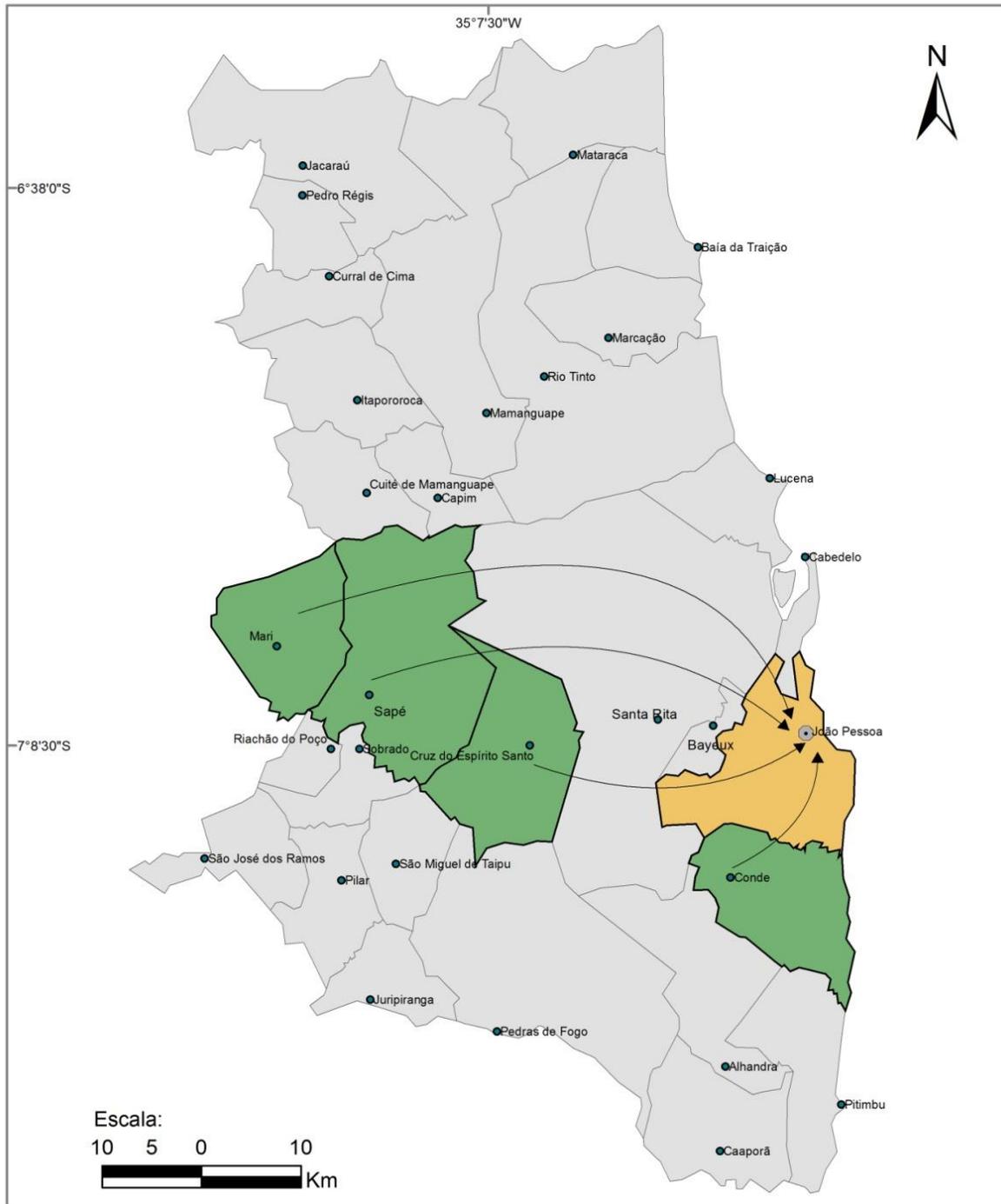
recebidos pelo grupo, materiais e imateriais, as motivações dos parceiros em firmar tais parcerias, bem como as suas expectativas para o futuro da Feira da UFPB; buscamos também caracterizar os sujeitos envolvidos no processo de produção e comercialização, a partir do conceito de campesinato, da territorialidade camponesa, e de algumas dimensões da sustentabilidade; além de destacar a importância do grupo dos consumidores responsáveis para a continuidade da Feira, um grupo fiel e comprometido com a causa da Agroecologia e do Comércio Justo.

Tal apanhado, subsidia a investigação do processo de Certificação Social/Participativa de produtos Agroecológicos, implementado pelo grupo como mecanismo de fortalecimento da estratégia de reprodução camponesa, sendo considerada na nossa pesquisa, uma resistência por contestar o modelo de garantia do mercado dos orgânicos. Portanto, esses três pilares de sustentação do Projeto da Feira da UFPB, são também os responsáveis por viabilizar a Certificação dos produtos Agroecológicos, tema central de nossa pesquisa.

A Feira Agroecológica da UFPB acontece semanalmente às sextas feiras num espaço cedido pela Prefeitura Universitária, em função de uma articulação realizada com a Pró Reitora de Assuntos Comunitários – PRAC por professores universitários e lideranças do grupo de camponeses⁵¹. Tem como base da sua formação, a organização social de camponeses provenientes da Várzea e do Litoral Sul da Paraíba, territorializados em seis assentamentos rurais: assentamento Dona Antônia localizado no município do Conde, assentamento Dona Helena localizado no município de Cruz do Espírito Santo, assentamentos Padre Gino, Rainha dos Anjos, e Boa Vista localizados no município de Sapé, e Assentamento 21 de Abril localizado no município de Marí. Segue o mapa que espacializa os referidos dados:

⁵¹ Inicialmente a articulação com a UFPB foi feita pelo professor Genaro Ieno Neto, vinculado ao Departamento de Educação – CCHLA - Campus I. Informação retirada da entrevista realizada com Tânia Maria de Souza, liderança da CPT.

Mapa 6: Localização da Feira da UFPB e localidades de origem da produção agrícola



Legenda

| | | | |
|---|--|---|---|
| → | Origem e destino dos produtos da feira | ■ | Localização dos camponeses que comercializam na Feira Agroecológica da UFPB |
| ● | João Pessoa - Capital | ■ | Município de João Pessoa |
| ● | Cidades da Zona da Mata | | |

Org. Mariana Borba de Oliveira Elaboração: Leonardo B. Costa

Basse Cartográfica: AESA - PB

Como vimos, a Feira Agroecológica da UFPB, é fruto do primeiro grupo que se organizou, com apoio da CPT, da Cáritas e do Gabinete do Deputado Estadual Frei Anastácio, em prol de uma melhor comercialização para os produtos dos assentamentos da Zona da Mata paraibana. A sua primeira edição aconteceu no dia 10 de maio de 2002.

A Feira da UFPB possui 22 barracas, algumas delas são ocupadas por mais de um camponês. Inicia às 05h00 da manhã e o horário de maior movimento se dá entre 05h00 e 07h00, finaliza ao meio dia com o desarmamento das barracas, recolhimento de todo material, limpeza do local e a realização da reunião de avaliação pós Feira. Segue algumas fotos da dinâmica local:



Foto 8: Comercialização na Feira da UFPB. Barraca de Daniel Lopes Rodrigues. Autoria: Mariana Borba de Oliveira. Abril de 2012.



Foto 9: Recolhimento do material. Autoria: Mariana Borba de Oliveira. Abril de 2012



Foto 10: Reunião pós-feira. Autoria: Mariana Borba de Oliveira. Abril de 2012.

Além da comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros, destacamos a venda na Feira das comidas prontas e do artesanato. Segue algumas fotos:



Foto 11: Barraca de comidas prontas. Autoria: Mariana Borba de Oliveira. Abril de 2012.



Foto 12: Artesanato. Autoria: Andréia Santos. Janeiro de 2012.



Foto 13: Artesanato do assentamento Padre Gino. Autoria: Mariana Borba de Oliveira. Abril de 2012.

A assistência técnica que o Grupo dispõe foi financiada desde o surgimento da Feira até o ano de 2011 pela CPT, através da contratação do técnico Luiz Pereira de Sena, sendo atualmente prestada eventualmente⁵² por meio de projetos de extensão.

O Grupo ainda conta com uma assessoria jurídica desde o início de sua organização prestada pela CPT, contudo, teve a orientação jurídica intensificada a partir do ano de 2008, com o reforço fornecido por Iranice Muniz, professora vinculada ao Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ e ao Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos – NCDH da UFPB. A professora Iranice afirma que o seu interesse em assessorá-los decorre do seu conhecimento acerca da história desses camponeses, e nos diz que, “a motivação é pelo interesse em dar continuidade a luta pela reforma agrária iniciada pelos camponeses da Várzea nos anos de 1990”⁵³.

Segue as fotos do Técnico Agrícola e da Assessora Jurídica no trabalho com a Feira:

⁵² Os projetos têm um prazo determinado para o término das atividades, desse modo, ao fim dos projetos o auxílio também se desfaz.

⁵³ Entrevista fornecida pela Professora Iranice Muniz a autora em junho de 2012.



Foto 14: Luiz Pereira Sena. A autoria: Mariana Borba de Oliveira. Dezembro de 2011.

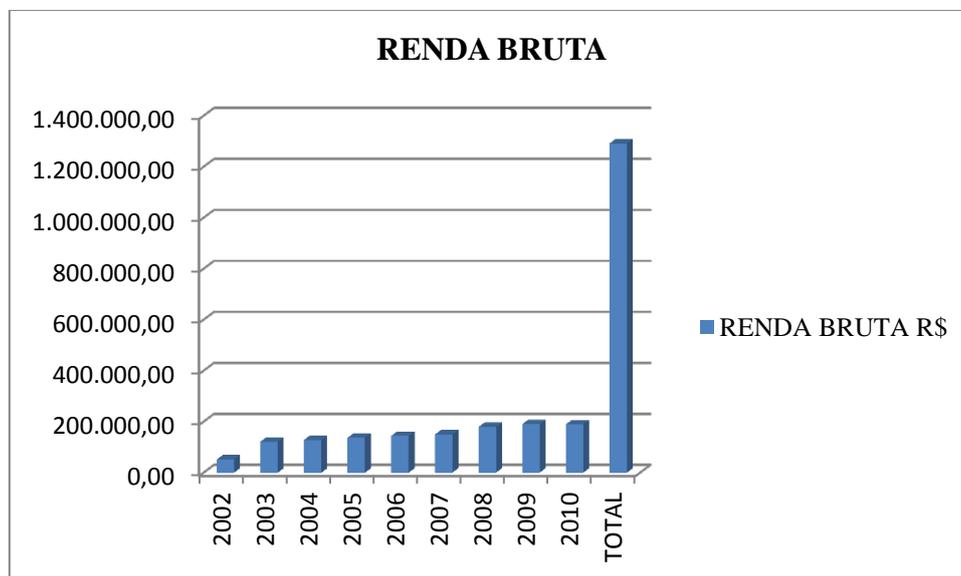


Foto 15: Iranice Muniz e Luiz Damásio de Lima. A autoria: Mariana Borba de Oliveira. Maio de 2012.

Dados retirados de relatórios do técnico agrícola Luiz Pereira Sena que acompanha a feira a mais de 10 anos nos mostra a renda bruta do grupo e o volume de produtos comercializados. Organizamos os dados e elaboramos junto com o técnico os gráficos que iremos apresentar, com a finalidade de qualificar nossa pesquisa, mas também de contribuir para sistematizar e preservar o acervo de dados do grupo. Os dados são coletados pelo técnico toda semana e anotados de forma precária em blocos de

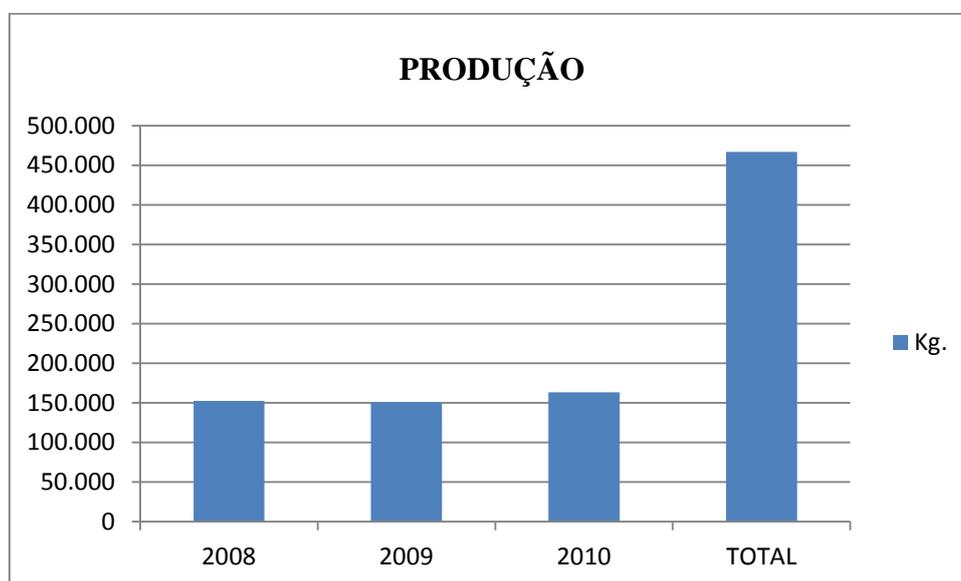
anotações⁵⁴. Já havíamos sistematizados alguns desses dados para outros trabalhos⁵⁵, portanto tivemos a preocupação apenas de atualizá-los:

Gráfico 1: Receita Anual da Feira Agroecológica da UFPB



Fonte: Relatório Técnico da CPT. Organização: Mariana Borba de Oliveira

Gráfico 2: Volume de produtos comercializados na Feira Agroecológica da UFPB



Fonte: Relatório Técnico da CPT. Organização: Mariana Borba de Oliveira

⁵⁴ Como exemplo das anotações técnicas Cf: ANEXO I.

⁵⁵ Alguns dados acerca da receita da Feira e do volume de produtos comercializados são encontrados em Oliveira (2006) e no Boletim de comemoração dos 10 anos da Ecovárzea. Cf o Boletim no ANEXO II.

O crescimento da Feira pode ser observado tanto através da renda bruta, quanto através do volume de produtos comercializados. Podemos observar nos gráficos que quase sempre os dados aumentam com o passar de um ano, ou no mínimo continuam estáveis.

Os dados da receita anual da Feira são referentes aos anos de 2002 a 2010, não incluímos 2011 no levantamento, pois os dados estavam incompletos, havendo apenas três meses coletados. Foi possível sistematizar o volume de produtos comercializados, apenas nos anos de 2008, 2009 e 2010, pois as anotações dos anos anteriores já haviam sido perdidas ou também as encontramos de forma muito incompleta. Foi a primeira vez que sistematizamos os dados acerca da quantidade de produtos comercializados.

Além da comercialização realizada na Feira da UFPB, alguns camponeses ainda comercializam seus produtos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. No ano de 2011 o volume financeiro comercializado por um grupo de cinco camponeses⁵⁶ foi de mais de R\$ 23.000,00⁵⁷ nos dois Programas citados.

⁵⁶ O camponês que realizou contrato para o PAA foi Daniel Lopes Rodrigues; e os camponeses que realizaram contratos para o PNAE foram: Assis Barbosa de Lima, José Eduardo, José Fernando da Silva, Luiz Damásio de Lima.

⁵⁷ Os valores foram retirados dos contratos do PNAE realizados nos municípios de Sapé e Sobrado, pela EMATER municipal e pela Cooperativa Vínculus, e do relatório do técnico agrícola Luiz Pereira Sena.



Foto 16: Luiz Damásio de Lima ao assinar contrato do PNAE. Maio de 2011.

2.1 A Organização Interna da Feira Agroecológica da UFPB

Interpretamos o nível de organização e articulação conseguida pelos camponeses participantes da Feira da UFPB como evidência determinante tanto para o surgimento, quanto para a continuidade dessa experiência, pois entendemos assim com Gaiger (2009: 12) que,

mesmo nos grupos mais frágeis e dependentes, *estar incluído em alguma coisa*, parece ser a grande motivação; a base da auto estima e da confiança que predispõe a agir em horizontes mais amplos. As atividades se diversificam, de forma a rentabilizar os investimentos, e estimulam o intercâmbio e a articulação com outras experiências e movimentos.

Assim como a produção e a comercialização cresceram com o passar dos tempos a organização política também amadureceu o necessário para dar novos passos, e após os primeiros anos de realização da Feira, a coordenação sentiu confiança em formalizar os envolvidos por meio de uma Associação. Nesse sentido, compreendemos que, os aspectos da organização interna do Grupo, foram determinantes também para que existisse a Certificação Social/Participativa dos produtos comercializados, pois o

Projeto já foi criado e formalizado tendo a preocupação em assegurar a qualidade e a procedência dos mesmos.

A frente de todo o processo descrito está a Associação de Agricultores (as) Agroecológicos da Várzea Paraibana – Ecovárzea, entidade jurídica que responde formalmente pela Feira desde 2005. A Ecovárzea representa 30 famílias⁵⁸ e caracteriza-se por um processo organizativo específico, que reconhece o valor da participação individual ao mesmo tempo em que fortalece o caráter coletivo das decisões de interesse comum.

Entendemos o associativismo propiciado pela Ecovárzea como um instrumento de resistência social dos camponeses ao padrão de produção e comercialização posto pelo mercado capitalista. Nesta perspectiva, concordamos com Silva e Barone (2002: 2) que ao discutir a questão do associativismo e da comercialização agrícola, nos diz que:

O Associativismo Rural pode ser entendido como um instrumento de luta dos pequenos produtores proporcionando a permanência na terra, uma estratégia de resistência social, através do aumento da capacidade de inserir sua produção que geralmente é de pequena escala no circuito econômico.

A Ecovárzea se reconhece como, “uma organização de princípios educativos, de integração e cooperação de economia solidária” (Estatuto da Ecovárzea, 2005:1)⁵⁹, cujos objetivos são:

- I. Unir os agricultores (as) agroecológicos (as) dos assentamentos envolvidos;
- II. Garantir a produção orgânica e agroecológica dos (as) agricultores (as) associados (as);
- III. Fortalecer a autogestão dos (as) associados (as) pela organização, administração e escoamento de seus produtos;
- IV. Criar novos canais para escoar a produção orgânica e agroecológica dos agricultores e agricultoras associados (as);
- V. Intermediar o escoamento dos produtos orgânicos e ecológicos exclusivamente dos (as) seus (suas) sócios (as);
- VI. Favorecer a elaboração de projetos para beneficiar esta associação;
- VII. Promover a formação e capacitação de temáticas afins desta associação;

⁵⁸ Cf: Lista dos sócios da Ecovárzea no Anexo III.

⁵⁹ Cf: Estatuto da Ecovárzea na íntegra no Anexo IV.

- VIII. Solicitar assessorias necessárias para as ações eminentes dessa associação, através de parcerias, convênios com organismos governamentais ou não governamentais ou de remuneração com recursos próprios;
- IX. Garantir os serviços técnicos especializados em produção orgânica e agroecologia, para o acompanhamento dos (as) agricultores (as)-sócios (as), através de parcerias, convênios com organismos governamentais ou não governamentais ou com recursos próprios;
- X. Promover eventos de confraternização entre os (as) sócios (as) e seus convidados (as).
- XI. Administrar os bens da associação;

Nos reportamos à Santos (2002) em seu texto *Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista* para enaltecer o papel dessas organizações sociais na busca por alternativas de sobrevivência frente aos efeitos excludentes do capitalismo. E ao comparar o papel da Ecovárzea, com o que Oliveira (2007: 42) descreve ao tratar das cooperativas camponesas, constatamos que as mesmas preservam a função de outrora, pois,

nasceram no Século XIX, como instrumento de defesa dos agricultores contra o comerciante, que, de certo modo atuando como comprador e usurário, explorava os camponeses, levando-os à proletarianização. Foi por isso que as cooperativas nasceram no campo operando no setor do crédito e da comercialização. Assim, elas se tornaram um instrumento de defesa tanto do pequeno como do grande agricultor

A estrutura administrativa da Feira é composta pela Coordenação Executiva, que conta com o Coordenador, o Vice-Coordenador, o Secretário, e o Tesoureiro; pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Ética, sendo regida por um Estatuto, um Regimento Interno, e um Regimento de Transporte⁶⁰. Os representantes são eleitos pelo grupo em eleições diretas para mandato de 2 anos. Todas as decisões que dizem respeito à Feira Agroecológica são tomadas conjuntamente em reuniões que acontecem semanalmente pós Feira; em assembléia geral, que acontece mensalmente toda primeira quarta feira do mês no Assentamento Padre Gino ou no Assentamento Dona Helena, seguindo as diretrizes do Estatuto e dos Regimentos; e em reuniões anuais com os parceiros. Todos

⁶⁰ Cf: Regimento Interno e Regimento de Transporte na íntegra respectivamente no Anexo V e VI.

os sócios, desde que estejam em dia com suas obrigações, têm direito de voz e voto⁶¹ (Estatuto da Ecovárzea, 2005).

Nas reuniões *Pós Feira*, são discutidas as questões emergenciais, e colocados os informes semanais (cursos, agendas, etc.). Na *Assembléia Geral* acontece as discussões mais complexas e as prestações de conta, seguindo uma pauta previamente elaborada. As *reuniões anuais* são o momento de avaliação dos resultados do grupo, dos parceiros, e de algum projeto de extensão que esteja em andamento, sendo também neste momento, colocada as expectativas e demandas do grupo para que seja realizado o planejamento das ações a serem desenvolvidas. As discussões e encaminhamentos são registrados em Ata pela Secretaria da Associação⁶². A seguir inserimos fotos desses momentos:



Foto 17: Reunião mensal da Ecovárzea. Autoria: Mariana Borba de Oliveira. Outubro de 2010.

⁶¹ As informações também foram retiradas das anotações do caderno de campo, feitas pela autora ao acompanhar alguns desses momentos.

⁶² As informações foram retiradas das anotações do caderno de campo, feitas pela autora ao acompanhar alguns desses momentos.



Foto 18: Reunião Anual de avaliação e planejamento da Ecovárzea. Autoria: Mariana Borba de Oliveira. Janeiro de 2010.

Se torna importante destacar na nossa investigação a função desempenhada pelo Conselho de Ética, para que aconteça a Certificação dos produtos, pois é o mesmo que cuida para que os princípios estabelecidos no Estatuto e nos Regimentos sejam respeitados, principalmente a qualidade agroecológica dos produtos comercializados. Assim, é o Conselho de Ética que fiscaliza junto à área de produção o não uso de agrotóxico, e também acompanha de perto a transição para a produção agroecológica de novos sócios. O mesmo é composto por três sócios eleitos pela Assembléia Geral. De acordo com o Artigo 17 ° do Estatuto da Ecovárzea, compete ao Conselho de Ética:

- I. Zelar pelos princípios da produção orgânica, agroecologia e pelo respeito interpessoal e outros;
- II. Informar a Coordenação Executiva sobre questões ocorridas e constatadas para que seja aplicada as medidas devidas de acordo com o regimento interno;
- III. Zelar pelo cumprimento do regimento interno.

A Feira conta com um fundo de feira estipulado em 5% da renda obtida com a comercialização dos produtos. Inicialmente criado com o propósito de se pagar o empréstimo fornecido pela Cáritas, atualmente é destinado às despesas coletivas como a manutenção dos veículos, transporte para eventos, alimentação, sacolas, eventuais gastos com a manutenção das barracas, e a pequenos empréstimos oferecidos pela Ecovárzea e destinados aos sócios. Os empréstimos são autorizados, ou não, pelos

próprios sócios em Assembleia Geral. Não há cobrança de juros nos empréstimos, e a forma de pagamento varia de acordo com o quantitativo emprestado e a condição do solicitante.

O associativismo contribui também para criar e fortalecer os laços fraternos entre os sujeitos e motiva novas dinâmicas internas, voltadas ao lazer. Assim, concordamos mais uma vez com Gaiger (1995: 12), quando o autor diz que, “os miniprojetos reavivam a convivência, os laços de vizinhança e as tradições culturais, o que permite soldar aos poucos novos laços de pertencimento e de solidariedade”. Segue algumas fotos das festividades realizadas pelo grupo estudado:



Foto 19: Comemoração do dia das mulheres no Assentamento Padre Gino. Autoria Mariana Borba de Oliveira. Março de 2010



Foto 20: Comemoração dos 10 anos da Ecovárzea. Autoria: Mariana Borba de Oliveira. Novembro de 2011.

2.2 O Campesinato

Concordamos com Shanin (1980) para justificar a importância em relacionar a conceituação de camponês com determinada realidade estudada, ou seja, com o empírico, que no nosso caso, são os sujeitos que fazem parte da Feira Agroecológica da UFPB. Nesta perspectiva a definição do que se entende por campesinato (ou a não definição) em trabalhos científicos se torna importante por elucidar, o interesse político e analítico da pesquisa. Assim, o pesquisador tem que ter sempre a preocupação no exercício da definição do conceito de camponês, em não se tornar enfadonho ou “exagerar as preocupações com terminologias”, e “deve sempre mergulhar diretamente nas realidades e nos problemas sociais e políticos” (SHANIN, 1980: 43). Assim, pretendemos demonstrar a reprodução camponesa da Ecovárzea articulando a reflexão teórica com os estudos de caso.

Dentre as correntes de pensamento que interpretam as conseqüências da chegada do capitalismo no campo brasileiro, entendemos a resistência e a reprodução do campesinato pela abordagem exposta por Oliveira (1990; 2007), oposta aquelas influenciadas pelos estudos ortodoxos marxistas⁶³ com forte representação no Brasil⁶⁴,

⁶³ Cf. KAUTSKY (1986) e LENIN (1985).

que comparam o processo de industrialização do campo com o da cidade⁶⁵, e consideram a completa extinção do campesinato, ou a sua total subordinação à lógica capitalista, ou seja, como classe social *de fora* do modo de produção capitalista.

De uma maneira geral, os teóricos que estudam essa temática concordam que, com a chegada do modo de produção capitalista monopolista no campo há uma transformação na configuração territorial gerada pela otimização e industrialização de todos os setores da produção, e pelo assalariamento (relação de produção específica do modo capitalista de produção). Contudo, existem contradições na essência desse modo de produção, que permitem a não homogeneização das relações estabelecidas no espaço rural, possibilitando, além da existência do trabalho assalariado e da indústria agrícola, a existência do trabalho familiar camponês e do proprietário de terra (latifundiários que lucram apenas com a renda da terra), sendo o próprio Capital, responsável pela criação e recriação das relações não-capitalistas de produção. Nesta perspectiva, o campesinato deve ser entendido como classe social *de dentro* do capitalismo (OLIVEIRA, 1990; 2007).

A contradição está no fato do modo de produção capitalista não depender de relações puramente capitalistas para se reproduzir, ou seja,

(...) para que a relação capitalista ocorra é necessário que seus dois elementos centrais estejam constituídos, o capital produzido e os trabalhadores despojados dos meios de produção. Isto é, a *produção* do capital não pode ser entendida nos limites das relações especificamente capitalistas (OLIVEIRA, 2007:11).

Assim, pelo fato do camponês não estar separado dos seus meios de produção, sendo ou não proprietário da terra, estabelece uma relação não capitalista com a terra e sua produção, pois não se constitui um trabalhador assalariado, envolve o trabalho familiar e não almeja o lucro ou a renda da terra, almeja a reprodução da família. No caso

⁶⁴ Dentre os trabalhos que defendem a transformação do camponês em agricultor familiar estão: ABRAMOVAY (1990; 1992); VEIGA (1991).

⁶⁵ O Marxismo ortodoxo considera que, de fato, a agricultura no modo de produção capitalista tem que atuar como um ramo da indústria, já que o desenvolvimento das forças produtivas havia permitido ao homem dominar a natureza para extrair dela o acesso aos meios de vida (GUZMÁN e MOLINA, 2005:45).

brasileiro muitas são as combinações que possibilitam a reprodução do campesinato, entre elas: parceiros, rendeiros⁶⁶, meeiros, posseiros, foreiros, e os assentamentos rurais (MOREIRA e TARGINO, 1997; OLIVEIRA, 2007).

Nesta perspectiva, é importante ressaltar que, ao afirmar que o campesinato existe enquanto classe social baseada em relações não capitalistas de produção, não quer dizer que o mesmo não esteja subordinado ao Modo de Produção capitalista. O camponês está subordinado de uma maneira geral ao Modo de Produção capitalista principalmente pela sujeição vivenciada por ele através da renda da terra. Assim, o domínio e o controle do Capital se dão sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção, é pela sujeição da renda da terra ao capital, que o capital se reproduz em território camponês, pois o mesmo “pode subordinar a produção de tipo camponês, pode especular com a terra, comprando-a e vendendo-a, e pode, por isso, sujeitar o trabalho que se dá na terra” (OLIVEIRA, 2007: 12).

Ainda na mesma perspectiva, o camponês e a terra devem ser percebidos a partir de laços de vinculação inerentes a reprodução familiar, assim, “o camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e) migrar . Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações” (OLIVEIRA, 2007: 11).

Outra justificativa para a permanência de relações não capitalistas no campo é levantada por Moura (1986) quando a autora afirma que as relações não capitalistas são essenciais e condição necessária para que o capital se desenvolva no campo, visto que, é a agricultura camponesa que alimenta a sociedade capitalista, pois o capitalismo agrário não tem como objetivo produzir alimentos. “A agricultura ao mesmo tempo que recebe estímulos à capitalização, enfrenta permanentemente a questão de produzir alimentos a custo mais baixo, missão desempenhada, ainda que não com exclusividade, pela produção camponesa” (MOURA, 1986: 64). Pode-se dizer que este argumento é

⁶⁶ É importante diferenciar rendeiros e arrendatários, desta forma, “rendeiros são camponeses que arrendam terras para trabalharem com a família, enquanto que os arrendatários capitalistas arrendam terra para explorar o trabalho assalariado na produção agrícola da mesma”. (OLIVEIRA, 2007: 62).

compatilhado por Galeano (1988:15) quando o autor diz que, “o capitalismo central pode dar-se o luxo de criar e acreditar em seus próprios mitos de opulência, mas os mitos não são comíveis (...)”.

Após entender o lugar social ocupado pelo campesinato brasileiro no capitalismo, concordamos com Almeida (2006) quando a autora nos faz refletir acerca da possibilidade de acomodação teórica do pesquisador, que na abordagem exposta, está sujeito a analisar a classe camponesa enquanto simples determinação\concessão do capital, sendo que, é necessário que percebamos a sua resistência social e econômica ao controle do capital, sempre com o objetivo por parte dos camponeses de se sentirem livres. A autora diz que não devemos reduzir,

(...) essa recriação camponesa a uma pura e simples determinação do capital. Ou seja, os camponeses interferem, resistem, criam estratégias para escapar das necessidades do capital que tem na sujeição da renda da terra o seu filão de produção de capital (ALMEIDA, 2006:24).

E que o campesinato não pode ser entendido,

pela unilateralidade do capital, isto é, como determinação e funcionalidade da reprodução ampliada do capital. Na verdade é na luta cotidiana pela terra e na terra que o camponês tem garantido sua permanência no mundo capitalista. Isso significa dizer que o processo do capital permite contraditoriamente a reprodução camponesa, (...) no entanto, isso não ocorre sem conflito. E é justamente nesses momentos que os levantes camponeses tem ocorrido, conflitos essencialmente anticapitalistas pela oposição que representam à expansão territorial do capital e ao seu processo desumanizador (ALMEIDA, 2006:26).

Entendemos que o campesinato estudado na nossa pesquisa possui características apresentadas por Moura (1986), Shanin (1980, 2008) e Chayanov (1974; 1981), em suas concepções e características sócio econômicas do campesinato.

O alicerce teórico encontrado em Moura (1986) e Shanin (1980) foi de fundamental importância para pudéssemos entender o grupo envolvido na nossa pesquisa como um campesinato recriado. Os autores citados se inserem na corrente teórica que acredita na idéia de que houve uma recriação camponesa após a chegada do capitalismo no campo. “Os processos sociais que viabilizam a existência de camponês têm sido mais

expressivos e fortes do que aqueles que o levam a extinção. É mais correto falar em recriação, redefinição e até diversificação do campesinato, do que fazer uma afirmação finalista” (MOURA, 1986:18).

Em função de diferentes processos de recriação, Shanin (1980) ao tratar da conceituação de campesinato, afirma que não podemos encaixar uma definição rígida para esses sujeitos. Na atualidade, a heterogeneidade na reprodução da classe camponesa está presente como forte característica, pois a mesma assume especificidades distintas em diferentes tempos históricos e regiões do globo, sendo impossível descrever o camponês sem considerar a estrutura de sociedade em que está inserido.

(...) o termo campesinato, não implica a total semelhança dos camponeses em todo mundo, e\ou sua existência fora do contexto de uma sociedade mais ampla não – apenas - camponeses e \ ou extra-historicidade (...) Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. Os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial do seu ser social (SHANIN,1980: 75).

Mesmo não havendo definição fechada do que se entende por campesinato, Shanin (2008), Moura (1986) e Chayanov (1981) levantam elementos indissociáveis do modo de vida camponês, como o trabalho familiar e a propriedade da terra, que constituem a tríade: terra - trabalho – família. Moura (1986:54) diz que é “o trabalho familiar que caracteriza o vínculo social do camponês com a terra. Nuclear ou extensa, a família camponesa se envolve nas diversas tarefas produtivas, visando à reprodução física e social deste grupo de pessoas”.

Shanin destaca na dimensão do trabalho, o poder de organização e a força política da classe camponesa, condição necessária para continuar existindo. Ao tratar do campesinato contemporâneo afirma que:

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida, são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem as crises [...] (SHANIN, 2008:25).

No caso do Brasil, Oliveira diz que a força de trabalho familiar tem um papel muito significativo na nossa economia e vem aumentando numericamente de modo expressivo, sendo 80% da força de trabalho empregada na agricultura no Brasil baseada no trabalho familiar (OLIVEIRA, 2007: 8).

Os trabalhos de Alexander Chayanov são considerados de extrema importância para o entendimento dos elementos que caracterizam economicamente uma unidade de produção camponesa. Souza e Stolcke (1981: 10) nos diz que o autor “propõe um corpo teórico não marxista para a análise das organizações camponesas”, a partir de uma concepção subjetiva de *valor*.

Assim, Chayanov (1981) faz a crítica à economia moderna que leva em consideração em sua análise apenas fenômenos econômicos capitalistas, sendo os demais tipos (não capitalistas) de vida econômica tidos como insignificantes, para depois propor uma análise voltada à economia camponesa. O autor justifica a importância de sua análise quando diz que, “uma área muito vasta da vida econômica (a maior parte da esfera de produção agrária) baseia-se, não em uma forma capitalista, mas numa forma inteiramente diferente, de unidade econômica familiar não assalariada” (CHAYANOV, 1981: 134).

O autor diz ainda que o padrão da análise econômica capitalista - que objetiva avaliar o lucro, não pode ser empregue numa unidade econômica camponesa, pelo fato de não existir a categoria *salário*, desagregando assim, todo o uso de outras categorias do cálculo capitalista como: o lucro líquido, a renda e o juro do capital (CHAYANOV, 1981: 138). Assim, na sua análise, Chayanov relaciona o esforço do trabalho exercido pela família e a satisfação e consumo da mesma, e diz que para o camponês, o trabalho só se justifica até que seja atingido o que a família estabelece como necessidade, havendo um equilíbrio entre trabalho e consumo, chamado de *equilíbrio interno*. Dessa análise o autor traça duas hipóteses:

Enquanto não se atingir o equilíbrio entre os dois elementos que estão sendo avaliados (ou seja, enquanto a penosidade do trabalho for subjetivamente estimada como inferior à importância das necessidades

que o trabalho suportado satisfaz), a família que trabalha sem utilizar o trabalho pago tem todo o tipo de motivos para prosseguir em sua atividade econômica. Quando atinge este ponto de equilíbrio, porém, não terá interesse em continuar trabalhando, já que todo dispêndio adicional de trabalho torna-se mais difícil de suportar, pelo camponês ou artesão, do que a renúncia a seus efeitos econômicos (CHAYANOV, 1981: 139).

Diante do exposto, defendemos a permanência da utilização do conceito de camponês para a análise e compreensão da realidade agrária brasileira, principalmente aquela relacionada ao estudo das estratégias de resistências ao modo de produção capitalista. Assim, a partir da interlocução da Geografia com outras ciências entre elas a Agroecologia, evidenciaremos a partir do nosso trabalho de campo, como se dá a reprodução e a territorialização dos camponeses envolvidos no Projeto da Feira Agroecológica da UFPB.

Não estamos intencionados em apresentar uma extensa contextualização teórica ou inventário bibliográfico que relacione as duas ciências (como já colocamos, entendemos a Agroecologia enquanto novo paradigma científico e não apenas como manejo ecológico da agricultura), e sim em demonstrar empiricamente essa relação pelo viés da sustentabilidade e da territorialidade camponesa, enfocando: o trabalho do camponês e sua emancipação econômica; a preservação ambiental; e o compromisso social e político em promover a Agroecologia.

Relacionamos a construção da territorialidade camponesa pelo viés agroecológico, e defendemos de modo geral a viabilidade da transição agroecológica como estratégia de redução das contradições impostas ao meio rural pelo Modo de Produção Capitalista, visto que “o capital opera uma verdadeira ofensiva sobre a classe trabalhadora, no intuito de aumentar o controle social e legitimar suas ações de dominação” (SANTANA e MENDONÇA)⁶⁷.

O trabalho de campo tratou de investigar a dinâmica de algumas famílias que comercializam na Feira da UFPB, interessando-nos a sua organização política; a possibilidade das mesmas apresentarem uma economia camponesa; e sua relação com a

⁶⁷ Texto disponibilizado pelo professor Marcelo Mendonça em versão PDF, mas sem indicação de local e data publicação. Em busca na internet o achamos disponível em <http://www4.fct.unesp.br/ceget/A01.pdf>

natureza ao seu redor. A partir dos resultados encontrados, pudemos identificar os sujeitos da nossa pesquisa como pertencentes à classe camponesa, sustentando-nos, sobretudo na relação de trabalho atrelada à liberdade, em aspectos ligados à sustentabilidade, e aos costumes em comum.

Para comprovar nossa hipótese, trazemos três estudos de caso em territórios camponeses vinculados à Associação dos Agricultores (as) Agroecológicos da Várzea Paraibana – Ecovárzea, responsável por promover uma Feira Agroecológica que funciona no Campus I da UFPB. Todas as unidades produtivas que perfazem um total de 23, e as relações sociais ligadas ao Projeto da Feira da UFPB apresentam de certo modo as dimensões da sustentabilidade exemplificadas a seguir, porém, escolhemos esses três estudos de caso pelo fato deles contemplarem mais fortemente as características comuns do grupo. Analisamos as unidades produtivas de Daniel Lopes Rodrigues, camponês assentado do PA Dona Antônia, localizado na cidade do Conde – Paraíba; do camponês Marcos Antônio Trajano assentado do PA Dona Helena, localizado na cidade de Cruz do Espírito Santo – Paraíba, e do camponês Luiz Damásio de Lima, assentado do PA Padre Gino.

2.2.1 Trabalho, Liberdade e Agroecologia

Entendemos assim como Organista (2006: 127) que é o trabalho “que permite o salto do ser meramente biológico para o ser social”. Contudo, sabemos que na sociedade do capital as relações de trabalho estão pautadas na exploração da classe trabalhadora e na precarização das condições de trabalho com fins de acumulação capitalista, levando a classe trabalhadora a uma verdadeira prisão social. Defendemos que, a territorialidade camponesa estabelece relações de trabalho libertárias e emancipadoras, sendo essa, uma de suas características de resistência ao capital.

Nesta perspectiva, concordamos com a noção de desenvolvimento colocada por Sen (2010: 29), ao assegurar que,

o desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres

sociais mais completos, pondo em prática nossas vocações, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo.

Paulino e Almeida (2010) diferem a noção de liberdade corrente na sociedade burguesa, que está diretamente associada a igualdade jurídica entre os indivíduos, da liberdade gestada na sociedade camponesa. Nesta perspectiva as autoras afirmam:

a terra camponesa se insere numa concepção de liberdade que se contrapõe à ilusória liberdade burguesa, porque dá ao indivíduo a possibilidade de se realizar como sendo portador de sonhos, de aspirações como, por exemplo, do desejo de se enraizar no seu pedaço de chão (PAULINO e ALMEIDA, 2010:54).

Utilizamos a análise feita na família de Daniel Lopes Rodrigues para exemplificar a viabilidade da construção posta acima. A família do camponês é descrita pelo mesmo da seguinte forma: pela figura do pai, que é o próprio e tem 40 anos; da esposa, chamada Cristina que tem 32 anos; da filha que tem 16 anos e de um filho do primeiro casamento de 21 anos, mas que não mora com ele.

Essa família teve acesso à terra por meio da organização dos camponeses sem terras da região, apoiada CPT – Comissão Pastoral da Terra, em prol da luta pela terra. As pessoas envolvidas na luta pela terra ou residiam na zona rural de municípios próximos (Caaporã, Alhandra, Jacumã - PB) ou eram moradores da própria fazenda Baraúna, sendo este o território em disputa. Em 1995, a fazenda Baraúna pertencente à Lundgren Pastoral Agrícola S/A, de propriedade do Sr. Almir Machado Corrêa de Oliveira, foi ocupada por 250 famílias sem terras, e após meses de conflitos, incluindo despejos e prisões a fazenda foi desapropriada assentando 110 famílias camponesas⁶⁸.

A parcela de Daniel, assim como as demais do assentamento Dona Antônia, possui 5 hectares. Toda a área produtiva possui estrutura de irrigação, melhoria realizada com recurso próprio. Sua área produtiva é separada da casa onde mora com a família, por causa da estrutura do assentamento, que é em forma de agrovila. Próximo a casa a família cria galinhas e possui uma área destinada ao gado, que recentemente foi vendido (13 cabeças) para viabilizar a irrigação da área produtiva. A família cultiva macaxeira,

⁶⁸ Informações retiradas de entrevista concedida a autora por Daniel Lopes Rodrigues em Janeiro de 2012

inhame, jerimum, feijão, milho e uma grande diversidade de frutas (banana, mamão, acerola, mangaba, araçá, saputi, abacate, manga, maracujá, coco, etc), sendo toda a produção utilizada para consumo e comercialização. Quase toda a área da parcela do camponês está produtiva, e é consorciada com duas ou mais culturas por terreno. As hortaliças consumidas pela família são provenientes da Feira da UFPB, onde o camponês troca itens da sua produção com aqueles que produzem hortaliças. Praticamente todo o consumo alimentar da família é retirado da produção ou adquiridos na Feira da UFPB, cujas ilustrações destacamos a seguir:



Foto 21: Daniel alimentando as galinhas. A autoria: Mariana Borba de Oliveira. Maio de 2012.



Foto 22: Área consorciada de banana e mamão. Autoria: Mariana Borba de Oliveira. Maio de 2012



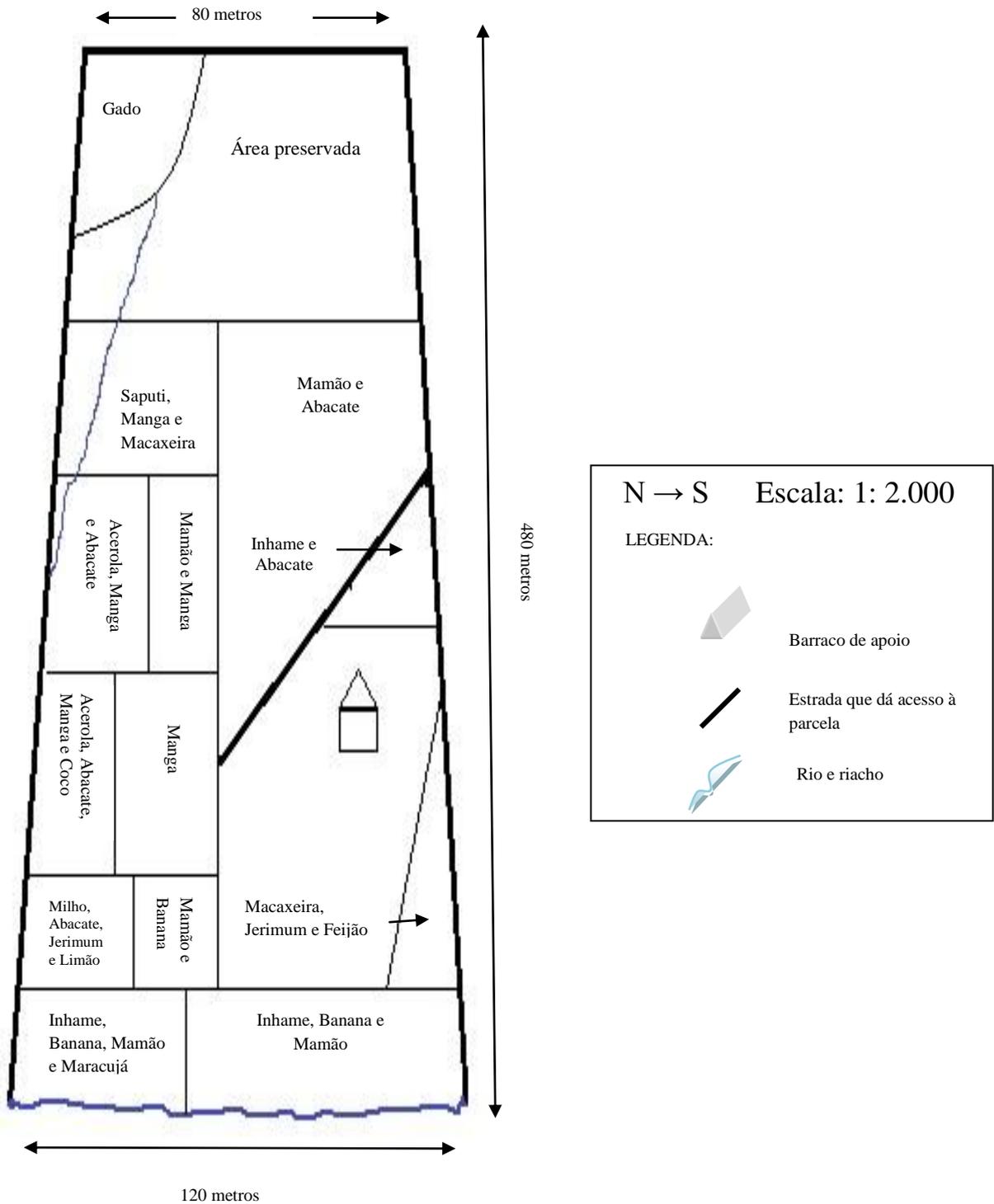
Foto 23: Daniel na plantação de jirimum. Autoria: Mariana Borba de Oliveira. Maio de 2012



Foto 24: Daniel e “Barriga” trocando os produtos na Feira. Autoria: Mariana Borba de Oliveira. Abril de 2012

Achamos relevante elaborar um croqui da unidade produtiva de Daniel, para melhor espacializar a sua diversidade de produção. Segue croqui da área produtiva de Daniel:

Figura 2: Croqui da área produtiva do Camponês Daniel Lopes Rodrigues



Fonte: Trabalho de campo da autora.

A divisão do trabalho na família desse camponês é bem próxima daquela encontrada em Moura (1986), onde há uma divisão do trabalho a partir do gênero e da idade. Daniel é responsável pelo plantio e colheita de culturas curtas e longas, e pelo cuidado (alimentação, vacinação, corte) dos animais de grande porte, e também das galinhas. A Cristina é responsável por todo o serviço doméstico, por cuidar da filha, ajuda na coleta de acerolas, na colheita de outras culturas e apenas no período das férias acompanha o marido à feira, pois Cristina dá aula às crianças da sua comunidade. Daniel afirma que a tranquilidade de deixar a esposa cuidando da casa é essencial para que ele vá trabalhar, e reconhece o valor do trabalho dela como professora, mas admite que sua contribuição no roçado faz falta: “eu preferia que ela tivesse comigo, que era mais um braço ajudando, principalmente na época de catar acerola, mas nas férias ela vem pra cá, tá sempre ajudando...”. A filha tem 16 anos estuda, e ajuda a mãe nos serviços domésticos.

A jornada de trabalho de Daniel é de segunda a sábado no roçado e todos os dias da semana nos cuidados básicos com os animais. Dentre esses dias, a sexta feira é prioritariamente destinada à comercialização na feira, apenas ocasionalmente vai ao roçado à tarde. De acordo com Daniel a jornada de trabalho começa ao nascer do sol (um pouco antes das 5:00) e termina perto das 16 horas, com pausa para o almoço e um pequeno descanso. Até o meio dia Daniel está no roçado (plantando, limpando, adubando ou colhendo), depois do almoço ele cuida dos bichos e planeja o trabalho a ser feito no dia seguinte. À noite geralmente Daniel ainda volta pra área de produção para cuidar da irrigação.

O camponês ao ser indagado sobre o grau de satisfação com a sua rotina do trabalho responde que, “eu trabalho o suficiente para minha sobrevivência, tenho liberdade de fazer o que quero na hora que quero, sem ter o *rabo preso* com ninguém”, informação que nos faz relacionar a sua carga de trabalho à Teoria da Economia Camponesa de Chayanov (1981) que defende que no universo camponês, o trabalho só se justifica até que seja atingido o que a família estabelece como necessidade, havendo um equilíbrio entre trabalho e consumo, chamado de *equilíbrio interno*.

Daniel conta com a ajuda de dois trabalhadores, de forma quase contínua, que recebem o pagamento através de diárias. O camponês diz que planta muita coisa e não consegue cuidar de tudo sozinho. Apesar de num modo geral o trabalho do camponês estar

representado pela família, não é excluída a possibilidade de terceiros no complemento da força de trabalho, principalmente se forem em períodos específicos como a colheita e realizado juntamente com o camponês. Reportamo-nos à Shanin (1980) quando o autor trata da heterogeneidade das formas de reprodução camponesa dentro do capitalismo, e defende a não homogeneidade das características do campesinato.

Acerca do trabalho de pessoas de fora da família no campesinato, Oliveira (1997: 58) nos diz que:

A presença da força de trabalho assalariado na unidade produtiva camponesa pode também aparecer como um elemento desta unidade. É evidente, que esse assalariamento no interior da unidade camponesa baseada fundamentalmente no trabalho familiar precisa ser muito bem entendido. Em primeiro lugar, essa contratação, em geral, se deve ao ciclo de existência da família camponesa, pois há momentos críticos do ciclo agrícola em que os membros da família camponesa não são suficientes, pois as tarefas exigem rapidez e muitos braços (...). Contrata-se, então, trabalhadores temporários. Em geral, o período da colheita tem levado o camponês a experimentar o assalariamento. E o camponês que o contrata não é um capitalista, não trava com ele uma relação social de produção especificamente capitalista (...)

Daniel é vinculado a duas entidades que representam seus interesses, que são, a *Cooperativa da Agricultura e Serviços Técnicos do Litoral Sul - Coasp* e a *Associação de Agricultores (as) Agroecológicos da Várzea paraibana – Ecovárzea*, e afirma que, toda a comercialização da sua produção acontece devido à articulação dessas duas entidades. Além da Feira Agroecológica da UFPB, Daniel comercializa através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. A quantidade de produtos comercializados por Daniel é a mais representativa dentro da realidade da Ecovárzea. A Agente Pastoral Tânia⁶⁹ nos diz que: “Sabe por que Daniel tem a produção que tem ? É porque ele tem ousadia, ele está com a área toda irrigada e ele é assentado como os outros... ele é dinâmico e ousado”. A renda de Daniel está entre R\$2.000,00 e R\$ 3.000,00⁷⁰ mensal.

⁶⁹ Entrevista concedida a autora em Março de 2012.

⁷⁰ Informações retiradas de entrevista realizada com Daniel e em resultados da pesquisa e extensão realizada pelo GEA. Relatório do edital MCT/CNPq/MDA/SAF/MDS/SESAN - Nº 36/2007.

Segue quadro com a quantidade de produtos comercializados por Daniel na safra 2010/2011.

Quadro 7: Quantitativo de produtos comercializados por Daniel na safra 2010/2011

| Ano | PAA | Feira UFPB | Total |
|-------|----------|------------|-----------|
| 2010 | 3.675 kg | 24.000 kg | 27.675 kg |
| 2011 | 3.803 kg | 36.000 kg | 39.803 kg |
| Total | 7.478 kg | 60.000 kg | 67.478 kg |

Fonte: Relatório Técnico Agrícola elaborado por Luiz Pereira Sena em junho de 2012.

Quando indagado acerca do que seria o desenvolvimento para a sua realidade Daniel respondeu: “seria o desenvolvimento da minha família, por exemplo. Se a feira tá se desenvolvendo com certeza minha família também, porque tudo que faço é em torno da minha família, eu meço pela família, hoje por exemplo, eu tenho uma vida muito melhor do que eu tinha antigamente...”.

2.2.2 Campesinato, Sustentabilidade Ambiental e Compromisso Social

A segunda realidade analisada é a do camponês Marcos Antônio Trajano, assentado do PA Dona Helena, localizado no município de Cruz do Espírito Santo – PB. O camponês é casado e possui três filhos, com respectivamente: 16, 14 e 4 anos, e com a ajuda dos filhos e principalmente da esposa, administra toda a área de 7 ha. Destacamos duas especificidades no universo do referido camponês que justifica o destaque dado a esta realidade. A primeira diz respeito à estrutura da área produtiva, que é caracterizada como sendo de manejo agroflorestal, por ter sido reflorestada mais de 50% da área total da parcela; a segunda diz respeito ao compromisso social expressado pela família ao se dispor em transformar seu lugar de vida em uma verdadeira escola, viabilizando constantes visitas de intercâmbio.

Em entrevista, Marcos nos conta que desde o recebimento da terra em 1996 que se preocupa em reflorestar a área, que vai muito além da obrigatoriedade da área da reserva. “Quando fui assentado a área de reserva não chegava a 5%, hoje tenho mais da metade da minha área preservada”⁷¹.

⁷¹ Entrevista concedida a autora por Marcos Antônio Trajano em Janeiro de 2012.

Ao fazermos uma análise criteriosa da parcela em debate vemos que ao viabilizar o reflorestamento da área, o camponês garante a sustentabilidade ambiental aliada à econômica e social.

O manejo agroflorestal aumenta a riqueza de matéria orgânica e umidade do solo propiciando um ótimo ambiente para o cultivo encontrado na parcela (macaxeira, frutas, hortaliças, etc), que é basicamente destinado ao consumo da família, sendo um ambiente propício também à criação de abelhas (apicultura), que produzem o mel comercializado por Marcos na Feira da UFPB. Outra importante prática encontrada na parcela é a produção de húmus de minhoca, que tanto responde a demanda de adubação da área produtiva, como se constitui como a maior fonte de renda do camponês. Segue algumas fotos da parcela do Camponês Marcos:



Foto 25: Área preservada da parcela de Marcos Trajano. Autoria: Mariana Borba de Oliveira. Junho de 2011.



Foto 26: Cultivo de macaxeira no sistema de Agrofloresta. Autoria: Mariana Borba de Oliveira. Junho de 2011.



Foto 27: Marcos Trajano devidamente equipado para o manejo com as abelhas. Autoria: Luiz Pereira Sena. Acervo da CPT, s/d.

A segunda especificidade vivenciada por Marcos e sua família é o compromisso social que os mesmos assumiram, inicialmente sem se dar conta, mas que hoje assumem com orgulho o papel desenvolvido, que é o de abrir as portas da sua área para visitas de intercâmbios. Assim como ressalta Santos (2010: 138) os intercâmbios foram e

continuam sendo de grande importância para a formação dos sujeitos que protagonizam a resistência camponesa através do manejo agroecológico:

Trata-se de um mecanismo primordial para a espacialização de informações referentes à agroecologia na Paraíba e sua eficácia é demonstrada pela própria existência das feiras agroecológicas e das demais práticas agrícolas voltadas para a agroecologia: as visitas de intercâmbio se configuram como o ponto de partida, a “semente” da própria agroecologia.

Em entrevista com Marcos, ele nos diz que foram os intercâmbios que proporcionaram os ganhos que hoje ele percebe ao ter optado em produzir por manejo agroecológico⁷², e que é por isso que ele abre a propriedade dele sempre que solicitado, que geralmente acontece através do pedido das entidades parceiras. Ao tratar dos ganhos proporcionados pelos intercâmbios, ele nos diz que,

(...) lidar com a terra, trabalhar a curva de nível, trabalhar a questão da diversidade, a rotação de cultura, a cobertura morta, usar os defensivos naturais produzidos na própria parcela, inclusive hoje eu trabalho com a minhocultura produzindo húmus para o consumo da minha parcela, e também vendo o excedente para a cidade. E dessa forma me ajudou muito esses intercâmbios.

Marcos apresenta sua parcela aos visitantes como exemplo de uma unidade camponesa que aplica tecnologias sociais e manejos agroecológicos com o objetivo de assegurar a sustentabilidade econômica e social da família, ao mesmo tempo em que preserva a área de reserva da parcela, sempre demonstrando a viabilidade da Agroecologia para o desenvolvimento da localidade em todas as dimensões. Até hoje Marcos já viabilizou a visita de mais de 300 pessoas, entre grupo de agricultores, técnicos, estudantes e professores de diversas áreas do conhecimento⁷³. Segue algumas fotos dos intercâmbios:

⁷² A origem da formação da Feira da UFPB remete a realização de inúmeros intercâmbios viabilizados com apoio da Comissão Pastoral da Terra – CPT; do mandato político do Deputado Frei Anastácio; e da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – ASPTA afim de qualificar a produção agroecológica dos camponeses envolvidos no processo.

⁷³ Entre os visitantes destacamos grupos de agricultores do Vale do Mamanguape – PB, de municípios do Agreste e do Sertão da Paraíba, e dos estados vizinhos Pernambuco e Rio Grande do Norte, articulados pela CPT e ASPTA; alunos de graduação de diversos cursos da Universidade Federal do Ceará, e Universidade Federal da Paraíba; Pesquisadores da Emater e Universidade de São Paulo, tendo como



Foto 28: Alunos dos cursos de Agronomia, Ciências Agrárias e Economia Doméstica da Universidade Federal do Ceará – UFC, e participantes do Projeto Residência Agrária. Intercâmbio realizado através da articulação do Grupo de pesquisa Gestar: território, trabalho e Cidadania. Junho de 2011.



Foto 29: Marcos explicando aos alunos como se dá a produção de húmus. Autoria: Mariana Borba de Oliveira. Junho de 2011.

2.2.3 Campesinato e Engajamento Político

A terceira realidade analisada é a do camponês Luís Damásio de Lima, onde será destacado seu compromisso político com a Agroecologia e com a Ecovárzea. O posicionamento assumido por todo o grupo envolvido no processo da comercialização direta por meio das Feiras (produtores, técnicos e parceiros) é determinante para a viabilidade do Projeto, contudo, o papel de liderança política exercido pelo camponês merece ser destacado, pois entendemos assim como Freire (1989: 58) que “será possível encontrar condições para romper o isolamento preso a velhos hábitos e alcançar a promoção humana, a partir de uma educação para emancipação. A construção desse caminho se faz dia a dia, com uma educação pautada exatamente na realidade a ser transformada pelos próprios atores sociais”.

Luizinho como é conhecido exerceu por três anos consecutivos a Presidência da Associação que representa a feira – a Ecovárzea, que atualmente está sob responsabilidade de sua esposa, Maria Albertina de Lima. Mesmo não estando diretamente à frente da Ecovárzea, Luizinho ainda é responsável por fazer toda a contabilidade dos custos de manutenção dos dois caminhões que servem à Associação, e apresentá-los nas reuniões mensais.

A sua atuação política transcende os espaços da Feira Agroecológica e da Ecovárzea, dessa maneira, Luizinho representa os interesses da agricultura camponesa na Política Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário – SDT\MDA através da Coordenação do Colegiado da Zona da Mata Norte; é presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar – SINTRAF de Sapé – PB e do Memorial das Ligas Camponesas, e representa a Ecovárzea na Comissão dos Orgânicos da Paraíba – Cporg\PB. Através do SINTRAF desde janeiro de 2012, Luizinho tem um espaço na Rádio Comunitária Araçá FM, onde dirige um programa de duração de 1 hora, que aborda principalmente o universo na Agricultura Familiar na região.

Segue algumas fotos da atuação de Luizinho nos espaços citados:



Foto 30: Reunião da Coordenação do Colegiado da Zona da Mata Norte da Política Territorial do MDA. Fevereiro de 2011



Foto 31: Reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS de Sapé. Março de 2011.

A respeito das motivações que o levou a assumir tal posição de liderança política tanto em defesa da agricultura como no encorajamento do grupo ele nos diz que, “sempre me vi como liderança, fosse lá em Antas para organizar os mutirões de trabalho ou nos

eventos da Igreja, mas a luta pela terra me ajudou muito em crescer”, e complementa “depois das reuniões da CPT veio as experiências dos intercâmbios e depois a Ecovárzea, e assim fui ampliando meu trabalho pro Sindicato e pro Memorial”⁷⁴.

A renda de Luizinho é toda originada da comercialização na Feira da UFPB, cujos produtos vendidos são, as hortaliças da sua área de produção e as comidas típicas feitas por sua esposa. A material prima das comidas é quase toda também oriunda da área produtiva, como o leite para fazer os bolos e o queijo e a farinha para as tapiocas e beiju. Segue foto do preparo da farinha de mandioca para a produção da tapioca e do Beijú.



Foto 32: Preparo da Farinha. Autoria: Alane Damásio de Lima. Março de 2012

Luizinho nos diz que a sua atuação política, “atrapalha um pouco a produção, mas que no fim compensa porque se não for assim as coisas não acontecem, pois nosso compromisso é difícil, a formação política do nosso povo é muito pobre”.

Ao tratar do compromisso social e político dos camponeses Marcos e Luizinho, Tânia nos diz que: “eles cresceram demais nesse processo (*da Agroecologia*), são pessoas maduras que tem convicção e falam com propriedade, o projeto foi importante pra esse crescimento político” (**Grifo nosso**).

⁷⁴ Entrevista concedida a autora em Maio de 2012.

Assim, reforçamos a importância de sujeitos como Luizinho, na construção de alternativas de acesso à qualidade de vida por classes historicamente oprimidas. Assim concordamos mais uma vez com Freire (1989: 58) quando ao autor diz que “só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquietada, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros”.

O trabalho de campo nos possibilitou afirmar que a Agroecologia possibilita e viabiliza o fortalecimento da territorialidade camponesa e da sustentabilidade no meio rural. Confirmamos através do empírico o que teóricos afirmam, ou seja, que o campesinato possui relações de reprodução específicas com características econômicas baseadas no trabalho familiar e na liberdade, além de forte capacidade de organização para se perpetuar no campo. Mesmo fragilizadas pela hegemonia do capital, essas famílias são capazes de conduzir o campo em direção à outras alternativas de desenvolvimento, ao reduzir as desigualdades territoriais existentes.

Reforçamos mais uma vez através do empírico que a luta pela terra e os assentamentos rurais são ferramentas de territorialização camponesa a partir do momento que viabiliza a função social da terra, e que aliados às práticas de manejo agroecológico são capazes de fomentar a sustentabilidade em todas as suas dimensões.

Assim, como Caporal entendemos (2011: 109) que,

(...) a Agroecologia, como ciência para uma agricultura mais sustentável, pode dar uma importante contribuição (...) na medida em que passar a fazer parte de grandes e potentes estratégias governamentais e dos programas incentivo à produção agropecuária, assim como dos programas de ensino, pesquisa e extensão rural.

O desafio está posto, sabemos que o poder do capital prevalece nas relações com o território, mesmo que outras realidades estejam em construção. Tal afirmação se torna verdade principalmente quando falamos de territórios rurais, onde as políticas de desenvolvimento e a sociedade em geral especulam apenas a sua função produtivista. Porém, julgamos a partir dos subsídios bibliográficos e da pesquisa de campo, haver alternativas de reprodução camponesa, onde o camponês seja portador do orgulho de trabalhar a terra para a reprodução da família, com autonomia e condições dignas de vida e trabalho, resistindo às amarras do capital.

2.3 Os Parceiros

Enfatizamos a importância dos parceiros envolvidos no Projeto da Feira Agroecológica da UFPB, para o fortalecimento dessa experiência, ao contribuir para a organização social, na formação política e educacional, e na implementação de tecnologias sociais. A seguir caracterizamos os principais parceiros dessa experiência, assim como destacamos suas principais contribuições:

2.3.1 Comissão Pastoral da Terra – CPT e Cáritas Arquidiocesana

Como vimos a atuação da Igreja Católica representada pela Comissão Pastoral da Terra – CPT e pela Cáritas Arquidiocesana foi imprescindível para viabilizar o Projeto das Feiras. Formação política, assessoria jurídica, assessoria técnica na área de produção e na comercialização, articulação com os demais parceiros, e empréstimos, são alguns dos apoios diretos prestados pelas entidades.

Atualmente a CPT ainda acompanha diretamente o andamento do projeto, contudo com uma atuação mais secundária. Tânia nos diz que, “trabalhamos pra que cada família se tornasse autônoma, porque achamos que a criança só começa a andar quando o pai solta e deixa correr risco”. Na opinião da Agente Pastoral, a formação política desses camponeses e a motivação em lutar por uma vida melhor foram as mais importantes contribuições prestadas pela CPT, e afirma que sente orgulho dos resultados da formação de alguns camponeses que fazem parte do Projeto como Luizinho e Marcos⁷⁵.

Contudo, como uma boa orientadora, tece críticas em relação à estagnação sentida por ela em relação aos avanços do grupo nos últimos anos, e vincula essa estagnação à concepção de atraso enraizada no trabalhador pelo agronegócio. Tânia nos diz que,

Pra mim o ponto mais fraco e o maior desafio é ter a produção o ano todo, a ousadia de investir, de criar (...) A agricultura é uma atividade de risco e ela exige de quem cultiva de ser ousado, criativo e dinâmico. Como o agronegócio trata a agricultura familiar com desprezo, por conta da pequena quantidade de terra de produção etc, passa a visão de que é a quantidade que dá lucro, aí o pequeno não consegue se enxergar na sua posição (...) Eu não admito que em Padre

⁷⁵ Camponeses cuja dinâmica evidenciamos a pouco.

Gino com aquela quantidade de água com aqueles açudes, o pessoal não tem criatividade de melhorar a produção de suas hortas, de ficar mais permanente, o grande desafio mesmo é não ficar nesse nível de produção (**baixo**). Não justifica a acomodação, o pessoal precisa ter mais autonomia, falta esse comportamento ... (**Grifo nosso**).

2.3.2 Universidade Federal da Paraíba – UFPB Campus I

A idéia inicial sempre foi realizar a feira no campus I da UFPB, pois para a proposta do Projeto a universidade configura-se como o *lugar ideal*, onde a formação do público contribuiria para a procura de produtos agroecológicos. Tendo isso como um desejo a ser concretizado a organização da Feira solicitou a parceria com a UFPB a partir de uma articulação com professores, mas que por motivo de estar havendo um greve a nível nacional das universidades federais foi negado e a negociação adiada. Como vimos no histórico da criação da Feira, depois de passado o período de greve em que a universidade se encontrava, e com o grupo melhor organizado e estruturado, foi iniciada a articulação em prol da concessão do espaço físico para a realização da Feira, que se deu no ano de 2002.

Consideramos a Universidade Federal da Paraíba – UFPB como sendo atualmente o maior apoio da Feira Agroecológica, e destacamos a atuação via projetos de pesquisa e extensão de três grupos de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Território, Trabalho e Cidadania: GESTAR; Grupo de Ergonomia Agrícola e Gestão Ambiental – GEA; e o Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares – SEAMPO.

2.3.2.1 A atuação do GESTAR - Território Trabalho e Cidadania

O grupo de pesquisa e extensão GESTAR: Território, Trabalho e Cidadania⁷⁶, apóia às estratégias de sustentabilidade no meio rural em prol da construção de um novo paradigma de desenvolvimento rural, através da implantação de tecnologias sociais, e da formação da consciência ambiental de jovens assentados. O GESTAR foi criado como grupo de estudo em 2002 e como grupo de pesquisa vinculado ao CNPq em 2006, objetivando formar profissionais comprometidos com a pesquisa e extensão em quatro

⁷⁶ Para maiores informações a respeito dos pesquisadores que compõem o grupo e suas publicações, consultar: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0083706GQBISOY>

linhas de atuação: Geografia Agrária e Desenvolvimento Local Sustentável; Movimentos Sociais no Campo; Relações de Gênero e Território; Geografia Cultural: territorialidades e representações.

As atividades do Grupo buscam a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão universitária em diversas áreas do conhecimento, e estão comprometidas, sobretudo, com a Justiça Social e os Direitos Humanos. Como principais temas levantados pelo grupo estão: a questão ambiental, as questões étnicas e as estratégias de recriação do campesinato. O Grupo é coordenado pela professora Maria de Fátima Ferreira Rodrigues, vinculada ao Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. A professora Fátima Rodrigues nos esclarece as motivações que levaram o referido grupo a firmar tal parceria com as Feiras Agroecológicas, e nos diz que:

Existe uma afinidade no ponto de vista ideológico e acadêmico, que diz respeito, por exemplo, à questão ambiental, a nossa concepção de produzir pesquisas que estejam voltadas também pra discussão da sustentabilidade, o qual o projeto das Feiras se insere, e também concordamos com a preocupação desse campesinato com as gerações futuras, com o respeito com as tradições, é um repasse de saberes... Da nossa parte é essa busca de troca de saberes... Ao mesmo tempo em que nós vamos levar os conhecimentos acadêmicos, nós aprendemos, e reelaboramos esses saberes que vem do senso comum, chamados de educação popular, e transformamos e dialogamos com esses saberes...⁷⁷

As Feiras Agroecológicas de João Pessoa estão presentes na trajetória do Grupo, como objeto de pesquisa e extensão, desde 2004. Destacamos os quatro principais projetos desenvolvidos pelo Gestar para fortalecer o grupo:

O Projeto “*Terra pra que te quero: agricultura orgânica, trabalho familiar e feira agroecológica sob a organização dos agricultores Assentados da Mata Paraibana*”, financiado pelo CNPq edital CT-Agro/MCT/MDA/CNPq n° 022/2004. A vigência do projeto foi de 01/11/2004 à 14/07/2006, e as ações do projeto foram desenvolvidas no Assentamento Apasa, localizado no município de Pitimbú - PB, e participante da Feira Agroecológica do Bessa. O projeto foi desenvolvido em parceria com a Comissão

⁷⁷ Entrevista concedida a autora em fevereiro de 2012

Pastoral da Terra - CPT, da Cáritas Nordeste e do Laboratório e Oficina de Geografia da Paraíba - LOGEPA/UFPB, e contou com recurso de R\$ 100.000,00. Teve como principais resultados: a capacitação dos camponeses para a produção de geléias, doces e polpas de fruta; a capacitação dos camponeses para a produção de húmos de minhoca de forma barata, através do aproveitamento das sobras orgânicas e da construção de 5 minhocários; a capacitação dos camponeses acerca da gestão de custos de produção e técnicas de vendas, ou seja, um Curso de Administração Rural; a promoção de intercâmbios entre camponeses que produzem de forma agroecológica no estado da Paraíba afim de integrar, fortalecer e socializar as experiências da Rede das Feiras Agroecológicas (RODRIGUES, 2006).

O Projeto “*Agricultura orgânica e Feira Agroecológica como estratégias de complementação de renda em Assentamentos Rurais da Zona da Mata Paraibana*”, financiado pelo Programa Desenvolvimento e Cidadania da Petrobrás. O Projeto atuou em quatro assentamentos rurais participantes das Feiras Agroecológicas do Bessa e da UFPB⁷⁸, e possibilitou a realização de uma série de ações que visou fortalecer as tecnologias socialmente sustentáveis. Contou com o recurso de R\$ 250.000,00 e teve como principal objetivo ampliar a experiência da agricultura agroecológica e a comercialização dos assentados, além de formar adolescentes na temática da questão ambiental. Como maiores resultados, destacamos: a aquisição de dois automóveis (uma Pick Up Currier, e um Ford Fiesta)⁷⁹ que auxiliam na logística nos dias das feiras⁸⁰, nas visitas de assistência técnica, e também no deslocamento para eventos, tanto da equipe acadêmica quanto dos camponeses; a formação de 34 Agentes Ambientais para atuarem como *protetores* dos recursos naturais locais; a ação de reflorestamento que plantou 200 mudas de espécies nativas; a construção de 15 minhocários distribuídos nos quatro assentamentos envolvidos; e a elaboração de materiais didáticos voltados à educação ambiental de toda a sociedade simpatizante das práticas agroecológicas e do consumo

⁷⁸ Os assentamentos participantes do Projeto foram: assentamento APASA – Pitimbu/PB; assentamento Dona Helena - Cruz do Espírito Santo/PB; assentamentos Padre Gino e Rainha dos Anjos - Sapé/PB.

⁷⁹ Atualmente estes automóveis estão sob uso e responsabilidade do técnico agrícola Luiz Sena, e da Pró Reitoria de Assuntos Comunitários – PRAC, cedido pelo Gestar para as ações extensionistas da UFPB.

⁸⁰ Nos dias de feiras da Ecovárzea (sexta) e da Ecosul (sábado) o técnico agrícola Luiz Sena faz a entrega dos produtos previamente encomendados pelos clientes, viabiliza o transporte de camponeses para visitas ao escritório de contabilidade, ao INCRA, a CPT, e ao comércio da cidade, entre outras eventualidades.

responsável; e à divulgação das ações do Projeto tendo como principal ferramenta de divulgação um site hospedado na página da UFPB⁸¹ (RODRIGUES, 2009).

O Projeto “*Juventude Rural e Empoderamento: formação de agentes ambientais, inclusão produtiva e troca de saberes no campo da Agroecologia*”, foi financiado pelo Ministério da Educação através do PROEXT 2010 - Edital n° 05. O recurso do Projeto foi de R\$ 50.000,00 e atuou em dois assentamentos rurais vinculados à Feira da UFPB⁸², entre fevereiro e dezembro de 2011. A metodologia do trabalho envolveu a questão ambiental sintonizadas com a preservação dos mananciais locais, concretizadas na promoção de eventos como palestras, exibição de filmes; e nos trabalhos de campo como as visitas técnicas, as ações de reflorestamento, e a divulgação de materiais impressos: boletins, cartilhas, panfletos. O trabalho de educação ambiental promovido pelo Gestar através do PROEXT 2010 buscou a integração entre a equipe acadêmica e técnica e as comunidades envolvidas, afim, sobretudo de ampliar os trabalhos já desenvolvidos pelos projetos anteriores (RODRIGUES, 2011).

O projeto de pesquisa intitulado “*Territórios Municipais e Territorialidades Camponesas: panorama ambiental e construções sociais*” está em curso no Gestar desde 2009, é apoiado pelo CNPq através de bolsas de pesquisa, e atua nos três assentamentos rurais com maior representatividade na produção para a Feira Agroecológica da UFPB⁸³. Tem como propósito levantar questões acerca do processo de resistência camponesa inscrita no campo da Agroecologia, ao viabilizar o registro de práticas culturais, herdadas ou não, de tradições e costumes ancestrais, que se desdobram no processo produtivo, sem perder de vista o quadro ambiental em que se inserem. Os resultados obtidos demonstram que, muitos dos camponeses que hoje trabalham com a produção agroecológica, desde cedo começaram a trabalhar em usinas de cana-de-açúcar, e que, ao retomarem antigas práticas camponesas antes esquecidas, conseguem uma mudança significativa nas suas vidas.

⁸¹ Cf: <http://www.prac.ufpb.br/feira/>

⁸² O Assentamento Padre Gino e o Rainha dos Anjos, localizados no município de Sapé/PB.

⁸³ São eles: O assentamento Dona Helena – Cruz do Espírito Santo/PB; e os Assentamentos Padre Gino e Rainha dos Anjos – Sapé/PB.

Ao ser indagada sobre a importância que atribui aos apoios recebidos pelas Feiras para a realização e continuidade das mesmas, a professora Fátima nos responde:

Eu avalio que eles deram muitos passos na direção da autonomia, que eles hoje em dia teriam condições de seguir sozinhos, apesar da gente ouvir de pessoas próximas que se tirar os apoios eles poderão vir a não dar conta... Eu acredito que eles caminham para um projeto de autonomia, eles tem já um perfil de bastante autonomia... E aí eu considero uma via de mão dupla, ao mesmo tempo em que a feira, as associações e os trabalhadores que compõem essa associação precisam dessas parcerias, a universidade também precisa, se ela quiser cumprir com seu papel, o seu tripé (a pesquisa, a extensão e o ensino), precisa sim estar aliada a essas experiências... Nesse sentido eu acho que o Gestar se engrandece e ganha com isso. Temos resultados muito bons que são frutos dessa parceria....

Seguem algumas fotos das atividades do Gestar:



Foto 33: Ação de reflorestamento do Proext 2010. Acervo do GESTAR, 2011.



Foto 34: Reunião do grupo de pesquisa. Autoria: Mariana Borba de Oliveira. Novembro de 2011

2.3.2.2 O Grupo de Ergonomia Agrícola e Gestão Ambiental - GEA

O Grupo de Ergonomia Agrícola e Gestão Ambiental - GEA tem como principal preocupação o estudo das condições de trabalho de atividades agrícolas e as condições ambientais de sistemas de produção. O Grupo tem caráter multidisciplinar e é coordenado pelo professor Paulo José Adissi vinculado ao Departamento de Engenharia de Produção do Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Campus I.

O GEA atua como parceiro da Ecovárzea desde 2005, que foi iniciada a partir de um contato realizado pelo grupo de camponeses⁸⁴. Destacamos na atuação do GEA o forte apoio dado à implementação de tecnologias sociais; a expansão da produção e da comercialização do Grupo e a contribuição direta para a certificação social/participativa dos produtos da Ecovárzea.

O projeto do Edital MDA/MCT/CT-AGRO/CNPq 22/2004, alcançou os seguintes resultados: capacitação de 20 famílias para a produção agroecológica, sendo ministrados

⁸⁴ Informação concedida a autora pelo coordenador do Grupo, professor Paulo José Adissi, em entrevista realizada em março de 2012.

cursos sobre a produção de biofertilizantes, defensivos naturais e composto orgânico; a construção dos Centros de Apoio à Produção Agroecológica (CEPA's) com o intuito de amenizar as dificuldades dos camponeses e contribuir para o alcance da auto-sustentabilidade da produção agroecológica nos assentamentos que participam da feira, centralizando a produção de mudas de hortaliças e húmos de minhoca⁸⁵; e o início do processo de certificação participativa dos produtos agroecológicos da Feira, a partir de realização de reuniões entre os camponeses, consumidores e técnicos a fim de montar os critérios de certificação, e da realização de análises laboratoriais para comprovação de ausência de agrotóxico na produção. Segue fotos dos resultados e da dinâmica do Projeto:



Foto 35: Reunião do Projeto no Assentamento Dona Helena. Acervo do GEA, 2005.

⁸⁵ Os CEPA's foram construídos nos assentamentos Padre Gino e Dona Helena por serem aqueles que possuem o maior número de camponeses participantes na Feira, e a obra foi realizada por meio de mutirão envolvendo equipe técnica do Projeto e os camponeses assentados.



Foto 36: Organização das bandejas de mudas no CEPA Padre Gino. Acervo do GEA, 2006.

O projeto do Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/MDS/SESAN - Nº 36/2007, alcançou os seguintes resultados: a concepção do sistema de informação para o apoio organizacional da produção e comercialização do grupo; a mudança de local da Feira Agroecológica, para outro espaço com um pouco mais de infra estrutura; a capacitação da população através da culinária e artesanato; a expansão do mercado de vendas a partir de duas novas modalidades de comercialização: a entrega de cestas em domicílio e a venda dos produtos em grosso para restaurantes⁸⁶; o fortalecimento dos CEPA's. Segue algumas fotos:

⁸⁶ Até o momento da nossa pesquisa a Feira ainda mantinha essas duas modalidades de comercialização. As cestas de produtos são previamente encomendadas pelos clientes, e a entrega é garantida pelo técnico Luiz Pereira Sena; os restaurantes que a Feira fornece são a *Oca* e a *Tábua de Carne*.



Foto 37: Entrega do certificado da oficina de artesanato. Acervo GEA, 2008.



Foto 38: CEPA Padre Gino melhor estruturado. Acervo do GEA, 2010

O projeto de extensão “Gestão de Feiras Agroecológicas: Sistemas de Informação e Inclusão Digital”, selecionado pela Secretaria de Inclusão Digital – SID do Ministério das Comunicações, através da Chamada Pública nº01 de 08 de outubro de 2011, no âmbito da inclusão digital, está atualmente em execução pelo GEA em parceria com professores do Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias – CCHSA – UFPB. O

Projeto busca justamente a implantação do Sistema de Informação concebido no Projeto anterior. Assim, o Sistema de Informação de apoio à Produção Agroecológica Familiar (SIPAF) será implantado em 4 feiras agroecológicas paraibanas, dentre elas está a Feira da UFPB. A implantação do SIPAF possibilitará o planejamento das atividades de cada grupo produtor a fim de viabilizar a oferta de produtos de qualidade e em quantidades compatíveis com as demandas. Segue fotos da dinâmica do Projeto:



Foto 39: Reunião com a equipe de extensão para ajustes no SIPAF. A autoria: Mariana Borba de Oliveira. Março de 2012.



Foto 40: Curso de informática para os jovens assentados. A autoria: Inocêncio Padilha. Março de 2012.

Ao ser indagado sobre suas expectativas para a feira da UFPB para os próximos anos, professor Paulo nos diz que, gostaria que todos os participantes possuíssem uma boa renda, “todos iguais ao Daniel”⁸⁷ e que o grupo conseguisse dar continuidade ao trabalho desempenhado, “para isso, alguns filhos e familiares, hoje jovens, teriam que se capacitar e se interessar em dar continuidade à Feira”⁸⁸.

2.3.2.3 Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares – SEAMPO

O Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares – SEAMPO existe desde 1985 e é vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Línguas e Artes – CCHLA da UFPB, atuando como parceiro da Ecovárzea desde 2004. O SEAMPO articula-se para centralizar uma produção acadêmica que tenha nos problemas colocados pelos movimentos sociais a fonte de definição de seus objetivos e metodologias de estudo. Possui atualmente quatro grupos de Trabalho: Indígena, Rural, Saúde do Trabalhador da Construção Civil e Trabalho Precoce.

Assim, o Setor atua principalmente no campo da organização social e política dos camponeses; e na assessoria técnica à produção e a criação de animais. O professor Francisco Xavier Pereira da Costa, integrante do SEAMPO desde 2004 nos diz que o que motivou a aproximação dos pesquisadores e extensionistas com o Grupo da Feira foi,

O compromisso com a organização e o empoderamento das organizações sociais, como forma e metodologia de inferir na gestão pública, através da discussão da realidade e necessidades dos produtores, culminando na formulação de demandas para a estruturação de políticas públicas que possam atender a necessidade dos produtores, tanto na produção como na vida, enquanto afirmação do princípio e do direito à cidadania plena⁸⁹.

A extensão é feita via de regra em encontros semanais e obedecem a uma demanda colocada pelo grupo de camponeses. Auxiliado pela vivência junto à Feira, como técnico e como consumidor, o professor Xavier aponta como ponto forte da Feira, a

⁸⁷ O Professor Paulo Adissi se refere à Daniel Lopes Rodrigues, cuja experiência com a Agroecologia relatamos a pouco.

⁸⁸ Entrevista concedida a autora em março de 2012.

⁸⁹ Entrevista concedida a autora em Junho de 2012.

união do Grupo, que “expressa pelo pacto de confiança entre eles, os fazem fortes, sem que muitos compreendam com clareza o potencial que eles podem desenvolver com a produção agroecológica e, com a produção coletiva”. Como ponto fraco da Feira, o professor aponta a “quantidade, diversidade e qualidade da produção. Estes fatores são enfatizados pela falta de recursos capazes de financiar a produção agroecológica a curto e médio prazos”, sendo esse, “um estágio que ainda se mostra frágil e limitador do amplo sucesso da Feira”

2.3.3 Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

A partir de 2003, com a mudança do Governo Federal e o ingresso de Luís Inácio da Silva como presidente da República se adota novas estratégias de combate a pobreza no Brasil, a exemplo da metodologia da abordagem territorial, que iniciou o processo de identificação e reconhecimento dos territórios rurais de identidade junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA⁹⁰, e o fortalecimento das Feiras da Agricultura Familiar através do financiamento à infra estrutura e serviços⁹¹.

A conquista dos caminhões F 4.000 que hoje fazem o transporte dos produtos das áreas de produção para Feira da UFPB foi assegurado pelo MDA, em convênio com o Governo do Estado da Paraíba, através de financiamento a fundo perdido⁹². Antes dessa conquista o transporte era feito em carros fretados, o que acarretava um alto custo e uma insegurança por parte dos camponeses, pois era freqüente o cancelamento do motorista em curto espaço de tempo para o início da Feira. Sendo assim no dia 01 de dezembro de 2007 os carros foram entregues às associações Ecovárzea e Ecosul em ato público realizado na Feira da UFPB. A Ecovárzea recebeu dois caminhões e a Ecosul um caminhão. Segue a foto de um dos veículos da Ecovárzea:

⁹⁰ Atualmente, são identificados na Paraíba sete territórios rurais. São eles: Território da Zona da Mata Sul; Território da Zona da Mata Norte; Território da Borborema; Território do Cariri Oriental; Território do Cariri Ocidental; Território do Curimataú; e Território do Médio Sertão.

⁹¹ O apoio é concedido pelo Programa de Ação Orçamentária e Apoio a Projetos de Infra estrutura – PROINF

⁹² A elaboração do Projeto para solicitação dos veículos foi feita pelos técnicos que prestavam assessoria à Feira na época: Luiz Pereira Sena e Flávio Brito.



Foto 41: Caminhão F 4.000 da Ecovárzea. Autoria: Mariana Borba de Oliveira. Abril de 2012.

A partir de então, foi elaborado um regimento para auxiliar o grupo na gestão dos transportes. Esse instrumento normatiza o uso, a manutenção, a prestação de contas, e as penalidades a serem adotadas na gestão dos transportes (Ecovárzea, 2007).

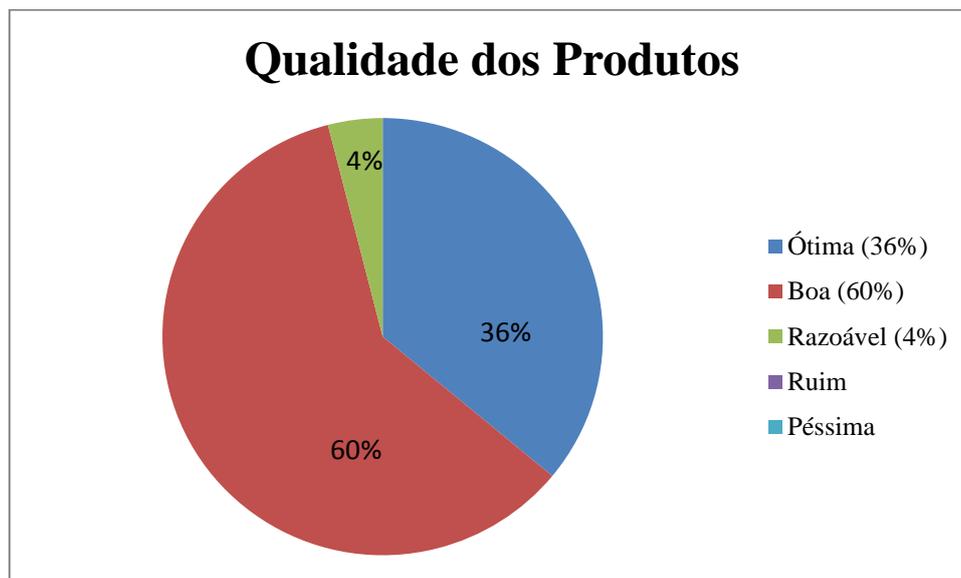
2.4 Os Consumidores

Os subsídios metodológicos que possibilitaram a caracterização dos consumidores da Feira Agroecológica foram: a análise documental do Relatório Final do primeiro Projeto de extensão desenvolvido pelo GEA⁹³; a pesquisa realizada pelo GESTAR no âmbito do Projeto de pesquisa *Territórios Municipais e Territorialidades Camponesas: panorama ambiental e construções sociais*; e as entrevistas realizadas com os consumidores exclusivamente para esta pesquisa.

Com o objetivo de traçar um perfil dos consumidores da Feira foi aplicado pela equipe do GEA em 2005, 100 questionários entre as 5:00 às 12:00. Dentre os resultados mais interessantes destaca-se o grau de satisfação dos consumidores com a qualidade dos produtos e com o atendimento da Feira. Confira os dados abaixo:

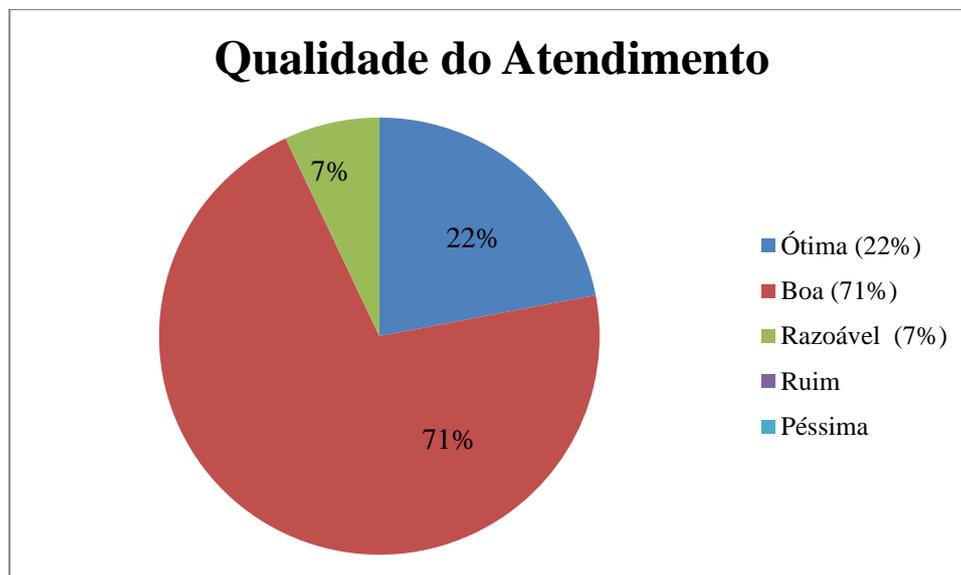
⁹³ Projeto já descrito anteriormente, edital: MCT/CNPq/MDA/SAF/MDS/SESAN - Nº 36/2007.

Gráfico 3: Avaliação da qualidade dos produtos na opinião dos consumidores



Fonte: Acervo do GEA, 2005.

Gráfico 4: Avaliação da qualidade do atendimento na opinião dos consumidores



Fonte: Acervo do GEA, 2005.

Verificamos que a satisfação por parte dos consumidores em comprar produtos orgânicos na Feira Agroecológica do Campus I da UFPB é alta. Mesmo com os problemas que a mesma enfrenta, relatados pelos próprios parceiros, e que dizem respeito principalmente a oferta e diversificação insuficiente. Isso demonstra o elevado

nível de consciência dos consumidores em relação ao tipo diferenciado de produto comercializado na Feira, e as relações dos mesmos com os camponeses, para além de uma relação convencional; e também o carácter singular dessa Feira fortalecido a cada dia por laços solidários.

Foi realizada recentemente pelo GESTAR, uma pesquisa com uma amostragem bem menor (foram aplicados apenas 10 questionários aos consumidores da Feira), com o objetivo de mensurar mais uma vez, o grau de satisfação dos consumidores com a Feira. Os resultados estão explicitados nos gráficos abaixo⁹⁴:

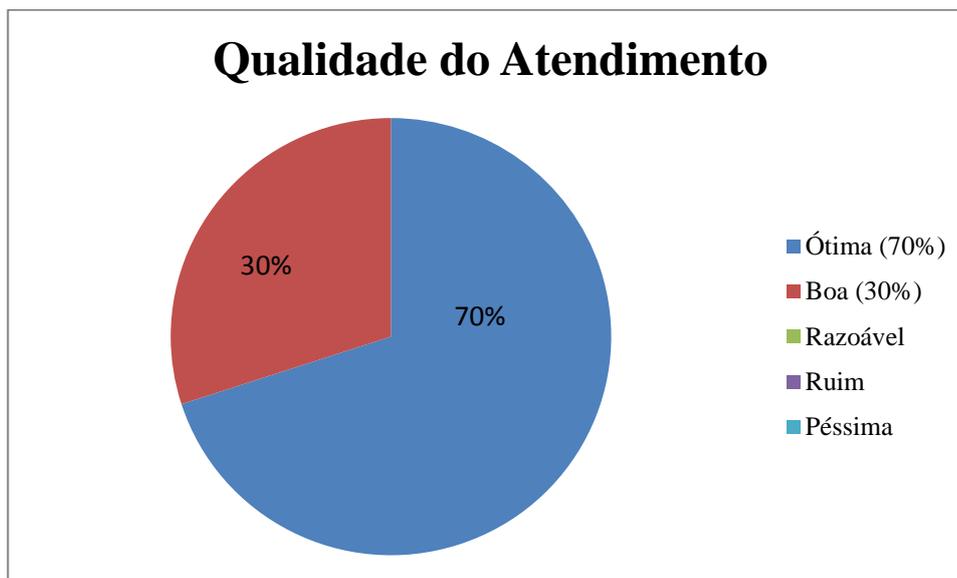
Gráfico 5: Avaliação da qualidade dos produtos na opinião dos consumidores



Fonte: Acervo do Gestar, 2012.

⁹⁴ Os questionários foram aplicados pela bolsista de PIBIC Camila Gonçalves em Maio de 2012.

Gráfico 6: Avaliação da qualidade do atendimento na opinião dos consumidores



Fonte: Acervo do Gestar, 2012

Os gráficos acima nos mostram que não houve mudança substancial no grau de satisfação dos consumidores entre 2005 e 2012, que os mesmos continuam a avaliar de forma positiva os produtos comercializados na Feira agroecológica e ao atendimento dos camponeses, onde 70% avaliaram a qualidade dos produtos e o atendimento como ótimos, e 30% como bons. Tal fato se justifica pela relação de proximidade, amizade e “fidelidade” existente entre os camponeses e os consumidores, como observado através de nossas constantes visitas à Feira.

Em entrevistas realizadas constatamos as seguintes opiniões dos consumidores em relação à Feira da UFPB:

Minha filosofia não é ser um consumidor ao pé da letra, mas ser um militante que provoque uma situação para que essa coisa cresça (...) Porque quer queira ou quer não, eu sou elemento da Feira também, porque eu sou consumidor (...)

Eu entendo que esse modelo de trabalhar a manipulação dos alimentos até chegar ao consumidor, é a forma consciente e descente, é uma forma humanizada, a evolução se dá naturalmente quando há essa interação do consumidor com o produtor, mas ela precisa de outras coisas, de cultura, apoio, ela tá apática porque só tem isso, ela pode dar muito mais que isso...

No caso seria a melhora, o progresso, de aumentar a quantidade de participantes de melhorar as condições de exposições dos produtos, que ainda é muito primitivo, melhorar a oferta e apresentação dos produtos.

Eu acho os produtos com preços bons, preços razoáveis e baratos se comparados com os orgânicos, como já morei em muitas outras cidades, isso me deixa impressionada qnd cheguei, orgânicos aqui é mais barato que os com agrotóxico, como consumidora eu acho ótimo, boto isso como propaganda, que em João Pessoa vc compra mais barato... e assim, ainda de ser mais barato vc paga direto ao produtor, e tem a preservação do meio ambiente... Tem uns que são mais caros, mas mesmo assim ainda são mais baratos que nos supermercados, em outras regiões por exemplo Rio São Paulo o orgânico agrega um valor sei lá do fetiche da mercadoria que aumenta, e o preço da certificação...

Capítulo III – A certificação participativa/social da Ecovárzea: uma estratégia de resistência camponesa

No presente Capítulo, temos a intenção de comprovar a hipótese de que o processo de certificação social/participativa de produtos agroecológicos, atua como ferramenta de consolidação da estratégia de reprodução camponesa fomentada pelas Feiras Agroecológicas, por resistir ao modelo de certificação orgânica imposto pelo agronegócio. O diferencial dessa certificação advém da organização social – da produção à comercialização –, necessária para a concretização do referido processo, que se pauta na confiança e no controle social da qualidade orgânica, o que garante ao consumidor muito além da certeza de estar adquirindo um produto isento de contaminação química. Garante também, que o produto comercializado seja resultado de uma agricultura que se preocupa com a preservação do meio ambiente, com a qualidade nutricional dos alimentos, e com o retorno econômico para o homem do campo, sendo considerado em todo processo, a qualidade de vida através da Soberania Alimentar, para quem vive no campo e na cidade.

Portanto, iremos desvendar a certificação social da Associação de Agricultores (as) Agroecológicos da Várzea paraibana - Ecovárzea e discutir sua inserção no Sistema de Certificação para produtos orgânicos do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA.

3.1 A Dominação: O Mercado dos Orgânicos e o Processo de Certificação Orgânica Convencional

O mercado de produtos orgânicos é um dos setores da economia que, nas últimas décadas, se apropria do discurso dos *produtos limpos* e dos benefícios dos orgânicos à saúde humana, para se favorecer economicamente com a oferta desses produtos à classe média e alta da sociedade, chegando os mesmos, a ter um sobre preço entre 20% e 150%. O mercado nesta perspectiva é entendido como uma variável independente, cuja racionalidade domina todas as instâncias da vida social, ou seja, uma estrutura hegemônica que controla e dirige o consumo (MEIRELLES, 1998).

O mercado de orgânicos é considerado um dos ramos de maior crescimento de demanda do agronegócio, tendo alta perspectiva de crescimento da produção para suprir sua procura. Segundo as estimativas da *Organic Monitor*, as vendas globais de produtos orgânicos no mundo atingiram USD 50,9 bilhões em 2008, dobrando o valor de USD 25 bilhões verificado em 2003, e ainda tem grande perspectiva de crescimento para os próximos anos (IPD, 2011).

O alimento orgânico no Brasil é definido pela Lei 10.831 de 2003⁹⁵, conhecida como *Lei dos Orgânicos*, cujo artigo 1º considera Sistema Orgânico de Produção Agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003).

O Censo Agropecuário investigou pela primeira vez em 2006, a prática de agricultura orgânica nos estabelecimentos agropecuários. Segue quadro com o número total de estabelecimentos com produção orgânica no Brasil:

Quadro 8: Estabelecimentos com produção Orgânica no Brasil

| Nº total de estabelecimentos rurais | Nº estabelecimentos com produção orgânica | Certificados | Não certificados |
|-------------------------------------|---|--------------|------------------|
| 5.175.489 | 90.497 | 5.106 | 85.391 |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

⁹⁵ Cf: Lei 10.831 de 2003 no Anexo VII.

Apesar do Brasil ter uma realidade socioeconômica diferente dos países europeus, sua produção orgânica cresce desde 1990 a uma taxa entre 10% e 40% ao ano, movimentando R\$ 1,3 bilhões em 2006, destes R\$ 350 milhões oriundos de estabelecimentos certificados (IBGE, 2006).

Um processo de certificação de modo geral, busca oferecer garantia aos consumidores sobre a natureza de determinado produto, de acordo com Nassar (2009) a certificação possui dois principais objetivos, que são: agir como um instrumento para as empresas gerenciarem e garantirem internamente o nível de qualidade de seus produtos; e informar e garantir aos consumidores que os produtos certificados possuem os atributos procurados, intrínsecos aos mesmos. Desta forma, o mercado dos produtos orgânicos convencional, utiliza o mecanismo da certificação realizada por empresas especializadas – as certificadoras – para garantir sua procedência.

Os organismos que elaboram normas de certificação internacionalmente aceitas, e que dizem respeito direta e indiretamente à produção orgânica são: O International Federation of Organic Agriculture Movements - IFOAM⁹⁶; European Retailers Produce Working Group – Good Agricultural Practices EurepGap⁹⁷; o ISO 65⁹⁸; e o Codex Alimentarius⁹⁹.

⁹⁶ A IFOAM é uma entidade internacional que estabelece regras e normas para definir o que é um produto orgânico e credencia, em todo o mundo, órgãos responsáveis para a inspeção e certificação. Há uma rede internacional de entidades certificadoras, comprometidas com as mesmas normas (MEDAETS; FONSECA, 2005). Das certificadoras nacionais apenas o IBD é credenciado a IFOAM.

⁹⁷ O Eurep Gap é um sistema de gestão da qualidade que estabelece boas práticas agrícolas, e que visa atender o interesse do consumidor em termos de segurança alimentar, bem-estar animal, proteção ambiental e saúde, segurança e bem-estar do trabalhador (PAULINO; JACOMETI, 2006).

⁹⁸ O Guia estabelece os padrões para a estruturação dos organismos de certificação, seu sistema de qualidade, as condições de auditorias internas e análises críticas pela administração, os registros, requisitos e política de pessoal, procedimento de solicitação, avaliação, relatório e decisão sobre certificação, acompanhamento, uso de licenças, certificados e marcas de conformidade, assim como reclamações aos fornecedores (MEDAETS; FONSECA, 2005).

⁹⁹ O Codex Alimentarius ou “código dos alimentos” foi criado em 1962 por uma comissão estabelecida pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) da Organização das Nações Unidas e a Organização Mundial da Saúde (OMS) com o objetivo de oferecer normas de referência internacional para orientar a indústria alimentícia de todos os países, proteger a saúde dos consumidores e favorecer a harmonização de normas a nível internacional e, com isto, a sua comercialização (MEDAETS; FONSECA, 2005).

Embora as diretrizes da produção e da certificação sejam internacionalizadas, cada país possui normas próprias, pois é necessária uma adaptação às diferentes condições de produção.

No Brasil as certificadoras precisam estar registradas no Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO e no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA. As Certificadoras autorizadas¹⁰⁰ a funcionar por auditoria no Brasil são: O Instituto Biodinâmico de Certificações – IBD; Ecocert Certificadora LTDA; IMO CONTROL do Brasil; Instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR; Organização Internacional Agropecuária – OIA; e o Instituto Nacional de Tecnologia – INT (BRASIL, 2012).

A fiscalização realizada pelas certificadoras é feita por meio de auditorias¹⁰¹ às áreas de produção, que podem ser feitas tanto agendadas quanto aleatórias, e seguem os critérios estabelecidos pela Lei 10.831, e pela Lei 6.323 de 27 de Dezembro de 2007¹⁰². De maneira geral, fiscalizam a origem dos insumos, as condições do solo, dos recursos hídricos, e principalmente o não uso de agrotóxico na produção, tendo que ser renovado o selo de certificação todos os anos. Um dos critérios que creditam confiabilidade nesse processo de certificação é o distanciamento da entidade certificadora e o produtor certificado, ou seja, é uma terceira parte que assegura por escrito que um determinado produto está em conformidade com a legislação dos orgânicos. Assim,

a credibilidade do processo de certificação é assegurada pelo fato de que esse procedimento seja realizado por um organismo que não esteja envolvido nos processos produtivo e comercial. A certificação é, portanto, uma declaração da conformidade de um produto a um referencial e deve ser realizada por um organismo independente (MEDAETS; FONSECA, 2005: 17).

¹⁰⁰ Lista de certificadoras autorizadas a funcionar no Brasil por auditoria disponibilizada pelo MAPA até o final dessa pesquisa. Cf: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/cadastro-nacional/certificacao-por-auditoria>.

¹⁰¹ De acordo com Mills (1994 apud MEDAETS; FONSECA, 2005: 13) entende-se por auditoria: “um exame sistemático e independente para determinar se as atividades da qualidade e respectivos resultados cumprem as providências planejadas, se essas providências são implementadas de maneira eficaz e se são adequadas para atingir os objetivos”.

¹⁰² Cf: Lei 6.323 de 27 de Dezembro de 2007 no ANEXO VIII.

Segue esquema simplificado da certificação por auditoria:

Esquema 2: Certificação por auditoria:



Produtor Certificadora (auditoria) Selo/Mercado Privado

Nesta perspectiva economicista, passou-se a perceber a agricultura orgânica pelas “regras” ditadas pelo mercado, entre elas está a da certificação, sendo o alto custo dos serviços oferecidos por estas empresas especializadas, o ponto de maior estrangulamento para a participação da agricultura camponesa nesse sistema de certificação. Assim,

(...) para a realidade da agricultura familiar nos países do Sul, o preço cobrado pelo serviço da certificação os impede de entrar neste jogo. Ao preço cobrado pelas certificadoras se soma o fato de muitos compradores do Norte exigirem determinados certificados, obrigando os exportadores do Sul a contratarem o serviço de mais de uma certificadora, algumas vezes chegando a 4 ou 5 diferentes certificações para a mesma área, levando os custos a patamares insustentáveis para os produtores (MEIRELLES, 2003:2).

Além do problema relacionado aos preços praticados pelas certificadoras existe justamente a crítica à imparcialidade da metodologia da certificação convencional, pois como a inspeção é feita por um elemento neutro, e isso,

não estimula o surgimento de formatos organizativos que poderiam ser desenhados para atender também a esta necessidade, de conferir credibilidade ao produto orgânico. O fato de esta credibilidade ser ‘concedida’ pela inspeção, por pessoas e estruturas alheias à comunidade, não cria um processo de empoderamento da família agricultora ou da comunidade. A premissa de suspeição dos agricultores, intrínseca a esta lógica de certificação, constitui outra desvantagem deste processo, já que causa desconforto a quem busca a certificação e não contribui com o resgate da auto-estima dos agricultores e agricultoras envolvidos (MEIRELLES, 2003:2).

Portanto, mais uma vez o ideal da Agroecologia se distancia daquele seguido pela agricultura orgânica que incorpora o *discurso verde* propagado pelo capitalismo

neoliberal, e se envolve num intrincado mecanismo que de leis, normatizações, credenciamentos, inspeções, contratos, certificados, selos e, principalmente, fortes interesses comerciais. Com isso, a bandeira da sustentabilidade, levantada pelos movimentos sociais através da Agroecologia, enfrenta mais uma vez a força do capital, nas exigências da certificação e da sociedade do consumo, o que remete a necessidade de se pensar na construção de uma certificação com características mais sociais e participativas.

A resistência daqueles que entendem que, “o mercado e suas regras não são uma realidade absoluta, a qual devemos nos moldar, mas, sim, um conjunto de relações historicamente construídas, que tanto podem dominar como ser dominadas por outras práticas sociais” é o que move a proposta da certificação participativa proposta pela Agroecologia (MEIRELLES, 1998:1).

É nesta perspectiva que surgem os Sistemas Participativos de Garantia SPG's, encontrados principalmente na Europa e América Latina, cuja aliança entre produção e consumo é o ponto forte da certificação. O perfil diferenciado do consumidor que opta pelo comércio justo, um dos ideais da Agroecologia, reflete um compromisso com a sociedade que se insere. A confiança entre os envolvidos no processo de certificação (consumidores, técnicos e camponeses) é oriunda da ação coletiva, e da troca de saberes realizada tanto nas feiras quanto nas áreas de produção. Assim,

En este tipo de productos, el mecanismo de garantía más simple es el establecimiento de una relación directa o personal entre la producción y el consumo. Es la vía adoptada por diversas experiencias de consumo directo de productos ecológicos, donde se establece una relación estrecha entre ambos. En estos casos, la garantía del origen ecológico de los productos intercambiados es directa, a través de relaciones personales de conocimiento mutuo (PADILLA, 2008:65).

A garantia da certificação participativa é firmada pelos “los grupos de productores, en colaboración con otros actores (consumidores, ONG,...) establecen un sistema propio de verificación, en el que participan todos los actores implicados em el proceso de producción y consumo” e se contrapõem ao tradicional modelo de certificação do mercado dos orgânicos (PADILLA, 2008: 69). Nesta perspectiva as visitas as áreas de produção e os intercâmbios, substituem as auditorias das certificadoras.

De acordo com Padilla (2008: 72) os principais elementos nos quais os Sistemas Participativos de Garantia se fundamentam são:

- 1) Confianza: Parte del principio de que tanto la producción, como el consumo y la parte técnica desarrollan sus acciones de forma responsable y honesta, con el objetivo de potenciar la Agroecología;
- 2) Participación: Demuestra que la garantía se puede llevar a cabo de forma participativa, esto es, los principios y normas construidos colectivamente pueden ser puestos en práctica y verificados con la implicación efectiva de la producción y sus organizaciones, la parte técnica y las organizaciones locales y regionales de asesoría y consumo;
- 3) Descentralización: Respeta y prioriza las iniciativas y estructuras locales, respetando la organización social de base de cada zona o grupo;
- 4) Formación de red: son procesos sin jerarquías, que buscan establecer conexiones entre los distintos actores de un territorio, a través de directrices y principios comunes construidos colectivamente;
- 5) Transparencia: Las informaciones generadas en el proceso no son confidenciales;
- 6) Revisión externa: Garantiza la presencia de personas y organizaciones no implicadas directamente en el proceso productivo;
- 7) Pedagogía: Se considera fundamental que la garantía contribuya a una mejora en la comprensión de todo el proceso productivo y de comercialización agroecológico por parte de todos los actores que participan.

Trataremos a seguir de uma proposta de Certificação Social/Participativa, desenvolvida pela Rede Ecovida de cooperação e adaptada pela Associação de Agricultores (as) Agroecológicos da Várzea paraibana – Ecovárzea, a qual detalharemos tanto as conquistas e quanto os entraves desse processo.

3.2 – A Resistência: o Modelo de Certificação Participativa da Rede Ecovida

A Rede Ecovida é composta por núcleos regionais distribuídos na Região Sul do Brasil, compreendidos do Rio Grande do Sul até São Paulo, que agrupam agricultores familiares, consumidores, ONG`s e outros tipos de parceiros que defendem as propostas

pautadas pela entidade em mais de 170 municípios, envolvendo um total de 2.300 famílias. A entidade adota como princípio norteador de suas ações a agroecologia popular, objetivando “ser um espaço de articulação, interação e ação para potencializar o desenvolvimento da Agroecologia, como parte da construção de um projeto de sociedade que contemple e respeite a realidade de cada povo” (Caderno de Formação 01, - Rede Ecovida, 2007; MEIRELLES, 2003).

Nesta perspectiva, a Rede Ecovida exerce um protagonismo em defesa da Agroecologia e da Certificação Social/Participativa evidente na militância em prol de relações mais justas de produção e comercialização. A proposta de criação de uma Rede para uma certificação alternativa começou a ser pensada, a partir do impasse a um projeto de normatização e certificação da produção orgânica proposto pelo Estado de Santa Catarina sem diálogo com os produtores, no final da década de 1990. Foi a partir de então que, ONG`s e organizações de agricultores se uniram para formular o projeto de uma Rede, e, no Seminário em Caçador – SC em 1998 foi homologada a Rede Ecovida de Certificação Participativa, e criados um logotipo e um selo de certificação (BARBAN, 2010).



Figura 3: Selo de Certificação da Rede Ecovida

Desde então a certificação tem sido trabalhada no âmbito Rede como um processo pedagógico necessário, onde agricultores, técnicos, parceiros e consumidores se integram do processo (da produção ao consumo), com o objetivo de buscar uma expressão pública da qualidade do trabalho que desenvolvem, e dos produtos comercializados (MEIRELLES, 2003). A geração de credibilidade da Certificação Participativa da Rede Ecovida é pautada numa relação de conhecimento e confiança, e pode ser representada da seguinte forma:



O Sistema Participativo de Garantia – SPG desenvolvido pela Ecovida é norteado pelos seguintes parâmetros: garantia entre os agricultores (dentro do grupo e entre os grupos); relação próxima entre agricultores e consumidores (visitas e vendas diretas); acompanhamento da assessoria técnica; olhar externo do Conselho de Ética (onde participam produtores, consumidores, assessoria técnica) que, mais que punir, pretende orientar e capacitar o produtor (BARBAN, 2010; MEIRELLES, 2003).

No que diz respeito às normas de funcionamento, são os núcleos regionais que elaboram seus critérios, assegurados por um Regimento Interno próprio, conforme as especificidades de cada região, dentro dos princípios e normas de produção,

processamento e certificação da Rede¹⁰³. Assim, todo o processo obedece a um conjunto normativo que diz respeito tanto a produção quanto a comercialização, a ética, e a solidariedade entre as pessoas envolvidas com a natureza. O selo Ecovida é obtido após o grupo de produtores está filiado ao núcleo regional, onde se dá a troca de experiências e a verificação pelo conselho de ética dos critérios previamente discutidos. Os produtos oriundos deste núcleo são respaldados por todos os demais núcleos, o que os permite legitimarem-se mutuamente, através da Rede Ecovida de Agroecologia. O selo tem validade de 1 ano, sendo renovado após uma nova visita do Conselho de Ética (BARBAN, 2010; Caderno de Formação 01, - Rede Ecovida, 2007).

De acordo com Meirelles (2003: 5) as etapas do processo de certificação que resultam na utilização do selo Ecovida são:

- 1) Demanda por parte de um grupo de agricultores pelo processo de certificação. Esta demanda ocorre apenas se o grupo sente a necessidade de tornar público o reconhecimento conferido pela Rede em relação ao seu processo/produto;
- 2) Visita às propriedades do grupo por integrantes da Comissão de Ética do grupo, do Conselho de Ética do núcleo e da assessoria;
- 3) Um dos integrantes desta comissão que se constituiu para a visita se encarrega de elaborar um relatório onde constam aspectos das propriedades visitadas, ligados ao seu grau de ecologização e a outros aspectos que constam nas normas internas da Rede;
- 4) Reunião entre o grupo, integrantes do Conselho de Ética do Núcleo Regional e assessoria. Nesta reunião se discute o relatório das visitas, o grau de ecologização das propriedades e do grupo e se planejam ações visando superar limites identificados;
- 5) Decisão por parte do Conselho de Ética do Núcleo sobre a liberação ou não do uso do selo para este grupo;
- 6) Caso tenha obtido a autorização, o grupo deve informar a coordenação do Núcleo Regional em que produtos e em que quantidade o selo será utilizado.

A Rede Ecovida estabelece punição para possíveis infrações intencionais de seus princípios, podendo acontecer da suspensão do selo de certificação, até a própria

¹⁰³ Encontra-se detalhadamente os critérios, e os passos para construção do plano de manejo no Caderno de Formação: Certificação Participativa de Produtos Ecológicos. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004.

expulsão da família produtora do núcleo regional e, portanto de toda Rede Ecovida (PADILLA, 2008: 221).

Observamos que, em vez de dependerem de grandes certificadoras, os agricultores da Rede Ecovida de Agroecologia conseguem seu selo de alimento orgânico contribuindo para o melhoramento da produção uns dos outros, com o apoio dos consumidores, técnicos e organizações envolvidas. É um processo baseado em troca de experiências e confiança, sem hierarquias e potencialmente bem mais barato.

Recentemente o Sistema Participativo de Garantia para produção orgânica (SPG) foi reconhecido pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA. Esta ação foi protagonizada pela Rede Ecovida, sendo a mesma, a partir de consultorias realizadas por seus membros, responsável por sistematizar os critérios instituídos para a normatização. Assim, a certificação da produção orgânica camponesa a partir de uma metodologia participativa se constitui como uma conquista política dos movimentos sociais e das ONG's, organizada a partir de eventos específicos de Agroecologia e reivindicada junto ao poder público.

Veremos a seguir o desenvolvimento da metodologia de certificação participativa na Ecovárzea, suas conquistas e seus entraves, como também, sua inserção no Sistema Participativo de Garantia institucionalizado pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA.

3.3 – A Certificação Participativa/Social da Ecovárzea

Como vimos, a Certificação Participativa necessita do envolvimento de toda a comunidade beneficiada pelo processo – da produção a comercialização, ou seja, do envolvimento de produtores, técnicos e consumidores. A certificação participativa da Ecovárzea se estabelece a partir de critérios e padrões de qualidade elegidos pelos consumidores e posterior discussão e ajuste da produção e da comercialização aos mesmos pelos produtores, com apoio da assessoria técnica. Assim, o grupo define a sua certificação como sendo uma certificação social de metodologia participativa (ADISSI, 2004:3).

Como vimos, o grupo de agricultores e agricultoras agroecológicos que faz parte da Ecovárzea, são acompanhados por uma rede de colaboradores que os assessoram em diversas dimensões, e assim, viabilizam as condições de se estabelecer a certificação participativa. Entre as principais entidades de assessoria estão: a Comissão Pastoral da Terra – CPT/PB e a Universidade Federal da Paraíba – UFPB/Campus I. As entidades parceiras promovem constantemente projetos de extensão; encontros de formação; ações de conscientização ecológica com agricultores e consumidores; análises de resíduos de agrotóxico; e intercâmbios de experiências - contribuindo de forma direta e indireta para fortalecer e promover a produção agroecológica bem como para viabilizar a certificação social da Feira.

Desde o surgimento do Projeto da Feira da UFPB em 2001 que os camponeses da Ecovárzea têm a preocupação em garantir aos consumidores e parceiros a qualidade agroecológica dos produtos comercializados, desta forma, assessorados pela CPT e inspirados pelo processo organizativo da Rede Ecovida¹⁰⁴, desde o início, já adotavam algumas práticas e critérios com o objetivo de garantir a qualidade dos seus produtos. Os critérios de regulamentação da produção por sua vez, só foram registrados em 2005¹⁰⁵ com a formalização da Ecovárzea, do Estatuto, do Regimento Interno e do Conselho de Ética, que entre outras atribuições, são responsáveis por assegurar a procedência agroecológica dos produtos comercializados.

O Estatuto e o Regimento Interno contemplam as boas práticas que garantem o cumprimento dos regulamentos técnicos de manejo agroecológico bem como o respeito à biodiversidade e ao comércio justo, e prevêm punição como o afastamento da Feira do produtor, quando constatado o não cumprimento do previsto. É o Conselho de Ética que fiscaliza junto à área de produção o não uso de agrotóxico, e também acompanha de perto a transição para a produção agroecológica de novos sócios, que precisam estar participando do processo de reuniões e intercâmbios no mínimo a dois anos para fazer

¹⁰⁴ Alguns camponeses da Ecovárzea junto com parte da assessoria técnica conheceram o processo de certificação participativa da Rede Ecovida, assim como toda proposta de comércio justo da Rede, através de um intercâmbio feito a um dos núcleos regionais no município de Santa Maria – RS no ano de 2001. A estrutura organizativa da Ecovárzea (Estatuto, do Regimento Interno e do Conselho de Ética) foi diretamente inspirada nas instâncias da Ecovida. Informação fornecida pelo Marcos Trajano em entrevista concedida a autora.

¹⁰⁵ O Regimento Interno funciona entre os camponeses desde em 12 de novembro de 2001.

parte do grupo da comercialização. O diferencial deste tipo de visita é a contribuição para a melhoria da produção do camponês visitado.

De acordo com o Estatuto da Associação Capítulo IV, Seção IV, Artigo 17 °, compete ao Conselho de Ética:

- Zelar pelos princípios da produção orgânica, agroecologia e pelo respeito interpessoal e outros;
- Informar a Coordenação Executiva sobre irregularidades ocorridas e constatadas para que sejam aplicadas as medidas devidas de acordo com o Regimento Interno;
- Zelar pelo cumprimento do Regimento Interno.

O sistema de auditoria é feito através de visitas periódicas às propriedades e ao local de comercialização, tanto pelos consumidores e técnicos quanto pelo Conselho de Ética da Feira - que é composto por 3 associados, escolhidos por eleição direta a cada dois anos. Não existe um calendário de visitas nem um esquema logístico formalizado, é apenas sugerida a visita do Conselho de Ética uma vez ao ano em cada área produtiva, e em relação às visitas dos consumidores, as mesmas são realizadas de acordo com o combinado entre eles e os camponeses.

As assembléias mensais da Ecovárzea funcionam também como espécie de momento de troca de experiências e auditorias, onde a partir de conversas informais a coordenação da Feira questiona os produtores sobre suas práticas agrícolas. São nas reuniões, que são colocados os problemas com a produção e encaminhadas às soluções técnicas. Como exemplo de problemas que já foram expostos nas assembléias mensais está o receio por parte dos produtores agroecológicos de contaminação de seus produtos, por áreas vizinhas de produção convencional, que no caso colocado, podia estar contaminando o açude de uso comum com agrotóxico, ou a contaminação podia estar sendo levada à produção orgânica pelo vento¹⁰⁶. O recurso encontrado para este caso foi acionar a

¹⁰⁶ Problema constatado em assembléia mensal da Ecovárzea, presenciada pela autora. Diz respeito ao problema enfrentado por Assis Barbosa do Assentamento Rainha dos Anjos – Sapé – PB.

assistência técnica do assentamento para advertir e vistoriar as condições de uso do agrotóxico na referida produção convencional, e também foi encaminhada a visita a área de produção agroecológica pelo Conselho de Ética acompanhado pelo técnico agrícola da Feira. A sugestão dada ao agricultor prejudicado foi a construção de uma barreira verde com algumas espécies nativas para inibir a contaminação pelo vento.

A busca em formalizar um processo de certificação da Ecovárzea surgiu logo após o início da Feira na UFPB, por uma preocupação dos próprios camponeses, para que tivessem credibilidade perante a comunidade universitária. Foi então que, preocupados em atestar e aperfeiçoar os mecanismos de garantia dos seus produtos, os camponeses procuraram em 2003 o GEA – Grupo de Ergonomia Agrícola e Gestão Ambiental vinculado ao Centro de Tecnologia da UFPB para juntos pensarem numa alternativa de certificação da Feira (ADISSI, 2004).

A partir da demanda colocada pela Ecovárzea, o GEA/UFPB em parceria com o Departamento de Geociências/UFPB¹⁰⁷, elaborou o Projeto intitulado: *Feira Agroecológica da UFPB: certificação social e revitalização*, que obteve financiamento do CNPq através do edital MDA/MCT/CT-AGRO/CNPq 22/2004, que tinha entre os objetivos propostos, o de promover a certificação da Feira. A opção de certificação foi por um processo de certificação bem próxima à proposta de certificação participativa da Rede Ecovida. As partes envolvidas foram responsáveis pela construção dos critérios e procedimentos que atendessem as expectativas dos consumidores e as possibilidades dos produtores, ou seja, uma certificação alternativa aos tradicionais selos e atestados de produtos orgânicos.

Desta forma, através de uma metodologia participativa posta em prática através de reuniões e inquéritos, os consumidores estabeleceram os seguintes critérios para certificação da Feira:

¹⁰⁷ A professora Valéria de Marcos na época vinculada ao Departamento de Geociências da UFPB coordenou junto com o professor Paulo Adissi o referido Projeto.

- 1) não utilização de agroquímicos na produção, comprovada através de análise de resíduos;
- 2) boas condições sanitárias, comprovadas através de análise bioquímica;
- 3) rotulagem dos produtos manipulados contendo composição e valor nutritivo;
- 4) livre acesso dos consumidores às áreas de produção.

Seguem algumas fotos dos momentos de planejamento e mobilização:



Foto 42: Encontro entre professores, técnicos, consumidores e camponeses para definir a metodologia de Certificação da Ecovárzea. Autoria: Thiago Santos, Abril de 2006.



Foto 43: Tenda para divulgação do processo de certificação e aplicação dos inquéritos. Autoria: Thiago Santos, Abril de 2006.

A partir de então, trabalhou-se em conjunto para atingir os critérios estabelecidos, e consolidar o laço de respeito e confiança que caracteriza a relação entre produtor e consumidor da Feira. Na gestão do projeto que iniciou o processo, foram cumpridos os critérios 1 e 2. Assim, foram realizadas análises laboratoriais que comprovaram a ausência de resíduos de agrotóxicos e as boas condições sanitárias dos produtos. As amostras foram retiradas de todas as barracas da Feira, e contemplaram três produtos: alface, cenoura e tomate e foram encaminhadas para o LABTOX – Laboratório de Análise de Resíduos de Agrotóxico vinculado ao Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP). Os resultados indicaram amostras isentas de resíduos de agrotóxicos¹⁰⁸.

Contudo, apesar de iniciados, os critérios 3 e 4 não foram concluídos na vigência do referido Projeto de Extensão, o que motivou os integrantes do GEA e os camponeses da Ecovárzea a construir um segundo Projeto intitulado *Feira Agroecológica da UFPB*, que também recebeu financiamento do CNPq através do Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/MDS/SESAN - Nº 36/2007.

¹⁰⁸ Cf: Resultados da primeira análise realizada pelo GEA no ANEXO IX.

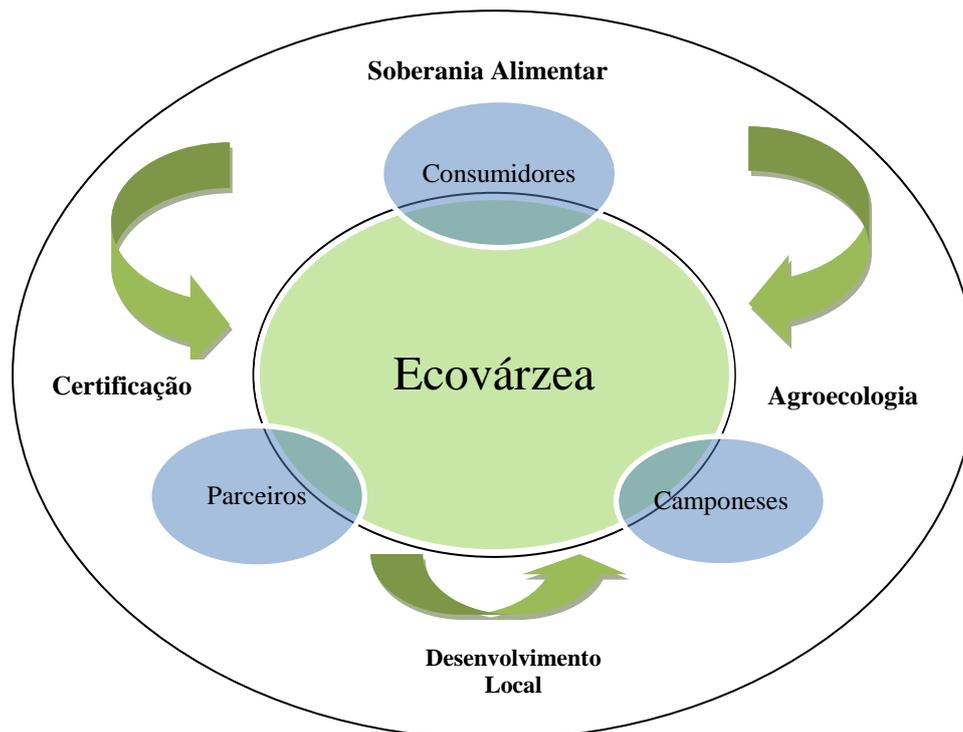
Na vigência do segundo projeto o critério 3 foi cumprido através da confecção de vários rótulos para os produtos beneficiados comercializados na Feira, entre biofertilizantes, adubos e comidas prontas. Os rótulos das comidas prontas contêm informações nutricionais, peso, data de fabricação, contato do produtor, e a porcentagem orgânica dos mesmos, pois alguns ingredientes utilizados não são orgânicos. Foram confeccionados em grande quantidade e a matriz entregue ao presidente da associação, para quando houvesse necessidade fossem novamente impressos.

O critério 4 que diz respeito às visitas de campo ou “auditorias” também foi cumprido, contudo é o critério onde observa-se maior dificuldade de organização para adotá-lo, por não ter sido construído um calendário anual de visitas, é realizado de forma aleatória por alguns consumidores, e de forma também não amarrada pelo Conselho de Ética. No âmbito do Projeto foi realizada uma primeira visita em duas áreas de produção, em dois assentamentos rurais distintos, uma foi feita no assentamento Dona Helena e uma outra no assentamento Padre Gino. Os participantes fizeram perguntas a respeito da produção (estratégias agroecológicas para controlar os insetos), fizeram uma caminhada ecológica e participaram do almoço na sede da associação do Padre Gino. Participaram desta visita de inspeção 9 clientes.

Para além da efetivação dos critérios 3 e 4, foi realizada uma outra análise laboratorial para que se firmasse a confiança entre consumidores e produtores, pois já haviam passados quatro anos desde a primeira análise, e nem todos os atuais clientes tiveram a oportunidade de conhecer os resultados. Com o intuito de aprimorar a coleta das amostras, foram retirados diversos produtos de todas as barracas, separados pelas categorias: folhas, frutos e raízes. Desta forma, cada amostra foi composta por cerca de um quilograma de produtos retirados de todas as barracas da Feira. Essa metodologia de coleta se justifica como adequada, uma vez que, o objetivo foi o de verificar se a Feira como um todo estava livre de resíduo de agrotóxicos sem distinção para produtos e produtores. As análises foram realizadas mais uma vez pelo LABTOX - Laboratório de Análise de Resíduos de Agrotóxico vinculado ao Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP) e o resultado foi negativo para o conjunto de substâncias ativas de

agrotóxicos¹⁰⁹. Podemos caracterizar o processo de certificação social/participativa da Ecovárzea e sua relação com outros elementos do sistema pelo seguinte esquema:

Esquema 3: Certificação da Ecovárzea



Elaboração: Mariana Borba de Oliveira

3.4 – A Inserção da Ecovárzea no Processo de Certificação do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA

A certificação do alimento orgânico no Brasil foi prevista pela Lei dos Orgânicos (10.831/2003), instituída pela Lei 6.323 de 27 de Dezembro de 2007, e padronizada por Instruções Normativas derivadas das referidas legislações. Assim, é a partir do Decreto Lei 6.323 de 27 de Dezembro de 2007 que inicia-se também o reconhecimento do

¹⁰⁹Cf: resultado da segunda análise realizada pelo GEA no ANEXO X, também disponível em meio digital: <http://www.prac.ufpb.br/feira>.

processo de certificação participativa voltado à agricultura familiar, denominado de Sistema Participativo de Garantia – SPG.

Entre as normas derivadas do referido decreto estão, a Instrução Normativa nº 64 de 18 de Dezembro de 2008 que entrou em vigor apenas em Janeiro de 2011 e a Instrução Normativa nº 19 de 28 de Maio de 2009, que criaram os critérios de certificação participativa com o objetivo de atestar a qualidade dos produtos e das áreas de produção agroecológicas (BRASIL, 2003; 2007; 2008; 2009).

Ao analisar as referidas legislações constatamos a possibilidade de garantia da qualidade orgânica por três mecanismos distintos: o primeiro diz respeito a certificação por auditoria, ou seja a certificação tradicional realizada por empresas especializadas e que já descrevemos brevemente; o segundo mecanismo diz respeito a garantia dada pelos empreendimentos de venda direta da produção aos consumidores, ou seja, nas Feiras Agroecológicas, não necessitando de certificação. Neste caso, é a própria entidade executora da Feira a responsável pela procedência e qualidade dos produtos, que é denominada pela legislação de Organismo de Controle Social – OCS; e o terceiro mecanismo diz respeito ao Sistema Participativo de Garantia – o SPG formado por consumidores, produtores e assistência técnica, que tem o objetivo de certificar de forma participativa, e assim como a certificação tradicional, permitir a comercialização dos produtos como orgânicos sem o intermédio das Feiras, ou seja, diretamente aos mercados privados (supermercados/restaurantes/hotéis), neste caso, a entidade responsável pela certificação dos produtos é o Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade Orgânica – OPAC.

Para a venda direta da produção agroecológica, a legislação brasileira abriu uma exceção na obrigatoriedade de certificação dos produtos orgânicos, visto que, é o pacto realizado entre produtores e consumidores que atesta tal qualidade. Exige-se, porém, o credenciamento da entidade que promove a Feira junto ao Ministério da Agricultura, estando às áreas de produção sujeitas a partir deste momento, a uma fiscalização do órgão fiscalizador oficial. Com isso, os agricultores passam a fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

A partir do Cadastro como OCS, a organização está apta a se beneficiar das vantagens estabelecidas pelos canais de comercialização institucionais (PAA/PNAE)¹¹⁰ – que garantem um acréscimo no preço de até 30% aos produtos orgânicos. Assim, o processo de venda sem certificação pode ser esquematizado da seguinte forma:

Esquema 4: Certificação participativa (Venda Direta)

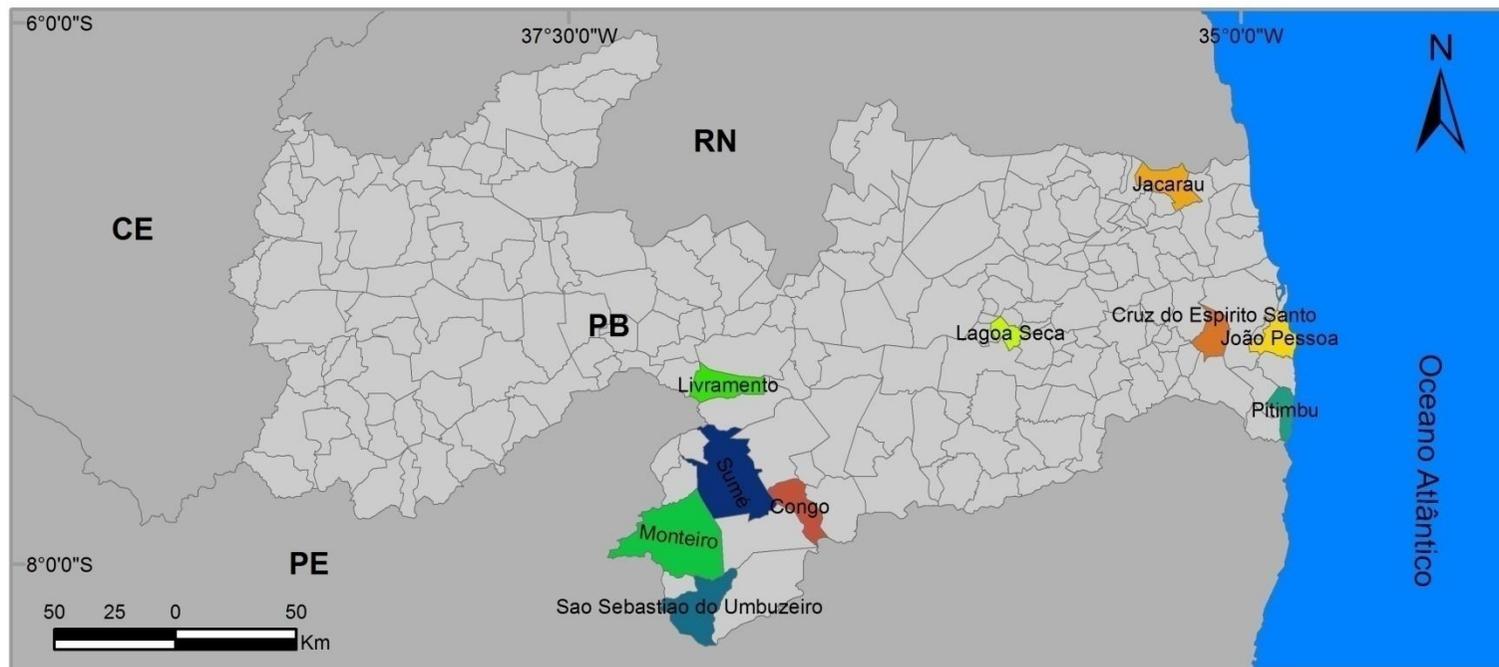


Na Paraíba até o momento da nossa pesquisa foram cadastradas junto ao Ministério da Agricultura 12 entidades como OCS¹¹¹ distribuídas em 10 municípios. Segue mapa que espacializa esta informação:

¹¹⁰ PAA – Programa de Aquisição de Alimentos; e PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. A legislação que garante esse benefício é a Nota Técnica da Coordenação de Agroecologia do Ministério da Agricultura NT/COAGRE n°22/2010 de 2 de junho de 2010.

¹¹¹ Informação retirada das Atas da Comissão dos Orgânicos da Paraíba – Cporg\MAPA.

Mapa 7: Localização dos Organismos de Conformidade Social cadastrados na Paraíba



Legenda

Cooperativas/Município

- SANTAAPRAS / Congo
- ECOVÁRZEA / Cruz do Espírito Santo
- Ass. dos Agric. Org. de Jacaraú e Pedro Regis / Jacaraú
- Ass. dos Prod. Argic. de João Pessoa / João Pessoa
- ECOBORBOREMA/Lagoa Seca
- Prod. Rurais dos Sítios Puas Brancos e Giral de Capim e AACCGC / Livramento
- Ass. dos Prod. de Monteiro e Ass. dos Assentados de Santa Catarina/ Monteiro
- ECOSUL e Ass. dos Agric. Familiares de Pimtibú / Pitimbu
- Ass. dos Prod. Rurais de Mão Beijada, Ipueira do Rancho e Malhada da Aroeira/ São Sebastião do Umbuzeiro
- APFA'S e ASSEMA/Sumé

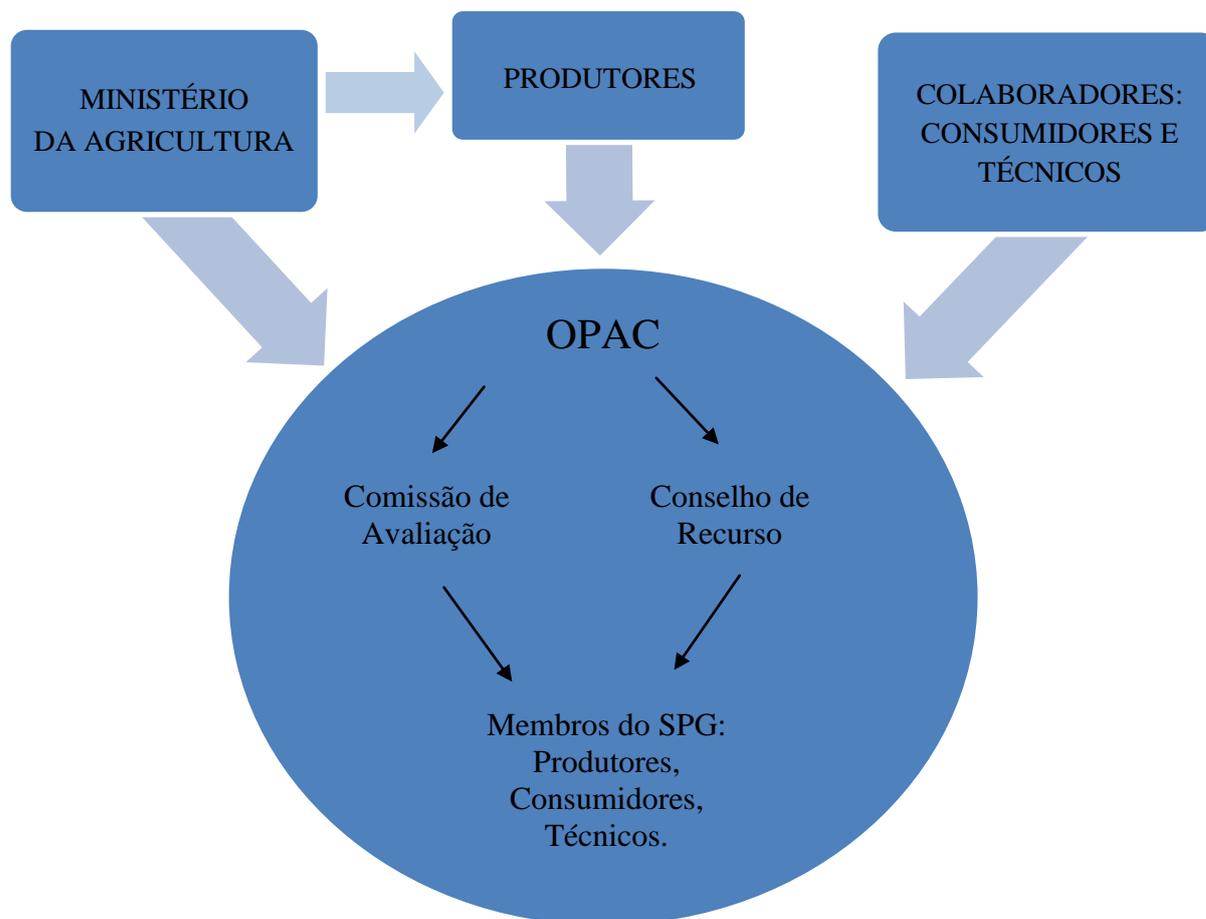
Org. Mariana Borba de Oliveira
Elaboração: Leonardo B. Costa
Base Cartográfica: AESA, 2006

No processo de certificação do Sistema Participativo de Garantia – SPG, é o Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade Orgânica – OPAC a organização que assume a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades desenvolvidas em um SPG, constituindo na sua estrutura organizacional uma Comissão de Avaliação e um Conselho de Recurso. Assim o OPAC corresponde às certificadoras no Sistema de Certificação convencional (BRASIL, 2009). Para a formação de um SPG é necessário união de produtores com outros sujeitos ou grupos organizados a fim de formar uma estrutura básica composta por dois elementos:

1- Membros do Sistema: Produtores + Colaboradores + Consumidores + Técnicos;

2- Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC): Comissão de Avaliação e um Conselho de Recurso.

Segue o Esquema 5: Estrutura de um SPG:



Fonte: BRASIL, 2009. Organizado por Mariana Borba de Oliveira.

O OPAC necessita de um Estatuto Social, que deve caracterizar bem suas atividades. Nesta perspectiva, o Estatuto precisa estabelecer: os critérios para compor ou escolher os membros de Comissão de Avaliação e do Conselho de Recursos; previsão do número de frequência de reuniões e assembleias dos membros; sanções e penalidades; direito e deveres dos membros; entre outras atribuições para o bom funcionamento do SPG (BRASIL, 2009: 17).

Um aspecto que precisa estar bem definido num SPG é a forma de fiscalização que o Sistema Participativo de Garantia irá utilizar, assim, o mesmo tem como forte característica a combinação das visitas de verificação da conformidade que promove de troca de experiências entre os participantes do sistema, além de assessorar aos produtores para a resolução de possíveis não-conformidades e para o aperfeiçoamento dos sistemas produtivos. As visitas de verificação de conformidade são realizadas pela Comissão de Avaliação, e pelas visitas de pares realizadas por outros membros do mesmo sistema, e devem constar em detalhes em Ata e no Plano de Manejo (BRASIL, 2009). Segue os esquemas das metodologias das visitas as áreas de produção e uma ilustração da visita da Comissão de Avaliação:

Esquema 6: Visita da Comissão de Avaliação

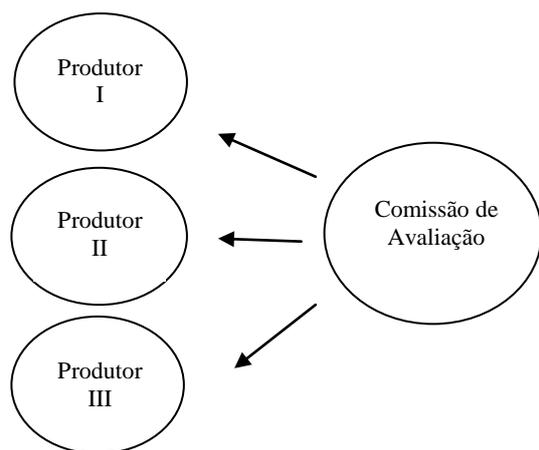
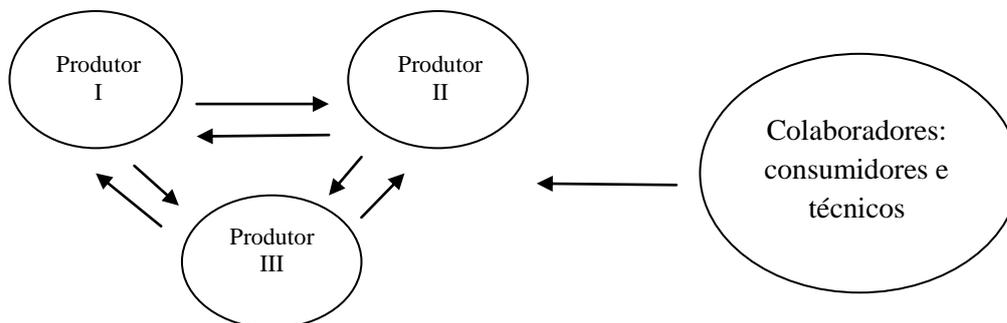


Figura 4: Ilustração da visita da Comissão de Avaliação
Fonte: BRASIL, 2009: 31.

Esquema 7: Visita de pares



Essas visitas acontecem, no mínimo uma vez por ano nas unidades produtivas. Contudo, no intervalo entre essas visitas, são utilizados necessariamente outros mecanismos de controle social, entre eles a participação dos produtores nas atividades do SPG (inclusive a participação dos produtores nas visitas de pares) e nas reuniões da OPAC. Os responsáveis pelas duas modalidades de visitas de verificação da conformidade precisam ter livre acesso às instalações, ao registro e aos documentos das unidades de produção. A Comissão de Avaliação da Conformidade poderá decidir pela necessidade de análises laboratoriais para subsidiar a decisão da certificação, e as mesmas devem ser realizadas por laboratórios credenciados por órgãos oficiais (BRASIL, 2009).

No caso das visitas constatarem o descumprimento do Regulamento da Produção Orgânica, aplicará as penalidades previstas no Estatuto Social do OPAC, e registrará a sua decisão, que poderá chegar à expulsão do produtor do SPG.

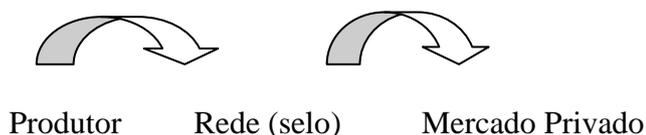
Para a concretização da certificação participativa é necessário a construção de um Plano de Manejo para cada unidade produtiva, que também vai ser acompanhado pelo OPAC, onde sejam registradas todas as informações importantes como caracterização com croqui do local do cultivo; origem das sementes; defensivos e adubos orgânicos utilizados e seus quantitativos.

O Ministério da Agricultura define o Plano de Manejo como: “uma forma eficiente de registrar o caminho que devemos tomar quando queremos produzir. É o plano que ajuda a família agricultura a saber exatamente como vai manejar a produção. Ele se

transforma no retrato da sua produção e comercialização” (MAPA, 2011:12). O mesmo trata detalhadamente das seguintes práticas: o sistema de plantio; a conservação do solo; o trato com as culturas agropecuárias; o manejo da água e das florestas; o trato com os resíduos da produção; o envolvimento da família, das mulheres, jovens, idosos e trabalhadores; o respeito à cultura do campo; a conservação dos recursos produtivos para as gerações futuras; e o gerenciamento da produção e comercialização (MAPA, 2011).

A Certificação Participativa do MAPA se define da seguinte forma:

Esquema 8: Sistema Participativo de Garantia - SPG



A partir do novo enquadramento legal, as Feiras Agroecológicas foram obrigadas a realizar o cadastro como OCS para funcionar como ponto de venda de produtos orgânicos, e os produtores individuais que comercializavam para mercados privados a procurar uma das modalidades de certificação (convencional/auditorias ou participativas).

Como vimos, a institucionalização pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA do Sistema Participativo de Garantia – SPG foi posterior ao início da construção do processo de certificação da Ecovárzea, o que não diminuiu a ansiedade e preocupação tanto por parte dos camponeses quanto dos parceiros envolvidos no processo, vinculadas à realização do cadastro do grupo como OCS e da concretização da certificação propriamente dita que daria condições de expandir a comercialização do grupo.

O cadastro da Ecovárzea como OCS junto ao MAPA foi realizado através do empenho da assessoria técnica da CPT e da Cooperativa Vínculus, demandou uma dedicação

intensa no que diz respeito à organização da documentação necessária. Segue quadro resumido do referido cadastro.

Quadro 9: Cadastro da Ecovárzea como Organismo de Conformidade Social – OCS

| DATA DO CADASTRO | OBJETIVO | LOCAL DE REALIZAÇÃO | NÚMERO DE PARTICIPANTES | AVANÇOS | DESAFIOS |
|------------------|--|--|-------------------------|--|---|
| 29/12/10 | Cadastramento da Ecovárzea e seus participantes no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA como Feira e produtores Agroecológicos. | Feira Agroecológica da UFPB e assentamentos localizados em Cruz do Espírito Santo e Sapé | 20 participantes | Cadastro realizado com a grande maioria dos produtores | O cadastro não foi feito com o total dos agricultores da Ecovárzea, pois as DAP's de alguns estavam irregulares |

Fonte: Relatório Técnico da Cooperativa Vínculus, 2011.

Segue as fotos do preenchimento do formulário individual para credenciamento:



Foto 44: Preenchimento do Cadastro com o camponês Daniel Lopes Rodrigues. Autoria: Luiz Damásio de Lima. Novembro de 2010.

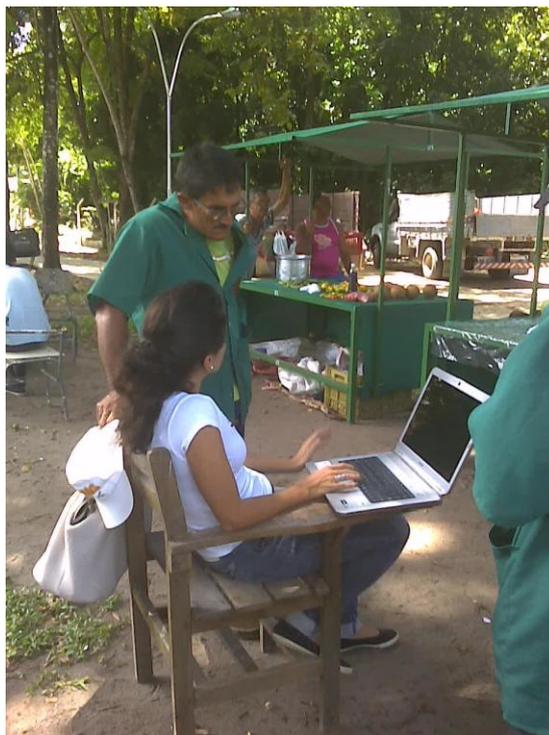


Foto 45: Preenchimento do cadastro com o camponês Assis Barbosa de Melo. Autoria: Luiz Damásio de Lima. Novembro de 2010.

A Ecovárzea até o final dessa pesquisa não havia conseguido cadastrar os produtores, que não alcançaram os pré-requisitos exigidos pelo Ministério, ou seja, alguns camponeses ainda se encontram com sua Declaração de Aptidão Agrícola – DAP desatualizada seja por dívidas junto ao PRONAF que estão em negociação, ou por problemas na atualização do Cadastro de Pessoa Física – CPF. Os produtores que adquiriram suas autorizações para comercializar diretamente seus produtos como agroecológicos expõem quase sempre o documento nas barracas. Não percebemos nem nos foi relatado qualquer diferenciação/preferência por parte dos consumidores entre os produtores que possuem e os que não possuem autorização para comercialização, contudo, a diretoria da Ecovárzea já estabeleceu como prioridade da entidade a regularização desses camponeses.

Ao comparar o momento proposto pelo MAPA de (venda direta/Feiras/OCS) com o processo de certificação participativa da Ecovárzea, constatamos que o momento do cadastramento da Feira junto ao MAPA é bem mais simples que o da Ecovárzea, pois compreende apenas o preenchimento de uma ficha com dados pessoais de cada produtor junto ao MAPA; uma descrição do processo de controle da produção e comercialização;

e a assinatura de um termo de compromisso¹¹² que assegure a procedência dos alimentos e a sua qualidade orgânica. Por sua vez, essa documentação origina a *Declaração de Cadastro do Produtor Vinculado* ao Organismo de Controle Social - OCS, sendo esta a certificação para a venda direta.

Desta maneira, apontamos que é a metodologia participativa da certificação da Ecovárzea garante a confiança do consumidor, e não o certificado emitido pelo Ministério. Contudo, preocupados em saber a opinião dos consumidores, inquirimos alguns consumidores da Feira Agroecológica da UFPB com o intuito de saber a importância e se os mesmos se sentem mais seguros sabendo que a Ecovárzea e a maioria dos camponeses são cadastradas junto ao Ministério da Agricultura Pesca e Abastecimento – MAPA, e qual a importância da certificação para o Projeto das Feiras. Tivemos as seguintes respostas:

Sim, **(o cadastro e a certificação são importantes)** mas esse certificado pra mim não tem tanto valor. Quando você se envolve numa coisa é porque você sabe que é real, pra mim a certificação quem dá mesmo é o produtor e o consumidor. Quando o consumidor faz a compra, e na outra semana volta é porque tá selado, a questão da certificação é só uma questão burocrática né? **(grifo nosso)**.

Pra mim não faz muita diferença não, porque eu já conheço o pessoal a muito tempo, a origem... Mas pra quem chega de fora, e sabe que ela é certificada pelo Ministério seria mais uma segurança...

A viabilidade da Ecovárzea e de outras organizações camponesas concretizarem a *Certificação Participativa* nos moldes estabelecidos pelo MAPA, ou seja, de se tornarem um Sistema Participativo de Garantia-SPG, foi discutida a partir da realidade e dos camponeses, na “*oficina de formação de multiplicadores sobre Regularização de Grupos de Agricultores via Sistemas Participativos de Garantia e Organizações de Controle Social Frente à Legislação Orgânica*” oferecida pelo MAPA, e que tivemos oportunidade de participar.

¹¹² Cf: Documentação da Ecovárzea no ANEXO XI.

3.4.1 – Oficina de Formação de multiplicadores sobre Regularização de Grupos de Agricultores via Sistemas Participativos de Garantia e Organizações de Controle Social frente à Legislação Orgânica

A Oficina foi oferecida pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, aconteceu no auditório do Auditório do SEBRAE em Campina Grande – PB nos dias 20 e 21 de Março de 2012, e foi ministrada por dois consultores ligados a uma ONG que trabalha com o objetivo de disseminar o Sistema Participativo de Garantia para a produção orgânica. A oficina envolveu todas as entidades do governo e da sociedade civil que participam da Comissão dos Orgânicos da Paraíba – Cporg (Emater, Emepa, SEBRAE, Empraba, UFPB, IFPB, CONAB, As-PTA, Ecovárzea, Ecoborborema, Arribaça, Agroflora, etc), como também, pessoas externas a Comissão que justificaram seu interesse em participar, estando presentes muitos agricultores envolvidos no processo da Agroecologia do Estado.

O principal objetivo da Oficina foi esclarecer as dúvidas das organizações ligadas a Agroecologia frente à legislação orgânica e a regularização das entidades que se propõe a produzir orgânicos. Desta forma, almejou-se a formação de multiplicadores do conhecimento acerca do Controle Social da produção orgânica via Venda Direta, e do Sistema Participativo de Garantia - SPG. A oficina realizou-se em dois momentos um destinado a primeira metodologia e outro a segunda. Cada um desses momentos contemplou uma exposição do tema e uma dinâmica de grupo.

Verificou-se que as organizações principalmente aquelas ligadas às Feiras Agroecológicas estavam bastante esclarecidas acerca das duas metodologias, e após a divisão do grupo em subgrupos apresentaram para os participantes suas experiências de organização de controle social e o caminho percorrido para o cadastramento como OCS. Segue algumas fotos desses momentos:



Foto 46: Oficina oferecida pelo MAPA. Autoria: Mariana Borba de Oliveira. Março de 2012.



Foto 47: Consultor do MAPA em palestra acerca do funcionamento dos SPG's. Autoria: Mariana Borba de Oliveira. Março de 2012.



Foto 48: Apresentação da experiência de uma OCS. Autoria: Virgínio Carneiro. Março de 2012.

O segundo momento foi o mais esperado por todos, e após a apresentação do funcionamento e metodologia de construção de um SPG, o grupo foi novamente dividido em subgrupos para dar início a uma dinâmica diferente daquela de apresentação das experiências já desenvolvidas, visto que, nenhuma entidade do estado havia registrado junto ao MAPA a formação de um SPG. Foi solicitado aos subgrupos que os mesmos discutissem e apresentassem a todos as dificuldades para construir um SPG como também as sugestões para solucionar ou amenizar as respectivas dificuldades. Segue foto da dinâmica:



Foto 49: Dinâmica dos grupos. Autoria: Mariana Borba de Oliveira. Março de 2012.

Segue quadro com as principais dificuldades e sugestões de solução elencadas pelos grupos:

Quadro 10: Dificuldades e sugestões para a construção de um SPG

| Dificuldades | Soluções |
|--|---|
| Deficiência na organização do grupo envolvido no processo de produção; | Confiança no processo da Agroecologia e uma educação nas escolas mais voltadas para a realidade do campo; |
| Deficiência na implantação de manejos agroecológicos nas áreas de produção; | Capacitação e intercâmbios contínuos; |
| Custos em se manter a logística do SPG. Ex: pagamento da mobilidade das visitas de pares; pagamento de um profissional para sistematizar tudo, e de preferência a contratação de um engenheiro agrônomo ou de um agroecólogo para dar suporte as deficiências encontradas nas áreas de produção; pagamento das análises laboratoriais quando necessário, etc | Buscar parcerias e se programar a partir de um fundo para certificação; |

Fonte: Trabalho de campo. Elaboração: Mariana Borba de Oliveira.

Durante o momento da dinâmica e da apresentação de cada grupo foi constatado um fator de suma importância para nossa análise. Foi levantada a seguinte questão pelos camponeses e por entidades parceiras como a As-PTA e a UFPB: “para quem estamos certificamos nossos produtos?” e posteriormente: “em que canal de comercialização estamos interessados?”.

O grupo que levantou essas questões faz parte daqueles que produzem de forma agroecológica, são pequenos produtores que comercializam seus produtos por meio de Feiras e em mercados institucionais, e muitas vezes devido às dificuldades inerentes a prática da agricultura camponesa, não conseguem dar conta da demanda estabelecida pelo mercado. A percepção deles sobre a Agroecologia deseja que seus retornos financeiros estejam em consonância com um projeto maior, definido por eles como “a satisfação de mais pessoas¹¹³”, sendo portanto, a abertura do mercado privado de

¹¹³ Fala de um agricultor vinculado a Ecoborborema proferida durante a dinâmica e registrada pela autora em caderno de campo.

orgânicos (possibilitado por um SPG) algo fora da realidade e dos valores estabelecidos pelos mesmos.

Nesta perspectiva, ficou entendido¹¹⁴ que o SPG não se constitui como prioridade para os camponeses envolvidos no processo de Agroecologia do estado da Paraíba, não nesse primeiro momento, onde as entidades de agricultores e as organizações parceiras ainda estão se estruturando em rede e se fortalecendo. Surgiu a proposta em um dos grupos de se pensar em um único SPG a nível estadual que congregasse todos os envolvidos no Projeto das Feiras Agroecológicas, e um outro que contemplasse os produtores do algodão agroecológico colorido por exemplo. Ficou entendido também, que a Agroecologia tem muito a crescer e expandir sua comercialização no Estado, sobretudo através da Venda Direta (as Feiras Agroecológicas, os ônibus itinerantes e os pontos fixos geridos pelas associações e cooperativas de agricultores), e também dos mercados institucionais (PAA e PNAE).

¹¹⁴ Esta afirmação é de responsabilidade da autora, não foi encaminhado ou elaborado nada de maneira formal, e não tivemos acesso ao registro ou Ata elaborada pelo MAPA para saber se esse momento foi registrado como entendemos.

Considerações Finais

A segregação imposta pelo modo de produção capitalista e o distanciamento do Estado brasileiro para as causas sociais, faz com que os movimentos sociais e a organização dos que mais sofrem com esse modelo desigual, se torne a única saída para a reprodução de modelos e estilos de vida não baseados na lógica capitalista. Por sua vez, esse fato só se torna realidade graças a uma rede de colaboração solidária, sobretudo de agentes da sociedade civil, preocupada com ideais humanos (vistos como ultrapassados pela sociedade capitalista) tais como: valores de justiça, de igualdade solidariedade, fraternidade, amizade, compromisso social.

Nesta perspectiva, entendemos a Agroecologia como a aliança entre os saberes tradicionais e as tecnologias sociais em prol da sustentabilidade rural e de um outro paradigma de desenvolvimento, sendo capaz de fortalecer a resistência do campesinato ao capital agrícola. Na nossa pesquisa vimos que foi a práxis agroecológica que possibilitou a transformação e o fortalecimento do território camponês através da resistência e de inovações na relação produção e consumo.

A na nossa pesquisa interpreta que há uma resistência camponesa no momento em que é implantado um processo de certificação para produtos agroecológicos através de uma metodologia participativa de controle que envolve produtores, consumidores, técnicos, poder público e sociedade civil, contrária a lógica de certificação para produtos orgânicos cultuada pelo mercado capitalista. Essa certificação foi capaz de fortalecer a partir de sua discussão política, do envolvimento dos parceiros e da consciência da diferenciação do mercado dos orgânicos e dos agroecológicos a iniciativa e o Projeto desenvolvido pela Ecovárzea e pela Feira Agroecológica da UFPB.

Constatamos também que dialeticamente ao ser reconhecida pelo Estado, a certificação participativa denominada de Sistema Participativo de Garantia – SPG se insere mesmo que de forma diferenciada, na lógica do capital, o que resulta em adaptações da metodologia participativa que interpretamos como entraves à institucionalização da certificação do nosso estudo de caso.

Sabemos que existe em nosso país limitações que dificultam à expansão e à consolidação da Agroecologia como alternativa para um desenvolvimento rural sustentável. Essas dificuldades são derivadas principalmente da fraca articulação entre as políticas, planos e financiamentos para o campesinato, aliadas à falta do entendimento do real interesse e necessidades dessa classe, não sendo diferente para a certificação participativa. Apesar desses obstáculos os camponeses da Ecovárzea resistem em assegurar de forma participativa a procedência agroecológica de seus produtos. O Estatuto da Associação, o Regimento Interno, o Conselho de Ética, o contato direto com o consumidor, a confiança entre os membros do Projeto, a assistência técnica comprometida, os parceiros, e os projetos de extensão, são as estruturas de sustentação tanto da certificação quanto do próprio projeto da Feira.

Assim, os dados empíricos e a vivência no universo da certificação social/participativa da Ecovárzea, nos faz apontar que, para os parceiros, principalmente os consumidores, a certificação participativa construída pelo grupo possui alicerces sólidos, sendo assim, não importa se essa certificação é institucionalizada ou não, a confiança do grupo não depende do reconhecimento institucional.

Nesta perspectiva concluímos dizendo que, a Agroecologia representa uma alternativa de redução das contradições provocadas pela modernidade, capaz de fortalecer a relação sociedade x natureza no campo, a territorialidade camponesa dos assentamentos rurais, e melhorar a qualidade de vida das populações do campo e da cidade. As dificuldades enfrentadas pelo grupo estudado tanto no que diz respeito à construção de um SPG nos moldes estabelecidos pelo Ministério, quanto na produção e comercialização não compromete a continuidade e o fortalecimento dessa experiência de resistência camponesa ao modo de vida e produção puramente capitalista.

De modo geral concluímos a partir das indicações oriundas dos trabalhos de campo principalmente conseguidas na *Oficina de Formação de multiplicadores sobre Regularização de Grupos de Agricultores via Sistemas Participativos de Garantia e Organizações de Controle Social frente à Legislação Orgânica* que para os camponeses da Paraíba a certificação via SPG não se constitui enquanto prioridade para o projeto de fortalecimento da Agroecologia no Estado da Paraíba, devido principalmente ao fraco apoio para concretizá-la e ao mercado almejado (mercado privado).

Bibliografia

Bibliografia

ABRAMOVAY, R. **De camponeses a agricultores**: paradigmas do capitalismo agrário em questão. 354f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Depto. de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Editora Hucitec – ANPOCS – Editora da Unicamp, 1992.

ADISSI, Paulo J. **Aspectos do trabalho agrícola através do relato de um pesquisador**. In: PORTO, Marcelo Firpo; BERTHOLO, Roberto. Sentidos do Trabalho Humano. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2006.

_____. Relatório final do projeto de Extensão: **Feira Agroecológica do Campus I da UFPB**. Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/MDS/SESAN - Nº 36/2007. João Pessoa, 2009.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2004.

ALVES FILHO, José Prado. **Uso de agrotóxicos no Brasil: controle social e interesses corporativos**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.

ANDRADE, Manoel Correia. **A terra e o homem do Nordeste**. 5ed. São Paulo, SP: Atlas, 1986.

_____. **Alternativas da Agricultura**. Campinas SP: Papyrus, 1988.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARBAN, Vilma. **Rede Ecovida de Agroecologia**. In: MORAIS L.; BORGES, A. (Orgs.) **Novos Paradigmas de produção e consumo – Experiências inovadoras**. São Paulo: Instituto Pólis, 2010.

BELLEN, Hans Michael. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 1ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2005.

BENEVIDES, César. **Camponeses em marcha**. Brasil: Paz e Terra, 1985.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

BOMBARDI, Larissa. Disponível em: http://www.mst.org.br/sites/default/files/Larissa_Mies_Bombardi_artigo_agrot%C3%B3xicos-1.pdf

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

Bibliografia

BROSE, Markus. **Desenvolvimento Rural: potencialidades em questão**. In: ETGES, Virgínia Elisabeta (Org.). *Desenvolvimento Rural: potencialidades em questão*. Santa Cruz do Sul: Edunisc: 2001.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo**. *Revista Lutas & Resistências*, número 1, pg. 146-162, UEL/Gepal, Londrina, setembro de 2006.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; CAMPOS Rosana Soares. **Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil**. Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Vol. XI, núm. 245 (68), Barcelona: Universidad de Barcelona: Agosto de 2007.

CANUTO, João Carlos. **Agricultura Ecológica em Brasil**. Perspectivas socioecológicas. Tese de doutorado em Engenharia Agrônoma. Programa Agroecologia, Campesinato e História. ISEC – Instituto de Sociología y Estudios Campesinos. ETSIAM – Escuela Superior de Ingenieros Agrónomos y Montes Universidad de Córdoba, España, 1998.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis** In: *Princípios e Perspectivas da Agroecologia*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação a Distância, 2011.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e sustentabilidade: base conceptual para uma Nova Extensão Rural**. In: *Anais do Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Botucatu (SP): UNESP/FCA/DGTA/Instituto Giramundo Mutuando, 2001.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervasio. **Princípios e Perspectivas da Agroecologia**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação à distância, 2011.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

_____, Alexander V. **Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas**. In: SILVA, José Graziano; STOLKE, Verena (Orgs). *A questão Agrária*. Tradução Edgard Afonso Malagodi. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST – Formação e Territorialização**. Editora Hucitec, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 39 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Bibliografia

GAIGER, Luís Inácio. **As microexperiências populares. Novas malhas de um tecido social?** In: Tempo e Presença. Ano 17. n°282. 1995.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 26 Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra SA, 1988.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel Gonzáles de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização**. 1 ed. São Paulo: Editora Bertrand, 2004.

_____. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In: SANTOS, Milton et al. Território, territórios – ensaios sobre o ordenamento territorial. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2006.

Informativo Memorial Ligas Camponesas. Ano 1. Edição n. 1. Sapé, PB. Maio/Junho de 2010.

Instituto de Promoção do Desenvolvimento - IPD. **O mercado brasileiro de produtos orgânicos**. Patrocínio: Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Curitiba-PR: SOS Comex Importação, Exportação e Assessoria Ltda, 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, p.1-777, 2006.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986.

KAYSER, B. **O Geógrafo e a Pesquisa de Campo**. Boletim Paulista de Geografia. Número 84. São Paulo – SP: Associação de Geógrafos Brasileiros – AGB, 2006.

LACOSTE, Y. **A Pesquisa e o trabalho de Campo**. Boletim Paulista de Geografia. Número 84. São Paulo – SP: Associação de Geógrafos Brasileiros – AGB, 2006.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1985.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 4.ed. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2001.

LIMA, Aline Barboza de. **Soberania Alimentar: Desafios da Agricultura Camponesa no estado da Paraíba**. Anais da IX Enanpege. Goiânia – GO. Outubro de 2011.

Bibliografia

LOLAS, Ricardo Espinoza. **Nietzsche e a Natureza que dança**. In: GAZOLLA, Rachel (org.). *Cosmologia: cinco ensaios sobre filosofia da natureza*. São Paulo: Paulus, 2008.

LONDRES, Flávia. **Agrotóxicos no Brasil. Um guia para ação em defesa da vida**. Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria a Serviços e Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

LÖWY, Michel. **Método Dialético e Teoria Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. Tradução: Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

MAGNAGHI, Alberto. **Gli atlante del patrimonio e lo “statuto dei luoghi” per uno sviluppo locale autosostenibile**. In: Bertoincin, Marina; Pase, Andrea. *Il Territorio non è un Asino – Voci di attori deboli*. Milão: Scienze geografiche Franco Angeli, 2006.

MARCOS, Valéria et al. **Feira Agroecológica do Campus I da UFPB: certificação social e revitalização**. Anais do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Presidente Prudente – SP, 2005.

MARCOS, Valéria. **Alternativas sustentáveis para a produção agrícola camponesa na ótica do desenvolvimento local auto sustentável**. Revista AGB. V.1.nº3, 2006a.

MARCOS, Valéria. **Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante**. Boletim Paulista de Geografia. Número 84. São Paulo – SP: Associação de Geógrafos Brasileiros – AGB, 2006b.

MARIANO NETO, Berlamino. **Abordagem Territorial e Enfoques Agroecológicos no Agreste/Brejo paraibano: desenhos, arranjos e relações**. Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Sociologia UFPB/ UFCG. Campina Grande - PB, 2006.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **O poder do atraso**. São Paulo, SP: Hucitec, 1994.

_____. **O cativo da terra**. 9 Ed. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2010.

MEDAETS, Jean Pierre; FONSECA, Maria Fernanda de A. C. **Produção orgânica: regulamentação nacional e internacional**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário : NEAD, 2005.

Bibliografia

MEIRELLES, Laércio. **Agricultura Orgânica e mercado – algumas considerações**. Centro Ecológico Ipê Serra Litoral Norte. Assessoria e Formação em Agricultura Ecológica, 1998.

_____. **Comercialização e certificação de produtos agroecológicos**. Anais do Encontro Nacional de Agroecologia – ENA. Rio de Janeiro – RJ, 2002.

_____. **A Certificação de Produtos Orgânicos - caminhos e descaminhos**. Centro Ecológico Ipê Serra Litoral Norte. Assessoria e Formação em Agricultura Ecológica, 2003.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; THOMÁS JR, Antônio. **A “Modernização” da agricultura e os impactos sobre o trabalho**. Revista Scripta Nova - Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales, Barcelona, v.6, n.119, 2002.

MITIDIERO JÚNIOR. Marco A. **A Ação Territorial de uma Igreja Radical. Teologia da libertação, luta pela terra, e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba**. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da FFLCH – USP. São Paulo, 2008.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo, Ática:1986.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa, PB: Editora Universitária UFPB, 1997.

_____. **A Produção de Cana-de-Açúcar em Áreas de Reforma Agrária na Paraíba**. Anais do IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Niterói, RJ, 2009.

MOREIRA, Juliana F. **Legislação Ambiental e Conflitos Sócio Ambientais: o caso da atividade de carcinicultura na APA do Rio Mamanguape – PB**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. João Pessoa, 2008.

MOREIRA, Ruy. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro**. 1 ed. São Paulo – SP: Editora brasiliense, 1990.

NASSAR, A. M. **Certificação no agronegócio**. Estudo temático apresentado no IX Seminário Internacional de Agribusiness. Águas de São Pedro, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura e Indústria no Brasil**. Boletim Paulista de Geografia. Revista AGB. nº 58, 1981.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. 1 ed. São Paulo: Labur, FFLCH, 2007.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 3.ed. São Paulo-SP: Ática, 1990.

Bibliografia

_____. **Barbárie e Modernidade: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil.** In: Revista Terra Livre. Ano 19, v.2, n.21. São Paulo-SP, 2003.

_____. **Agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Mariana B. **O Assentamento Padre Gino – PB e a Feira Agroecológica do Campus I da UFPB.** Monografia de Bacharelado - Departamento de Geociências da UFPB, 2006.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho.** 1.ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2006.

PADILHA, M.C. – **Hacia un sistema participativo de garantía para la producción ecológica en Andalucía.** Tese de Doutorado apresentado na Universidade de Córdoba, Córdoba / Espanha, 2008.

PAULINO, S.R; JACOMETI, W. A. **Certificação na agricultura: possibilidades de diversificação e interação para o desenvolvimento da produção regional.** Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 14, p. 95-103. Editora UFPR, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemaire Aparecida de. **Terra e território – a questão camponesa no capitalismo.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

PINHEIRO, Alves Pinheiro. **O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE BRASILEIRO**

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PRIMAVESI, Ana Maria. **O combate a pobreza é básico e depende da recuperação ambiental e da Agroecologia.** In: Revista Agroecologia e desenvolvimento Rural Sustentável. v.3, n.4. Porto Alegre – RS, 2002.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** 2.ed. Coleção Trajectos: nº17. Lisboa: Gradiva, 1998.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Maria de Fátima F. **“Do campus ao campo”: olhares sobre Políticas Públicas dirigidas à pobreza rural no estado da Paraíba, Brasil.** João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

RODRIGUES, Maria de Fátima F. **Terra camponesa como (re) criação – genealogia do lugar e da paisagem.** Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo, 1994.

Bibliografia

_____. **Trajetórias de Exclusão, Territorialidades em Construção: processo de resistência de negros, índios e camponeses no Estado da Paraíba-Brasil.** ANAIS da ANPEGE, Niterói, 2007.

RODRIGUES, M.F.F. **Relatório técnico final do projeto: “Terra Para quê te Quero: agricultura orgânica, trabalho familiar e Feira Agroecológica sob a organização dos camponeses assentados da Mata Paraibana”**, 2006.

ROSSET, P. **Alternativa à Política fundiária de mercado: reforma agrária e soberania alimentar.** In: SAUER, S. e PEREIRA, J.M.M. (orgs). *Capturando a Terra.* São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo; SP: Editora Companhia das Letras, 2006.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo, SP: Editora Vértice, 1986.

_____. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2004.

SANTOS, Rosely Ferreira. **Planejamento ambiental: teoria e prática.** São Paulo, SP: Oficina de textos, 2004.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A Natureza do Espaço - Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice – O Social e o Político na Pós-Modernidade.** 3ªed. Porto: Afrontamento, 1994.

_____. **Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. Disponível em: http://www.pt-pr.org.br/pt_pag/PAG%202004/Economia%20Solid%C3%A1ria/Produzir%20para%20Viver%20-%20Boaventura%20de%20Souza%20Santos.pdf

_____. **Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós moderna.** Estudos avançados, 2004.

SANTOS, Thiago Araújo. **Agroecologia como prática social: Feiras Agroecológicas e insubordinação camponesa na Paraíba.** Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e rio de álcool”.** In: NOVAES, Roberto; ALVES Francisco (orgs). *Migrantes:*

Bibliografia

trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos, SP: EdUFSCar, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lôbato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SCHNEIDER, Sérgio. **Ciências Sociais, Ruralidade e Territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento**. Campo - Território: revista de geografia agrária, v.4, n. 7, 2009.

SCHNEIDER, Sergio et Al. **Histórico, Caracterização e Dinâmica recente do PRONAF –Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. In: SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>

SHANIN, Teodor. **A Definição de Camponês: conceituação e desconceituação – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Estudos Cebrap, nº26, p.43-79, 1980.

_____. **Lições camponesas**. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (orgs). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena. (orgs). **A Questão Agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

SILVA, Martha Esthela Santos; BARONE, Luís Antônio. **Organização Produtiva e Associativismo em Assentamentos Rurais: uma ação de resistência e permanência**. ANAIS da X Jornada de Trabalho, Presidente Prudente, 2009.

TEMAS - Núcleo Interdisciplinar **“Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade. Apresentação**. In: ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2004.

THERY, Hervé eT all. **Atlas do Trabalho Escravo no Brasil**. São Paulo: Amigos da Terra – Amazônia brasileira, 2012. Disponível em: <http://migre.me/9bewu>.

THOMÁZ JÚNIOR, Antônio. **Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: Elementos para Recolocar o Debate da Luta de Classes no Brasil**. Revista Pegada. vol.7.nº2. Novembro de 2006.

VEIGA, José eli. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

Documentos:

BRASIL, Presidência da República. Lei nº 10831 de 23 de Dezembro de 2003.

Bibliografia

BRASIL, Presidência da República. Decreto nº 6.323 de 27 de Dezembro de 2007.

BRASIL, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 64 de 18 de Dezembro de 2008.

BRASIL, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 19, de 28 de Dezembro de 2009.

BRASIL, 2010. <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/02/03/consumo-de-organicos-leva-mercado-interno-a-crescer-40-em-2010>

BRASIL. PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA LEGISLAÇÃO BÁSICA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Companhia Nacional de Abastecimento – Conab. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/arquivos/livretoDigem%20-%20PUBLICO%20EXTERNO%20-%20V21SET.pdf>

Caderno de Formação 01 – **Rede Ecovida : Uma identidade que se constrói em rede.** Organizado por Valdemas Ari. Lapa/PR, 2007.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG
Cidade Universitária – Campus I – Conjunto Castelo Branco – João Pessoa/PB,
CEP: 58051-9000. Telefax: (055) 83-3216-7595

Roteiro de Entrevista I – Os parceiros da Feira Agroecológica da UFPB

1. Nome:
2. Instituição:
3. Escolaridade:
4. Profissão:
5. Desde quando a instituição ou a pessoa física atua como parceiro da Ecovárzea?
6. Que tipo de parceria é firmada com a Ecovárzea (projetos de extensão, assessoria técnica, assessoria jurídica etc)? Por favor descreva as principais atuações:
7. Qual a sazonalidade desta parceria (semanal, anual, por projeto, por demanda do grupo, contínua etc).
8. Quais as motivações que levaram a instituição ou a pessoa física a firmar tal parceria?
9. Qual a contrapartida recebida por esta parceria? Você afirma que há reconhecimento por parte do grupo da Feira?
10. Você considera tal parceria imprescindível para a viabilidade do projeto da Feira Agroecológica da UFPB?
11. Em sua opinião qual o ponto mais fraco da Feira da UFPB?
12. Em sua opinião qual o ponto mais forte da Feira da UFPB?
13. Quais as suas expectativas em relação à Feira da UFPB para os próximos anos?
14. Falar em “desenvolvimento” da Feira da UFPB significa o que para você?
15. Em sua opinião, o que é necessário para que o projeto da Feira prospere: propaganda, apoio à produção, apoio à comercialização, trabalho com os jovens, conscientização dos clientes para um consumo responsável, etc?
16. Você conhece o processo de certificação da Feira Agroecológica da UFPB?

17. Houve contribuição da sua parte ao processo de certificação da Feira da UFPB? Descreva:
18. Em sua opinião qual o diferencial de uma certificação participativa (que envolve produtores, clientes e consumidores) para produtos agroecológicos?
19. A feira da UFPB foi reconhecida no ano de 2011 como fornecedora de produtos agroecológicos pelo Ministério da Agricultura. Você se sente mais seguro em saber que a certificação da feira foi reconhecida pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento? Isso faz diferença para você enquanto consumidor?
20. Qual o seu grau de satisfação com a Feira (como cliente e como técnico)?

Desde já grata pela valiosa contribuição para minha pesquisa de Mestrado.

Mariana Borba de Oliveira
Aluna do programa de Pós Graduação em Geografia - PPGG/UFPB

Roteiro de Entrevista II – Certificação da Ecovárzea (camponês)

Variável: importância\significado da certificação para o camponês

PARTE I

1. Nome:
2. Idade:
3. Sexo:
4. Escolaridade:
5. Local de Residência:

PARTE II – (dimensão\indicador: social)

6. Você sabe o que é e para que serve uma certificação?
7. Você tem a informação se a Feira Agroecológica da UFPB já é certificada? Como foi feito esse processo?
8. Em sua opinião qual o diferencial e as vantagens que atribui ao processo de certificação da Feira da UFPB?
9. Em sua opinião a certificação participativa valoriza a agroecologia nas suas várias dimensões (social, econômica e ambiental)? De que forma?
10. Em sua opinião a certificação participativa valoriza a manutenção dos costumes e tradições locais? De que forma? Você pode destacar um costume que você percebe como sendo forte no meio rural?
11. O “desenvolvimento” da Feira significa o que para você?

PARTE III (dimensão\indicador ambiental)

12. Em sua opinião existe uma relação da certificação com a preservação ambiental? O que a certificação pode assegurar nesse aspecto?
13. Em sua opinião o sistema de controle da produção agroecológica da Ecovárzea funciona corretamente? Por que?
14. Em sua opinião qual o ponto mais forte e qual o ponto mais frágil desse sistema de controle da Ecovárzea?
15. Em sua propriedade, o que destacaria como principal mudança ocorrida após a conversão agroecológica?

PARTE IV (dimensão\indicador econômico)

16. Em sua opinião existe uma relação da certificação com a sua renda obtida na Feira? Qual?
17. Os mercados que o grupo comercializa fora da Feira exige certificação? Quais são?
18. Vocês enquanto grupo, após a certificação assegurada pelo MAPA, pretendem ampliar as vias de comercialização de seus produtos? Como?



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG
Cidade Universitária – Campus I – Conjunto Castelo Branco – João Pessoa/PB,
CEP: 58051-9000. Telefax: (055) 83-3216-7595

Roteiro de Entrevista III – Certificação da Ecovárzea (consumidor)
Variável: importância/significado da certificação para o consumidor

PARTE I

1. Nome:
2. Idade:
3. Sexo:
4. Escolaridade:
5. Local de Residência:

PARTE II – (dimensão\indicador: social)

6. Você sabe o que é e para que serve uma certificação?
7. Você tem a informação que a Feira Agroecológica da UFPB já é certificada? Se sim, qual foi o meio de comunicação que lhe informou?
8. Você conhece e/ou participou do processo de certificação da Feira da UFPB?
9. Em sua opinião quais as vantagens e que importância atribui ao processo de certificação (participativo) da Feira da UFPB?
10. Você se sente mais seguro em saber que existe um sistema de controle em relação à produção agroecológica da Feira, ou não faz diferença?
11. O “desenvolvimento” da Feira significa o que para você?

PARTE III (dimensão\indicador ambiental)

12. Em sua opinião existe uma relação da certificação com a preservação ambiental? O que a certificação pode assegurar nesse aspecto?
13. Saber que a dimensão da preservação ambiental é considerada no processo de certificação participativo exerce influencia na escolha da Feira como seu local de compras?

PARTE IV (dimensão\indicador econômico)

14. Em sua opinião existe relação da certificação com a renda obtida pelos camponeses na Feira? Você sentiu mudanças nesse aspecto (aumento nos preços, melhoria da qualidade, etc)?
15. Em sua opinião há diferença de preços entre os produtos orgânicos vendidos no supermercado e os produtos agroecológicos vendidos na feira da UFPB?
16. Você sabe o que é consumo responsável? Você se considera um consumidor responsável?



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG
Cidade Universitária – Campus I – Conjunto Castelo Branco – João Pessoa/PB,
CEP: 58051-9000. Telefax: (055) 83-3216-7595

Roteiro de Entrevista IV – A importância/significado da certificação das Feiras Agroecológicas (em particular da Ecovárzea) para o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA

PARTE I

1. Nome:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Local de Residência:
5. Setor de Trabalho:

PARTE II

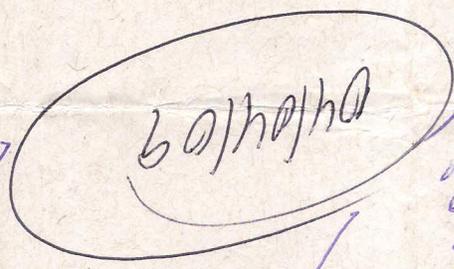
6. Em sua opinião para que serve uma certificação?
7. Como nasceu o projeto de certificação participativa para os produtos orgânicos da agricultura familiar desenvolvido pelo MAPA? Em que medida o Ministério considera as contribuições dos Movimentos Sociais para a construção desse processo?
8. Em sua opinião, o Cadastro (como OCS) no Ministério da Agricultura é suficiente para garantir a procedência agroecológica dos produtos das Feiras?
9. Qual o mecanismo de fiscalização que está sendo utilizado pelo MAPA para garantir a procedência dos produtos de um OCS?
10. Quais são as entidades cadastradas como OCS pelo MAPA na Paraíba?
11. Em sua opinião qual o ponto **fraco** do sistema de controle da produção agroecológica das Feiras?
12. Em sua opinião qual o ponto **forte** do sistema de controle da produção agroecológica das Feiras?
13. O que seria o “desenvolvimento” das Feiras Agroecológicas para o MAPA?

Ruye
 Mped 100
 Casula 40
 Ruvula 20
 Tomilla 1/2 CX
 Fajad 15M
 Ruylo 100M
 Col 20

Dena
 Umed 10x
 Fajad 12M
 Fajad 10x
 Fajad 10x
 Fajad 10x

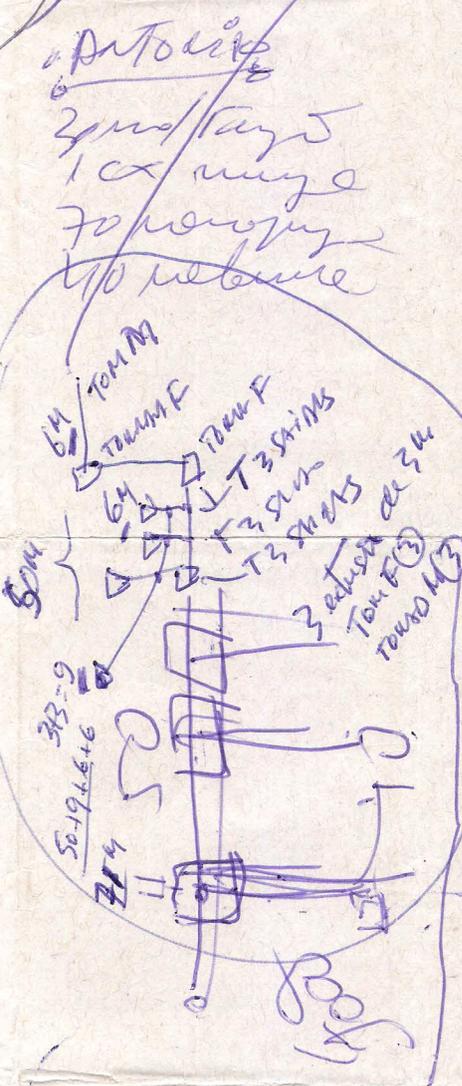
13 M...
 2/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...

1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...



1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...

1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...



1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...

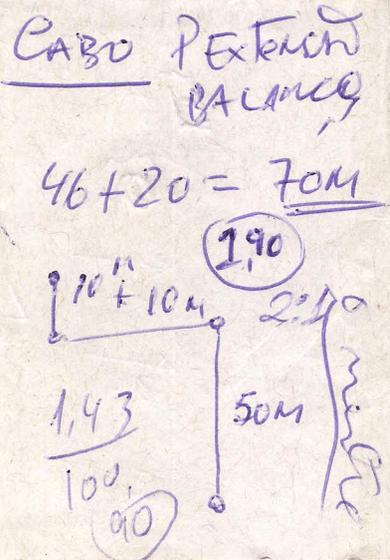
1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...

1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...

1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...

1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...

1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...



1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...
 1/10 M...



Boletim informativo em comemoração aos 10 anos da Associação dos Agricultores(as) Agroecológicos da Várzea Paraibana - João Pessoa [PB] - Nov/2011

...Um pequeno histórico da Feira Agroecológica

A Feira Agroecológica é realizada semanalmente pela ECOVÁRZEA, na Universidade Federal da Paraíba, sempre às sextas-feiras, e representa, a dez anos, um propósito de sustentabilidade e resistência camponesa, desempenhando um papel fundamental na melhoria da qualidade de vida de aproximadamente 30 famílias assentadas. Estes camponeses são provenientes de seis assentamentos rurais do Litoral Sul e da Várzea da Paraíba, são eles: assentamento Dona Antônia, no Município do Conde; assentamento Dona Helena, em Cruz do Espírito Santo; e assentamentos 21 de Abril, Boa Vista, Padre Gino e Rainha dos Anjos, todos localizados em Sapé.

A origem da Feira remete as discussões acerca da necessidade dos camponeses recém-assentados romperem os laços de dependência com os atravessadores para a comercialização de seus produtos. Assim, apoiados por diversas instituições, o grupo foi amadurecendo a idéia de comercializar em Feiras. Os primeiros apoios vieram da Comissão Pastoral da Terra – CPT e da Cáritas. Atualmente a Feira que ocorre às sextas-feiras na UFPB conta com uma rede de colaboradores entre eles o MDA; MDS; MAPA; UFPB; Banco do Brasil; SPM; Consumidores; etc.

As discussões sobre a mesma evoluíram, e não só em relação às alternativas de comercialização, mas também às mudanças das práticas produtivas, tanto no que se refere à conscientização do não uso de agrotóxico na produção, quanto à necessidade de uma maior diversificação do cultivo, direcionada tanto para o maior sucesso em feiras livres, como também para o auto-consumo da família. Foi decorrente deste processo que o grupo decidiu iniciar uma comercialização direta de seus produtos, acontecendo a primeira feira em 18 de novembro de 2001 no Bairro de Mangabeira e após inúmeras negociações, no dia 10 de Maio de 2002 aconteceu a primeira Feira Agroecológica do Campus I da UFPB. Texto produzido a partir de entrevista realizada com Luiz Sena e Luiz Damásio de Lima. em Outubro de 2011.

Parabéns pela conquista de todos nós, produtores, consumidores, técnicos e parceiros!



...Projetos da Feira Agroecológica em parceria com a UFPB

- 1. Feira Agroecológica do Campus I da UFPB: certificação social e revitalização.**
Situação: Concluído
Natureza: Pesquisa e extensão
Ano de conclusão: 2005
Financiador: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico [CNPq]
Realização: GEA - Grupo de Ergonomia Agrícola e Gestão Ambiental [coordenação: Prof. Dr. Paulo Adissi] [CT-UFPB]
- 2. Feira Agroecológica do Campus I da UFPB: (reconstruindo a relação produtor/ consumidor.**
Situação: Concluído
Natureza: Extensão
Ano de conclusão: 2005
Financiador: Universidade Federal da Paraíba/PRAC/Probex
Realização: CCEN-UFPB [coordenação: Profa Dra Valéria de Marco]
- 3. Agricultura orgânica e Feira Agroecológica como estratégias de complementação de renda em assentamentos rurais da zona da mata paraibana.**
Situação: Concluído
Natureza: Extensão
Ano de conclusão: 2009
Financiador: Petrobrás
Realização: CCEN-UFPB [coordenação: Profa. Dra Maria de Fátima Ferreira Rodrigues]
Grupo de pesquisa GESTAR - território, trabalho e cidadania [CCENUFPB]
- 4. Feira Agroecológica do Campus I da UFPB**
Situação: Concluído
Natureza: Pesquisa e extensão
Ano de conclusão: 2005
Financiador: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico [CNPq]
Realização: GEA - Grupo de Ergonomia Agrícola e Gestão Ambiental [coordenação: Prof. Dr. Paulo Adissi] [CT-UFPB]
- 5. Juventude Rural e Empoderamento: formação de agentes Ambientais, inclusão produtiva e troca de saberes no campo da Agroecologia**
Situação: em andamento

Natureza: Extensão.
Ano de execução: 2011
Financiador: Ministério de Educação
Realização: Grupo de pesquisa GESTAR - Território, trabalho e cidadania , CCEN-UFPB [Coordenação: Profa. Dra Maria de Fátima Ferreira Rodrigues]

...convite

É com grande satisfação que a **Associação dos Agricultores(as) Agroecológicos da Várzea Paraibana [Ecovárzea]** vos convida para a comemoração dos seus 10 anos de organização social, em prol da sustentabilidade camponesa e da soberania alimentar do campo e da cidade.

As nossas conquistas são reflexos de um esforço coletivo, por isso, contamos com sua presença.

Local: Parcela de Assis Barbosa de Melo
Assentamento Rainha dos Anjos - Zona Rural de Sapé [PB]
Data: 27 de Novembro de 2011
Hora: 10:00

realização... ...apoio...



...Bibliografia sobre a Feira Agroecológica

DI LORENZO, Iveralda Dantas Nóbrega. A construção da territorialidade camponesa no Assentamento Dona Helena, Cruz do Espírito Santo -PB. João Pessoa, 2007. 316f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Pós-Graduação em Geografia -Universidade Federal da Paraíba.

LIMA, Aline Barboza de. Assentamento Apasa - PB: a Agroecologia na construção de novas territorialidades. João Pessoa, 2008. 188 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Pós-Graduação em Geografia da UFPB.

LIMA, Flaviana Kalina Câmara. Territórios de Vida e Luta Camponesa: uma análise das políticas públicas de combate à pobreza rural e da agroecologia na Paraíba. João Pessoa, 2008. 125 p. Monografia (Graduação em Geografia da UFPB).

MARIANO NETO, Berlamino. Abordagem Territorial e Enfoques Agroecológicos no Agreste/ Brejo Paraibano: Desenhos, Arranjos e Relações. Campina Grande, 2006, p. 208. Tese (Doutorado em Sociologia) Pós - Graduação em Sociologia.

... Soberania Alimentar: a agroecologia e a luta camponesa por Aline Barboza de Lima

O ato de alimentar-se para o camponês está ligado à natureza, as tradições familiares e aos festejos coletivos. A alimentação constitui-se na realidade camponesa como uma extensão do ato de semear: semeando a terra ele está semeando a vida. A busca pela soberania alimentar, traduz-se nesse contexto, na busca pela vida. Pois, o direito a alimentação torna-se o direito de acesso aos recursos e meios de produzir e adquirir alimentos saudáveis e seguros, capazes de permitir à família camponesa uma existência digna e próspera.

Nesse contexto, a questão da fome não pode ser restrita a uma ração nutricional básica, pois a alimentação para o ser humano possui dimensões bem mais amplas que o combate à fome imediata. A alimentação está ligada à vida, possui preceitos culturais e simbólicos, com os quais os homens se relacionam e satisfazem outras necessidades e valores, num processo que denota à dignidade da vida humana. Contudo, em todo o mundo, persiste a problemática da fome, de acordo com dados da FAO (2006), dez anos depois da Cúpula Mundial sobre a Alimentação, celebrada em Roma em 1996, o número de pessoas subnutridas continua a crescer. Entre os anos de 2001 a 2003, cerca de 854 milhões de pessoas estavam subnutridas, sendo que desse total, 820 milhões em países considerados em desenvolvimento, como o Brasil. De acordo com dados do Programa Fome Zero (2001), aproximadamente 44 milhões de pessoas no Brasil encontram-se num patamar de pobreza que põe em risco a segurança alimentar delas. Desse total, o maior percentual encontra-se na Região Nordeste, com 48,8% da população pobre.

No Brasil, o direito a alimentação foi reconhecido recentemente, em 4 de fevereiro de 2010, 22 anos após a publicação da nossa Carta Magna de 1988, na qual consta no Capítulo II, como direito social. O reconhecimento pelo Estado do direito a alimentação aos cidadãos brasileiros indica um avanço na busca dos direitos humanos no país. Contudo, dados alarmantes como a liderança de maior consumidor mundial de agrotóxico, de acordo com dados da Fiocruz, e o crescimento da produção de transgênicos, alcançando em 2010 o posto de segundo maior produtor mundial, mostram o grande desafio para a conquista efetiva de soberania alimentar. Os camponeses organizados através da agroecologia representam a luta pela soberania alimentar e pela participação nas decisões que afetam diretamente suas vidas, como

OLIVEIRA, Josilene Ribeiro de. Assentamentos Rurais em Busca da Sustentabilidade: Um Estudo de Caso sobre o Processo de Transição Agroecológica no Projeto de Assentamento Dona Helena, no município de Cruz do Espírito Santo/PB. João Pessoa, 2007. 173 p. Dissertação de mestrado - UFPB.

OLIVEIRA, Mariana Borba de. O Assentamento Padre Gino - PB e a Feira Agroecológica do Campus I da UFPB. João Pessoa, 2006. 96 p. Monografia (Bacharelado em Geografia da UFPB).

OLIVEIRA, Rogério L. Transição da produção convencional para a agroecológica: o caso da ECOVÁRZEA na região da Várzea Paraibana. Bananeiras, 2010. Monografia (graduação em Ciências Agrárias da UFPB).

OLIVEIRA, Rosângela Alves de. A Feira Agroecológica da Várzea Paraibana: Práticas Educativas para uma Economia Popular Solidária. João Pessoa, 2004. 112p. Dissertação (Mestrado em Educação). Pós-Graduação em Educação - UFPB.

PEREIRA, Antônio Alberto. Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba: Das Ligas Camponesas aos Assentamentos Rurais. João Pessoa, 2008. 195 p. Tese (Doutorado em Educação) Pós-Graduação em Educação - UFPB.

SANTOS, Thiago Araújo. Agroecologia como Prática Social: Feiras Agroecológicas e Insubordinação Camponesa na Paraíba. São Paulo, 2010. 249 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Pós - Graduação em Geografia - USP.

SILVA, Nelsânia Batista de. Educação Popular e subjetividade na feira agroecológica. João Pessoa, 2006. 140 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Pós - Graduação em Educação - UFPB.

as políticas públicas e os créditos destinados ao financiamento dos pequenos produtores. Apesar de poucos, proporcionalmente ao total de camponeses em todo o Brasil, a participação dos grupos organizados, bem como o debate político que levantam, apresentam-se de forma significativa na construção da soberania alimentar.

...:Agroecologia e educação ambiental

Por Mariana Borba e Manoel Félix Júnior

O trabalho de educação ambiental desenvolvido pelo Gestar: Gestar: Grupo de pesquisa território, trabalho e cidadania - CNPq/UFPB, aponta na direção do fortalecimento do paradigma da sustentabilidade dos espaços rurais a partir da Agroecologia e da troca de saberes. Esta experiência acontece no âmbito do Projeto de Extensão intitulado "Juventude Rural e empoderamento: formação de Agentes Ambientais e troca de saberes no campo da Agroecologia" financiado pelo Ministério da Educação, através do Programa de Extensão Universitária [PROEXT]. A proposta extensionista vem ocorrendo iniciativa atua em duas comunidades camponesas territorializadas a partir dos assentamentos rurais, e participantes da Feira Agroecológica que acontece no Campus I da UFPB: o assentamento Padre Gino e Rainha dos Anjos, ambos localizados no município de Sapé [PB]. O principal objetivo é uma conscientização ecológica de jovens, filhos de camponeses assentados, para estimular e incentivar esses adolescentes a exercerem o protagonismo juvenil, tomando como referência o paradigma da educação do campo. Esta iniciativa se situa na perspectiva do fortalecimento e manutenção da agricultura familiar de base agroecológica, praticada por seus pais, que resulta em diversos benefícios sócio-ambientais, além da melhoria de sua própria qualidade de vida, tendo as atividades de reflorestamento de nascentes como uma das prioridades no processo educativo.

...:Expediente

"ECOS À SAÚDE" 10 anos Novembro de 2011

Produção
Gestar - Grupo de pesquisa: Território, trabalho e cidadania [CNPq / UFPB]
ECOVÁRZEA

Coordenação
Maria de Fátima Ferreira Rodrigues

Projeto Gráfico e Diagramação
Chico Sales
Pamela Stevens

Textos/Entrevistas
Luiz Pereira de Sena
Aline Barbosa de Lima
Alexandra Silva de Lima
Camila Gonçalves Gomes
Diego de Oliveira Silvestre
Mariana Borba de Oliveira
Manoel Félix Júnior

Fotos
Equipe Gestar / ECOVÁRZEA

Assistentes
Maria Salomé L. Maracajá
Camila Gonçalves Gomes
Editores:
Maria de Fátima Ferreira Rodrigues
Mariana Borba de Oliveira



...A ECOVÁRZEA e a participação das mulheres Entrevista com a presidente da ECOVÁRZEA, Maria Albertina Silva de Lima, por Alessandra Silva

Como você compreende a atuação das mulheres na ECOVÁRZEA?
Albertina: Vejo como uma nova oportunidade e uma nova experiência de liberdade. É um meio de incentivo à produção e comercialização, onde elas tem a autonomia de exercer seus direitos e deveres. Participando da feira, elas conseguiram ter mais amizade e ter novos conhecimentos de coletividade e aumentou sua auto-estima. É uma forma de pegar seu dinheiro para comprar o que precisa, para não ter que está pedindo ao seu marido, ajudando na renda de sua própria casa. Elas aprenderam também a reivindicar seus direitos junto ao grupo.

Como você se sente à frente da ECOVÁRZEA, e qual a avaliação que você faz neste percurso de 10 anos de luta?

Albertina: Eu, à frente da ECOVÁRZEA, me sinto com muita responsabilidade e está sendo uma nova experiência na minha vida. Logo no início precisei romper alguns preconceitos de alguns membros da feira, mas consegui vencer. Hoje, tenho mais apoio e sinto que todos estão satisfeitos com a minha gestão. Sempre conto com o apoio de todos para resolver alguns problemas que surgem na feira, e espero terminar a gestão sem decepcionar ninguém.

Para saber mais sobre a feira agroecológica acesse:
<http://www.prac.ufpb.br/feira/apresentação.html>



...Campesinato, Agroecologia e Economia Solidária

Por Maria de Fátima Ferreira Rodrigues

A experiência dos camponeses que fazem a feira agroecológica, que ocorre semanalmente no campus I da UFPB, insere-se no campo da economia solidária e revela estratégias de reprodução camponesa que primam pela produção agrícola livre de agrotóxico, além de recuperar práticas da agricultura natural adotadas por seus ancestrais. A esses aprendizados também incorporam outros saberes, a partir da participação em capacitações e intercâmbios. A experiência pautada em práticas agrícolas limpas e sustentáveis, prima essencialmente por um processo organizativo baseado na coletividade, pondo em uso valores que fazem parte da tradição camponesa, o que nos leva a reafirmar que se o Estado brasileiro não compreendeu, parte do campesinato sim, e já aderiu à Agroecologia por compreender que essa forma de produção representa um poderoso instrumento de ruptura com a tradição agrícola convencional, que se ampara em pressupostos da ciência moderna com uso de agrotóxicos, insumos agrícolas e técnicas que contribuem para a erosão dos solos e poluição dos mananciais. A Agroecologia adotada pelos camponeses da várzea paraibana segue na contramão dessa visão reducionista, incentivando através do acolhimento e da troca de saberes a adoção de experiências semelhantes por outras comunidades, ao mesmo tempo em que incorporam dúvidas e questionamentos capazes de promoverem a reelaboração e a troca de saberes em suas práticas cotidianas, por ocasião dos intercâmbios. Ao falarmos da tradição, levando em consideração os camponeses que fazem a Feira Agroecológica, concluímos que o uso de técnicas agrícolas que têm por base a Agroecologia, bem como o projeto da Feira Agroecológica¹ surgem como formas de resistência desse grupo às dificuldades impostas pela sociedade e pelo Estado moderno, sendo essa maneira de produzir e o trabalho solidário, um diferencial desses trabalhadores, assim como o são outras experiências que fazem parte da cultura camponesa. A nossa interpretação dos dados do campo relacionados a esses trabalhadores nos levaram a adesão ao conceito de tradição como reinvenção. A tradição, nesse caso, é reinventada porque seus ancestrais já praticavam manejos considerados do ponto de vista acadêmico como parte dos saberes oriundos da agricultura natural e primavam pelo respeito ao tempo e a dinâmica da natureza. A Agroecologia como praticam hoje esses camponeses, incorpora os conhecimentos próprios da agricultura natural, herdada dos ancestrais, ao mesmo tempo em que adota outros princípios e inovações em busca de um novo modelo de sociedade ambientalmente limpa e sustentável, conforme nos relataram em vários momentos nas atividades extensionistas.

As feiras agroecológicas são espaços de comercialização de produtos hortifrutigranjeiros produzidos com manejo agroecológico por camponeses (as) das áreas reformadas do Estado da Paraíba, Brasil. Cf <http://www.prac.ufpb.br/feira/apresentação.html>

...Certificação social

Por Mariana Borba de Oliveira

Um processo de certificação de modo geral, busca oferecer garantia aos consumidores sobre a natureza de determinado produto. Assim, no caso do alimento orgânico o processo de certificação, previsto pela Lei dos Orgânicos (10.831/2003), foi padronizado pela Instrução Normativa nº64 de 18 de dezembro de 2008 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento [MAPA], que entrou em vigor em janeiro de 2011.

Contudo, o nosso processo de certificação surgiu de uma preocupação da ECOVÁRZEA, inspirados em outras experiências, logo após a territorialização da Feira na UFPB, para que tivéssemos credibilidade perante a comunidade universitária. Assim, adotamos algumas práticas e critérios que garantissem a qualidade dos nossos produtos, como por exemplo, um Regimento Interno e uma Comissão de Ética, que entre outras atribuições, são responsáveis por assegurar a procedência orgânica dos produtos. A opção de certificação foi por um processo de certificação social, onde as partes envolvidas construíam os critérios e procedimentos que atendessem as expectativas dos clientes e as possibilidades dos produtores. Desta forma, com o apoio da UFPB através do Grupo de Ergonomia Agrícola e Gestão Ambiental [GEA], com financiamento do CNPq, conseguimos cumprir os critérios instituídos pelos clientes, e, assim, cumprimos também o exigido pelo MAPA.

Somos uma Feira Agroecológica certificada!



... Diretoria ECOVÁRZEA

Presidente:
Maria Albertina Silva de Lima

Vice-presidente:
Neuraci Cesário

Tesoureiro:
João Rodrigues Batista

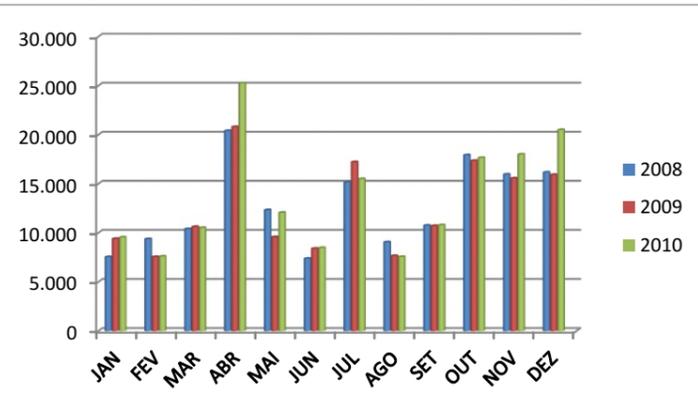
Conselho de ética:
Josefa Mota
Luiz Damásio de Lima
Suelen Cesário

Secretário:
Marcos Antônio Trajano

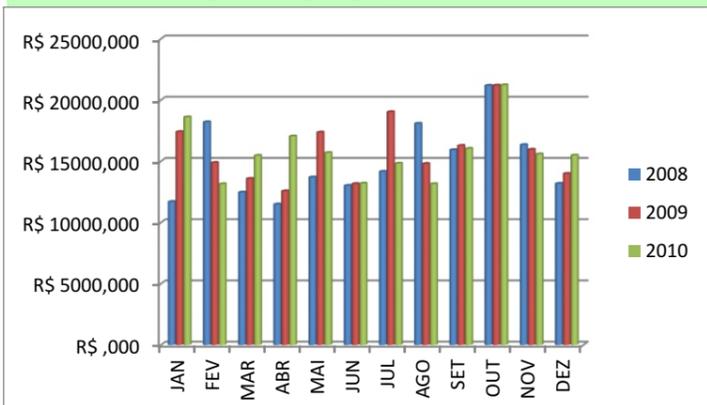
Contatos:
Luiz Damásio de Lima
Fone: 99037097
Alessandra Silva de Lima
Fone: 87637774
Luiz Pereira de Sena
Fone: 99939454.



...:Produção dos agricultores da Feira Agroecológica [kg]



...:Renda da Feira Agroecológica [R\$]



...:Parceiros:

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Ministério do Desenvolvimento Agrário



Sócios Participantes da Associação dos Agricultores(as) da Várzea Paraibana – ECOVÁRZEA. Endereço: P.A Dona Helena /Cruz do Espírito Santo- CNPJ 07.319.276/0001-86

| | NOME | COMUNIDADE |
|----|------------------------------------|-------------------|
| 1 | Antonio Gouveia | Dona Helena |
| 2 | Alane Maria Silva de Lima | Padre Gino |
| 3 | Assis Barbosa de Melo | Rainha dos Anjos |
| 4 | Assis Carneiro dos Santos | Dona Helena |
| 5 | Antonio Severo dos Santos | Dona Helena |
| 6 | Daniel Lopes Rodrigues | Dona Antonia |
| 7 | Edivaldo da Silva Cardoso Junior | Pare Gino |
| 8 | Geraldo Rodrigues | Padre Gino |
| 9 | Gabriel Luiz da Silva Neto | Boa vista |
| 10 | Hilda Maria da Conceição de Melo | Rainha dos Anjos |
| 11 | João Rodrigues Batista | Padre Gino |
| 12 | Josefa Vieira Mota | Padre Gino |
| 13 | Joelma da Silva Vieira | Padre Gino |
| 14 | Jose Pedro da Silva | Tiradentes |
| 15 | Jose Eduardo | Boa vista |
| 16 | Jose Fernandes | Boa Vista |
| 17 | Jose Antonio da Silva | Padre Gino |
| 18 | Junior Severino Soares | Tiradentes |
| 19 | Luiz Dámazio de Lima | Padre Gino |
| 20 | Leandro Silva dos Santos | Ponta Gramame |
| 21 | Lucila Mendes Monteiro | Padre Gino |
| 22 | Lenivaldo Simplício | Dona Helena |
| 23 | Maria da Aurora | Padre Gino |
| 24 | Maria Jose dos Santos Silva | Padre Gino |
| 25 | Marcos Antonio Trajano de Oliveira | Dona Helena |
| 26 | Maria Albertina de Lima | Padre Gino |
| 27 | Manoel Hortêncio da Silva | Dona helena |
| 28 | Manoel Joaquim de Santana | Padre Gino |
| 29 | Neuraci Cezário Pereira | Dona Helena |
| 30 | Paulo Alves da Silva | Dona Helena |
| 31 | Roberto da Silva | Dona Helena |
| 32 | Rosa Honorato da Silva | Dona Helena |
| 33 | Solange Cezário Pereira | Dona Helena |
| 34 | Suele Cezário Pereira | Dona Helena |
| 35 | Severino do Ramos Moreira de Lima | Dona Helena |
| 36 | Severino Ramos da Silva | Dona Helena |

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS AGROECOLÓGICOS DA VÁRZEA PARAIBANA – ECOVÁRZEA PARAIBANA

CAPÍTULO I Da Denominação e Finalidades

Artigo 1º - A Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana é uma organização dos agricultores e agricultoras (as) agroecológicos (as) dos assentamentos: D. Helena (Cruz do Espírito Santo), Pe. Gino, Rainha dos Anjos e Boa Vista (Sapé), de sua produção e de escoamento de seus produtos.

Artigo 2º - A EcoVárzea se constitui como uma organização de princípios educativos, de integração e cooperação de economia solidária.

Artigo 3º - A EcoVárzea é uma sociedade civil de duração indeterminada, com sede no Assentamento D. Helena, e foro em Cruz do Espírito Santo.

CAPÍTULO II Dos objetivos

Artigo 4º - São objetivos da EcoVárzea.

- a)** Unir os agricultores (as) agroecológicos (as) dos assentamentos mencionados no **artigo 1º**;
- b)** Garantir a produção orgânica e agroecológica dos (as) agricultores (as) associados (as);
- c)** Fortalecer a autogestão dos (as) associados (as) pela organização, administração e escoamento de seus produtos;
- d)** Criar novos canais para escoar a produção orgânica e agroecológica dos agricultores e agricultoras associados (as);
- e)** Intermediar o escoamento dos produtos orgânicos e ecológicos exclusivamente dos (as) seus (suas) sócios (as);
- f)** Favorecer a elaboração de projetos para beneficiar esta associação;
- g)** Promover a formação e capacitação de temáticas afins desta associação;
- h)** Solicitar assessorias necessárias para as ações eminentes dessa associação, através de parcerias, convênios com organismos

governamentais ou não governamentais ou de remuneração com recursos próprios;

- i)** Garantir os serviços técnicos especializados em produção orgânica e agroecologia, para o acompanhamento dos (as) agricultores(as)-sócios(as), através de parcerias, convênios com organismos governamentais ou não governamentais ou com recursos próprios;
- j)** Promover eventos de confraternização entre os (as) sócios (as) e seus convidados(as).
- k)** Administrar os bens da associação;

CAPÍTULO III **Dos (as) sócios (as)**

Artigo 5º - São considerados sócios (as) desta associação exclusivamente os (as) agricultores (as) que pratiquem agroecologia dos assentamentos rurais da várzea paraibana dos assentamentos: D. Helena (Cruz do Espírito Santo), Pe. Gino, Rainha dos Anjos e Boa Vista (Sapé).

& 1º - É assegurado aos sócios (as) que estão em dia com suas obrigações, assim definidas no regimento interno, participar da assembléia geral desta associação com direito a voz e voto.

& 2º - Para admissão ou exclusão dos (as) sócios (as) deverá ser convocada assembléia geral que se instalará com a presença da maioria simples (50% +1) dos (as) sócios (as) com as contribuições atualizadas;

& 3º - A admissão ou exclusão dos (as) sócios (as) exigirá a aprovação da maioria simples (50% + 1);

& 4º - Direitos e deveres dos (as) sócios(as):

- a)** Participar ativamente das assembléias gerais e de todas atividades promovidas por essa associação;
- b)** Votar e ser votado (a);
- c)** Deixar de ser sócio (a);
- d)** Ser excluído pela assembléia geral quando agir contrariamente aos interesses desta associação ou deixar de pagar a contribuição no período de até 60 dias;
- e)** Cumprir o regimento interno.
- f)** Contribuir com a mensalidade

CAPÍTULO IV
Da Organização e administração

Artigo 6º - As instâncias da EcoVárzea Paraibana são:

- a) Assembléia Geral;
- b) Coordenação executiva;
- c) Conselho Fiscal;
- d) " de Ética.

Seção I
Da Assembléia Geral

Artigo 7º - A *assembléia geral* é soberana. Consiste na reunião de seus sócios em pleno gozo de seus direitos, convocada e instalada de forma estatutária, ordinária ou extraordinária a fim de deliberar sobre:

- a) Eleger os membros da coordenação executiva, conselho fiscal e conselho de ética;
- b) Discutir e aprovar os relatório de atividades e os financeiros apresentados pela coordenação executiva;
- c) Fazer reformas estatutárias;
- d) Aprovar o regimento interno;
- e) Admitir e demitir sócios (as);
- f) Discutir propostas de projetos financeiros de órgãos governamentais e não governamentais;
- g) Decidir sobre comercialização de bens da associação no valor acima de quatro salários mínimos;
- h) Fixar o valor da contribuição mensal dos (as) sócios (as);
- i) Cassar o mandato de membros da coordenação executiva, do conselho fiscal e do conselho de ética, caso contrariem os objetivos da Associação, realizando-se imediatamente uma nova eleição para a substituição;
- j) Decidir sobre os pedidos de apoio a outras lutas afins;
- k) Aprovar a dissolução da associação, desde que não restem menos de 10 pessoas.

& 1º - A assembléia geral realizar-se-á ordinariamente mensalmente e extraordinariamente quando convocada pela coordenação executiva ou pela maioria simples dos (as) sócios (as).

& 2º - A assembléia geral, reunir-se-á, em primeira convocação, com a presença mínima de maioria simples, em segunda convocação, uma hora depois, presentes, no mínimo um terço de seus membros, e suas deliberações serão válidas quando aprovadas pela maioria absoluta dos (as) legitimamente votantes.

& 3º - Só tem direito ao voto em assembléia geral os (as) sócios (as) que estão em dia com a contribuição mensal e que são sócios (as) por mais de três meses, isso no caso dos(as) sócios(as) efetivos(as).

SEÇÃO II Da Coordenação executiva

Artigo 8º - A Coordenação executiva é composta do (a) Coordenador (a) Executivo (a), Vice-Coodenador (a) Tesoureiro (a), para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única reeleição sucessiva.

Artigo 9º - Compete a Coordenação executiva:

- a) Convocar e presidir as assembléias gerais, na conforme o estatuto e regimento interno;
- b) Representar a Associação junto a outras entidades;
- c) Submeter a cada assembléia geral o relatório das atas, planos de atividades, prestação de contas e balancete anual;

Artigo 10º - Compete ao Coordenador (a) Executivo (a):

- a) Convocar e presidir as Assembléias Gerais, na forma do Estatuto e Regimento;
- b) Convocar e presidir as reuniões do conselho executivo;
- c) Representar ativa, passiva, judicial e extra judicialmente a EcoVárzea Paraibana;
- d) Representar a Associação junta a outras entidades;
- e) Movimentar, juntamente com o (a) tesoureiro(a) e o (a) secretário (a) as contas bancárias da EcoVárzea e substabelecer para este fim;
- f) Praticar todos os atos de interesse da EcoVárzea Paraibana que não contrariem o Estatuto;
- g) Substabelecer procurações para os devidos serviços bancários, de convênios e contratos que sejam de interesse da EcoVárzea Paraibana.

Artigo 11º O (a) Vice-Coodenador (a) Executivo (a) substitui o Coordenador (a) Executivo (a) em sua ausência, impedimento temporário, ou vacância do cargo.

Artigo 12º - Compete ao Coordenador (a) Secretário (a):

- a) Secretariar as reuniões da Coordenação Executiva e da Assembléia Geral;
- b) Manter sob sua responsabilidade os livros e documentos da EcoVárzea Paraibana;

c) Assinar conjuntamente com o coordenador (a) executivo (a) e o coordenador (a) tesoureiro (a) os cheques da EcoVárzea Paraibana;

d) Substituir o (a) vice-coordenador (a) executivo (a) em sua ausência ou impedimento temporário;

e) Na ausência do coordenador (a) secretário (a), a assembleia indicará um de seus membros.

Artigo 13 ° - Compete ao Coordenador (a) Tesoureiro (a):

a) Ter sob sua responsabilidade os valores e bens da EcoVárzea paraibana, como também os documentos financeiros e contábeis;

b) Receber e efetuar pagamentos;

c) Apresentar a Assembleia Geral a prestação de contas da EcoVárzea mensalmente;

d) Movimentar a conta e assinar conjuntamente com o coordenador (a) executivo (a) e o (a) coordenador (a) secretário (a) os cheques da EcoVárzea Paraibana;

SEÇÃO III **Do Conselho Fiscal**

Artigo 14 ° - O Conselho Fiscal é composto de três sócios (as) e, eleitos (as) pela Assembleia Geral, para um mandato de 02 (dois) anos, permitindo-se uma única reeleição sucessiva.

Artigo 15 ° - Compete ao Conselho Fiscal:

a) Fiscalizar a aplicação dos recursos orçamentários;

b) Dar parecer anual sobre os relatórios financeiros e contábeis, balancete e investimentos;

c) Opinar sobre as operações realizadas de compra e venda de patrimônio.

SEÇÃO IV **Do Conselho de Ética**

Artigo 16 ° - O Conselho de Ética é composto de três sócios (as), eleitos (as) pela Assembleia Geral, para um mandato de 02 (dois) anos, permitindo-se uma única reeleição sucessiva.

Artigo 17 ° - Compete ao Conselho de Ética:

a) Zelar pelos princípios da produção orgânica, agroecologia e pelo respeito interpessoal e outros;

- b)** Informar a Coordenação Executiva sobre questões ocorridas e constatadas para que seja aplicada as medidas devidas de acordo com o regimento interno.
- c)** Zelar pelo cumprimento do regimento interno

CAPÍTULO V **Das Eleições**

Artigo 18 ° - As eleições da Coordenação Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Ética serão realizadas em assembleias geral ordinária ou extraordinária, convocada para esse objetivo com a presença de todos (as) os candidatos (as) dos diversos cargos. A eleição será secreta, de acordo com decisão em assembleia geral e estarão eleitos os (as) candidatos (as) com maior números de votos, conforme previstos no **artigo 7º & 2º**.

& 1º - O local e hora das eleições serão definidos em edital de convocação.

& 2º - As eleições serão realizadas de 10 ou 15 dias antes do fim do mandato, da coordenação anterior e a posse dos (as) eleitos (as), será no último dia do mandato da coordenação anterior.

CAPÍTULO VI **Do Patrimônio e Dissolução**

Artigo 19 ° - Os recursos financeiros necessários à manutenção da EcoVárzea Paraibana serão obtidos:

- a)** Por convênios e/ ou contratos com órgãos e entidades governamentais ou instituições privadas para desenvolvimento e/ ou execução de projetos nas áreas específicas de sua atuação;
- b)** Por contribuições de 5% dos produtos comercializados na feira agroecológica dos sócios agricultores;
- c)** Por doações, legados e heranças de pessoas físicas e jurídicas, privadas ou públicas nacionais ou estrangeiras, destinados a apoiar as atividades da EcoVárzea Paraibana;

Artigo 20 ° - O patrimônio da EcoVárzea Paraibana será formado pelos seguintes bens:

- a)** Por 15 barracas (de estrutura de ferro e lona) para a feira agroecológica;
- b)** Outros bens a serem adquiridos por compras ou doações;
- c)** A renda de seus bens e serviços;

Artigo 21 ° - A EcoVárzea Paraibana somente poderá ser dissolvida quando não mais houver condições de cumprir suas finalidades, por proposta da Coordenação Executiva ou da maioria absoluta dos seus sócios, desde por maioria simples dos seus membros, em Assembléia Geral especialmente convocada para este fim.

Artigo 22 ° - Em caso de dissolução da EcoVárzea Paraibana, seu patrimônio líquido será vendido e dividido igualmente entre seus sócios (as) ou destinado as entidades congêneres, que tenham a mesma finalidade institucional, com registro em cartório.

CAPÍTULO VII **Das Disposições Gerais**

Artigo 23 ° - A Particularização e complementação dos dispositivos do presente Estatuto são feitas por um Regimento Interno, cujas normas não podem contrariar nem revogar algo determinado neste Estatuto.

Artigo 24 ° - A EcoVárzea Paraibana não responde por nenhuma forma, nem sequer subsidiariamente, por compromissos e obrigações de entidades congêneres, nem estas pelos compromissos e obrigações da EcoVárzea Paraibana.

Artigo 25 ° - A EcoVárzea Paraibana aplicará integralmente suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional, na manutenção de seus objetivos institucionais no território nacional.

Artigo 26 ° - A EcoVárzea Paraibana não remunerará, por qualquer forma, os cargos de Conselho Diretor e do Conselho Fiscal, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas por este Estatuto.

Artigo 27 ° - A EcoVárzea Paraibana através de seus sócios (as) se compromete a repor os dias de serviços doados a associação dos (as) coordenadores (as) executivos (as), quando esses (as) forem designados (as) para representação desta, quando esses ultrapassarem dois dias consecutivos, com pagamento em serviços prestados por seus sócios (as), em suas áreas de trabalho, ou de outra forma decidida em assembléia.

Artigo 28 ° - Os dispositivos do presente Estatuto só poderão ser alterados pela Assembléia Geral, para isso convocada, mediante aprovação de maioria simples dos presentes com direito a voto, obedecido ao disposto no **Art. 7 °, alínea c.**

Artigo 29 ° - Os casos omissos nesse estatuto serão decididos no âmbito da assembléia geral.

Artigo 30 ° - O presente Estatuto foi aprovado pela Assembléia-Geral em 29 de Setembro de 2004, entrará em vigor na data do seu registro no Cartório competente.

REGIMENTO INTERNO

FEIRA AGROECOLÓGICA DA UFPB

João Pessoa 06 de agosto de 2003

REGIMENTO INTERNO

DA DEFINIÇÃO:

Artigo 1º - A feira Agroecológica da UFPB é um espaço de comercialização de produtos agropecuários primários, agroindustriais e artesanais, procedentes dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária.

Artigo 2º - A feira A agroecológica se constitui em um espaço educativo, de integração entre o saber popular e conhecimento acadêmico entre agricultores e consumidores.

Dos Objetivos:

Artigo 4º -

Parágrafo 1º - Incrementar a comercialização de produtos Agroecológicos.

Parágrafo 2º - Ampliação da produção e consumo de produtos agroecológicos.

Parágrafo 3º - fortalecer a auto gestão dos associados, pela organização, administração e comercialização de seus produtos.

Parágrafo 4º - Criar novos espaços de comercialização dos agricultores e agricultoras assentados e assentadas da reforma agrária.

Parágrafo 5º – Eliminar o atravessador na comercialização dos produtos garantindo um preço justo, aos consumidores.

Parágrafo 6º - Inserir o agricultor (a) no processo educativo da comercialização.

Parágrafo 7º - Fornecer a troca compensatória dos produtos entre os próprios agricultores.

Dos Critérios :

Artigo 5º - os produtos serão da produção exclusiva dos agricultores, participantes da feira.

Artigo 6º - A comercialização só será feita pelo grupo de agricultores dos Projetos de Assentamentos participantes da Feira.

Artigo 7º - Os participantes deveram possuir uma identificação pessoal a exemplo: (Crachás pessoal, nome do Projeto de Assentamento, Tabelas de preços durante as Feiras).

Artigo 8º - Todos agricultores participarão das reuniões pós-feira.(incluindo oração).

Artigo 9º - A boa apresentação dos produtos, sua identificação, a qualidade e de responsabilidade dos agricultores (as) envolvidos (as) na comercialização e produção.

Artigo 10º - O horário de chegada no local da feira para os agricultores participantes será de 1 hora antes do inicio das atividades.

Parágrafo único – Iniciar a atividade da comercialização só a parti das 6:00 da manhã até 13:00 horas da tarde.

Artigo 11º - A definição dos preços dos produtos em comum, poderá haver diferença, quando as qualidades dos produtos não forem às mesmas.

Artigo 12º - só no caso dos participantes do grupo não terem os produtos ou o produto poderão recorrer a outro agricultor dos assentamento desde que atenda os critérios da feira, ficando sobre a responsabilidade dos requisitantes.

Parágrafo Único – Os produtos discriminados pelo grupo foram: ovos de capoeira, galinha de capoeira, goma, e tempero caseiro, isto até os próprios agricultores começarem a produzirem.

Parágrafo Único – Deve ser comunicado com antecedência a coordenação, no caso de aquisição de produtos de agricultores que não fazem parte do processo de organização da feira.

Artigo 13º - É obrigatório à participação nas capacitações que envolvam alternativas de produção agroecológicas direcionadas a todos os agricultores (as) participantes da feira.

Parágrafo único – É de responsabilidade dos agricultores e agricultoras, socializarem e multiplicarem, colocando em pratica todas as experiências adquiridas.

Artigo 14º - É extremamente proibido o uso de qualquer produto químico que venha comprometer a produção agroecológica, e a feira, isto principalmente sem qualquer orientação técnica adequada.

Artigo 15º - Só será permitido participar da feira na comercialização 02 pessoas, 01 titular e 01 acompanhante, devidamente uniformizados conforme padrão definido pela organização da feira.

Da Participação:

Artigo 16º - A estrutura organizacional da feira será composta de uma coordenação executiva, de uma comissão de ética, e da assembléia dos agricultores (as) associados (as).

Artigo 17º - a coordenação executiva da feira será composta de 04 sócios e suas atribuições:

- 1- Um coordenador geral
- 2- Um secretário
- 3- Um tesoureiro
- 4- Um representante da comissão de ética

Parágrafo 1º - Executar as deliberações dos agricultores.

Parágrafo 2 – Organizar supervisionar e manter controle Físico, Financeiro e Técnico.

Parágrafo 3º - Organizar as reuniões pós – feira.

Parágrafo 4º - Manter atualizados os Preços, a Qualidade dos Produtos, e as Pesquisas de Mercado.

Parágrafo 5º - Divulgar a feira, Escala de trabalho dos sócios, e estruturação dos eventos.

Parágrafo 6º - Encaminhar as solicitação de novos agricultores que pretendem fazer parte do grupo, acompanhar nas primeiras atividades pós aprovação dos mesmos.

Parágrafo 7º - Aprovar ou não a implantação de novas feiras como também a inclusão dos agricultores (as).

Parágrafo 8º - Realizar as assembléias ordinárias e extraordinárias.

Artigo 18º - A comissão de ética será composta por representantes de cada grupo de produção assim definido:

- 1- Um (a) representante dos agricultores (as), que produzem hortaliças.
- 2- Um (a) representante dos agricultores (as), que produzem legumes.
- 3- Um (a) representante dos agricultores (as), que frutas.
- 4- Um (a) representante dos agricultores (as), que produzem plantas medicinais.
- 5- Um (a) representante dos agricultores (as), que comercializam comidas típicas.
- 6- Um (a) representante dos agricultores (as), que produzem tubérculos ex. inhame, mandioca, macaxeira.
- 7- Um representante do apoio e assessoria técnica.

Artigo 19º - A comissão de ética terá as seguintes atribuições:

Parágrafo 1º - Participar, avaliar e organizar as reuniões pós feiras.

Parágrafo 2º - Estabelecer metas produtivas e quantitativas.

Parágrafo 3 Deliberar sobre instalações de outras feiras, aprovar a inclusão/desligamento de agricultores.

Parágrafo 4 Participar das assembleias ordinárias e extraordinárias.

Parágrafo 5 Organizar e planejar trimestralmente as produções do grupo para equilíbrio do abastecimento.

Parágrafo 6 Controlar a pontualidade e assiduidade dos participantes.

Parágrafo 7 Fiscalizar o tipo, preço, apresentação dos produtos.

Parágrafo 8 Orientar apresentação das barracas no local conforme padrão definido pelo grupo.

Parágrafo 9 Zelar pela higiene, manutenção da limpeza local, materiais e processos utilizados para embalagens sacos e sacolas.

Artigo 20 A assembleia geral da feira agroecológica e a expressão máxima de sua representação e deliberação e será composta por todos seus sócios.

Artigo 21 A assembleia poderá ser ordinária ou extraordinária e ser realizada na ultima segunda feira de cada mês sendo que a ordinária se realizara anualmente e a extraordinária será convocada para fim determinado e urgente ou conforme calendário.

Parágrafo 1 A convocação da assembleia extraordinária será feita pela coordenação geral da feira ou por dois terço de seus membros natos.

Artigo 22 As decisões da assembleia serão validas quando aprovadas por maioria absoluta de seus membros presentes na sessão de votação.

TITULO IV

Do Fundo de Feira

Artigo 23 – Será constituído um fundo de feira composto com a contribuição de todos os agricultores feirantes no de 5% sobre a receita bruta , ficando 4% para o investimento dos equipamentos (barracas e outros) e 1% para um fundo rotativo.

Artigo 24 – A destinação do Fundo de Feira será para as atividades formativas culturais e para o acompanhamento técnico aos assentados associados participante da feira.

Parágrafo único: Quanto à questão do frete fica critério dos agricultores participantes da feira.

Das Penalidades

Artigo 25 – será possível penalidades as ações que estiverem incluídas nos seguintes casos.

Parágrafo 1 Chegar e sair fora do horário

Parágrafo 2 Limpeza inadequada do local e na manutenção do patrimônio pessoal/coletiva

Parágrafo 3 – Ausência em (02) reuniões direta e (03) alternadas sem a devida justificativa.

Parágrafo 4 – Quem não cumprir rigorosamente os critérios estabelecidos pela feira.

Parágrafo 5 As advertências serão feitas pela coordenação executiva que dará um aumento de mais 2% do valor do fundo de feira da seguinte forma.

Parágrafo 1 – Verbal

Parágrafo 2 - Escrita

Parágrafo 3 - Suspensão Temporária

Parágrafo 4 - Expulsão da feira

TITULO V

Das Disposições Gerais

Artigo 26 – Os casos omissos deste Regimento Interno serão resolvidos pela coordenação geral

Artigo 27 O presente Regimento aprovado pela assembleia geral, entrará imediatamente em vigor.

REGIMENTO DO TRANSPORTE

Ecovárzea Associação dos Agricultores (as) Agroecologicos da Várzea Paraibana

Capitulo I Dos Participantes

- ✓ Todos os sócios da Ecovarzea em dia e que estejam participando da Feira e do Processo agroecologico

Capitulo II Do Patrimônio

- ✓ O transporte é um caminhão F.4000 ano 2007.cor vermelha, proveniente do convenio MDA/SDT/Governo do Estado com direito a uso, sessão de uso 5 anos

Capitulo III Do Motorista

- ✓ O motorista será um sócio da Ecovarzea por indicação dos associados
- ✓ A remuneração do mesmo será de R\$ 300,00 , pago mensalmente
- ✓ O motorista terá um contrato assinado por tempo determinado
- ✓ Conduzir o veiculo com segurança da carga e passageiros, cumprir o planejamento e horário de uso do veiculo.
- ✓ Escolher o dia de descanso do motorista (15 em 15 dias)
- ✓ Providenciar a manutenção do veiculo periodicamente
- ✓ Meio de comunicação com o mesmo **telefone 83 32836302**
- ✓ Ter controle da velocidade,limite da capacidade de carga do caminhão
- ✓ Não beber bebida alcoólica durante o uso do carro (no trabalho)
- ✓ Usar crachá de identificação e carteira de sócio e autorização para dirigir o veiculo
- ✓ Atender as solicitações do uso do carro pelos sócios conforme autorização da comissão
- ✓ Não carregar produtos químicos no veiculo
- ✓ Zelar o veiculo , fazer manutenção
- ✓ Zelar pela documentação ver vencimentos emplacamento e vistoria
- ✓ Informar a comissão anormalidades acontecidas no uso do veiculo

Capitulo IV Do Uso

- ✓ Uso exclusivo dos Feirantes atendendo o planejamento.
- ✓ **Não será permitido o transporte de produtos químicos/agrotóxicos**
- ✓ Uso do carro em caso extra: intercambio, doente para hospital
- ✓ Uso do veiculo para terceiros desde que seja para carga simples e que não comprometa a estabilidade do veiculo.
- ✓ Uso do veiculo para participar de compras aos domingos na feira de Sapé e Mari
- ✓ **O uso do veiculo não será permitido para terceiros, fazer transporte para jogos de futebol, viagens a Praias e Festas.**

- ✓ O carro terá como responsabilidade do motorista, aquele indicado pelos sócios da Ecovarzea e que só será entregue a outro motorista, caso de doença ou motivo imprevisto desde que: a comissão tome conhecimento do fato.
- ✓ Para o uso do veículo por outro motorista deve-se antecipadamente citar possíveis nomes pela ordem: Sócio, da comunidade ou do município.
- ✓ Os sócios poderão usar o carro nas viagens para reuniões, lazer, cultos evangélicos, missas, desde que autorizado pela comissão para determinado fins citado acima.
- ✓ Não ceder o carro a pessoas não habilitadas dirigir ou para treinamento.

Capítulo V Das Taxas de Uso

- ✓ Será cobrado uma taxa extra no dia da colheita dos produtos para feira do sexta feira, carga esta, indo buscar nas parcelas dos sócios a combinar a taxa.
- ✓ Taxas cobradas do uso do veículo de responsabilidade da comissão
- ✓ Será cobrado uma taxa de R\$ 10,00 de cada feirante no dia da feira na UFPB
- ✓ Será cobrado dos feirantes sócios 20% a menos do preço como se fosse custo normal para terceiros.ex: para J.Pessoa R\$ 100,00 para terceiros e sócios R\$ 80,00

Capítulo VI Da Comissão

- ✓ A comissão composta pelo: motorista, Coordenador da Feira, Diretor Financeiro e Jacira estes responsáveis pelo uso do veículo.
- ✓ A comissão é responsável pelas decisões de uso , valores e cobranças de taxas

Capítulo VII Da Administração/Gestão

- ✓ Cadastrar os agricultores com direito ao uso do veículo
- ✓ Cadastrar os agricultores e os produtos que produzem, cultivem e transportam.
- ✓ Local seguro para guarda do veículo (garagem,galpão área protegidas murada)
- ✓ Elaborar relatório mensal de uso do veículo para a Associação e entidade que liberou o veículo
- ✓ Elaborar relatório interno do uso do veículo semanalmente
- ✓ Documento de autorização de uso do veículo liberado pela comissão
- ✓ Ficha individual de uso do veículo pelos sócios, quem usou e quando.

Capítulo VIII Da Prestação de Conta

- ✓ Caixa exclusivo do uso do veículo entradas e saídas (receitas e despesas), mensalmente.
- ✓ Abrir conta bancária especial do controle financeiro do movimento do veículo

Capítulo IX Dos Sócios

- ✓ É dever pagar as taxas previstas e elaborada pela comissão de transporte
- ✓ É dever obedecer e respeitar as normas do regimento interno, zele-o é de todos
- ✓ É dever do sócio evitar transtornos , bebidas alcoólicas no percurso, aborrecimentos quando das viagens, caso aconteça, levar ao conhecimento da comissão.
- ✓ São Direitos do sócios: ao uso do veiculo para suas atividades agrícolas.
- ✓ Fazer seu planejamento e ser atendido com prioridade
- ✓ Reinvidicar e questionar pelo o mau uso do veiculo

Capítulo X Da Disposição Final

- ✓ Penalidade : o sócio que não cumprir o regimento, não pagar os compromissos, dividas, será punido com o não atendimento a possível solicitação do veiculo
- ✓ Os casos omissos neste regimento interno serão resolvidos pela comissão do transporte.

Rainha dos Anjos – Sapé - Paraíba, 19 de novembro de 2007



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003.

[Mensagem de veto](#)

Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

§ 1º A finalidade de um sistema de produção orgânico é:

- I – a oferta de produtos saudáveis isentos de contaminantes intencionais;
- II – a preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se insere o sistema de produção;
- III – incrementar a atividade biológica do solo;
- IV – promover um uso saudável do solo, da água e do ar, e reduzir ao mínimo todas as formas de contaminação desses elementos que possam resultar das práticas agrícolas;
- V – manter ou incrementar a fertilidade do solo a longo prazo;
- VI – a reciclagem de resíduos de origem orgânica, reduzindo ao mínimo o emprego de recursos não-renováveis;
- VII – basear-se em recursos renováveis e em sistemas agrícolas organizados localmente;
- VIII – incentivar a integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos orgânicos e a regionalização da produção e comércio desses produtos;
- IX – manipular os produtos agrícolas com base no uso de métodos de elaboração cuidadosos, com o propósito de manter a integridade orgânica e as qualidades vitais do produto em todas as etapas.

§ 2º O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei.

Art. 2º Considera-se produto da agricultura orgânica ou produto orgânico, seja ele **in natura** ou processado, aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local.

Parágrafo único. Toda pessoa, física ou jurídica, responsável pela geração de produto definido no **caput** deste artigo é considerada como produtor para efeito desta Lei.

Art. 3º Para sua comercialização, os produtos orgânicos deverão ser certificados por organismo reconhecido oficialmente, segundo critérios estabelecidos em regulamento.

§ 1º No caso da comercialização direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador, a certificação será facultativa, uma vez assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento.

§ 2º A certificação da produção orgânica de que trata o **caput** deste artigo, enfocando sistemas, critérios e circunstâncias de sua aplicação, será matéria de regulamentação desta Lei, considerando os diferentes sistemas de certificação existentes no País.

Art. 4º A responsabilidade pela qualidade relativa às características regulamentadas para produtos orgânicos caberá aos produtores, distribuidores, comerciantes e entidades certificadoras, segundo o nível de participação de cada um.

Parágrafo único. A qualidade de que trata o **caput** deste artigo não exime os agentes dessa cadeia produtiva do cumprimento de demais normas e regulamentos que estabeleçam outras medidas relativas à qualidade de produtos e processos.

Art. 5º Os procedimentos relativos à fiscalização da produção, circulação, armazenamento, comercialização e certificação de produtos orgânicos nacionais e estrangeiros, serão objeto de regulamentação pelo Poder Executivo.

§ 1º A regulamentação deverá definir e atribuir as responsabilidades pela implementação desta Lei no âmbito do Governo Federal.

§ 2º Para a execução desta Lei, poderão ser celebrados convênios, ajustes e acordos entre órgãos e instituições da Administração Federal, Estados e Distrito Federal.

Art. 6º Sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, a infração das disposições desta Lei será apurada em processo administrativo e acarretará, nos termos previstos em regulamento, a aplicação das seguintes sanções, isolada ou cumulativamente:

I – advertência;

II – multa de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

III – suspensão da comercialização do produto;

IV – condenação de produtos, rótulos, embalagens e matérias-primas;

V – inutilização do produto;

VI – suspensão do credenciamento, certificação, autorização, registro ou licença; e

VII – cancelamento do credenciamento, certificação, autorização, registro ou licença.

Art. 7º Caberá ao órgão definido em regulamento adotar medidas cautelares que se demonstrem indispensáveis ao atendimento dos objetivos desta Lei, assim como dispor sobre a destinação de produtos apreendidos ou condenados na forma de seu regulamento.

§ 1º O detentor do bem que for apreendido poderá ser nomeado seu depositário.

§ 2º Os custos referentes a quaisquer dos procedimentos mencionados neste artigo correrão por conta do infrator.

Art. 8º As pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que produzam, transportem, comercializem ou armazenem produtos orgânicos ficam obrigadas a promover a regularização de suas atividades junto aos órgãos competentes.

Parágrafo único. Os procedimentos de registro, cadastramento, licenciamento e outros mecanismos de controle deverão atender ao disposto no regulamento desta Lei e nos demais instrumentos legais pertinentes.

Art. 9º Os insumos com uso regulamentado para a agricultura orgânica deverão ser objeto de processo de registro diferenciado, que garanta a simplificação e agilização de sua regularização.

Parágrafo único. Os órgãos federais competentes definirão em atos complementares os procedimentos para a aplicabilidade do disposto no **caput** deste artigo.

Art. 10. Para o atendimento de exigências relativas a medidas sanitárias e fitossanitárias, as autoridades competentes deverão, sempre que possível, adotar medidas compatíveis com as características e especificidades dos produtos orgânicos, de modo a não descaracterizá-los.

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, definindo as normas técnicas para a produção orgânica e sua estrutura de gestão no âmbito da União, dos Estados e do Distrito Federal.

§ 1º A regulamentação deverá contemplar a participação de representantes do setor agropecuário e da sociedade civil, com reconhecida atuação em alguma etapa da cadeia produtiva orgânica.

§ 2º A regulamentação desta Lei será revista e atualizada sempre que necessário e, no máximo, a cada quatro anos.

Art. 12. (VETADO).

Parágrafo único. O regulamento desta Lei deverá estabelecer um prazo mínimo de 01 (um) ano para que todos os segmentos envolvidos na cadeia produtiva possam se adequar aos procedimentos que não estejam anteriormente estabelecidos por regulamentação oficial.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de dezembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

Roberto Rodrigues

Marina Silva

DECRETO Nº 6.323, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007

Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003,

DECRETA:

Art. 1º As atividades pertinentes ao desenvolvimento da agricultura orgânica, definidas pela Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, ficam disciplinadas por este Decreto, sem prejuízo do cumprimento das demais normas que estabeleçam outras medidas relativas à qualidade dos produtos e processos.

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - acreditação: procedimento realizado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) como parte inicial do processo de credenciamento dos organismos de avaliação da conformidade, realizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

II - auditoria de credenciamento: procedimento pelo qual uma equipe oficial de auditores realiza a avaliação de uma entidade candidata ao credenciamento como organismo de avaliação da conformidade, para verificar a conformidade com a regulamentação oficial;

III - certificação orgânica: ato pelo qual um organismo de avaliação da conformidade credenciado dá garantia por escrito de que uma produção ou um processo claramente identificados foi metodicamente avaliado e está em conformidade com as normas de produção orgânica vigentes;

IV - credenciamento: procedimento pelo qual o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento reconhece formalmente que um organismo de avaliação da conformidade está habilitado para realizar a avaliação de conformidade de produtos orgânicos, de acordo com a regulamentação oficial de produção orgânica e com os critérios em vigor;

V - escopo: segmento produtivo objeto da avaliação da conformidade orgânica, tais como produção primária animal, produção primária vegetal, extrativismo, processamento de produtos de origem animal, processamento de produtos de origem vegetal, entre outros definidos pela regulamentação oficial de produção orgânica em vigor;

VI - extrativismo sustentável orgânico: conjunto de práticas associadas ao manejo sustentado dos recursos naturais, com vistas ao reconhecimento da qualidade orgânica de seus produtos;

VII - integridade orgânica: condição de um produto em que estão preservadas todas as características inerentes a um produto orgânico;

VIII - organização de controle social: grupo, associação, cooperativa ou consórcio a que está vinculado o agricultor familiar em venda direta, previamente cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com processo organizado de geração de credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança, reconhecido pela sociedade;

IX - período de conversão: tempo decorrido entre o início do manejo orgânico, de extrativismo, culturas vegetais ou criações animais, e seu reconhecimento como sistema de produção orgânica;

X - produção paralela: produção obtida onde, na mesma unidade de produção ou estabelecimento, haja coleta, cultivo, criação ou processamento de produtos orgânico e não-orgânico;

XI - produtor: toda pessoa, física ou jurídica, responsável pela geração de produto orgânico, seja ele in natura ou processado, obtido em sistema orgânico de produção agropecuária ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local;

XII - qualidade orgânica: qualidade que traz, vinculada a ela, os princípios da produção orgânica relacionados a questões sanitárias, ambientais e sociais;

XIII - rede de produção orgânica: envolve agentes que atuam nos diferentes níveis do processo da produção, processamento, transporte, armazenagem, comercialização ou consumo de produtos orgânicos;

XIV - relações de trabalho em condições especiais: onde há especificidades na participação da criança em tarefas que a família executa no campo, que objetivam incluí-la e prepará-la para um futuro trabalho e que, dessa forma, são respeitadas pela produção orgânica por constituir um dos alicerces das comunidades locais tradicionais;

XV - sistema de certificação: conjunto de regras e procedimentos adotados por uma entidade certificadora, que, por meio de auditoria, avalia a conformidade de um produto, processo ou serviço, objetivando a sua certificação;

XVI - Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica: conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, visando assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos ou normas específicas e que foi submetido a uma avaliação da conformidade de forma participativa;

XVII - sistema orgânico de produção agropecuária: todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente;

XVIII - unidade de produção: empreendimento destinado à produção, manuseio ou processamento de produtos orgânicos; e

XIX - venda direta: relação comercial direta entre o produtor e o consumidor final, sem intermediários ou preposto, desde que seja o produtor ou membro da sua família inserido no processo de produção e que faça parte da sua própria estrutura organizacional.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES

Art. 3º São diretrizes da agricultura orgânica:

I - contribuição da rede de produção orgânica ao desenvolvimento local, social e econômico sustentáveis;

II - manutenção de esforços contínuos da rede de produção orgânica no cumprimento da legislação ambiental e trabalhista pertinentes na unidade de produção, considerada na sua totalidade;

III - desenvolvimento de sistemas agropecuários baseados em recursos renováveis e organizados localmente;

IV - incentivo à integração da rede de produção orgânica e à regionalização da produção e comércio dos produtos, estimulando a relação direta entre o produtor e o consumidor final;

V - inclusão de práticas sustentáveis em todo o seu processo, desde a escolha do produto a ser cultivado até sua colocação no mercado, incluindo o manejo dos sistemas de produção e dos resíduos gerados;

VI - preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se insere o sistema de produção, com especial atenção às espécies ameaçadas de extinção;

VII - relações de trabalho baseadas no tratamento com justiça, dignidade e equidade, independentemente das formas de contrato de trabalho;

VIII - consumo responsável, comércio justo e solidário baseados em procedimentos éticos;

IX - oferta de produtos saudáveis, isentos de contaminantes, oriundos do emprego intencional de produtos e processos que possam gerá-los e que ponham em risco o meio ambiente e a saúde do produtor, do trabalhador ou do consumidor;

X - uso de boas práticas de manuseio e processamento com o propósito de manter a integridade orgânica e as qualidades vitais do produto em todas as etapas;

XI - adoção de práticas na unidade de produção que contemplem o uso saudável do solo, da água e do ar, de modo a reduzir ao mínimo todas as formas de contaminação e desperdícios desses elementos;

XII - utilização de práticas de manejo produtivo que preservem as condições de bem-estar dos animais;

XIII - incremento dos meios necessários ao desenvolvimento e equilíbrio da atividade biológica do solo;

XIV - emprego de produtos e processos que mantenham ou incrementem a fertilidade do solo em longo prazo;

XV - reciclagem de resíduos de origem orgânica, reduzindo ao mínimo o emprego de recursos não-renováveis; e

XVI - conversão progressiva de toda a unidade de produção para o sistema orgânico.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Art. 4º Devem ser respeitados a tradição, a cultura e os mecanismos de organização social nas relações de trabalho em condições especiais, quando em comunidades locais tradicionais.

Art. 5º Nas unidades de produção orgânica deve ser observado o acesso dos trabalhadores aos serviços básicos, em ambiente de trabalho com segurança, salubridade, ordem e limpeza.

§ 1º O contratante é responsável pela segurança, informação e capacitação dos trabalhadores em relação ao caput deste artigo.

§ 2º Os organismos responsáveis pela garantia da qualidade orgânica podem exigir termo de compromisso, assumido pelo empregador com os trabalhadores, com medidas a serem adotadas para melhoria contínua da qualidade de vida.

CAPÍTULO II

DA PRODUÇÃO

Seção I

Da Conversão

Art. 6o Para que uma área dentro de uma unidade de produção seja considerada orgânica, deverá ser obedecido um período de conversão.

§ 1o O período de conversão variará de acordo com o tipo de exploração e a utilização anterior da unidade, considerada a situação socioambiental atual.

§ 2o As atividades a serem desenvolvidas durante o período de conversão deverão estar estabelecidas em plano de manejo orgânico da unidade de produção.

Seção II

Da Produção Paralela

Art. 7o É permitida a produção paralela nas unidades de produção e estabelecimentos onde haja cultivo, criação ou processamento de produtos orgânicos.

§ 1o Nas áreas e estabelecimentos em que ocorra a produção paralela, os produtos orgânicos deverão estar claramente separados dos produtos não orgânicos e será requerida descrição do processo de produção, do processamento e do armazenamento.

§ 2o No caso de unidade processadora de produtos orgânicos e não orgânicos, o processamento dos produtos orgânicos deve ser realizado de forma totalmente isolada dos produtos não orgânicos no espaço ou no tempo.

§ 3o Todas as unidades de produção e estabelecimentos de produção, orgânica e não orgânica, serão objeto de controle por parte do organismo de avaliação da conformidade ou da organização de controle social a que estiver vinculado o agricultor familiar em venda direta.

Art. 8o Nas unidades de produção ou estabelecimentos envolvidos com a geração de produtos orgânicos que apresentem produção paralela, a matéria-prima, insumos, medicamentos e substâncias utilizadas na produção não orgânica deverão ser mantidos sob rigoroso controle, em local isolado e apropriado.

Parágrafo único. A produção não orgânica, a que se refere o caput, não poderá conter organismos geneticamente modificados.

Seção III

Dos Regulamentos Técnicos de Produção

Art. 9o Caberá ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de forma isolada ou em conjunto com outros Ministérios, o estabelecimento de normas técnicas para a obtenção do produto orgânico.

§ 1o As normas deverão contemplar a produção animal e vegetal, extrativismo sustentável orgânico, processamento, envase, rotulagem, transporte, armazenamento e comercialização.

§ 2o As normas para produtos do extrativismo sustentável orgânico aplicar-se-ão somente para os que tiverem por objetivo a identificação como produto orgânico.

§ 3o As normas referentes ao processamento serão efetivadas em ato conjunto do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com o Ministério da Saúde.

§ 4o As normas referentes ao extrativismo sustentável orgânico serão efetivadas em ato conjunto do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com o Ministério do Meio Ambiente.

§ 5o Os processos de normatização deverão contemplar a participação das comissões de que trata o art. 33.

Seção IV

Das Boas Práticas

Art. 10. Caberá ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de forma isolada ou em conjunto com outros Ministérios, a elaboração de manual das boas práticas de produção orgânica.

Parágrafo único. O manual previsto no caput deverá orientar a melhoria contínua dos sistemas orgânicos de produção por meio da adoção progressiva de boas práticas de manejo, sempre que forem verificadas as condições necessárias para tanto.

CAPÍTULO III

DA COMERCIALIZAÇÃO

Seção I

Do Mercado Interno

Art. 11. Para a comercialização no mercado interno, os produtos orgânicos deverão atender ao disposto neste Decreto e demais disposições legais.

Art. 12. Os produtos orgânicos deverão ser protegidos continuamente para que não se misturem com produtos não orgânicos e não tenham contato com materiais e substâncias cujo uso não esteja autorizado para a produção orgânica.

Art. 13. Os produtos orgânicos passíveis de contaminação por contato ou que não possam ser diferenciados visualmente devem ser identificados e mantidos em local separado dos demais produtos não orgânicos.

Art. 14. No comércio varejista, os produtos orgânicos passíveis de contaminação por contato ou que não possam ser diferenciados visualmente dos similares não orgânicos devem ser mantidos em espaço delimitado e identificado, ocupado unicamente por produtos orgânicos.

Art. 15. Todos os produtos orgânicos comercializados a granel devem trazer a identificação do seu fornecedor no respectivo espaço de exposição.

Art. 16. Os restaurantes, hotéis, lanchonetes e similares que anunciarem em seus cardápios refeições preparadas com ingredientes orgânicos deverão:

I - manter, à disposição dos consumidores, lista atualizada dos itens orgânicos ofertados, dos itens que possuem ingredientes orgânicos e de seus fornecedores de produtos orgânicos; e

II - apresentar, quando solicitado pelos órgãos fiscalizadores, informações sobre seus fornecedores de produtos orgânicos, as quantidades adquiridas e as quantidades comercializadas de produtos orgânicos.

Art. 17. No momento da venda direta de produtos orgânicos aos consumidores, os agricultores familiares deverão manter disponível o comprovante de cadastro junto ao órgão fiscalizador de que trata o art. 22.

Seção II

Da Exportação

Art. 18. Não poderão ser comercializados como orgânicos, no mercado interno, os produtos destinados à exportação em que o atendimento de exigências do país de destino ou do importador implique a utilização de produtos ou processos proibidos na regulamentação brasileira.

Parágrafo único. Os produtos de que trata o caput não poderão receber o selo do sistema brasileiro de avaliação da conformidade orgânica.

Seção III

Da Importação

Art. 19. Para serem comercializados no País como orgânicos, os produtos orgânicos importados deverão estar de acordo com a regulamentação brasileira para produção orgânica.

§ 1o Para os fins do disposto no caput, o produto deverá:

I - possuir certificação concedida por organismo de avaliação da conformidade orgânica credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; ou

II - ser proveniente de país que possua acordo de equivalência ou de reconhecimento mútuo de sistemas de avaliação da conformidade orgânica com o Brasil.

§ 2o Perderão a condição de orgânicos os produtos importados que forem submetidos a tratamento quarentenário não compatível com a regulamentação da produção orgânica brasileira.

CAPÍTULO IV

DA INFORMAÇÃO DA QUALIDADE

Seção I

Da Rotulagem

Art. 20. Além de atender aos regulamentos técnicos vigentes específicos para o produto que está sendo rotulado, os produtos inseridos no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica de que trata o art. 29 deverão obedecer às determinações para rotulagem de produtos orgânicos e conter o selo deste Sistema.

Art. 21. Somente poderão utilizar o selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica os produtos comercializados diretamente aos consumidores que tenham sido verificados por organismo de avaliação da conformidade credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Parágrafo único. No ponto de comercialização ou no rótulo dos produtos previstos no caput, poderá constar a seguinte expressão: "produto orgânico não sujeito à certificação nos termos da Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003".

Seção II

Da Identificação na Venda Direta

Art. 22. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecerá as regras para a identificação dos agricultores familiares que comercializam diretamente aos consumidores, nos termos do art. 17 deste Decreto.

Parágrafo único. As regras previstas no caput deverão contemplar a emissão de comprovante de cadastramento do agricultor familiar pelo órgão fiscalizador.

Seção III

Da Publicidade e Propaganda

Art. 23. É proibido, na publicidade e propaganda de produtos que não sejam produzidos em sistemas orgânicos de produção, o uso de expressões, títulos, marcas, gravuras ou qualquer outro modo de informação capaz de induzir o consumidor a erro quanto à garantia da qualidade orgânica dos produtos.

CAPÍTULO V

DOS INSUMOS

Art. 24. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento deverá estabelecer mecanismos para

priorização e simplificação dos registros de insumos aprovados para uso na agricultura orgânica.

Parágrafo único. No caso de insumos em que o registro envolva a participação de outros órgãos, os mecanismos de que trata o caput deverão ser estabelecidos em conjunto com os demais órgãos federais competentes, considerando os mesmos princípios de priorização e simplificação, desde que isso não importe em risco à saúde ou ao meio ambiente.

TÍTULO III

DOS MECANISMOS DE CONTROLE

Art. 25. As pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que produzam, transportem, comercializem ou armazenem produtos orgânicos ficam obrigadas a promover a regularização de suas atividades junto aos órgãos competentes.

CAPÍTULO I

DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Art. 26. A regularização de que trata o art. 25 deverá atender aos requisitos estabelecidos para os agricultores familiares na venda direta sem certificação e, nos demais casos, aos requisitos estabelecidos pelo Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, observadas as particularidades e restrições definidas para cada um.

Art. 27. Para a integridade do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, serão firmados acordos entre os produtores, os organismos de avaliação da conformidade orgânica credenciados e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, contendo, em especial, a definição de responsabilidades.

§ 1º Os produtores são responsáveis por:

I - seguir os regulamentos técnicos;

II - consentir com a realização de auditorias, incluindo as realizadas pelo organismo de avaliação da conformidade orgânica credenciado;

III - fornecer informações precisas e no prazo determinado;

IV - fornecer informações sobre sua participação em outras atividades referentes ao escopo, não incluídas no processo de certificação; e

V - informar o organismo de avaliação da conformidade orgânica credenciado sobre quaisquer alterações no seu sistema de produção e comercialização.

§ 2º Os organismos de avaliação da conformidade orgânica credenciados são responsáveis por atualizar as informações referentes aos produtores a eles vinculados no cadastro nacional de produtores orgânicos.

§ 3º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é responsável por manter atualizado e disponível o cadastro nacional de organismos de avaliação da conformidade orgânica e o cadastro nacional de produtores orgânicos.

CAPÍTULO II

DO CONTROLE SOCIAL NA VENDA DIRETA SEM CERTIFICAÇÃO

Art. 28. Para que possam comercializar diretamente ao consumidor, sem certificação, os agricultores familiares deverão estar vinculados a uma organização com controle social cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou em outro órgão fiscalizador federal, estadual ou distrital conveniado.

§ 1º No caso previsto no caput, os agricultores terão de garantir a rastreabilidade de seus produtos e o

livre acesso dos órgãos fiscalizadores e dos consumidores aos locais de produção e processamento.

§ 2o Para que possa realizar convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento objetivando atuar no controle da venda direta sem certificação, o órgão da esfera federal, estadual ou distrital deverá possuir em seus quadros servidores com poderes para atuar na fiscalização, capacitados para trabalhar com agricultura orgânica.

§ 3o O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecerá, em ato próprio, os procedimentos para o cadastramento de que trata o caput, ouvindo os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente.

CAPÍTULO III

DO SISTEMA BRASILEIRO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE ORGÂNICA

Seção I

Do Objetivo

Art. 29. Fica instituído o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, integrado por órgãos e entidades da administração pública federal e pelos organismos de avaliação da conformidade credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 1o Os Estados e o Distrito Federal poderão integrar o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica mediante convênios específicos firmados com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 2o O Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica é integrado pelos Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica e pela Certificação por Auditoria.

Art. 30. O Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica será identificado por um selo único em todo o território nacional.

Parágrafo único. Agregado ao selo, deverá haver identificação do sistema de avaliação de conformidade orgânica utilizado.

Art. 31. O Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica será gerido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o credenciamento, o acompanhamento e a fiscalização dos organismos de avaliação da conformidade orgânica.

Art. 32. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em articulação com os demais órgãos responsáveis pelo registro de produtos identificados como orgânicos, será responsável pela fiscalização do cumprimento das normas regulamentadas para a produção orgânica nos estabelecimentos produtores registrados.

§ 1o O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento criará meios para receber e processar as informações referentes aos registros e fiscalizações, previstos no caput, como forma de suporte de informações para o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica.

§ 2o Os órgãos responsáveis pelo registro e fiscalização dos produtos previstos no caput serão os responsáveis por repassar à Coordenação de Agroecologia da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

I - informações referentes às infrações detectadas; e

II - o nome do organismo de avaliação da conformidade orgânica responsável pela garantia da qualidade do produto alvo de infração.

Seção II

Das Comissões

Art. 33. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento organizará, junto a cada Superintendência Federal de Agricultura, Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação (CPOrg-UF) e, junto à Coordenação de Agroecologia, uma Comissão Nacional da Produção Orgânica (CNPOrg), com a finalidade de auxiliar nas ações necessárias ao desenvolvimento da produção orgânica, tendo por base a integração entre os diversos agentes da rede de produção orgânica do setor público e do privado, e a participação efetiva da sociedade no planejamento e gestão democrática das políticas públicas.

§ 1º As Comissões serão compostas de forma paritária por membros do setor público e da sociedade civil, de reconhecida atuação no âmbito da produção orgânica.

§ 2º O número mínimo e máximo de participantes que comporão as Comissões observará as diferentes realidades existentes nas unidades da Federação.

§ 3º A composição da CNPOrg deverá garantir a presença de pelo menos um representante do setor privado de cada região geográfica.

§ 4º Nas CPOrg-UF, os membros do setor público devem representar, sempre que possível, diferentes segmentos, tais como assistência técnica, pesquisa, ensino, fomento e fiscalização.

§ 5º Os membros do setor privado, nas CPOrg-UF devem representar, sempre que possível, diferentes segmentos, tais como produção, processamento, comercialização, assistência técnica, avaliação da conformidade, ensino, produção de insumos, mobilização social e defesa do consumidor.

Art. 34. São atribuições da CNPOrg:

I - emitir parecer sobre regulamentos que tratem da produção orgânica, considerando as manifestações enviadas pelas CPOrg-UF;

II - propor regulamentos que tenham por finalidade o aperfeiçoamento da rede de produção orgânica no âmbito nacional e internacional, considerando as propostas enviadas pelas CPOrg-UF;

III - assessorar o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica;

IV - articular e fomentar a criação de fóruns setoriais e territoriais que aprimorem a representação do movimento social envolvido com a produção orgânica;

V - discutir e propor os posicionamentos a serem levados pelos representantes brasileiros em fóruns nacionais e internacionais que tratem da produção orgânica, consolidando as posições apresentadas pelas CPOrg-UF; e

VI - orientar e sugerir atividades a serem desenvolvidas pelas CPOrg-UF.

Art. 35. São atribuições das CPOrg-UF:

I - emitir parecer sobre regulamentos que tratem da produção orgânica;

II - propor à CNPOrg regulamentos que tenham por finalidade o aperfeiçoamento da rede de produção orgânica no âmbito nacional e internacional;

III - assessorar o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica;

IV - contribuir para elaboração dos bancos de especialistas capacitados a atuar no processo de acreditação;

V - articular e fomentar a criação de fóruns setoriais e territoriais que aprimorem a representação do movimento social envolvido com a produção orgânica;

VI - discutir e propor os posicionamentos a serem levados pelos representantes brasileiros em fóruns nacionais e internacionais que tratem da produção orgânica; e

VII - emitir parecer sobre pedidos de credenciamento de organismos de avaliação da conformidade orgânica.

Seção III

Dos Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica

Art. 36. Os organismos de avaliação da conformidade deverão ser pessoas jurídicas, de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos, previamente credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 1º As pessoas jurídicas de direito público que se credenciem para avaliação da conformidade da produção orgânica não poderão ser também responsáveis por procedimentos de fiscalização relacionados à produção orgânica.

§ 2º Os organismos de avaliação da conformidade credenciados para a certificação por auditoria não poderão desenvolver atividades relacionadas à assistência técnica nas unidades de produção.

Seção IV

Dos Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica

Art. 37. Os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente deverão apoiar a construção de Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica.

Subseção I

Do Funcionamento dos Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica

Art. 38. Cada Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica será composto pelo conjunto de seus membros e por um organismo participativo de avaliação da conformidade credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 1º São considerados membros do sistema os produtores, comercializadores, transportadores, armazenadores, consumidores, técnicos e organizações públicas ou privadas que atuam na rede de produção orgânica.

§ 2º Para os fins previstos no § 1º, consideram-se produtores os agricultores individuais as associações, as cooperativas, os condomínios e outras formas de organização, formais ou informais.

§ 3º O organismo participativo de avaliação da conformidade, previsto no caput, terá personalidade jurídica própria, com atribuições e responsabilidades formais no Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica, consignadas em seu estatuto social.

§ 4º O organismo participativo de avaliação da conformidade terá em sua estrutura, no mínimo, uma comissão de avaliação e um conselho de recursos, composto por representantes dos membros do Sistema.

§ 5º No caso de o organismo participativo de avaliação da conformidade vir a ser constituído como parte de uma organização já existente, esta deverá estabelecer em seu estatuto a criação de um setor específico para a finalidade de avaliação da conformidade orgânica, com mecanismo de gestão própria.

Art. 39. O organismo participativo de avaliação da conformidade manterá todos os registros que garantam a rastreabilidade dos produtos sob processo de avaliação da conformidade orgânica.

Subseção II

Do Credenciamento dos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade

Art. 40. O organismo participativo de avaliação da conformidade solicitará seu credenciamento como organismo de avaliação da conformidade orgânica junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, devendo cumprir as seguintes exigências:

I - apresentar o seu estatuto social e declaração formal identificando o escopo de sua atuação;

II - apresentar o cadastro das unidades de produção onde já atua como organismo participativo de avaliação da conformidade da produção orgânica ou declaração de inexistência de projetos sob acompanhamento; e

III - obter parecer da CPOrg-UF, junto à Superintendência Federal de Agricultura da unidade da Federação em que estiver sediada.

Art. 41. O credenciamento deverá ser precedido de auditoria sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para verificação do cumprimento das exigências legais.

Parágrafo único. Os especialistas que comporão as equipes de auditoria deverão ter experiência comprovada e formação profissional compatível com o escopo de atuação solicitado pelo organismo participativo de avaliação da conformidade.

Art. 42. A solicitação de credenciamento poderá ser indeferida, mediante parecer fundamentado da Coordenação de Agroecologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Parágrafo único. Caberá recurso contra o indeferimento da solicitação de credenciamento ao Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na forma e nos prazos a serem fixados em portaria ministerial.

Art. 43. O organismo de avaliação da conformidade orgânica credenciado poderá requerer a extensão do credenciamento para outro escopo mediante a apresentação de documentação complementar.

Parágrafo único. A Comissão da Produção Orgânica na unidade da Federação responsável emitirá parecer, e a Coordenação de Agroecologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento definirá a necessidade de nova auditoria.

Art. 44. No caso de escopo que englobe produtos de competência de outros órgãos, estes deverão participar do processo de credenciamento, na forma estabelecida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Seção V

Da Certificação por Auditoria

Subseção I

Do Funcionamento da Certificação por Auditoria

Art. 45. A certificação orgânica compreende o procedimento realizado em unidades de produção e comercialização, a fim de avaliar e garantir sua conformidade em relação aos regulamentos técnicos.

Art. 46. A concessão ou a manutenção da certificação será precedida de auditoria, a ser realizada por organismo de avaliação da conformidade credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com a finalidade de avaliar a conformidade com as normas regulamentadas para a produção orgânica.

Parágrafo único. Os procedimentos utilizados no processo de certificação deverão seguir os critérios reconhecidos internacionalmente para organismos certificadores, acrescidos dos requisitos específicos estabelecidos nos regulamentos técnicos brasileiros de produção orgânica.

Art. 47. É vedado o estabelecimento de custo de certificação baseado unicamente em percentual sobre a produção certificada, vinculada à quantidade de área ou de produtos a serem certificados.

Subseção II

Do Credenciamento das Certificadoras

Art. 48. As certificadoras deverão se credenciar junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme detalhamento a ser estabelecido em normas complementares.

Art. 49. O credenciamento junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento será precedido de etapa prévia de acreditação das certificadoras, a ser realizada pelo Inmetro.

§ 1º Para os fins de que trata o caput, o Inmetro publicará ato específico estabelecendo as exigências técnicas e os procedimentos necessários ao processo de acreditação, utilizando critérios reconhecidos internacionalmente para organismos certificadores, acrescidos dos requisitos específicos estabelecidos em normas técnicas brasileiras de produção orgânica.

§ 2º Os custos da acreditação serão arcados pelas pessoas jurídicas de direito público ou privado interessadas em obter o credenciamento como organismo de avaliação da conformidade orgânica, devendo o Inmetro aplicar somente valores que cubram as despesas com a operação de acreditação.

Art. 50. Concluído o processo de acreditação pelo Inmetro, o interessado solicitará o credenciamento como organismo de avaliação da conformidade orgânica junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, devendo cumprir as seguintes exigências:

I - apresentar o documento comprobatório da acreditação pelo Inmetro, vinculado ao escopo solicitado;

II - apresentar o cadastro das unidades de produção certificadas, se já estiver atuando na certificação da produção orgânica, ou declaração de inexistência de projetos certificados;

III - apresentar currículo dos inspetores indicados, que deverão estar regularmente inscritos nos conselhos profissionais pertinentes; e

IV - obter parecer da CPOrg-UF junto à Superintendência Federal de Agricultura da unidade da Federação em que estiver sediada.

Art. 51. Os processos de acreditação e de credenciamento deverão ser embasados em auditoria única que atenda às exigências necessárias.

§ 1º As equipes de auditoria deverão ser compostas por profissionais escolhidos conjuntamente pelos órgãos envolvidos nos processos de acreditação e de credenciamento.

§ 2º Os especialistas que comporão as equipes de auditoria deverão ter experiência comprovada e formação profissional compatível com o escopo de atuação solicitado pelo organismo de avaliação da conformidade.

Art. 52. A solicitação de credenciamento poderá ser indeferida, mediante parecer fundamentado da Coordenação de Agroecologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Parágrafo único. Caberá recurso contra o indeferimento da solicitação de credenciamento ao Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na forma e nos prazos a serem fixados em portaria ministerial.

Art. 53. A certificadora credenciada poderá requerer a extensão do credenciamento para outro escopo de certificação, mediante a apresentação de documentação complementar e de currículo dos inspetores regularmente inscritos nos conselhos profissionais pertinentes.

Parágrafo único. A CPOrg-UF responsável emitirá parecer técnico e a Coordenação de Agroecologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento definirá a necessidade de nova auditoria.

Art. 54. O credenciamento de certificadoras para atuarem na certificação orgânica não será objeto de delegação.

Parágrafo único. Nos casos de escopo de certificação que englobe produtos de competência de outros órgãos, estes deverão participar do processo de credenciamento, na forma estabelecida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

CAPÍTULO IV

DA FISCALIZAÇÃO

Seção I

Da Competência

Art. 55. Os procedimentos relativos à fiscalização e inspeção da produção, manipulação, industrialização, circulação, armazenamento, distribuição, comercialização e certificação de produtos orgânicos nacionais e estrangeiros obedecerão ao disposto neste Decreto e demais legislações aplicáveis, de acordo com as áreas de atuação administrativa dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Meio Ambiente e da Saúde, em função da natureza do produto.

Art. 56. As ações de inspeção e de fiscalização efetivar-se-ão em caráter permanente e constituirão atividade de rotina.

Art. 57. Poderão ser celebrados convênios com os Estados e o Distrito Federal, para a execução de serviços relacionados com a inspeção e a fiscalização previstas neste Decreto.

Seção II

Do Âmbito da Inspeção e Fiscalização

Art. 58. A inspeção e a fiscalização de que trata este Decreto serão realizadas em unidades de produção, estabelecimentos comerciais e industriais, cooperativas, órgãos públicos, portos, aeroportos, postos de fronteira, veículos ou meios de transporte e quaisquer outros ambientes onde se verifique a produção, beneficiamento, manipulação, industrialização, embalagem, acondicionamento, transporte, distribuição, comércio, armazenamento, importação e exportação de produtos orgânicos.

Parágrafo único. A fiscalização de que trata este artigo se estenderá à publicidade e à propaganda de produtos orgânicos, qualquer que seja o veículo empregado para a sua divulgação.

Art. 59. As pessoas físicas ou jurídicas envolvidas com a produção, beneficiamento, transformação, embalagem, armazenamento, transporte, distribuição e comércio de produtos orgânicos, quando solicitadas pelos órgãos de fiscalização e inspeção, são obrigadas a prestar informações e esclarecimentos sobre os produtos e processos de produção, fornecer documentos e facilitar a colheita de amostras.

Art. 60. Os métodos oficiais de análise, compreendendo a colheita de amostras, as determinações analíticas, a interpretação dos resultados e os modelos de certificados oficiais de análise serão previamente definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Seção III

Dos Documentos de Inspeção e Fiscalização

Art. 61. São documentos para inspeção e fiscalização:

I - o auto de infração;

II - a notificação de julgamento; e

III - os termos de:

a) inspeção;

b) intimação;

c) apreensão;

d) destinação de matéria-prima, produto ou equipamento;

- e) colheita de amostras;
- f) inutilização;
- g) liberação;
- h) interdição;
- i) reaproveitamento;
- j) aditivo; e
- l) revelia.

Parágrafo único. Os modelos e os elementos informativos dos formulários oficiais de que trata este artigo serão definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Seção IV

Das Atribuições

Art. 62. A inspeção e a fiscalização de que trata este Decreto serão exercidas por servidores públicos de nível superior, capacitados e autorizados pelo órgão competente, com formação profissional compatível com a atividade desempenhada.

Parágrafo único. Os agentes fiscalizadores, quando em serviço, deverão apresentar suas credenciais, sempre que solicitadas.

Seção V

Das Atribuições dos Agentes Fiscalizadores

Art. 63. Os agentes fiscalizadores no exercício de suas funções terão acesso aos meios de produção, beneficiamento, manipulação, transformação, embalagem, armazenamento, transporte, distribuição, comércio e avaliação da conformidade orgânica dos produtos abrangidos por este Decreto, para a execução das seguintes atribuições:

I - realizar auditorias técnicas em métodos e processos de produção e processos de avaliação da conformidade orgânica;

II - colher amostras necessárias e efetuar determinações microbiológicas, biológicas, físicas e químicas de matéria-prima, insumos, subprodutos, resíduos de produção, beneficiamento e transformação de produtos orgânicos, assim como de solo, água, tecidos vegetais e animais e de produto acabado, lavrando o respectivo termo;

III - realizar inspeções rotineiras para apuração da prática de infrações, ou de eventos que tornem os produtos passíveis de alteração, verificando a adequação de processos de produção, beneficiamento, manipulação, transformação, embalagem, armazenamento, transporte, distribuição, comércio e avaliação da conformidade orgânica, e lavrando os respectivos termos;

IV - verificar o atendimento das condições relativas à qualidade ambiental e à regularidade das relações de trabalho, notificando ao órgão competente quando for o caso;

V - verificar a procedência e condições de produtos, quando expostos à venda;

VI - promover, na forma disciplinada neste Decreto, a aplicação das penalidades decorrentes dos processos administrativos, nos termos do julgamento, bem como dar destinação à matéria-prima, insumos, produtos, subprodutos ou resíduos de produção, beneficiamento ou industrialização, lavrando o respectivo termo;

VII - proceder à apreensão de produto, insumo, matéria-prima ou de qualquer substância, encontrados nos locais de produção, manipulação, transporte, armazenamento, distribuição e comercialização, sem

observância a este Decreto, principalmente nos casos de indício de fraude, falsificação, alteração, deterioração ou de perigo à saúde humana, lavrando o respectivo termo;

VIII - acompanhar as fases de recebimento, conservação, manipulação, preparação, acondicionamento, transporte e estocagem de produtos;

IX - examinar embalagem e rotulagem de produtos;

X - lavrar auto de infração; e

XI - intimar, no âmbito de sua competência, para a adoção de providências corretivas e apresentação de documentos necessários à instrução dos processos de investigação ou apuração de adulteração, fraude ou falsificação.

CAPÍTULO V

DAS MEDIDAS DE FISCALIZAÇÃO

Seção I

Das Medidas Cautelares

Art. 64. Nos casos da existência de indícios de adulteração, falsificação, fraude ou inobservância do disposto nas normas legais, poderão ser adotadas as seguintes medidas cautelares:

I - apreensão temporária de produtos;

II - interdição temporária de estabelecimentos;

III - retirada temporária do cadastro de agricultores familiares autorizados a trabalhar com venda direta sem certificação; e

IV - suspensão temporária de credenciamento como organismo da avaliação da conformidade orgânica.

Parágrafo único. As medidas previstas no caput deverão ser mantidas até que se concluem análises, vistorias ou auditorias que dêem conclusão aos indícios que as geraram.

Seção II

Da Intimação

Art. 65. Nos casos relacionados com adequação de processos de geração de produtos aos princípios da produção animal e vegetal orgânica, bem como a solicitação de documentos e outras providências que não constituam infração, o instrumento hábil para tais reparações será a intimação.

Art. 66. A intimação deverá mencionar expressamente a providência exigida, respaldada pela devida fundamentação nas disposições legais vigentes, o prazo para seu cumprimento e, quando for o caso, o cronograma de execução.

Parágrafo único. O prazo fixado na intimação poderá ser prorrogado pela autoridade julgadora, mediante pedido fundamentado, por escrito, do interessado.

Art. 67. Decorrido o prazo estipulado na intimação sem que haja o cumprimento das exigências, lavrar-se-á o auto de infração.

Seção III

Da Apreensão

Art. 68. Caberá apreensão de produto, insumo, matéria-prima, substância, aditivo, embalagem ou rótulo, quando ocorrer adulteração, falsificação, fraude ou inobservância das exigências legais.

Art. 69. Proceder-se-á, ainda, à apreensão de produto, quando estiver sendo produzido, beneficiado, manipulado, industrializado, acondicionado, embalado, transportado, armazenado ou comercializado em desacordo com as exigências legais.

Art. 70. Lavrado o termo de apreensão, a autoridade fiscalizadora deverá adotar os procedimentos para a apuração da irregularidade constatada.

Art. 71. O produto apreendido ficará sob a guarda do responsável legal, nomeado depositário, sendo proibida a sua substituição, subtração ou remoção, total ou parcialmente, até a conclusão da apuração administrativa da infração correspondente.

Parágrafo único. A critério da autoridade fiscalizadora e sempre que houver necessidade de remoção, modificação, adequação, substituição, ou qualquer outra providência relacionada à matéria-prima, produto ou equipamento que tenham sido objeto de apreensão, será lavrado o termo de destinação de matéria-prima, produto ou equipamento, devendo, conforme as circunstâncias, ser lavrado novo termo de apreensão.

Art. 72. Procedente a apreensão, a autoridade fiscalizadora lavrará o auto de infração, iniciando o processo administrativo, ficando o produto apreendido até sua conclusão.

Art. 73. Não procedente a apreensão, após apuração administrativa, far-se-á a imediata liberação do produto.

Art. 74. A recusa injustificada de responsável legal de estabelecimento ou de pessoa física detentora de produto objeto de apreensão ao encargo de depositário caracteriza embaraço à ação da fiscalização, sujeitando-o às sanções estabelecidas, devendo, neste caso, ser lavrado auto de infração.

CAPÍTULO VI

DAS PROIBIÇÕES

Art. 75. É proibida a produção, o beneficiamento, a manipulação, a industrialização, o processamento, a embalagem, o armazenamento, a comercialização, a oferta, a distribuição, a propaganda e o transporte de produtos orgânicos que não atendam às exigências legais.

Art. 76. Nas unidades de produção e estabelecimentos destinados exclusivamente à geração de produtos orgânicos, será proibido adquirir, manter em depósito ou utilizar matéria-prima, material de multiplicação animal ou vegetal, animais, insumos, alimentos para animais, medicamentos ou qualquer substância em desacordo com as exigências legais.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica a casos em que a utilização seja admitida em caráter emergencial ou excepcionalidade, legalmente estabelecidos.

Art. 77. Nas unidades de produção e estabelecimentos destinados exclusivamente à geração de produtos orgânicos, será proibido utilizar qualquer método ou processo de produção, processamento, manejo, reprodução, colheita, controle ou prevenção de pragas e enfermidades em desacordo com as exigências legais.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica a casos em que a utilização seja admitida em caráter emergencial ou excepcionalidade, legalmente estabelecidos.

Art. 78. Nos estabelecimentos onde houver área específica, isolada e devidamente identificada para a exposição, a oferta e a comercialização de produtos orgânicos, será proibida a mistura, sob qualquer pretexto, com produtos não oriundos de sistemas orgânicos de produção agropecuária.

CAPÍTULO VII

DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

Art. 79. Sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabível, a infringência às exigências legais para a produção orgânica sujeita, isolada ou cumulativamente, à aplicação das seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

III - suspensão da comercialização do produto;

IV - condenação de produtos, rótulos, embalagens e matérias-primas;

V - inutilização do produto;

VI - suspensão do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença; e

VII - cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença.

§ 1º A apuração de infração, na jurisdição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, não elide a aplicação da legislação de competência de outros órgãos da administração pública.

§ 2º Quando a infração constituir crime ou contravenção, a autoridade julgadora representará junto ao órgão competente para a apuração da responsabilidade penal.

Art. 80. As sanções previstas no art. 79 serão aplicadas de acordo com a natureza da infração, as circunstâncias em que forem cometidas e a relevância do prejuízo que elas causarem.

Art. 81. Quando a mesma infração for objeto de enquadramento em mais de um dispositivo deste Decreto, prevalecerá, para efeito de punição, o enquadramento mais específico em relação ao mais genérico.

Art. 82. Para a imposição da pena, serão levadas em conta as circunstâncias atenuantes e agravantes.

Art. 83. Consideram-se circunstâncias atenuantes:

I - quando a ação do infrator não tiver sido fundamental para a consecução da infração;

II - ser o infrator primário e a falta cometida acidentalmente; e

III - quando o infrator, voluntariamente, procurar minorar ou reparar as conseqüências do ato lesivo que lhe for imputado.

Art. 84. Consideram-se circunstâncias agravantes:

I - a reincidência específica ou genérica por parte do infrator;

II - ter o infrator cometido a infração para obter qualquer tipo de vantagem;

III - trazer a infração conseqüências nocivas à saúde pública, ou ao meio ambiente, bem como prejuízos financeiros ao consumidor;

IV - ter o infrator conhecimento do ato lesivo e deixar de adotar as providências necessárias com o fim de evitá-lo;

V - ter o infrator agido com fraude ou má-fé;

VI - ter o infrator colocado obstáculo ou embaraço à ação da inspeção e fiscalização; e

VII - ter o infrator substituído, subtraído ou removido, total ou parcialmente, os bens apreendidos sem autorização do órgão fiscalizador.

Parágrafo único. No concurso de circunstâncias, atenuantes e agravantes, a aplicação da sanção será considerada em razão da que seja preponderante.

CAPÍTULO VIII

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES APLICÁVEIS

Seção I

Dos Organismos de Avaliação da Conformidade

Art. 85. Veicular informações incorretas no cadastro de produtores orgânicos ou não atualizá-las no prazo estabelecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

Penalidade: advertência, multa de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), suspensão do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença e cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

Art. 86. Instalar ou operar organismo de avaliação da conformidade orgânica sem prévio credenciamento junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou em desacordo com as disposições legais definidas neste Decreto e legislação complementar:

Penalidade: advertência, multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), suspensão do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença e cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

Art. 87. Deixar de atender exigências no prazo determinado em notificação:

Penalidade: aplicação da penalidade superior entre as previstas para a infração que gerou a notificação.

Art. 88. Atestar a qualidade orgânica de produto ou processo de produção que não atenda aos requisitos técnicos, ambientais, econômicos e sociais definidos neste Decreto e legislação complementar:

Penalidade: advertência, multa, suspensão do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença e cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

§ 1o Nos casos de aplicação de multa, será ela aplicada em valor equivalente a até duzentos e cinquenta por cento do valor de comercialização do produto que apresenta irregularidades, até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

§ 2o Quando não for possível aplicar o disposto no § 1o, a multa será aplicada a partir de R\$ 100,00 (cem reais) até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Seção II

Dos Produtores, Comercializadores, Transportadores e Armazenadores

Art. 89. Veicular qualquer forma de propaganda, publicidade ou apresentação de produto que contenha denominação, símbolo, desenho, figura ou qualquer indicação que possa induzir a erro ou equívoco quanto à origem, natureza, qualidade orgânica do produto ou atribuir características ou qualidades que não possua:

Penalidade: advertência, multa, suspensão da comercialização do produto, condenação de produtos, de rótulos, de embalagens e de matérias-primas ou inutilização do produto, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

§ 1o Nos casos de aplicação de multa, será ela aplicada em valor equivalente a até duzentos e cinquenta por cento do valor de comercialização do produto que apresenta irregularidades, até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

§ 2o Quando não for possível aplicar o disposto no § 1o, a pena de multa será aplicada a partir de R\$ 100,00 (cem reais) até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

Art. 90. Comercializar produtos orgânicos não certificados ou, quando em venda direta ao consumidor,

nos termos do § 1º do art. 3º da Lei no 10.831, de 2003, sem apresentação do comprovante de cadastro do agricultor familiar inserido em estrutura organizacional cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

Penalidade: advertência, multa, suspensão da comercialização do produto, condenação de produtos, rótulos, embalagens e matérias-primas ou inutilização do produto, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

§ 1º Nos casos de aplicação de multa, será ela aplicada em valor equivalente a até duzentos e cinquenta por cento do valor de comercialização do produto que apresenta irregularidades, até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

§ 2º Quando não for possível aplicar o disposto no § 1º, a pena de multa será aplicada a partir de R\$ 100,00 (cem reais) até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 91. Deixar de atender a exigências no prazo determinado em notificação:

Penalidade: aplicação da penalidade superior entre as previstas para a infração que gerou a notificação.

Art. 92. Impedir ou dificultar por qualquer meio a ação fiscalizadora:

Penalidade: advertência, multa no valor de R\$100,00 (cem reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), suspensão do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença e cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

Art. 93. Comercializar, substituir, subtrair ou remover, total ou parcialmente, produto com comercialização suspensa pelo órgão fiscalizador:

Penalidade: multa, suspensão ou cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

§ 1º Nos casos de aplicação de multa, será ela aplicada em valor equivalente a até duzentos e cinquenta por cento do valor de comercialização do produto que apresenta irregularidades, até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

§ 2º Quando não for possível aplicar o disposto no § 1º, a pena de multa será aplicada a partir de R\$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 94. Distribuir, substituir, subtrair ou remover, total ou parcialmente, produtos, rótulos, embalagens ou matérias-primas condenadas pelo órgão fiscalizador, sem a sua autorização prévia:

Penalidade: multa, suspensão ou cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

§ 1º Nos casos de aplicação de multa, será ela aplicada em valor equivalente a até duzentos e cinquenta por cento do valor de comercialização do produto que apresenta irregularidades, até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

§ 2º Quando não for possível aplicar o disposto no § 1º, a pena de multa será aplicada a partir de R\$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 95. Utilizar-se de falsa declaração perante o órgão fiscalizador:

Penalidade: advertência, multa, suspensão ou cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

§ 1º Nos casos de aplicação de multa, será ela aplicada em valor equivalente a até duzentos e cinquenta por cento do valor de comercialização do produto que apresenta irregularidades, até o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

§ 2º Quando não for possível aplicar o disposto no § 1º, a pena de multa será aplicada a partir de R\$

500,00 (quinhentos reais) até o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 96. Expor à venda ou comercializar produto como orgânico sem que tenha sido observado período de conversão estabelecido nas normas vigentes:

Penalidade: advertência, multa, suspensão da comercialização do produto, suspensão ou cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

§ 1o Nos casos de aplicação de multa, será ela aplicada em valor equivalente a até duzentos e cinquenta por cento do valor de comercialização do produto que apresenta irregularidades, até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

§ 2o Quando não for possível aplicar o disposto no § 1o, a pena de multa será aplicada a partir de R\$ 100,00 (cem reais) até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 97. Embalar, expor à venda ou comercializar produtos orgânicos utilizando-se de rótulos ou identificação em desacordo com as disposições legais definidas neste Decreto e legislação complementar:

Penalidade: advertência, multa, suspensão da comercialização do produto, suspensão ou cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

§ 1o Nos casos de aplicação de multa, será ela aplicada em valor equivalente a até duzentos e cinquenta por cento do valor de comercialização do produto que apresenta irregularidades, até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

§ 2o Quando não for possível aplicar o disposto no § 1o, a pena de multa será aplicada a partir de R\$ 100,00 (cem reais) até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 98. Transportar, comercializar ou armazenar produtos orgânicos juntamente com produtos não orgânicos sem o devido isolamento e identificação, ou de maneira que prejudique sua qualidade orgânica ou induza o consumidor a erro:

Penalidade: advertência, multa, suspensão da comercialização do produto, suspensão ou cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

§ 1o Nos casos de aplicação de multa, será ela aplicada em valor equivalente a até duzentos e cinquenta por cento do valor de comercialização do produto que apresenta irregularidades, até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

§ 2o Quando não for possível aplicar o disposto no § 1o, a pena de multa será aplicada a partir de R\$ 100,00 (cem reais) até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 99. Produzir produtos orgânicos mediante utilização de equipamentos e instalações em desacordo com os dispositivos legais pertinentes à produção orgânica:

Penalidade: advertência, multa, suspensão da comercialização do produto, suspensão ou cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

§ 1o Nos casos de aplicação de multa, será ela aplicada em valor equivalente a até duzentos e cinquenta por cento do valor de comercialização do produto que apresenta irregularidades, até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

§ 2o Quando não for possível aplicar o disposto no § 1o, a pena de multa será aplicada a partir de R\$ 100,00 (cem reais) até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 100. Operar produção paralela em desacordo com os dispositivos legais pertinentes à produção orgânica:

Penalidade: advertência, multa, suspensão da comercialização do produto, suspensão ou cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

§ 1o Nos casos de aplicação de multa, será ela aplicada em valor equivalente a até duzentos e cinquenta por cento do valor de comercialização do produto que apresenta irregularidades, até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

§ 2o Quando não for possível aplicar o disposto no § 1o, a pena de multa será aplicada a partir de R\$ 100,00 (cem reais) até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 101. Não atender às características e requisitos básicos dos sistemas orgânicos de produção em seus aspectos técnicos, ambientais, econômicos e sociais, conforme dispositivos legais pertinentes à produção orgânica:

Penalidade: advertência, multa, suspensão da comercialização do produto, suspensão ou cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

§ 1o Nos casos de aplicação de multa, será ela aplicada em valor equivalente a até duzentos e cinquenta por cento do valor de comercialização do produto que apresenta irregularidades, até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

§ 2o Quando não for possível aplicar o disposto no § 1o, a pena de multa será aplicada a partir de R\$ 100,00 (cem reais) até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

Art. 102. Comercializar produto orgânico importado em desacordo com o previsto neste Decreto:

Penalidade: advertência, multa, suspensão da comercialização do produto, suspensão ou cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

§ 1o Nos casos de aplicação de multa, será ela aplicada em valor equivalente a até duzentos e cinquenta por cento do valor de comercialização do produto que apresenta irregularidades, até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

§ 2o Quando não for possível aplicar o disposto no § 1o, a pena de multa será aplicada a partir de R\$ 1.000,00 (mil reais) até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 103. Não manter ou deixar de apresentar à autoridade competente documentos, licenças, relatórios e outras informações pertinentes ao processo de produção, processamento e avaliação da conformidade orgânica na unidade de produção, estabelecimento ou local de produção:

Penalidade: advertência, multa de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), suspensão da comercialização do produto, suspensão ou cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

Art. 104. Não manter à disposição dos consumidores e dos órgãos fiscalizadores informações atualizadas sobre os produtos utilizados, quando restaurantes, hotéis, lanchonetes e similares anunciarem em seus cardápios refeições preparadas com ingredientes orgânicos:

Penalidade: advertência, multa, suspensão da comercialização do produto, suspensão ou cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

§ 1o Nos casos de aplicação de multa, será ela aplicada em valor equivalente a até duzentos e cinquenta por cento do valor de comercialização do produto que apresenta irregularidades, até o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

§ 2o Quando não for possível aplicar o disposto no § 1o, a pena de multa será aplicada a partir de R\$ 1.000,00 (mil reais) até o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

CAPÍTULO IX

DA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA

Art. 105. A responsabilidade administrativa decorrente da prática de infrações previstas neste Decreto recairá, isolada ou cumulativamente, sobre:

I - o produtor que, por dolo ou culpa, omitir informações ou fornecê-las incorretamente;

II - aqueles que, investidos da responsabilidade técnica por produtos ou processos de produção, concorrerem para a prática da falsificação, adulteração ou fraude, caso em que a autoridade fiscalizadora deverá cientificar o conselho de classe profissional;

III - todo aquele que concorrer para a prática de infração ou dela obtiver vantagem;

IV - o transportador, o comerciante, o distribuidor ou armazenador, pelo produto que estiver sob sua guarda ou responsabilidade, quando desconhecida sua procedência;

V - o organismo de avaliação da conformidade, quando verificada falha no processo de controle ou conivência com o infrator; e

VI - a organização social em que estiver inserido o produtor familiar, quando responder solidariamente pela qualidade orgânica de seus associados.

Parágrafo único. Prevalecerá a responsabilidade do produtor, manipulador, industrializador, embalador, exportador e importador, enquanto o produto permanecer em embalagem ou recipiente fechado e inviolado.

CAPÍTULO X

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Art. 106. As penalidades previstas neste Decreto serão aplicadas pelas autoridades competentes da União, dos Estados ou do Distrito Federal, conforme as atribuições que lhes sejam conferidas pelas legislações respectivas.

Art. 107. As sanções decorrentes da aplicação deste Decreto, acompanhadas da inscrição da penalidade no cadastro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento criado para esse fim, serão executadas mediante:

I - advertência, por meio de notificação enviada ao infrator;

II - multa, por meio de notificação para pagamento, fixando o prazo e os meios para recolhimento;

III - suspensão da comercialização do produto, por meio de notificação e da lavratura do respectivo termo;

IV - condenação de produtos, rótulos, embalagens e matérias-primas, por meio da lavratura do respectivo termo;

V - inutilização do produto por meio da lavratura do respectivo termo;

VI - suspensão do credenciamento, certificação, autorização, registro ou licença, por meio de notificação determinando a suspensão imediata da atividade, com a lavratura do respectivo termo e sua afixação em local de acesso ao público;

VII - cancelamento do credenciamento, certificação, autorização, registro ou licença, mediante o recolhimento dos respectivos certificados e publicação do ato para ciência dos demais agentes da rede de produção orgânica; e

VIII - cassação do registro, por meio de notificação do infrator e a anotação de baixa na ficha cadastral.

Art. 108. A infração às disposições da Lei no 10.831, de 2003, e deste Decreto será apurada em regular processo administrativo iniciado com a lavratura do auto de infração, obedecido o rito e prazos fixados na Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. A autoridade competente que tomar conhecimento, por qualquer meio, da ocorrência de infração às disposições deste Decreto é obrigada a promover a sua imediata apuração, sob pena de responsabilidade.

Art. 109. Não atendida a notificação ou no caso de embaraço à sua execução, a autoridade fiscalizadora poderá requisitar o auxílio de força policial, além de lavrar auto de infração por embaraço à ação da fiscalização.

Art. 110. A inutilização de produto, matéria-prima, embalagem, rótulo ou outro material obedecerá às disposições do órgão competente, devendo ser acompanhada pela fiscalização após a remessa da notificação ao autuado, informando dia, hora e local para a sua destruição, ficando os custos e os meios de execução a cargo do infrator.

Art. 111. O não comparecimento do infrator ao ato de inutilização constitui embaraço à ação de fiscalização, devendo ser executado à sua revelia, permanecendo os custos a cargo do infrator.

Art. 112. A multa deverá ser recolhida no prazo de trinta dias, a contar do recebimento da notificação.

Parágrafo único. A multa que não for paga no prazo previsto na notificação acarretará sua inscrição na dívida ativa da União e a conseqüente execução fiscal.

Art. 113. Os produtos apreendidos ou condenados poderão ser aproveitados para outros fins, a critério da autoridade julgadora.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 114. Os agentes fiscalizadores poderão solicitar o auxílio da autoridade policial no caso de embaraço ao desempenho de suas funções.

Art. 115. Todos os segmentos envolvidos na rede de produção orgânica terão prazo de dois anos, contados da data de publicação deste Decreto, para se adequarem às regras nele estabelecidas.

Parágrafo único. O uso nos produtos da marca do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica só será permitido a partir do décimo terceiro mês da data de sua criação.

Art. 116. A elaboração, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, dos atos necessários à execução do disposto neste Decreto deverá contemplar a participação dos demais órgãos federais envolvidos, da Câmara Setorial da Agricultura Orgânica daquele Ministério e das CPOrg-UF.

Parágrafo único. Os textos dos atos previstos no caput deverão ser submetidos à consulta pública pelo prazo mínimo de trinta dias.

Art. 117. O Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no âmbito de sua competência, expedirá os atos necessários ao cumprimento deste Decreto.

Art. 118. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de dezembro de 2007; 186o da Independência e 119o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Reinhold Stephanes
Miguel Jorge
José Gomes Temporão
João Paulo Ribeiro Capobianco
Guilherme Cassel



RELATÓRIO DE ENSAIO Nº 17727



Recife, 06 de setembro de 2006

NATUREZA DO TRABALHO: Análise de Resíduos de Agrotóxicos

MATERIAL: 01 amostra de alface, colhida e remetida pelo cliente.

CLIENTE: CNPQ/ Paulo José Adissi

ENDEREÇO: UFPB - Centro de Tecnologia Dept. Eng. de Produção Cidade Universitária João Pessoa-PB

Recebimento Amostra: 18/08/2006 Início/Término da análise: 18/08 - 06/09/2006**COMPOSTOS ANALISADOS:**

acefato, aldrin, aletrina, azinfós etílico, azinfós metílico, azoxistrobina, binfentrina, bioaletrina, bromopropilato, captana, carbaril, carbendazim (benomil, tiofanato metílico), carbofenotona, carbofurano, ciflutrina, cimoxanil, cipermetrina (cis e trans), ciproconazol, clordano (alfa e gama), clorotalonil, clorpirifós, clorpirifós metílico, clorvenfínvós (I e II), DDT total (o,p'-DDD, p,p'-DDD, o,p'-DDE, p,p'-DDE, o,p'-DDT, p,p'-DDT), deltametrina, diazinona, diclorvós, dicofol, dieldrin, difenoconazol, dimetoato, dissulfotona, ditiocarbamatos como CS2(mancozebe, manebe, metiram, tiran, zineb, ziram), endosulfam (alfa, beta e sulfato), endrin, esfenvalato, etiona, etoprofós, etrinfós, fenamifós, fenarimol, fenitrotiona, fenpropatrina, fentiona, fentoato, fenvalato, fipronil, fluasifope-p-butílico, flutriafol, folpete, forate, HCB, HCH (alfa, beta e delta), heptacloro, heptacloro epóxido, imazalil, iprodiona, lambdacialotrina (I e II), lindano, l-naftol, malaoxona, malationa, metamidofós, metidationa, mevinfós (cis e trans), miclobutanil, mirex, monocrotofós, ometoato, oxifluorfem, paraoxona etílica, paraoxona metílica, parationa etílica, parationa metílica, permetrina (cis e trans), pirazofós, pirifós metílico, pirimifós etílico, procimidona, procloraz, profenofós, propargito, propiconazol (I e II), tebuconazol, terbufós, tetradifona, tiabendazol, triazofós, triclorfon, trifluralina, vamidotona, vinclozolina

RESULTADO

Os compostos acima relacionados não foram encontrados na amostra analisada

Obs:

- 1- O limite de quantificação(LQ) do método para os organohalogenados varia de 0,01 a 0,05mg/kg. O LQ para os organofosforados e organonitrogenados varia de 0,01 a 0,08mg/kg, exceto para: ciproconazol, miclobutanil, propiconazole e triclorfon. Benzimidazóis, imidazóis e ditiocarbamatos, o LQ varia de 0,03 a 0,07mg/kg;
- 2- Método utilizado: POP TC 15 e 17 (Documentos do Sistema da Qualidade do LabTox);
- 3- Referência Bibliográfica: Analytical Methods for Pesticide Residue in Foodstuffs, 6th Edition(1996). Inspectorate for Health Protection, Ministry of Public Health, Welfare and Sports, The Hague, The Netherlands;
- 4- Confirmação: cromatografia gasosa com detector seletivo de massa;
- 5- Acreditações: INMETRO(CRL 0153), REBLAS (ANALI-058) E MAPA (Portaria 136 de 06/08/1998).

Danuza Leal Telles
Gerente da Qualidade - CRQ 01.300.541

LABTOX 590/2006

OS Nº 02536/06

NOTA IMPORTANTE: Os resultados deste ensaio/análise têm significação restrita e se aplicam tão somente a(s) amostra(s) coletada(s) pelo cliente. O relatório de ensaio só pode ser reproduzido por completo.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - ITEP

LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS f. DE BEBIDAS ALCOÓLICAS - LABTOX

Av. professor Luiz Freire, 700 - Cidade Universitária - Recife - PE CEP: 50.740-540

PABX: 81 3272.4399 FAX: 81 32724313 www.itep.br e-mail: itep@itep.br



RELATÓRIO DE ENSAIO Nº 17729

Recife, 06 de setembro de 2006

RELATÓRIO DE ENSAIO Nº 17729



NATUREZA DO TRABALHO: Análise de Resíduos de Agrotóxicos

MATERIAL: 01 amostra de cenoura, colhida e remetida pelo cliente.

CLIENTE: CNPQ/ Paulo José Adissi

ENDEREÇO: UFPB - Centro de Tecnologia Dept. Eng. de Produção Cidade Universitária João Pessoa- PB

Recebimento Amostra: 18/08/2006 Início/Término da análise: 18/08 - 06/09/2006

COMPOSTOS ANALISADOS:

acefato, aldrin, aletrina, azinfós etílico, azinfós metílico, azoxistrobina, binfentrina, bioaletrina, bromopropilato, captana, carbaril, carbendazim (benomil, tiofanato metílico), carbofenotona, carbofurano, ciflutrina, cimoxanil, cipermetrina (cis e trans), ciproconazol, clordano (alfa e gama), clorotalonil, clorpirifós, clorpirifós metílico, clorvenfínvós (I e II), DDT total (o,p'-DDD, p,p'-DDD, o,p'-DDE, p,p'-DDE, o,p'-DDT, p,p'-DDT), deltametrina, diazinona, diclorvós, dicofol, dieldrin, difenoconazol, dimetoato, dissulfotona, ditiocarbamatos como CS2(mancozebe, manebe, metiram, tiran, zineb, ziram), endosulfam (alfa, beta e sulfato), endrin, esfenvarelato, etiona, etoprofós, etrinfós, fenamifós, fenarimol, fenitrotiona, fenpropatrina, fentiona, fentoato, fenvarelato, fipronil, fluasifope-p-butílico, flutriafol, folpete, forate, HCB, HCH (alfa, beta e delta), heptacloro, heptacloro epóxido, imazalil, iprodiona, lambdacialotrina (I e II), lindano, l-naftol, malaoxona, malationa, metamidofós, metidationa, mevinfós (cis e trans), miclobutanil, mirex, monocrotofós, ometoato, oxifluorfem, paraoxona etílica, paraoxona metílica, parationa etílica, parationa metílica, permetrina (cis e trans), pirazofós, pirifós metílico, pirimifós etílico, procimidona, procloraz, profenofós, propargito, propiconazol (I e II), tebuconazol, terbufós, tetradifona, tiabendazol, triazofós, triclofon, trifluralina, vamidotona, vinclozolina

RESULTADO

Os compostos acima relacionados não foram encontrados na amostra analisada

Obs:

- 1- O limite de quantificação(LQ) do método para os organohalogenados varia de 0,01 a 0,05mg/kg. O LQ para os organofosforados e organonitrogenados varia de 0,01 a 0,08mg/kg, exceto para: ciproconazol, miclobutanil, propiconazole e triclofon. Benzimidazóis, imidazóis e ditiocarbamatos, o LQ varia de 0,03 a 0,07mg/kg;
- 2- Método utilizado: POP TC 15 e 17 (Documentos do Sistema da Qualidade do LabTox);
- 3- Referência Bibliográfica: Analytical Methods for Pesticide Residue in Foodstuffs, 6th Edition(1996). Inspectorate for Health Protection, Ministry of Public Health, Welfare and Sports, The Hague, The Netherlands;
- 4- Confirmação: cromatografia gasosa com detector seletivo de massa;
- 5- Acreditações: INMETRO(CRL 0153), REBLAS (ANALI-058) E MAPA (Portaria 136 de 06/08/1998).

Danuza Leal Telles
Gerente da Qualidade - CRQ 01.300.541

LABTOX 592/2006
OS Nº 02536/06

NOTA IMPORTANTE: Os resultados deste ensaio/análise têm significação restrita e se aplicam tão somente a(s) amostra(s) coletada(s) pelo cliente. O relatório de ensaio só pode ser reproduzido por completo.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - ITEP
LABORATÓRIO DE ANÁLISES RE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS f. DE BEBIDAS ALCOÓLICAS - LABTOX
Av. professor Luiz Freire, 700 - Cidade Universitária - Recife - PE CEP: 50.740-540
PABX: 81 3272.4399 FAX: 81 32724313 www.itep.br e-mail: itep@itep.br



RELATÓRIO DE ENSAIO Nº 17728



Recife, 06 de setembro de 2006

NATUREZA DO TRABALHO: Análise de Resíduos de Agrotóxicos

MATERIAL: 01 amostra de tomate, colhida e remetida pelo cliente.

CLIENTE: CNPQ/ Paulo José Adissi

ENDEREÇO: UFPB - Centro de Tecnologia Dept. Eng. de Produção Cidade Universitária João Pessoa-PB

Recebimento Amostra: 18/08/2006 Início/Término da análise: 18/08 - 06/09/2006**COMPOSTOS ANALISADOS:**

acefato, aldrin, aletrina, azinfós etílico, azinfós metílico, azoxistrobina, binfentrina, bioaletrina, bromopropilato, captana, carbaril, carbendazim (benomil, tiofanato metílico), carbofenotona, carbofurano, ciflutrina, cimoxanil, cipermetrina (cis e trans), ciproconazol, clordano (alfa e gama), clorotalonil, clorpirifós, clorpirifós metílico, clorvenfínvós (I e II), DDT total (o,p'-DDD, p,p'-DDD, o,p'-DDE, p,p'-DDE, o,p'-DDT, p,p'-DDT), deltametrina, diazinona, diclorvós, dicofol, dieldrin, difenoconazol, dimetoato, dissulfotona, ditiocarbamatos como CS2(mancozebe, manebe, metiram, tiran, zineb, ziram), endosulfam (alfa, beta e sulfato), endrin, esfenvarelato, etiona, etoprofós, etrinfós, fenamifós, fenarimol, fenitrotiona, fenpropatrina, fentiona, fentoato, fenvarelato, fipronil, fluasifope-p-butílico, flutriafol, folpete, forate, HCB, HCH (alfa, beta e delta), heptacloro, heptacloro epóxido, imazalil, iprodiona, lambdacialotrina (I e II), lindano, l-naftol, malaoxona, malationa, metamidofós, metidationa, mevinfós (cis e trans), miclobutanil, mirex, monocrotofós, ometoato, oxifluorfem, paraoxona etílica, paraoxona metílica, parationa etílica, parationa metílica, permetrina (cis e trans), pirazofós, pirifós metílico, pirimifós etílico, procimidona, procloraz, profenofós, propargito, propiconazol (I e II), tebuconazol, terbufós, tetradifona, tiabendazol, triazofós, triclorfon, trifluralina, vamidotona, vinclozolina

RESULTADO

Os compostos acima relacionados não foram encontrados na amostra analisada

Obs:

- 1- O limite de quantificação(LQ) do método para os organohalogenados varia de 0,01 a 0,05mg/kg. O LQ para os organofosforados e organonitrogenados varia de 0,01 a 0,08mg/kg, exceto para: ciproconazol, miclobutanil, propiconazole e triclorfon. Benzimidazóis, imidazóis e ditiocarbamatos, o LQ varia de 0,03 a 0,07mg/kg;
- 2- Método utilizado: POP TC 15 e 17 (Documentos do Sistema da Qualidade do LabTox);
- 3- Referência Bibliográfica: Analytical Methods for Pesticide Residue in Foodstuffs, 6th Edition(1996). Inspectorate for Health Protection, Ministry of Public Health, Welfare and Sports, The Hague, The Netherlands;
- 4- Confirmação: cromatografia gasosa com detector seletivo de massa;
- 5- Acreditações: INMETRO(CRL 0153), REBLAS (ANALI-058) E MAPA (Portaria 136 de 06/08/1998).

Danuza Leal Telles
Gerente da Qualidade - CRQ 01.300.541

LABTOX 591/2006

OS Nº 02536/06

NOTA IMPORTANTE: Os resultados deste ensaio/análise têm significação restrita e se aplicam tão somente a(s) amostra(s) coletada(s) pelo cliente. O relatório de ensaio só pode ser reproduzido por completo.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - ITEP

LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS f. DE BEBIDAS ALCOÓLICAS - LABTOX

Av. professor Luiz Freire, 700 - Cidade Universitária - Recife - PE CEP: 50.740-540

PABX: 81 3272.4399 FAX: 81 32724313 www.itep.br e-mail: itep@itep.br



RELATÓRIO DE ENSAIO Nº 46686

Recife, 24 de maio de 2010



NATUREZA DO TRABALHO: Análise de Resíduos de Agrotóxicos

MATERIAL: 01 amostra de folhas, ref. 21/05/10, colhida e remetida pelo cliente.

CLIENTE: CNPQ/ Paulo José Adissi

ENDEREÇO: UFPB - Centro de Tecnologia Dept. Eng. de Produção Cidade Universitária João Pessoa- PB

Recebimento Amostra: 21/05/2010**Início/Término da análise: 21 - 25/05/2010****COMPOSTOS ANALISADOS:**

abamectina, acefato, acetamipride, aldicarbe, aldicarbe(sulfona e sulfóxido), aldrin, aletrina, ametrina, azaconazol, azametiofós, azinfós etílico, azinfós metílico, azoxistrobina, benalaxil, binfentrina, bioaletrina (1 e 2), bitertanol, boscalide, bromopropilato, bromuconazol, bupirimato, buprofezina, butocarboxim, butocarboxim sufoxido, captana, carbaril, carbendazim (benomil, tiofanato metílico), carbofenotona, carbofurano, carbosulfano, carpropamida, ciazofamida, ciflutrina (1, 2, 3 e 4), cimoxanil, cipermetrina (cis e trans), ciproconazol, ciprodinil, ciromazina, clofentezina, clorbromurom, clordano (alfa e gama), clorfenvinfós, clorotalonil, clorpirifós, clorpirifós metílico, clotianidina, cresoxim metílico, dazomete, DDT total (o,p'-DDD, p,p'-DDD, o,p'-DDE, p,p'-DDE, o,p'-DDT, p,p'-DDT), deltametrina, demeton-S-metil, desmedifam, diazinona, diclofluanida, diclorvós, dicofof, dicrotófos, dieldrin, dietofencarbe, difenoconazol (1 e 2), dimetoato, dimetomorfe, dimoxistrobina, diniconazol, dissulfotom, diurom, dodemorfe, endosulfam (alfa, beta e sulfato), endrim, EPN, epoxiconazol, esfenvelato, espinosade (A e D), espiroxamina, etiofencarbe (sulfona e sulfóxido), etiona, etiprole, etirimol, etofenproxi, etoprofós, etrinfós, famoxadona, Fenamidona, fenamifós, fenarimol, fenazaquina, fenbuconazol, fenhexamida, fenitrotiona, fenoxicarbe, fenpiroximato, fenpropatrina, fenpropidina, fenpropimorfe, fentiona, fentiona sulfóxido, fentoato, fenvarelato, fipronil, fluasifope-p-butílico, flufenacete, fluquinconazol, flusilazole, flutriafol, folpete, forato, fosalona, fosmete, fostiazato, furatiocarbe, halofenossido, HCB, HCH (alfa, beta e delta), heptacloro, heptacloro epóxido, hexaconazol, hexitiazoxi, imazalil, imidacloprido, indoxacarbe, iprodiona, iprovalicarbe, isoprotilona, isoxaflutol, isoxation, lambdacialotrina, lindano, linurom, malationa, mefenacete, mefosfolam, mepanipirim, mepronil, metalaxil, metamidofós, metconazol, metidationa, metiocarbe (sulfona e sulfóxido), metobromurom, metomil, metoxifenossido, metoxuram, mevinfós (cis e trans), miclobutanil, mirex, monocrotófos, monolinurom, nitempiram, nuarimol, ometoato, oxadixil, oxamil, oxamil oxima, oxicarboxina, oxifluorfem, paclobutrazol, parationa etílica, parationa metílica, pencicuro, penconazol, permetrina (cis e trans), picoxistrobina, pimetozina, piperonil butóxido, piraclostrobrina, pirazofós, piridabem, piridafentiona, piridato, pirifenox, pirimetanil, pirimicarbe, pirimicarbe desmetil, pirimifós etílico, pirimifós metílico, piriproxifem, procimidona, procloraz, profenofós, propargito, propiconazol (I e II), propizamida, propoxur, quintozeno, tebuconazol, tebufenossido, tebufenpirade, terbufós, tetraconazol, tetradifona, tiabendazol, tiaclopride, tiametoxam, tiobencarbe, tiodicarbe, tiofanoxi (sulfóxido e sulfona), tolclofós metil, tolfluanida, triadimefom, triadimenol, triazofós, triciclozol, triclorfom, trifloxistrobina, triflumizol, trifluralina, triticonazol, vamidotona (sulfona e sulfóxido), vinclozolina, Zoxamida.

RESULTADO

Os compostos acima relacionados não foram encontrados na amostra analisada

Obs:

- 1- O Limite de Quantificação do método dos compostos acima relacionados é de 0,01mg/Kg. No caso do método específico de determinação dos EBDC'S o Limite de Quantificação é de 0,07mg/Kg;
- 2- Método utilizado: POP TC 15 e 17 (Documentos do Sistema da Qualidade do LabTox);
- 3- Referência Bibliográfica: Analytical Methods for Pesticide Residue in Foodstuffs, 6th Edition(1996). Inspectorate for Health Protection, Ministry of Public Health, Welfare and Sports, The Hague, The Netherlands;
- 4- Confirmação: cromatografia gasosa com detector seletivo de massa;
- 5- Acreditações: INMETRO(CRL 0153), REBLAS (ANALI-058) E MAPA (Portaria 136 de 06/08/1998).

Danuza Leal Telles

Gerente da Qualidade - CRQ 01.300.541

LABTOX R899/2010
OS Nº 01234/10

NOTA IMPORTANTE: Os resultados deste ensaio/análise têm significação restrita e se aplicam tão somente a(s) amostra(s) coletada(s) pelo cliente. O relatório de ensaio só pode ser reproduzido por completo.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - ITEP

LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS f. DE BEBIDAS ALCOÓLICAS - LABTOX

Av. professor Luiz Freire, 700 - Cidade Universitária - Recife - PE CEP: 50.740-540

PABX: 81 3272.4399 FAX: 81 32724313 www.itep.br e-mail: itep@itep.br



RELATÓRIO DE ENSAIO Nº 46687

Recife, 24 de maio de 2010



NATUREZA DO TRABALHO: Análise de Resíduos de Agrotóxicos

MATERIAL: 01 amostra de frutos, ref. 21/05/10, colhida e remetida pelo cliente.

CLIENTE: CNPQ/ Paulo José Adissi

ENDEREÇO: UFPB - Centro de Tecnologia Dept. Eng. de Produção Cidade Universitária João Pessoa- PB

Recebimento Amostra: 21/05/2010**Início/Término da análise: 21 - 25/05/2010****COMPOSTOS ANALISADOS:**

abamectina, acefato, acetamipride, aldicarbe, aldicarbe(sulfona e sulfóxido), aldrin, aletrina, ametrina, azaconazol, azametiofós, azinfós etílico, azinfós metílico, azoxistrobina, benalaxil, binfentrina, bioaletrina (1 e 2), bitertanol, boscalide, bromopropilato, bromuconazol, bupirimato, buprofezina, butocarboxim, butocarboxim sufoxido, captana, carbaril, carbendazim (benomil, tiofanato metílico), carbofenotona, carbofurano, carbosulfano, carpropamida, ciazofamida, ciflutrina (1, 2, 3 e 4), cimoxanil, cipermetrina (cis e trans), ciproconazol, ciprodinil, ciromazina, clofentezina, clorbromurom, clordano (alfa e gama), clorfenvinfós, clorotalonil, clorpirifós, clorpirifós metílico, clotianidina, cresoxim metílico, dazomete, DDT total (o,p'-DDD, p,p'-DDD, o,p'-DDE, p,p'-DDE, o,p'-DDT, p,p'-DDT), deltametrina, demeton-S-metil, desmedifam, diazinona, diclofluanida, diclorvós, dicofof, dicrotófos, dieldrin, dietofencarbe, difenoconazol (1 e 2), dimetoato, dimetomorfe, dimoxistrobina, diniconazol, dissulfotom, diurom, dodemorfe, endosulfam (alfa, beta e sulfato), endrim, EPN, epoxiconazol, esfenvelato, espinosade (A e D), espiroxamina, etiofencarbe (sulfona e sulfóxido), etiona, etiprole, etirimol, etofenproxi, etoprofós, etrinfós, famoxadona, Fenamidona, fenamifós, fenarimol, fenazaquina, fenbuconazol, fenhexamida, fenitrotiona, fenoxicarbe, fenpiroximato, fenpropatrina, fenpropidina, fenpropimorfe, fentiona, fentiona sulfóxido, fentoato, fenvarelato, fipronil, fluasifope-p-butílico, flufenacete, fluquinconazol, flusilazole, flutriafol, folpete, forato, fosadona, fosmete, fostiazato, furatiocarbe, halofenossido, HCB, HCH (alfa, beta e delta), heptacloro, heptacloro epóxido, hexaconazol, hexitiazoxi, imazalil, imidacloprido, indoxacarbe, iprodiona, iprovalicarbe, isoprotilona, isoxaflutol, isoxation, lambdacialotrina, lindano, linurom, malationa, mefenacete, mefosfolam, mepanipirim, mepronil, metalaxil, metamidofós, metconazol, metidationa, metiocarbe (sulfona e sulfóxido), metobromurom, metomil, metoxifenossido, metoxuram, mevinfós (cis e trans), miclobutanil, mirex, monocrotófos, monolinurom, nitempiram, nuarimol, ometoato, oxadixil, oxamil, oxamil oxima, oxicarboxina, oxifluorfem, paclobutrazol, parationa etílica, parationa metílica, pencicuro, penconazol, permetrina (cis e trans), picoxistrobina, pimetozina, piperonil butóxido, piraclostrobin, pirazofós, piridabem, piridafentiona, piridato, pirifenox, pirimetanil, pirimicarbe, pirimicarbe desmetil, pirimifós etílico, pirimifós metílico, piriproxi, procimidona, procloraz, profenofós, propargito, propiconazol (I e II), propizamida, propoxur, quintozeno, tebuconazol, tebufenossido, tebufenpirade, terbufós, tetraconazol, tetradifona, tiabendazol, tiaclopride, tiametoxam, tiobencarbe, tiodicarbe, tiofanoxi (sulfóxido e sulfona), tolclófos metil, tolifluanida, triadimefom, triadimenol, triazofós, triciclozol, triclorfom, trifloxistrobina, triflumizol, trifluralina, triticonazol, vamidotona (sulfona e sulfóxido), vinclozolina, Zoxamida.

RESULTADO

Os compostos acima relacionados não foram encontrados na amostra analisada

Obs:

- 1- O Limite de Quantificação do método dos compostos acima relacionados é de 0,01mg/Kg. No caso do método específico de determinação dos EBDC'S o Limite de Quantificação é de 0,07mg/Kg;
- 2- Método utilizado: POP TC 15 e 17 (Documentos do Sistema da Qualidade do LabTox);
- 3- Referência Bibliográfica: Analytical Methods for Pesticide Residue in Foodstuffs, 6th Edition(1996). Inspectorate for Health Protection, Ministry of Public Health, Welfare and Sports, The Hague, The Netherlands;
- 4- Confirmação: cromatografia gasosa com detector seletivo de massa;
- 5- Acreditações: INMETRO(CRL 0153), REBLAS (ANALI-058) E MAPA (Portaria 136 de 06/08/1998).

Danuza Leal Telles
Gerente da Qualidade - CRQ 01.300.541

LABTOX R900/2010
OS Nº 01234/10

NOTA IMPORTANTE: Os resultados deste ensaio/análise têm significação restrita e se aplicam tão somente a(s) amostra(s) coletada(s) pelo cliente. O relatório de ensaio só pode ser reproduzido por completo.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - ITEP
LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS f. DE BEBIDAS ALCOÓLICAS - LABTOX
Av. professor Luiz Freire, 700 - Cidade Universitária - Recife - PE CEP: 50.740-540
PABX: 81 3272.4399 FAX: 81 32724313 www.itep.br e-mail: itep@itep.br



RELATÓRIO DE ENSAIO Nº 46688



Recife, 24 de maio de 2010

NATUREZA DO TRABALHO: Análise de Resíduos de Agrotóxicos

MATERIAL: 01 amostra de raízes, ref. 21/05/10, colhida e remetida pelo cliente.

CLIENTE: CNPQ/ Paulo José Adissi

ENDEREÇO: UFPB - Centro de Tecnologia Dept. Eng. de Produção Cidade Universitária João Pessoa- PB

Recebimento Amostra: 21/05/2010**Início/Término da análise: 21 - 25/05/2010****COMPOSTOS ANALISADOS:**

abamectina, acefato, acetamipride, aldicarbe, aldicarbe(sulfona e sulfóxido), aldrin, aletrina, ametrina, azaconazol, azametiofós, azinfós etílico, azinfós metílico, azoxistrobina, benalaxil, binfentrina, bioaletrina (1 e 2), bitertanol, boscalide, bromopropilato, bromuconazol, bupirimato, buprofezina, butocarboxim, butocarboxim sufoxido, captana, carbaril, carbendazim (benomil, tiofanato metílico), carbofenotona, carbofurano, carbosulfano, carpropamida, ciazofamida, ciflutrina (1, 2, 3 e 4), cimoxanil, cipermetrina (cis e trans), ciproconazol, ciprodinil, ciromazina, clofentezina, clorbromurom, clordano (alfa e gama), clorfenvinfós, clorotalonil, clorpirifós, clorpirifós metílico, clotianidina, cresoxim metílico, dazomete, DDT total (o,p'-DDD, p,p'-DDD, o,p'-DDE, p,p'-DDE, o,p'-DDT, p,p'-DDT), deltametrina, demeton-S-metil, desmedifam, diazinona, diclofluanida, diclorvós, dicofof, dicrotófos, dieldrin, dietofencarbe, difenoconazol (1 e 2), dimetoato, dimetomorfe, dimoxistrobina, diniconazol, dissulfotom, diurom, dodemorfe, endosulfam (alfa, beta e sulfato), endrim, EPN, epoxiconazol, esfenvelato, espinosade (A e D), espiroxamina, etiofencarbe (sulfona e sulfóxido), etiona, etiprole, etirimol, etofenproxi, etoprofós, etrinfós, famoxadona, Fenamidona, fenamifós, fenarimol, fenazaquina, fenbuconazol, fenhexamida, fenitrotiona, fenoxicarbe, fenpiroximato, fenpropatrina, fenpropidina, fenpropimorfe, fentiona, fentiona sulfóxido, fentoato, fenvarelato, fipronil, fluasifope-p-butílico, flufenacete, fluquinconazol, flusilazole, flutriafol, folpete, forato, fosadona, fosmete, fostiazato, furatiocarbe, halofenossido, HCB, HCH (alfa, beta e delta), heptacloro, heptacloro epóxido, hexaconazol, hexitiazoxi, imazalil, imidacloprido, indoxacarbe, iprodiona, iprovalicarbe, isoprotilona, isoxaflutol, isoxation, lambdacialotrina, lindano, linurom, malationa, mefenacete, mefosfolam, mepanipirim, mepronil, metalaxil, metamidofós, metconazol, metidationa, metiocarbe (sulfona e sulfóxido), metobromurom, metomil, metoxifenossido, metoxuram, mevinfós (cis e trans), miclobutanil, mirex, monocrotófos, monolinurom, nitempiram, nuarimol, ometoato, oxadixil, oxamil, oxamil oxima, oxicarboxina, oxifluorfem, paclobutrazol, parationa etílica, parationa metílica, pencicuro, penconazol, permetrina (cis e trans), picoxistrobina, pimetozina, piperonil butóxido, piraclostrobin, pirazofós, piridabem, piridafentiona, piridato, pirifenox, pirimetanil, pirimicarbe, pirimicarbe desmetil, pirimifós etílico, pirimifós metílico, piriproxi, procimidona, procloraz, profenofós, propargito, propiconazol (I e II), propizamida, propoxur, quintozeno, tebuconazol, tebufenossido, tebufenpirade, terbufós, tetraconazol, tetradifona, tiabendazol, tiaclopride, tiametoxam, tiobencarbe, tiodicarbe, tiofanoxi (sulfóxido e sulfona), tolclofós metil, tolfluanida, triadimefom, triadimenol, triazofós, triciclozol, triclorfom, trifloxistrobina, triflumizol, trifluralina, triticonazol, vamidotona (sulfona e sulfóxido), vinclozolina, Zoxamida.

RESULTADO

Os compostos acima relacionados não foram encontrados na amostra analisada

Obs:

- 1- O Limite de Quantificação do método dos compostos acima relacionados é de 0,01mg/Kg. No caso do método específico de determinação dos EBDC'S o Limite de Quantificação é de 0,07mg/Kg;
- 2- Método utilizado: POP TC 15 e 17 (Documentos do Sistema da Qualidade do LabTox);
- 3- Referência Bibliográfica: Analytical Methods for Pesticide Residue in Foodstuffs, 6th Edition(1996). Inspectorate for Health Protection, Ministry of Public Health, Welfare and Sports, The Hague, The Netherlands;
- 4- Confirmação: cromatografia gasosa com detector seletivo de massa;
- 5- Acreditações: INMETRO(CRL 0153), REBLAS (ANALI-058) E MAPA (Portaria 136 de 06/08/1998).

Danuza Leal Telles

Gerente da Qualidade - CRQ 01.300.541

LABTOX R901/2010
OS Nº 01234/10

NOTA IMPORTANTE: Os resultados deste ensaio/análise têm significação restrita e se aplicam tão somente a(s) amostra(s) coletada(s) pelo cliente. O relatório de ensaio só pode ser reproduzido por completo.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - ITEP

LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS f. DE BEBIDAS ALCOÓLICAS - LABTOX

Av. professor Luiz Freire, 700 - Cidade Universitária - Recife - PE CEP: 50.740-540

PABX: 81 3272.4399 FAX: 81 32724313 www.itep.br e-mail: itep@itep.br



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE AGROECOLOGIA

TERMO DE COMPROMISSO COM A GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA

Nós, na qualidade de membros desta organização de controle social, Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea paraibana – ECOVÁRZEA, declaramos responsáveis pela garantia da qualidade orgânica dos produtos produzidos por todos os membros de nossa OCS e afirmamos ter pleno conhecimento e nos responsabilizamos pelo cumprimento dos regulamentos técnicos da produção orgânica.

| 01 | NOME DO MEMBRO | 02 | CPF | 03 | CATEGORIA* | 04 | ASSINATURA |
|----|------------------------------------|----|----------------|----|------------|----|------------|
| | Antônio Gouveia | | 441.284.794-20 | | Produtor | | |
| | Assis Barbosa de Melo | | 789.674.224-15 | | Produtor | | |
| | Assis Carneiro dos Santos | | 080.313.994-25 | | Produtor | | |
| | Daniel Lopes Rodrigues | | 981.269.894-91 | | Produtor | | |
| | Eliete Eustáquio dos Santos | | 692.026.134-00 | | Produtora | | |
| | Gilvan Pereira da Silva | | 101.360.924-70 | | Produtor | | |
| | José Antonio da Silva | | 624.415.584-04 | | Produtor | | |
| | José Eduardo | | 885.087.144-91 | | Produtor | | |
| | José Fernandes da Silva | | 951.775.904-53 | | Produtor | | |
| | Josefa Mota da Silva Vieira | | 625.497.984-06 | | Produtora | | |
| | Joselito Severino dos Santos | | 008.383.164-92 | | Produtor | | |
| | Lucila Mendes Monteiro | | 840.338.514-53 | | Produtora | | |
| | Luiz Damázio de Lima | | 674.041.894-20 | | Produtor | | |
| | Marcos Antonio Trajano de Oliveira | | 674.847.514-72 | | Produtor | | |
| | Maria da Aurora | | 408.089.804-59 | | Produtora | | |

| | | | |
|-----------------------------------|----------------|-----------|--|
| Neuraci Cezário Pereira | 030.476.034-05 | Produtora | |
| Paulo Alves da Silva | 652.250.984-87 | Produtor | |
| Rosa Honorato da Silva | 395.888.664-72 | Produtora | |
| Severino dos Ramos Moreira deLima | 299.484.874-00 | Produtor | |
| Severino Ramos da Silva | 760.641.604-78 | Produtor | |

* Categoria: Produtor, Consumidor ou técnico



Endereço: Assentamento Dona Helena, Zona Rural de Cruz do Espírito Santo/PB.CEP 58.337-00 CNPJ: 07.319.276/0001 – 86
Contatos: (83) 9903 7097 ecovarzea.ecovarzea@hotmail.com

Cruz do Espírito Santo/PB, 28 de dezembro de 2010

Ofício N.º

Ao
Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado da Paraíba
BR 230, KM 14, Estrada de Cabedelo – Cabedelo/PB
Coordenador da CPOrg/PB
At. Sr. Virgínio Carneiro da Silva

Prezado,

encaminhamos solicitação para o Cadastro de Organismo de Controle Social – OCS da Associação dos Agricultores e agricultoras agroecológicos da Várzea Paraibana-ECOVÁRZEA, acompanhada dos documentos listados abaixo:

- Formulário de Solicitação de Cadastro de Organismo de Controle Social;
- Termo de Compromisso com a Garantia da Qualidade Orgânica;
- Formulários de Dados cadastrais da unidade de produção vinculada a OCS;
- Descrição de Controle da produção e comercialização;
- Descrição do processo de controle social exercido sobre a produção e comercialização;
- Declaração oficial de comprovação da qualidade de agricultor familiar (extrato da DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF emitida pelo MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário)

Esperamos cumprir com as exigências previstas na Instrução Normativa N° 19, de 28 de maio de 2009 que aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica referente ao Controle Social na Venda Direta sem certificação.

Atenciosamente,

Luiz Damázio de Lima
Coordenador Executivo



Associação de Agricultores (as) Agroecológicos
da Várzea Paraibana CNPJ: 07.319.276/0001-86

1. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE CONTROLE DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Os agricultores e agricultoras agroecológicos que fazem parte da associação ECOVÁRZEA, são acompanhados por entidades de assessoria da região entre elas: Comissão Pastoral da Terra – CPT/PB; Universidade Federal da Paraíba – Campus I, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA, entre outros parceiros que promovem encontros de formação, realizam periodicamente análises de resíduos de agrotóxico, intercâmbios de experiências, contribuindo de forma direta e indireta para fortalecer e promover a produção agroecológica bem como apoiar a comercialização da produção.

A associação realiza mensalmente reuniões, visitas periódicas nas propriedades e nos locais de comercialização. O seu Estatuto e Regimento Interno contemplam boas práticas que garantem o cumprimento dos regulamentos técnicos de manejo agroecológico bem como o respeito a biodiversidade e ao comércio justo. A comissão de Ética da Feira estabeleceu os seguintes critérios para os que fazem parte da Feira:

- Não usar adubos químicos (uréia, sulfato de amônia, dez-vinte e outros) nos canteiros e no solo.
- A água terá que ser de fonte natural, livre de qualquer tipo de contaminação, inclusive esgoto.
- O agricultor e agricultora familiar que produz frutas sem veneno, não poderá usar carbureto para amadurecê-las.
- O Agricultor ou agricultora que cria ou pega com vizinhos galinha de capoeira e/ou ovos deverá fazê-lo com o acompanhamento da comissão e aprovação da assembléia.
- Toda barraca deve estar bem apresentada, inclusive com a tábua forrada e livre de caixas em sua frente.
- Os produtos agroecológicos à venda não poderão ser expostos no chão.

Ecovárzea

Assentamento Dona Helena. Zona Rural de Cruz do Espírito Santo CEP: 58.337-000
Contatos: (83) 9903 7097 Ecovarzea.ecovarzea@hotmail.com



Associação de Agricultores (as) Agroecológicos
da Várzea Paraibana CNPJ: 07.319.276/0001-86

2. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE CONTROLE SOCIAL EXERCIDO SOBRE A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Houve a mobilização de grupos de consumidores com o propósito de que eles estabelecessem os critérios que os deixassem seguros da qualidade agroecológica dos produtos. Foram eles:

- Comprovar a ausência de agrotóxicos e adubo químico nos alimentos comercializados na feira;
- Presença de informações nos rótulos dos produtos sobre a existência dos ingredientes orgânicos e inorgânicos;
- Existência de uma garantia de boas condições sanitárias dos produtos comercializados na feira.

Assim os consumidores da Feira Agroecológica da Ecovárzea são convidados a fazerem visitas programadas ou espontâneas para validar a produção agroecológica nas propriedades dos agricultores e agricultoras de forma a assegurar a boa procedência dos produtos, além de serem feitas análises periódicas nos produtos.

Cruz do Espírito Santo, 28 de Dezembro de 2010

Luiz Damázio de Lima – Presidente da Ecovárzea

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DA PARAIBA - SFA/PB
DIVISÃO DE POLÍTICAS, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO - DPDAG/SFA-PB
COORDENAÇÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NA PARAIBA - CPOrg/PB



Nº
04/004

Declaração de Cadastro de Produtor Vinculado a OCS

Declaro para os devidos fins, que o Sr. LUIZ DAMÁSIO DE LIMA CPF 674.041.894-20

estabelecido no ASSENTAMENTO PADRE GINO – zona rural Nº da DAP IN PB0083000-00038-231209 Município SAPÉ, PARAIBA é produtor familiar orgânico, Cadastrado nesta Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário/SFA-PB sob número 04/004 vinculado a OCS - Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana estando autorizado a comercializar produtos orgânicos não certificados diretamente ao consumidor, nos termos da Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003 e regulamentada pelo Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007.

Divaldo da Silva Cunha
Chefe do DPDAG

Virginio Carneiro da Silva
Coord. CPOrg/PB

João Pessoa, 21 de Janeiro de 2011